



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

JOSALDO AMARAL

**RITMOS E DISSONÂNCIAS:
CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS DESVALIDOS E
INDIGENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO AMAZONAS
(1852-1915)**

Manaus
Novembro de 2011



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

JOSALI DO AMARAL

**RITMOS E DISSONÂNCIAS:
CONTROLE E DISCIPLINARIZAÇÃO DOS DESVALIDOS E
INDIGENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO AMAZONAS
(1852-1915)**

Orientadora:
Prof^a Dr^a Maria Luíza Ugarte Pinheiro

*Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal do Amazonas em 29 de novembro de
2011, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em História.*

Manaus
Novembro de 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Presidente – UFAM

Prof. Dra. Lená Medeiros de Menezes
Membro – UERJ

Prof. Dr. Patrícia Rodrigues da Silva
Membro – UFAM

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, Melanio Rodrigues Querê, in memoriam, o primeiro a me incentivar nas letras.

Aos meus filhos: Hugo Takeshi, Gabriel Hiroshi, Filipe Komatsu e Ana Lygia Tetsuko, alegrias de minha vida.

A amiga de tantas conversas e idéias, Sonia Pessoa Nassar, in memoriam

A Gabriel Rodrigues, Rita Mesquita, Jesuína Lopes, Sebastião Arnaud e Manoel Sampaio, razões pelas quais este trabalho foi feito...

SUMÁRIO

Lista de Imagens	6
Resumo	7
Abstract	8
Agradecimentos	9
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
SOBRE A DOCUMENTAÇÃO	23
CAPÍTULO 1	
A MODERNIDADE COMO PROJETO	32
1.1 CONCEITOS E ABORDAGENS	33
1.2 O PROJETO CIVILIZATÓRIO NO AMAZONAS	49
1.3 UMA ELITE AMAZONENSE	59
1.4 INDÍCIOS DA POBREZA NO AMAZONAS	75
CAPÍTULO 2	
UMA SOCIEDADE ADMINISTRADA	92
2.1 SABERES CIENTÍFICOS, TÉCNICA E ESTÉTICA: O MITO DA CIVILIZAÇÃO ORDENADA E BELA	93
2.2 O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROJETOS E PREOCUPAÇÕES	99
2.2.1 AMAZONAS: POVOAR PARA DOMINAR	103
2.2.2 A QUESTÃO DAS TERRAS	122
CAPÍTULO 3	
EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS DESVALIDOS	138
3.1 DA CARIDADE À FILANTROPIA	139
3.2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA	144
3.3 AS MEDIDAS SANITÁRIAS	170
CAPÍTULO 4	
AS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS	180
4.1 PATOLOGIAS URBANAS: A POBREZA AMEAÇA A ORDEM E A ESTÉTICA DA CIDADE	181
4.2 A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	182
4.2.1 O HOSPÍCIO EDUARDO RIBEIRO	211
4.3 O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	218
4.4 O INSTITUTO AFONSO PENA	233
4.5 O ASILO DE MENDICIDADE	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
FONTES	254
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257
ANEXOS	262

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: CAPA DO ÁLBUM ENVIADO À EXPOSIÇÃO COLUMBIANA DE CHICAGO	263
IMAGEM 2: PANORAMA DE MANAUS	263
IMAGEM 3: PALÁCIO DOS GOVERNADORES	264
IMAGEM 4: ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO E REPRESA	264
IMAGEM 5: LYCEU AMAZONENSE	264
IMAGEM 6: PRAÇA XV DE NOVEMBRO	265
IMAGEM 7: DESENHO DO TEATRO AMAZONAS, AINDA EM CONSTRUÇÃO	265
IMAGEM 8: ASILO ORFANOLÓGICO	266
IMAGEM 9: RUA DOS REMÉDIOS	266
IMAGEM 10: IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO	267
IMAGEM 11: MERCADO PÚBLICO	267
IMAGEM 12: PONTE DOS REMÉDIOS	268
IMAGEM 13: BANCO DE MANAUS	268
IMAGEM 14: COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO	268
IMAGEM 15: SERINGUEIRO DO RIO PURUS	269
IMAGEM 16: SERINGAL DA CACHOEIRA	269
IMAGEM 17: ÍNDIO IAMANDI	270
IMAGEM 18: PROVIDÊNCIA – ESTABELECIMENTO DO MAJOR MONTEIRO, NO RIO PURUS	270
IMAGEM 19: EMBARCAÇÃO A VAPOR.	271
IMAGEM 20: SERINGAL AXIOMA, NO RIO PURUS	271
IMAGEM 21: CAPTURA DE TARTARUGAS NO RIO PURUS	272
IMAGEM 22: MORADIA DE INVERNO DOS ÍNDIOS PAMARI, NO PURUS	272
IMAGEM 23: BACABA	273

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada aborda a criação das casas de abrigo destinadas a desvalidos e indigentes na cidade de Manaus, no período final do regime Imperial e anos iniciais da República. Subjacente a este processo, dissertamos acerca dos mecanismos de intensificação da diferenciação social desencadeada no Amazonas a partir da criação da Província em 1852, no qual a exclusão social e, por conseguinte, a pobreza tornou-se não só visível aos olhos dos governantes, mas ainda incômoda para uma elite mercantil e burocrática emergente.

A adequação das relações de produção e consumo às formas liberais de produção, coincidentes com a organização da nação brasileira, conduziu a deliberação de uma série de políticas públicas que visavam adaptar os indivíduos e o espaço às demandas modernas. Hábitos, costumes, tradições e modos de vida deveriam ser submetidos a um rígido controle, para o que a mudança comportamental era fundamental. Neste quadro reformador, aqueles que não queriam ou não podiam ser imediatamente absorvidos pelo processo produtivo, por motivos diversos que vão da orfandade à mendicância, passaram a ser vistos com desconfiança e tornaram-se alvo de medidas coercitivas e que conduziam ao enclausuramento.

A criação das casas de abrigo destinadas aos pobres, em geral de caráter educacional para crianças e médico-hospitalares para enfermos, alienados e indigentes, foi realizada a partir de um discurso filantrópico que mascarava não só o crescimento da pobreza, como uma série de intenções segregadoras.

Palavras-chave: pobreza, políticas públicas, indigentes, desvalidos

ABSTRACT

This research encompasses the creation of shelters destined to mendicants and indigents in the city of Manaus, at the end of the Imperial regime and at the beginning of the Republic. Subsequent to this process, we worked on the mechanisms of intensification of the social differences from the creation of the Province in 1852, and therefore, poverty became not only visible to governors, but also a disturbance to the emerging mercantilist and bureaucratic élite.

The adequation of production and consuming relations to the liberal forms of production, coincident to the organization of Brazilian nation conducted the deliberation of a series of public politics which aimed at adapting individuals and space to the modern demands. Habits, customs, traditions and ways of living had to be submitted to a rigid control, and behavior changing was fundamental to that. Within this reforming picture, those who did not want or could not be immediately absorbed by the productive process – due to a series of reasons which included orphanity and mendicancy, started to be regarded with mistrust and became an aim to cohibiting politics which conducted them to enclosure.

The creation of shelters destined to poor people had an educational character for children, as well as a medical aspect to sick and indigent people. This process was conducted within a philanthropic discourse which hid both the growth of poverty and a series of segregation intentions.

Key words: poverty, public politics, indigents, mendicants

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro que me orientou e apoiou nesta jornada e através da qual pude chegar até aqui.

Ao Professor Luís Balkar, cujas discussões realizadas logo na primeira disciplina realizada no curso foram essenciais para a condução do tema, pela sua abertura e incentivo.

Ao Professor James Roberto Silva que em suas aulas abriu novas perspectivas de fontes e análises, e que se tornou, ainda, um amigo e interlocutor em alguns momentos essenciais para a elaboração deste trabalho.

Ao Professor Sinval Carlos de Mello por inspirar novas leituras e abordagens, por sua dedicação nas aulas e na correção dos trabalhos e por seu espírito tranquilo que transmite muita paz e segurança a quem está por perto.

Aos Professores Nelson Tomelim Jr. e Patrícia Rodrigues da Silva que participaram da banca de qualificação, cujas orientações e comentários foram determinantes para a conclusão do trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós- graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

Ao meu companheiro e amigo Gustavo Seiji Hatakeyama pelo apoio, paciência e diálogos ao longo da trajetória.

Ao Professor Luís Bicca, de quem jamais posso esquecer em qualquer momento de minha trajetória intelectual, uma vez que me impulsionou e inspirou a dar os primeiros passos na pesquisa.

A amiga Silvana Rossélia, cujo companheirismo se fez mister ao longo dos últimos dez anos, nos momentos em que precisei de um ombro amigo e, principalmente por ter me incentivado e apoiado durante todo o percurso deste trabalho.

A amiga Miralice, por sua paciência nos meus momentos desesperados, por seu apoio e sensação de tranquilidade que só ela é capaz de transmitir.

A amiga Nilza Silvana, pelo carinho incomparável, pela estima e apoio, cuja força e otimismo me alavancaram nesta trajetória.

Aos companheiros de jornadas mais remotas, com os quais travei diálogos inesquecíveis nas 'indas e vindas' das noites do Rio de Janeiro: Cintia Dias, Lana Jacques, Nara Nassar, Elaine Almeida, Adelaide Serpa, José Benito, Alexandre Belmonte e Eliane Garcia.

Com muitas saudades, a Sonia Pessoa Nassar, amiga insubstituível, companheira de longas jornadas de estudo, pelas trocas de idéias, pelo apoio e de quem muito me custa a ausência.

A Marlúcia Bentes, funcionária do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que com sua boa vontade e disposição, foi essencial para a localização de fontes; que disponibilizou acesso e horários que facilitaram o trabalho de pesquisa.

A Alba Barbosa Pessoa, com quem tive pouco contato, mas que me apoiou nos momentos iniciais da pesquisa, indicando materiais de leitura e fontes por ela já localizadas, que com sua simpatia inata é capaz de gestos solidários, difíceis de encontrar nos dias de hoje.

A Leila Margareth pelo apoio demonstrado durante o tempo em que realizei a pesquisa.

Aos bolsistas que atuam no Museu Amazônico, onde iniciei as pesquisas, os quais desempenham um trabalho de muita importância para a conservação e acesso à documentação.

Aos colegas do meu atual local de trabalho, em especial Luciano Candeia, Maria Salete Rodrigues e Adolfo Wagner por me apoiarem e incentivarem nestes momentos finais da escrita.

Enfim, a todos aqueles que, por motivos diversos, estão presentes de modo significativo na minha trajetória acadêmica: professores de graduação, alunos e companheiros de trabalho.

CONSIDERAÇÕES
INICIAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3 de maio de 1858. Às cinco horas da manhã iniciam-se as rezas matinais. O corpo cansado e a barriga vazia entrevêem a repetição de mais um dia de longas tarefas. Enquanto a boca murmura os credos, a imaginação corre solta pelas ruas da cidade... ganha os igarapés e desaparece nas entranhas do Puraquequara. 6 horas da manhã: iniciam-se os trabalhos agrícolas. Aprender a manusear aquelas ferramentas pesadas, cavar a terra, depositar sementes para sabe-se lá quando vê-las surgir da terra... não tarda e já se vai perambular pelas matas, catar frutos que a terra dá sem que a mão do homem tenha que plantar... molhar o rosto nas águas das chuvas que nesta época ainda caem com força... 7 horas. O dia custa... ainda nem começou e já esmorece o corpo que mecanicamente sabe tudo que se há de passar. Fazem-se já 43 dias que o mesmo se repete e cada vez mais lento, cada vez mais tardando a findar... 8 horas. Cessa o trabalho. À mesa põe-se um pão e um café com açúcar. Ambos são levados à boca com ansiedade... talvez guarde um pedaço do pão para mais tarde... encerrada a refeição, pausa para o descanso, no aguardo de mais tarefas. Mas para Gabriel Rodrigues iniciava-se uma nova jornada. Fugia da Casa dos Educandos para indignação daqueles que se acreditavam seus benfeitores. Nunca o acharam¹.

Janeiro de 1870. À porta do Azylo Nossa Senhora da Conceição, Jesuína despede-se de seu pai Miguel. Ficar ali para ser educada, pois don'Anna, sua mãe, deixara-lhe órfã e seu pai lhe confiava às graças do acolhimento do Estado. Aos sete anos talvez não compreendesse bem o que se passava... quem saberá o que sentiu naquele momento. O relato frio de uma ordem de abrigo, dada mediante ofício do gabinete provincial, não nos permite mais que imaginar os olhos de Jesuína².

1899. Manoel adoece. Não tem para onde ir e quem lhe cuide. Seu Ceará clama por si na sua memória e a saudade corta-lhe o raciocínio, incomodando mais que a dor do corpo. Resta-lhe apenas a solidariedade dos companheiros. Seu penar ecoa por entre os irmãos viandantes e publica-se no Jornal A Pátria um apelo à caridade pública para que se arrecade o montante necessário para que ele retorne a terra natal. O próprio

1 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Francisco Jose Furtado, de 7 de setembro de 1858, anexo G, pp. 1-2, documentos 1-5.

2 Jornal Amazonas, ano IV, nº 211, de 29 de janeiro de 1870, pp. 1-2.

Jornal concede a primeira quantia: 15\$000³.

21 de novembro de 1902. Rita Mesquita, aos quinze anos de idade, não suporta mais seu confinamento e foge para casa de seu cunhado Pimentel, no bairro do Mocó. Era asilada do Instituto Benjamin Constant.⁴

25 de novembro de 1902. Cabeça doída, braço contundido... assim chega Sebastião à enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Salvou-se. Com apenas 12 anos de idade, francês de nascimento, empregara-se nas obras do porto para cumprir a função de distribuir água aos trabalhadores. Sem medir o perigo, sobe num andaime e de lá despenca, causando alvoroço. Não era órfão. Filho de Pedro Arnaud, trabalhava e não vivia a mercê dos projetos do Estado, como muitos menores que com ele dividiam as tarefas do porto. Ninguém o conhecia, mas naquele dia prestaram-lhe atenção. Tanto que o responsável pela obra, o sr. dr. Lacandeyra, compareceu e deu ordens no porto para que nenhum menor mais subisse em andaimes.⁵

Gabriel Rodrigues, Jesuína Clara da Silva Lopes, Manoel Sampaio de Souza, Rita Mesquita, Pedro e Sebastião Arnaud viveram em tempos diferentes... talvez nunca tenham ouvido falar uns dos outros... Tinham em comum apenas o fato de terem passado pelas instituições assistencialistas que se multiplicavam desde os anos de instalação da Província do Amazonas aos iniciais da República. Sua condição de pertencentes aos setores menos favorecidos da sociedade levou-os aos portões da caridade pública. Classificados como desvalidos ou indigentes por um grupo dirigente que não se via como responsável pelas condições em que vivia a maior parte da população brasileira, depois de ter-lhes sido negado o direito de conquistar os meios de sobrevivência, mínimos que fossem, agora se esforçavam para negar-lhes o direito de escolha de seus próprios destinos.

Jesuína, de pai pobre e órfã de mãe, muito pequena ainda, talvez não tenha podido se rebelar contra as forças que a tiravam do seu lar e a arrastavam para a clausura do asilo. Por certo, suas formas de resistência podem “ter se feito” valer em atos e indisposições para as tarefas diárias que eram impostas em tais estabelecimentos, constantemente classificados por seus dirigentes como indisciplina, termo empregado em seus relatórios para justificar baixo rendimento escolar e os castigos, como

3 Jornal A Pátria, anno I, s/nº, junho de 1899, p.2.

4 Jornal Quo Vadis?, anno I, nº 5, de 23 de novembro de 1902, p. 1.

5 Idem, Anno I, nº 6, de 25 de novembro de 1902, p. 1.

provavelmente acontecera com Rita tantas vezes antes que tomasse a decisão de fugir. Mas Gabriel Rodrigues, cuja fonte não revela a idade, com certeza já rapazote, e Rita Mesquita preferiram a incerteza e o risco da fuga, à educação civilizada que lhes aviltava a juventude.

Pedro e Manoel, vindos de terras distantes, quicá carregados de esperança de uma vida melhor, esmoreceram nas lutas diárias pela sobrevivência. Atendendo a necessidade de trabalhar, provavelmente para ajudar o pai sem recursos, Sebastião, filho de Pedro, arriscava-se no dia a dia da labuta enquanto Manoel, abatido pela doença, sucumbia, mas sem se entregar ao Estado. Preferiu recorrer à solidariedade de seus conterrâneos, que já encontravam uma voz disposta a, ao menos moderadamente, denunciar os abusos que patrões derramavam sobre os retirantes da seca que assolava sua terra de origem. Aqueles algozes repousavam à sombra de representantes públicos que silenciavam diante dos absurdos que se sabia em todo o Amazonas.

Estes fragmentos de história, dos quais não sabemos como começaram ou como vieram terminar, revelam facetas da forma como os homens e mulheres reagiam aos ideais e projetos civilizatórios engendrados na modernidade e assumidos como políticas públicas na recém-nascida nação brasileira, ainda em vias de se consolidar.

Segundo Marcel Roncayolo⁶, a cidade moderna, do século XIX, é o lugar do anonimato, da contraditória fragmentação do indivíduo em diversos papéis sociais enquanto procura fortalecer sua individualidade. Conflito e associação, liberdade e controle social, são fenômenos que atravessam a convivência urbana e compõem o cenário onde as classes da sociedade burguesa experimentam novas regras comportamentais e o exercício de formas externas de controle, representadas pela autoridade. Se for possível falar de uma personalidade urbana, esta se define pela convergência de “*trajetórias individuais e coletivas susceptíveis de, segundo os casos, atribuírem um sentido diverso à urbanização*”⁷. No Amazonas, Manaus constituiu-se como um espaço de convivência múltipla, lugar em que as visões de mundo se confrontam. Enquanto

6 RONCAYOLO, Marcel. **A Cidade** In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 8. Região. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. pp. 396-487.

7 Idem, pp. 406-7.

alguns aderem ao discurso predominante, outros se negam inclusive a ouvi-lo. Os matizes do modo de ser amazonense foram tingidos por uma infinidade de tons, marcados por falas daqueles que chegam, daqueles que assimilam o comportamento do outro e por aqueles que persistem em apenas existir, rompendo os limites impostos pelo preconceito ou ainda aqueles que vivem sem finalidades ultramundanas ou intenções civilizatórias. Esse modo de ser e pensar, que vem de vários mundos que se encontram neste meio de floresta, conferem à história da região um de seus traços mais determinantes, constituindo-se como uma batalha entre costumes e práticas antagônicas, em luta para dominar e viver, experimentada outrora por nativos, portugueses e ingleses, bem como por outras nacionalidades, hoje espelhada nos brasileiros e estrangeiros que disputam espaço nesta cidade.

Mas a história não se repete. Não há fatos e processos que possam ser testados e verificados formalmente como no caso de um fenômeno físico ou químico. O presente observado apenas nos remete a questionamentos que podem nos levar ao passado. Falas, discursos, comportamentos são apenas indícios, pistas que nos propomos a seguir quando uma questão ecoa e é transformada num problema ao historiador.

Não há como fugir do fado de refletir seu tempo, quando o historiador transpõe para o papel o resultado de suas pesquisas. Diferente da filosofia e da literatura, em que a sensibilidade permite a transcendência, fazendo com que o pensador possa projetar-se para além daquilo que experimenta, a história mantém-se arraigada no plasma fluído que envolve o sujeito de seu aparecer e mergulha no passado movido pelas inquietações que perpassam sua época. A narrativa que se fará presente aqui não ultrapassa essa máxima legada por Marc Bloch⁸ e reafirmada por Edward Hallet Carr⁹. Enquanto ciência, a narrativa histórica está presa às possibilidades técnicas de pesquisa e, por vezes, seus limites se estreitam pelo condicionamento de acesso às fontes e pela teoria que se adota como postulado para a interpretação dos dados reunidos.

Após um grande período de tempo demarcado por generalizações explicativas, a história hoje se torna fragmentária, procurando esmiuçar o infinito de particularidades que integra o todo social, como uma forma de se aproximar das múltiplas realidades que foram experimentadas e, porque não dizer, vividas pelos homens.

8 BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. R. J.: Jorge Zahar Editor, 2001.

9 CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 4a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Estas perspectivas diferenciadas, que há meio século vem contribuindo para formar uma imagem mais nítida do passado, sugerem novos objetos a cada momento, ampliando o campo de atuação do pesquisador e exigindo uma formação cada vez mais especializada de seus sujeitos.

Entretanto, a discussão epistemológica da construção do conhecimento coloca-nos diante de impasses teóricos que conduzem a buscas de soluções para questionamentos que persistem, oscilando entre a tendência explicativa do materialismo dialético e a compreensão sócio-antropológica da nova história. Com isso queremos dizer que a abordagem de um objeto específico não deve prescindir de uma discussão mais generalizante que possa imprimir sentido a narrativa. Portanto, nosso trabalho debruça-se sobre o conjunto de políticas públicas que se desenvolveram nos anos finais do século XIX e iniciais do XX, no Amazonas, com a intenção de focalizar a criação de instituições de abrigo que tinham como objetivo atender a um conjunto de pessoas que, apartadas do processo de acumulação de riqueza, excluídas das relações de produção, integrava o setor empobrecido da sociedade amazonense. Para além disso, procuramos compreender a questão da exclusão social, durante o período de apogeu e crise da produção e exportação da borracha. Neste ínterim, destacamos a ação filantrópica que se materializou a partir de uma aliança entre o Estado e integrantes da elite local, os quais idealizaram a criação de diversas casas de abrigo para órfãos, mendigos e enfermos, bem como de sociedades filantrópicas encarregadas de angariar fundos para a manutenção desses estabelecimentos.

Não obstante, procuramos pensar o discurso embutido nos atos de criação e direção dessas instituições, uma vez que guardam em si uma visão de mundo atrelada às idéias de civilização e modernidade, as quais acabaram por estereotipar os indivíduos que não se adequavam, ou se submetiam às formas de exploração e subordinação que lhes eram impostas.

Tornou-se necessário, ao longo da pesquisa, visitar as principais teses sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira, a fim de compreender os processos de exclusão social que se consolidaram no Brasil e confrontá-los com as peculiaridades da história do Amazonas.

Lembramos que o tema da filantropia ou das políticas disciplinares dos centros urbanos, realizadas a respeito de cidades do centro-sul do país, partem já das conclusões

deixadas essencialmente por Caio Prado Junior¹⁰, Celso Furtado¹¹ e Jacob Gorender¹², no que diz respeito às formas como o escravismo colonial e a conservação de práticas arcaicas na reorganização da produção, durante o processo de implantação da política liberal no país, produziram entraves para o desenvolvimento econômico. Estes paradigmas explicariam a eclosão das diferenças sociais herdadas pelo Brasil. Entretanto, a nosso ver, a validade epistemológica destes modelos explicativos da história econômica e social do Brasil se esgota quando certos conceitos tornam-se demais abstratos para pensar os fenômenos vivenciados por aqueles que experimentaram o processo histórico em sua própria época. Neste ponto, no que diz respeito à região amazônica, os prejuízos são ainda maiores, uma vez que sua entrada tardia no grande mercado de exportações que dominava as tendências econômicas brasileiras, levou os economicistas a classificá-la como um tipo de economia periférica, cuja importância foi medida pelo peso que teve na balança comercial nacional durante o período da borracha, considerado como efêmero. Classificada desta maneira, poucas são as páginas dedicadas a esta grande parte do país nas principais obras dos autores citados. O interesse recaiu parcamente sobre a questão dos seringais, apontando para a forma arcaica e desumana como o seringueiro foi explorado durante a “febre da borracha”, como uma herança deixada por Euclides da Cunha em seus relatos indignados, focados especialmente sobre os migrantes nordestinos, transcritos para a obra incompleta “À Margem da História”¹³. Note-se que há uma correlação entre os significados de *margem* e *periférico*, indicando uma forma de pensar o Amazonas de modo distinto, e por que não dizer, secundário e precário em relação ao centro-sul do país.

Nas últimas duas décadas temos visto surgir, por parte dos estudiosos desta região, uma série de trabalhos que procuram repensar esta historiografia e apresentar um olhar mais atento a respeito de questões particulares da história amazônica. As Universidades do Maranhão, Pará e Amazonas tem gerado trabalhos que lançam novos olhares sobre a antiga Província do Maranhão e Grão-Pará, introduzindo pesquisas acerca dos novos objetos sugeridos pela historiografia contemporânea e revendo fontes

10 PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. S.P.: Brasiliense, 26ª ed. 1997.

11 FURTADO, Celso. **A Formação Econômica do Brasil**. S.P.: Cia Editorial Nacional, 1998.

12 GORENDER, J. **O Escravismo Colonial** S.P.: Ática, 1992.

13 CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>.

sobre a questão econômica e política da região.

Esses estudos cada vez mais vêm mostrando as falhas da historiografia econômica, e acusando o silêncio sobre as sociedades do norte do país. Especificamente em relação à condição de pobreza desencadeada na região, os modelos explicativos acima referenciados dizem muito pouco, uma vez que estas teses, centradas na produção agro-exportadora escravista, demonstram o surgimento da pobreza como consequência da concentração da renda nos setores agro-mercantis em contraposição a uma exclusão social definida a partir do entendimento de uma estrutura que marginalizava o homem livre sem posses. O escravismo seria o motor deste quadro, em que a mão-de-obra traficada da África ocuparia os espaços disponíveis para o trabalho, ficando o homem livre a mercê da sorte, da caridade e de parca remuneração por serviços prestados em vilas pré-urbanas do período colonial, muito mais ligadas às trocas de mercadorias do que a circulação monetária. A acentuação da pobreza seria acarretada pela forma como a Abolição da escravatura foi feita, quando a maior parte da mão-de-obra das lavouras foi substituída por imigrantes, levando a população das fazendas para os centros urbanos ainda despreparados para absorver a quantidade de indivíduos que acabaram por se tornar excedentes a oferta de trabalho disponível. Porém, na região norte estas teses parecem esmorecer. Quando se trata de compreender as peculiaridades do tema pobreza, não há registros de uma economia escravista significativa que pudesse ser entendida como um modo embrionário do pauperismo. Certamente que a exportação de produtos extraídos do chamado sertão compõe as determinantes econômicas marcadas pela historiografia brasileira, entretanto, nem se verifica que a concentração de renda estava atrelada ao capital agro-exportador, nem houve um contingente de escravos que pudesse se metamorfosear na camada empobrecida que enchia as ruas da cidade de Manaus ao início do século XX. Isso nos levou a perguntar sobre as condições de intensificação da pobreza na região... Quem eram os desvalidos de que tanto se falava na documentação pública do período estudado? Consequentemente, fomos obrigados a nos perguntar sobre como se formou a elite local e que relações foram estabelecidas entre os segmentos sociais que aqui se desenvolveram.

A resposta iniciou-se pela leitura de *Ciro Flamarion Cardoso*¹⁴ que, ao discutir o modelo explicativo da sociedade colonial, salienta que a exclusão social produzida no

14 CARDOSO, *Ciro Flamarion, Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

Brasil tem início com o modelo agro-exportador-escravista, mas alerta que a pobreza não é consequência exclusiva da escravidão e da posterior abolição, mas que reside nas entranhas do sistema, uma vez que o modo de produção era *per se* excludente. Ou seja, a sociedade escravista, que precedeu e concorreu com a adoção do sistema liberal, não abria espaço para que o homem livre, sem posses, negro forro, branco imigrante, nativo destribalizado ou mestiço (mulatos e mamelucos), criasse condições de se estabelecer. Se toda a produção se dava em meio às relações entre senhores e escravos, pequenos comerciantes e prestadores de pequenos serviços da vida urbana estavam à margem destas relações, a mercê dos interesses daqueles que dominavam a produção. Portanto, a pobreza é inerente ao sistema e nele é reproduzida e intensificada com sua expansão.

No caso específico do vale amazônico, rotulado de economia periférica por ter sido avaliado a partir da importância dada ao sistema agro-exportador, a atividade extrativista-comercial que aqui se estabelecera certamente não correspondia à dinâmica das relações que se desenvolveram no nordeste e sudeste, sendo a questão referente à exclusão social e a pobreza na região um ponto de silêncio na historiografia. Somente nos anos 90, uma nova geração de professores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) iniciou-se uma série de pesquisas que partia de uma reavaliação da narrativa positiva sobre a *Belle Époque* Manauense e procurava desvendar as contradições sociais que foram ocultadas pelo enaltecimento de um período de glória resultante dos dividendos da borracha. Especialmente nas linhas de Edinéia Mascarenhas Dias¹⁵ e Maria Luiza Ugarte Pinheiro¹⁶ foi que a face dos setores empobrecidos começou a ser esboçado. A cidade moderna e aformoseada por Eduardo Ribeiro revelava seus cortiços e casebres, reclamações e reivindicações e apontava para o desenrolar de movimentos sociais que se opunham a forma opressora com que se impunham os ditames da civilização almejada pela elite.

Nestes textos, o fazer-se dos sujeitos históricos de que fala E.P. Thompson¹⁷ começou a se mostrar e o rosto dos mascates, condutores de bonde, entregadores de lojas, empregados de alfaiatarias, escravas fugidias, empregados domésticos, padeiros e estivadores puderam ser desenhados. Em grande parte aparecem feições e nomes de nordestinos, migrantes desde as grandes secas do século XIX, negros e mulatos forros

15 DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920*. Manaus: Ed. Valer, 1999.

16 PINHEIRO, M^a Luiza Ugarte. *Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1989-1925)*. Manaus: EDUA, 1999.

17 THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

ou fugidios, nativos indígenas destribalizados, caboclos e estrangeiros, como o nosso “Pedro Arnaud”, empregado nas obras do porto em 1902. Se por um lado a documentação oficial não se cansa de reclamar da impossibilidade de desenvolvimento de relações agro-exportadoras na região, fator que marcou a administração da Província durante todo o Império, por outro, a sociedade se estruturava independentemente das intenções de seus governantes, desenvolvendo relações e posições sociais ligadas às atividades comerciais propiciadas pela floresta. Na ausência de uma configuração típica da conceituação eleita pelos economistas para caracterizar o Brasil, no Amazonas, privilegiados e explorados começavam a ser posicionados no tabuleiro liberal que se armava nos tempos finais do Império Brasileiro.

Mas, descobrir estes rostos e seus feitos e feitos não é uma tarefa fácil. Sem querer repetir as subseqüentes críticas já feitas nas dissertações de mestrado realizadas na Universidade Federal do Amazonas sobre a dificuldade de acesso a fontes primárias, reiteramos que a história da região vê-se emperrada por conta do estado de conservação e catalogação da documentação existente. Outro problema que enfrentamos é que ao escolhermos a filantropia e as instituições assistencialistas como objeto privilegiado de estudo, nossos sujeitos são crianças pequenas e analfabetos, cujas histórias só podemos ter acesso a partir do relato de seus tutores. Como alerta em sua tese de doutoramento, Irma Rizzini¹⁸, “*nem é preciso advertir o leitor de que suas vozes não aparecem na documentação*”¹⁹ e suas histórias só podem ser reconstruídas a partir de relatos de terceiros encontrados tanto nos documentos oficiais, que guardam registros de fugas, maus-tratos, indisciplina, ou em jornais de época que, envolvidos também nas questões políticas da região, denunciam adversários e noticiam os eventos de todos os tipos que cercam as casas de abrigo. Alba Pessoa Barbosa²⁰, em sua pesquisa sobre a atuação do Juiz de Órfãos do Amazonas, localizou a fala de algumas mães e tutores destes menores que circulavam nas ruas de Manaus, assim como vimos em jornais descrições de depoimentos dados por menores capturados pela polícia, quando em fuga ou conduzidos forçosamente a trabalhos nos seringais e obras públicas. Mas com relação aos internos dos abrigos, ainda existe uma lacuna a ser preenchida.

18 RIZZINI, Irma. **O Cidadão polido e o selvagem bruto: educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial**. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004.

19 Idem, p. 3.

20 PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.

Acrescentamos que a classificação da região como economia periférica, rotulada por várias escolas historiográficas, fez com que as teorias generalistas fossem tecidas por comentários superficiais e pouco elucidativos sobre o papel do Amazonas na formação da sociedade brasileira, o que deu margem para que os primeiros autores da historiografia local desenvolvessem estudos sectários que relevavam fatos e ocorrências singulares, produzindo uma imagem da região apartada da colônia como um todo. Representada em todo o país pelo nome de Arthur Cezar Reis²¹, cuja obra foi publicada em diversas coletâneas sobre a história do Brasil, o Amazonas entrou para a história como um lugar diferente, exótico, que tinha criado uma jóia no meio da floresta : Manaus e seu belo teatro de óperas. Segundo Leila Margareth Rodrigues Gomes²², as obras deste autor influenciaram diversas gerações que aprenderam a história do Amazonas. Para esta autora, Reis poderia ser pensado a partir de uma visão romântica e utilitarista da história, que procurava compreender o presente a partir do passado. Não obstante, a história que escreveu é política e reafirma sua posição de autoridade, enquanto representante das elites. Sem contrariar os ditames da história econômica e social, Reis construiu uma história do Amazonas a partir da ótica do liberalismo, considerando o nascimento da cidade como um parâmetro para analisar as relações precedentes. Isto não é de todo enganoso, uma vez que esta larga fronteira do país só foi realmente integrada às possessões portuguesas por volta de 1750 e foi mantida por mais um século ainda sem que a ela fosse dada a devida importância pela Coroa. É somente ao longo do Segundo Reinado que veremos uma história do Amazonas inscrita no cenário da nação que se formava, mesmo assim apenas como parte de um projeto integrador que é determinado por intenções civilizatórias.

Refletindo sobre estas posições historiográficas tão distintas, nossa tentativa aqui foi apenas a de esboçar um quadro de referências epistêmicas que, frente aos modelos e críticas já constituídos, nos ajudasse a pensar a forma como a desigualdade social se

21 Bacharel em direito, intelectual e governador do Amazonas no período do Regime Militar, Reis escreveu uma vasta obra sobre a história do Amazonas, aliada ao pensamento do IHGB, caracterizando-se como uma fase positivista da História do Amazonas. Apesar do tom de objetividade de seus escritos, seus ideais e imagens particulares do Amazonas ajudaram a criar uma Amazônia ideal, associada a bela cidade construída nos anos gloriosos da borracha e a partir de nomes da política local. Dentre suas obras, interessou-nos especificamente a “História do Amazonas”(1931), que deu origem à “Súmula da história do Amazonas – roteiro para professores”(1965), que foi utilizada como guia escolar para professores e alunos da região, “Amazônia e a cobiça internacional”(1965), “Tempo e vida na Amazônia”, “O seringueiro e o seringueiro”(1953), dentre diversos livros sobre a colonização do Vale Amazônico e artigos publicados em revistas e coleções especializadas em História do Brasil.

22 GOMES, Leila Margareth Rodrigues. **Movimentos sociais na obra de Arthur Reis**. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM, 2009, pp. 41-43.

desenvolveu no Amazonas e assim, compreender as motivações que levaram o Estado a desenvolver políticas públicas que visavam em primeira instância adequar a sociedade amazonense aos ideais civilizatórios, assim como mascarar as discrepâncias sociais experimentadas no período áureo da borracha. A consequência desta investigação foi a de verificar como o Amazonas passou rapidamente da condição de terra exótica e distante para a posição de segundo lugar no mapa de exportações brasileiras, independentemente de desenvolver uma produção agrícola, mantendo suas bases extrativistas que estavam acomodadas ao ritmo da floresta. Este rompante econômico incentivou o crescimento da cidade de Manaus, que passou a figurar entre a constelação de capitais modernas, reproduzindo em seu espaço físico e social, as formas como a sociedade brasileira arquitetou sua entrada na ordem liberal.

Talvez seja o momento de invertermos a lupa de Reis e começar a pensar o liberalismo que se abate sobre o Amazonas a partir das forças que não se curvaram à dinâmica e aos ditames impostos pelo capitalismo nascente. Fatores culturais, ligados às práticas coletivistas e a forma peculiar de pensar e se relacionar com as populações locais, fruto do contato estabelecido pelos portugueses que migraram para a Amazônia, deram origem a uma forma de produção distinta, que nem era determinada pelas rotinas tribais, nem pelas dinâmicas agrícolas do nordeste e sudeste, aproximando-se mais das trocas mercantis fomentadas pelo tráfico de homens e mercadorias. Aqui formou-se uma população mestiça, em grande parte cabocla, com uma percentagem mulata; que resultou do encontro conflituoso entre brancos, indígenas, escravos forros e fugidos de outras paragens; da tentativa de traficar escravos para as demais regiões, da utilização de nativos para aprender a manusear a floresta, mas também de casamentos e trocas culturais. Até aqui, nada de diferente do resto do país, que passou por um grande processo de miscigenação e diversificação cultural, mas quando as forças liberais são introduzidas na região, primeiro pela ação Imperial que criou a Província e enviou seu corpo burocrático, depois pelos ingleses que assumiram o controle econômico da produção e exportação da borracha, depararam-se com modos de pensar e agir com os quais tiveram dificuldade em lidar.

SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

Inicialmente, nosso trabalho destinou-se ao levantamento da documentação referente aos institutos filantrópicos estabelecidos em Manaus durante o período estudado. Isso consistia na perseguição de leis, decretos, relatórios e regulamentos que nos permitissem catalogar sua criação e formas de funcionamento. A dificuldade de localizar estes documentos, especialmente os relatórios (que existem, entretanto apresentam lapsos temporais que não nos permitem fazer um acompanhamento detalhado das formas como esses estabelecimentos eram conduzidos) tornou esta tarefa por demais demorada. A fim de suprir estes lapsos, tornaram-se objeto de nossa pesquisa os relatórios de intendência, cujos anexos apresentavam informações sobre o funcionamento e despesa efetuada pelos recursos públicos com sua manutenção. A leitura e reconhecimento destas fontes acabou por nos indicar um conjunto de motivações que estavam envolvidas com as decisões de criar e administrar tais estabelecimentos, conduzindo-nos então à necessidade de recorrer aos Relatórios Provinciais a fim de perceber o conjunto de ações e intenções que demarcaram o interesse determinado não só de integrar a região ao resto da nação que se construía, como conduzi-la de um estado selvagem à civilização.

A autenticidade das fontes não foi posta em dúvida, uma vez que pertencem ao arquivo público e compõem coleções de documentos oficiais expedidos pelos representantes públicos de época. Estes documentos vêm sendo trabalhados por professores e alunos da Universidade Federal do Amazonas, compondo novas tentativas de análise, existindo cópias disponíveis para consulta no Museu Amazônico, que correspondem impressões encomendadas em diversas tipografias. Essas coleções incluem ainda, Falas e Exposições lidas diante da Assembléia Legislativa Provincial e depois na do estado. Especialmente no IGHA (Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas), podemos constatar a existência de várias impressões destes documentos, ainda que em estado lamentável.

Para a compreensão de seu conteúdo formal, classificamo-la como um testemunho intencional, conforme indica Julio Aróstegui²³, referindo-se à orientação deixada por Marc Bloch. Este tipo de fonte demanda um cuidado especial por conter uma série de determinantes que extrapolam seu conteúdo, ligadas às condições que

23 ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru-SP: Edusc, 2006, pp. 496-498.

determinaram a sua produção. Esses fatores podem interferir no modo de interpretação do documento. Para lidar com esses fatores, recorreremos aos estudos que Nasthya Pereira fez, através do qual ela caracteriza os relatórios como “*sínteses do movimento administrativo e legislativo*”²⁴, ou seja, são documentos que refletem estudos quantitativos e qualitativos das sociedade amazonense, realizados pelas repartições administrativas. Enquanto síntese, são resultado de uma análise de tudo o que ocorria na Província, depois do estado, a qual toma forma de diagnósticos e propostas de soluções, bem como apresenta certo número de teorias sobre como administrar a região e solucionar “problemas” identificados pelos seus gestores. Esta perspectiva propiciou a problematização das fontes, permitindo a identificação de alguns entraves que nos obrigaram a tomar certos cuidados de análise. Primeiramente é preciso considerar que esta gama de documentos é uma produção do poder estabelecido no local, portanto, o que nela encontramos expressa a forma de pensar e as intenções de um grupo específico – os representantes políticos -, em geral integrantes ou intimamente ligados à classe dominante e aos seus interesses. Além do mais, o processo de criação das instituições assistencialistas, nosso objeto particular, atravessa um período marcado pelo processo de transformação do país em nação e, na sequência, de Império em República. Portanto, temos um primeiro conjunto de documentos produzidos no período Imperial, em que os autores, em sua maioria, são oriundos da região centro-sul do país e integram e expressam os ideais dos setores dominantes daquela região; temos um segundo grupo de documentos produzidos no período inicial da República, nos quais os autores já expressam interesses e intenções ligados ao fluxo dos problemas regionais, extremamente ligados à comercialização da borracha; e por fim, um terceiro grupo de documentos, produzidos no interior das próprias instituições filantrópicas, que apresentam rotinas e gastos, cujos autores são homens e mulheres de confiança do poder local, alguns de origem eclesiástica.

Considerando estes condicionantes da leitura, tomamos a postura de ler a série de diagnósticos e classificações dos problemas descritos nos documentos como uma fala alienígena, ou seja, como uma fala dos outros, daqueles que observam a partir de suas próprias conjecturas. Isso nos permitiu entender que a identificação da pobreza e a designação dada aos excluídos do sistema, frequentemente chamados de desvalidos, foi

24 PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **Relações Homem-Natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História, Am-Manaus, 2008.

empregada em oposição a uma gama de valores morais, estéticos e econômicos que tinham por referência a concepção de mundo burguês que a classe dirigente assimilava do mundo europeu. Desta forma, a preocupação constante do poder público para com as questões sociais e econômicas e, em especial, a de dar amparo aos desvalidos e indigentes estaria associada a um projeto civilizatório edificado durante o império, no qual se incluía uma visão controladora e disciplinadora da sociedade. Segundo Stuart Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e instituições específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão que o signo de uma identidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.²⁵

Diante da advertência de Hall, devemos também dizer que estamos produzindo um discurso de identificação e que, enquanto construção, ao caracterizar a pobreza, os desvalidos e mesmo as elites, estamos excluindo outras possibilidades de fazê-lo. A leitura dos documentos oficiais foi pautada na identificação que os representantes do poder público fizeram daqueles que se diferenciavam do modo burguês de vida, é, portanto, uma representação que nos serviu de base para ter acesso a um segmento da sociedade que invariavelmente foi descrito na forma de vítima ou vilão, dependendo dos interesses que estavam inscritos no contexto histórico. O mesmo se pode aplicar as fontes jornalísticas, cujas práticas discursivas também estavam atreladas aos ideais de classe e de movimentos sociais. A imprensa que, durante muito tempo foi considerada um tipo de fonte duvidosa, por ter seu nascimento atrelado às publicações dos interesses oficiais, hoje é revista e defendida por diversos historiadores como um indício das formas como as pessoas viviam e pensavam, tornando-se, portanto, um valioso instrumento nas mãos do pesquisador que interroga os periódicos.²⁶

Os jornais revelam o conflito, a disputa e permite que se faça aparecer a

25 HALL, S. **Quem precisa de identidade?**, in: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

26 CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.

multiplicidade orgânica da vida urbana²⁷. Em geral, cada folhetim, defende um conjunto de idéias pertencentes ao seu grupo de convívio, cujo discurso deixa transparecer a crítica e o descontentamento com as decisões, mandos e desmandos, assim como revelam traços do dia a dia, nas seções destinadas ao noticiário, onde pesam crimes e denúncias que permitem ao pesquisador vislumbrar valores, costumes e rotinas do espaço e tempo estudado. No Amazonas, a história da Imprensa tem se debruçado sobre uma grande variedade de jornais e revistas que povoaram os finais da era provincial e adentraram nos iniciais da República. O nascimento da imprensa amazonense foi detalhado na tese de doutoramento de Maria Luiza Ugarte Pinheiro²⁸ e hoje o LHIA (Laboratório de História da Imprensa do Amazonas) – UFAM ocupa um importante lugar na construção historiográfica da região. O periodismo amazonense, embora nascido sob a égide do poder estabelecido, que funcionou como lugar de publicação dos discursos dos presidentes provinciais, com o alvorecer da República, expandiu seus horizontes e uma grande variedade de pequenos jornais, ligados a movimentos populares, surgiram como espelho dos contentamentos e descontentamentos vivenciados na Manaus Moderna. Num momento precedente, a luta partidária, entre o partido Liberal e Conservador, se fez representar na publicação do *Jornal Amazonas* e *Jornal do Amazonas*, respectivamente, cuja leitura atenta e comparativa permite entrever a multiplicidade de nuances da política imperial no Amazonas.

A consulta às fontes demandava então um volume assustador de documentos, os quais tiveram que ser selecionados e seccionados segundo nossos interesses, a fim de que o tempo destinado a pesquisa não se tornasse um inimigo cruel. Especialmente os Relatórios Provinciais não serão tratados aqui sob um ponto de vista crítico-analítico, trabalho que já foi significativamente realizado por Nasthya Pereira²⁹ para obtenção de sua titulação de Mestre, em 2008. Sua utilização implica apenas em identificar informações sobre as condições em que este projeto civilizador enveredou pelo caminho do amparo a certos segmentos desfavorecidos da sociedade que aqui se estabelecia. Assim sendo, detivemo-nos em três tópicos recorrentes na composição destes

27 BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

28 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas**. Tese de doutorado São Paulo: PUC, 2001

29 PEREIRA, op. cit.

documentos: a instrução pública, a saúde pública e a imigração e colonização. Esta seleção deveu-se a três fatores determinantes de nossa investigação: 1) os asilos orfanológicos que foram a motivação inicial de nossa pesquisa serem essencialmente instituições de ensino, com finalidade de preparar seus internos para assumir cargos e profissões na cidade; 2) a constituição da Santa Casa de Misericórdia ser resultado do interesse da Província de dar conta do volume de doentes sem recursos que chegavam dos interiores na capital, fator resultante do incentivo à migração para o desenvolvimento da agricultura e posteriormente ligado à construção da ferrovia Madeira-Marmoré; 3) por fim, o Asilo de Mendicidade, como uma das últimas instituições de abrigo a indigentes a surgir, por iniciativa de entidades civis compostas pela elite da capital, nos conduziu ao questionamento sobre os fatores ligados à intensificação da pobreza e da indigência na cidade, fator que relacionamos a política de arregimentação de migrantes nordestinos, em especial os cearenses, os quais acabaram por figurar de maneira significativa entre as estatísticas de indigentes tanto do Asilo de Mendicidade quanto da Santa Casa de Misericórdia.

Esta leitura objetivada nos permitiu visualizar um conjunto de idéias liberais que, pouco a pouco, foram se configurando como ações políticas e que resultaram em medidas organizadoras da sociedade manauense. Não obstante, como afirma Nasthya Pereira em seu trabalho, este ideário moderno muitas vezes é contrastado com tendências conservadoras, denotando as contradições em que está imersa a política brasileira.

Porém, como visualizar nossos sujeitos históricos, já que eles aparecem anônimos, homogêneos nas falas destes outros? Em que momento eles podem se revelar por si mesmos se em sua maioria absoluta são crianças e analfabetos, pessoas que não deixavam registros escritos e se o fizeram, não foram localizados ou preservados? Nossos sujeitos-objetos de estudo diferem daqueles que formaram sindicatos, organizaram greves, denunciavam publicamente sua rejeição aos atos e falas de seus algozes. Nossa resposta veio através da coleção de periódicos de época, armazenados no Laboratório de História da Imprensa do Amazonas da Universidade Federal do Amazonas (LHIA) e no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Nestes, em pequenas notas, encontramos referências a nomes, origem, idade, sexo e comportamentos. Registros de fugas das casas orfanológicas, de indignação da população quanto a boatos de maus tratos, denúncias em jornais populares sobre as

péssimas condições de higiene e salubridade dos hospitais, a relutância dos órfãos e mendigos em serem reclusos em tais estabelecimentos. Por fim, uma leitura mais arisca dos próprios documentos oficiais, acaba por revelar a resistência da população a este projeto engendrado pelo Estado.

É certo que os jornais também não podem ser lidos como retratos dos fatos, admitimo-os aqui como indícios. Seus redatores também estavam comprometidos com seus ideais e a concorrência entre os periódicos que circularam num mesmo período obriga a, na medida do possível, buscar confirmação ou versões diferenciadas, muitas vezes embrenhadas em rixas e acusações entre os redatores, os quais acusavam-se mutuamente de terem distorcido o relato dos acontecimentos. Os jornais ao menos nos permitem entrever nomes, rostos e preocupações, indicando que havia diferenças gritantes entre o que a classe dirigente planejava e a forma como as coisas aconteciam.

Vale ainda salientar que foram consultadas diversas leis orçamentárias do estado do Amazonas republicano, as quais previam o volume de investimentos a serem empregados nas políticas públicas. Sabemos que há uma diferença entre o que é previsto no orçamento e o que realmente é feito durante uma administração, entretanto, esta consulta ajudou-nos a pensar discrepâncias entre projetos de ordem estética, que destinavam erário para o aformoseamento da cidade e ao mesmo tempo reduziam a previsão de gastos para com a instrução pública e saneamento; gastos projetados com a educação dos desvalidos e subvenção aos estudantes do Liceu, em sua maioria filhos das elites locais. Desta forma, algumas contradições entre discurso e prática puderam também ser identificadas e objeto de reflexão.

Embora a documentação visitada tenha sido volumosa, isto não significa que conseguimos fazer um mapa detalhado do desenvolvimento das ações públicas dirigidas a parcela de excluídos, em função das dificuldades de preencher lacunas temporais entre os documentos encontrados e por ser esta pesquisa limitada pelo tempo destinado a realização do mestrado. Por outro lado, o fato de a Santa casa de Misericórdia estar fechada, impediu-nos de consultar seu arquivo, de forma que não pudemos recorrer a fontes como seu livro de porta e controle interno de pacientes, conforme José do Amaral Lapa³⁰ indica em sua investigação realizada em Campinas. Este pesquisador enumerou 12 tipos de fontes empregadas na realização de seu trabalho sobre a história da pobreza,

30 LAPA, J.R. do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil**. Campinas.: Ed. UNICAMP, 2008.

a partir da análise da sociedade campinense-SP. São elas : 1) literatura dos viajantes, os quais registram a pobreza, 2) Documentos primários oficiais: o indesejável, mas necessário ao sistema, 3) literatura de ficção, 4) crônica policial dos jornais, 5) documentação do poder judiciário, 6) arquivos da Santa Casa de Misericórdia, 7) arquivos eclesiásticos, 8) legislação municipal, 9) códigos de posturas, 10) regimentos internos e regulamentos de instituições públicas, privadas ou eclesiásticas de caráter beneficente, 11) censos, 12) pesquisa semântica do sentido das palavras em dicionários do século XIX.

O trabalho de recolhimento de fontes tomado a partir da leitura de José do Amaral Lapa foi exaustivo e frustrante, por razões já comentadas. É preciso relevar também que a tese do autor de referência foi construída ao longo de vários anos, tendo sido considerado um mapeamento detalhado a situação do assistencialismo em Campinas. No nosso trabalho tivemos que lidar com a estreiteza do tempo, a má conservação e, às vezes, com a impossibilidade de localização das fontes. Diante de uma lista significativamente grande de fontes, tivemos que fazer escolhas. Por isso os Relatórios Provinciais e Estaduais se tornaram vias interessantes, já que apresentam uma síntese dos expedientes burocráticos, contendo a descrição das ocorrências das repartições e instituições indicadas pelos itens 5, 6, 7 e 11. Sempre que necessário e possível, procuramos localizar os documentos de referência utilizados nos relatórios, os quais muitas vezes compõem um rol de anexos do próprio impresso, onde se acham descrição de rotinas, custo, mapas estatísticos, ofícios e outros expedientes enviados às autoridades destinatárias. Não recorreremos significativamente à literatura de ficção, uma vez que a bibliografia regional lida indica várias passagens descritivas da forma como os viajantes perceberam e registraram o Amazonas. Quanto à questão semântica, utilizamos o próprio José do Amaral Lapa, por já conter terminologias que nos interessaram, como pobreza, carência, mendigo entre outras; porém acrescentamos dados etimológicos por considerar relevante para compreender mudanças de sentido e significado. As demais fontes relacionadas foram consultadas sempre que necessário e possível.

Adotados estes roteiros para iniciar a pesquisa, cabia ainda refletir como as fontes responderiam as questões suscitadas durante a leitura, em especial sobre a forma como foi construída a experiência da pobreza no Amazonas, já que os modelos historiográficos se tornaram um problema para o enfoque que supúnhamos no início da

pesquisa. Passamos então a nos perguntar como as políticas imperiais acabaram por segmentar a sociedade amazonense e tentar identificar o modo de acumulação de riqueza na região. Pela leitura de João Fragoso e Manolo Florentino³¹, isto demanda uma visita aos arquivos de hipoteca e transmissão de propriedade, a fim de identificar a forma como a acumulação de riquezas se processou. No Amazonas, isto implicaria investigar os processos de demarcação e emissão de títulos de propriedade, por compra e venda ou por concessões especiais ligadas às políticas de incentivo à agricultura na região, assim como evidenciar o movimento de dívidas, hipotecas e heranças. Embora batêssemos insistentemente às portas do Arquivo Público de Manaus, não conseguimos autorização para mexer nos arquivos dos cartórios de registros e inventários. No período em que realizamos a pesquisa, uma série de reformas dos arquivos e bibliotecas públicas levou a seu fechamento temporário e ao deslocamento de arquivos de um prédio para outro. Tal empreendimento necessitaria de um esforço para organizar e selecionar amostras e realizar estudo de casos que pudessem representar a forma como a transmissão de propriedade foi feita. Neste aspecto, foi de grande importância a consulta aos trabalhos de Patrícia Melo Sampaio³² que analisou cerca de duzentos inventários e apresenta um estudo referente às elites mercantis em sua dissertação de mestrado e alguns artigos³³ publicados em revistas especializadas.

Neste sentido, nosso trabalho se apóia em tipos de fontes variadas, e numa série de estudos já realizados em dissertações de mestrado e doutorado a respeito da sociedade amazonense.

Para finalizar, informamos que a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro procura balizar conceitos e questões que consideramos fundamentais para a condução do tema. Neste, apresentamos a modernidade que se quis empreender no Amazonas como uma tendência incorporada pelas elites brasileiras que visava conformar o modo de vida das populações aos princípios comportamentais burgueses que se difundiam na Europa. Tratamos ainda de esboçar uma concepção de

31 FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. R.J.: Diadorim, 1993.

32 SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais. Manaus, 1840-1880**. Manaus: EDUA, 1997.

33 Para nosso interesse, focamos o seguinte artigo: SAMPAIO, P., **Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**, Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral, pp. 49-70, disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.

elite, baseada em autores da historiografia brasileira, e a idéia de pobreza constituída como um setor considerado perigoso aos ideais modernistas.

O segundo capítulo procura delinear as principais preocupações conduzidas pelos representantes políticos da região, que são apresentadas como medidas que visavam integrar o lugar ao modelo civilizado que se afirmava no Brasil Imperial e anos iniciais da República. Foram enfatizadas as políticas empregadas para consolidar o domínio sobre o território e seus habitantes. A regulamentação das terras e a migração são apresentadas como fatores determinantes no processo de diferenciação social, trazendo para o contexto amazônico a necessidade de desenvolver políticas destinadas aos setores excluídos que se avolumaram com o processo civilizador.

O Terceiro capítulo apresenta duas diretrizes que fazem parte da intenção administrativa assumida pela classe política, a instrução pública e as políticas sanitárias. Integradas ao que ocorria em todo o país, as políticas estabelecidas nestas áreas são apresentadas cronologicamente, procurando identificar contradições internas ao discurso e á prática, em que se opunham políticas destinadas a setores mais favorecidos e aqueles que representavam um problema para as intenções governamentais. Educação propedêutica e formação de mão de obra, aformoseamento urbano e higienismo aparecem como diretrizes marcadas pela segregação e pelo preconceito.

O último capítulo apresenta as instituições filantrópicas surgidas no período, descrevendo sua criação e rotinas. São elas: Santa Casa de Misericórdia, Hospício Eduardo Ribeiro, Instituto Benjamin Constant, Instituto Afonso Penna e Asilo de Mendicidade. Supomos que estes estabelecimentos funcionaram como práticas de controle, disciplinarização e isolamento dos indivíduos indesejados pelo sistema, cuja existência foi sistematicamente classificada, variando daqueles que poderiam se tornar úteis ao estado, como os órfãos, até aqueles que, por sua condição moribunda ou débil, cabia apenas isolar. Se para os primeiros a educação foi tomada como uma via de inclusão na nova ordem, para os últimos, o confinamento e a espera da morte transformaram-se na solução escolhida por aqueles que se mantinham no poder.

CAPÍTULO 1

A MODERNIDADE COMO PROJETO

1.1 CONCEITOS E ABORDAGENS

Pensar o projeto civilizatório exige que nos debruçemos sobre uma série de questões abordadas por uma grande gama de autores. Conceitos como modernidade, urbanismo, práticas disciplinares e controle são recorrentes e necessários a compreensão das transformações sociais que foram empreendidas no mundo ocidental a partir do século XIX. As modificações relacionadas neste período não dizem respeito apenas à modificação do sistema produtivo e a reordenação política, mas também a mudanças de valores, hábitos, costumes e formas de pensar e agir tanto dos segmentos mais abastados da sociedade, quanto das camadas populares. Para lidar com esta complexidade de variáveis, fomos obrigados a recorrer a diversos tipos de narrativas. A princípio, ficamos reticentes com a idéia de utilizar-se de textos que são tradicionalmente ligados a correntes historiográficas distintas, mas, após a leitura do trabalho realizado por Lená Medeiros de Menezes³⁴ sobre os imigrantes pobres na cidade do Rio de Janeiro, não nos pareceu tão aviltante conjugar autores de duas ou mais tendências interpretativas, uma vez que ela se faz valer de múltiplas correntes para aproximar-se de seu objeto. Logo na apresentação que faz de seu livro, ela alega a necessidade de “*articular a História social com a História Política, Econômica, Cultural e das Mentalidades*”³⁵, por se tratar o momento histórico estudado, que compreende o do nosso trabalho, uma “*conjuntura explosiva*”³⁶, o que interpretamos como um processo de grandes transformações em um espaço de tempo histórico relativamente reduzido.

Procuramos nortear o nosso trabalho a partir dos pressupostos da história social, também conhecidos pela expressão “história vista de baixo”, cujas origens remontam à reflexão desenvolvida na Inglaterra sobre as teses propostas por Marx, que discutem as formas de produção social e a recorrente fórmula da exploração de um setor menos privilegiado da sociedade. Sobre o Marxismo inglês, incidiram as especulações

34 MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis. desclassificados da modernidade. protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)**. RJ: EdUERJ, 1996.

35 Idem, p. 17

36 Ibidem.

propostas pela Nova História que reivindicavam uma abordagem menos abstrata e mais próxima da realidade quotidiana do homem de certo tempo.

Segundo E. P. Thompson³⁷, as exaustivas descrições conceituais desenvolvidas por Marx, embora espelhassem significativamente os esquemas de produção e exploração do homem, não nos permitiam vislumbrar a vida e a existência destes entes. É a partir de uma investigação minuciosa das práticas e representações experimentadas no quotidiano dos seres comuns, que poderemos compreender o impacto que o curso da história causa sobre as múltiplas experiências de homens e mulheres de diferentes estratos sociais.

A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência³⁸

O tema “políticas públicas e pobreza” remete imediatamente às preocupações de ordem econômica e política, já que são fenômenos sociais que se constituem como objetos destas esferas de abordagem. Por isso, sentimos necessidade de seguir a compreensão materialista dialética da história, através da qual buscamos diversos autores que procuraram realizar pesquisas acerca das formas como as relações econômicas determinam a organização das sociedades e o impacto que isto gera sobre o modo de vida e as formas de representação produzidas numa certa época. Para tanto, foi-nos extremamente útil as reflexões elaboradas por Adorno e Horkheimer³⁹, integrantes da chamada Escola de Frankfurt que, já nos anos 30 do século XX, teorizavam acerca da forma como as relações capitalistas de produção estavam alicerçadas num discurso técnico-científico que procurava imprimir uma série de modificações estruturais, a partir da crença de que a Razão poderia reorganizar as sociedades tornando-as mais eficientes. A este esforço, chamou-se de modernidade. Duas categorias conceituais devem ser compreendidas nesta trajetória: 1) o discurso científico que procurava conformar e explicar aos indivíduos as necessidades de

37 THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

38 CASTRO, Hebe. **História social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 51.

39 ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. RJ: Zahar Ed. 1985.

mudança, e que era imbuído do empenho em substituir as estruturas mítico-religiosas tradicionais pelas hipóteses científicas. Este traço da modernidade, não seria próprio do Iluminismo do século XVIII, mas uma retomada das formas gregas de pensar o mundo que tomou conta do Ocidente neste período histórico. 2) o investimento no desenvolvimento de um saber técnico, capaz de direcionar as relações de trabalho e que se caracterizava pela seleção de uma série de medidas e procedimentos alicerçados nas descobertas científicas, as quais assumiam um caráter essencialmente reprodutivista; ou seja, uma vez descoberto o modelo ideal de civilização, este modelo poderia ser reproduzido em qualquer lugar em que fosse necessário. A técnica consiste portanto, na eleição de uma série de conhecimentos e procedimentos nos quais se entende um certo conceito de utilidade a medida que podem ser facilmente reproduzidos quantitativamente. Em Benjamin, outra vertente da mesma escola, Paris aparece como esse modelo ideal, onde confluem aspectos materiais e mentais que constituíram não só o ideal científico, mas os parâmetros estéticos que determinaram a civilização moderna ocidental.

Segundo Bárbara Freitag⁴⁰, o trabalho de Benjamin completa a análise crítica da Escola de Frankfurt à medida que demonstra como o fetiche pela mercadoria (conceito essencial da análise materialista dialética), se materializa nas reformas de Paris. Tal fenômeno pode ser entendido quando Benjamin descreve o poder que a técnica tem de reproduzir em grande quantidade aquilo que seria original e único nas mãos de um artista. Esta possibilidade transformou tudo em mercadoria. Ocorreria assim uma vulgarização da arte e dos costumes, ainda que isto estivesse revestido de uma máscara de refinamento civilizatório. Para Benjamin, a modernidade pode ser pensada por uma estetização das atividades políticas que procura dar forma, uniformizando as massas, padronizando hábitos e costumes⁴¹. Nesta perspectiva, a Escola de Frankfurt alia às questões econômicas reflexões da ordem da cultura, demonstrando a sociedade como um complexo movimento dialético entre os universos mental e material da produção humana. O rol de conceitos desenvolvidos por estes pensadores norteia, em parte, as interpretações que estamos estabelecendo para o discurso político que encontramos na documentação oficial que está sendo analisada neste trabalho.

40 FREITAG, B. **A construção da teoria crítica: a troca de cartas entre Adorno e Horkheimer** in: Revista Tempo Brasileiro, out-dez, n° 155, R.J.: Tempo Brasileiro, 2003.

41 BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**, in: BENJAMIN, ADORNO, HORKHEIMER E HABERMAS, **Textos escolhidos**, Col. Os Pensadores, S.P.: Abril Cultural, 1980.

Entre os sabores e dissabores que permeiam a construção da modernidade, esboçamos uma tentativa de caracterizar os agentes desse movimento a fim de compreender a complexidade do período. No íterim das transformações econômicas e culturais, deparamo-nos com a reorganização política, para a qual uma gama de estratégias foram utilizadas para adequar o cotidiano das cidades às novas dinâmicas econômicas. Neste sentido, ideais estéticos e morais foram utilizados como importantes instrumentos de conformação e adequação as novas formas de trabalho e aquisição de bens. Os “modernos” compunham um pequeno segmento da sociedade, ligado às classes mais abastadas, afinados com os ditames burgueses, porém, ainda presos a valores arcaicos, que se auto proclamaram condutores da humanidade em direção ao progresso. Nas palavras de Emília Viotti da Costa, no “*rastro da modernização, o conservadorismo e a idealização do passado parecem ter tido papel tão importante quanto a utopia futurista*”⁴². Eram seres essencialmente conflituosos, que sentiam saudade de um passado idílico distante e ansiavam um futuro fantástico. Ao mesmo tempo, detestavam modos e comportamentos que os lembrassem sua origem selvagem e tinham horror à consequência mais desastrosa do processo civilizatório: a miséria e sua hoste de desvalidos.

Numa perspectiva dialética, compreendemos que esses homens modernos estavam representados nas elites política e intelectual da sociedade brasileira, pertencentes ou intimamente ligados aos setores econômicos mais abastados e se confrontaram no seu dia a dia com trabalhadores e não-trabalhadores, dos quais dependiam para manter o sistema funcionando, mas que não podiam suportar porque representavam a negação daquilo que almejavam. Os projetos para atrair migrantes para o trabalho braçal e artesanal e os urbanísticos, apoiados em códigos de posturas são a maior expressão desta mistura de confronto e incômodo.

Diante de características tão contrastantes, é preciso estar atento à discrepância entre os valores que se opunham cotidianamente. Um pensamento burguês, empoadado de ares aristocráticos, típico da elite brasileira que guardava resquícios do comportamento da era colonial em tempos de reformas liberais, precisa ser compreendido a partir de suas fontes culturais arraigadas às modificações comportamentais geradas nos fins da Idade média. Por outro lado, a resistência do trabalhador e dos não-trabalhadores só

42 COSTA, Emília Viotti. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. S.P. Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 193.

pode ser compreendida a partir de traços herdados de suas experiências e tradições. Se por um lado a elite é multifacetada em graus de diferenciação de *status* e riqueza, por outro a sua identidade como grupo dominante permite que possamos descrever suas idéias e ideologias de modo mais uniforme. Em contrapartida, em um país de misturas étnicas, as tendências comportamentais são muito diferenciadas e trazem consigo traços dos diversos elementos culturais que as compõem. Assim, se as elites podem ser definidas em geral pela adoção das idéias iluministas, com variações relativas às intenções de grupos econômicos divergentes; as classes populares aparecem como um caldeirão de sentimentos, crenças e valores que eclodem através de festas populares, diversões e formas de lazer normalmente caracterizadas como desordem, associadas ao crime e por último nas representações do movimento operário.

Com base na leitura de E.P. Thompson⁴³, que analisa o papel dos valores e sentimentos cristãos, protestantes, na formação da classe operária inglesa, encontramos uma possível chave de compreensão para a forma como a elite e a camada popular compreenderam a modernização que foi desencadeada no século XIX. No caso brasileiro, a religião católica tem um peso fundamental na organização da vida diária, consolidando formas de pensar e reagir às contingências sociais. Diferentemente do protestantismo analisado por Thompson, o catolicismo conserva-se uníssono durante muito tempo no Brasil, produzindo identidades que reúnem pobres e ricos nas missas de domingo e quermesses de dias santos. Entretanto, se olharmos bem de perto, os valores católicos segmentam as pessoas em posições sociais. Se por um lado o discurso cristão torna todos irmãos, por outro predestina uns a tomar conta dos outros. Deste modo, as elites se adonam do poder como um direito e pensam nos pobres como um dever moral, sem que isto implique em modificações estruturais. O discurso da disciplina associa-se ao da caridade, sendo a obediência um valor fundamental. Para June Hahner⁴⁴, a cultura brasileira encerra um comportamento que está alicerçado numa imagem de mansidão garantida à força de instrumentos coercitivos muito poderosos, que vão desde uma teia de valores que orquestram as relações entre patrão e empregados no dia a dia, até a violência da força policial.

Na passagem do regime Imperial para o Republicano, a mentalidade católica-

43 THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1, Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

44 HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1993, p. 51.

aristocrática, dominante desde o período colonial, seria acrescida dos valores estéticos da modernidade, consolidando a segregação sem que alguns pressupostos eclesiásticos desapareçam. Sidney Chalhoub⁴⁵ e Margareth Rago⁴⁶, assim como Sandra Jatahy Pesavento⁴⁷, analisaram a forma como modernidade, disciplina e controle se articularam na reforma das cidades, de modo a consolidar uma segregação já ensaiada no período colonial. As práticas cotidianas, ligadas à tradição cultural das etnias de origem das camadas mais populares passaram a ser alvo da ação da polícia, consideradas como contravenções e fator de desordem. É claro que quando consultamos estas obras encontramos referências às práticas e religiões de origem africana, pois são os escravos o grande contingente que incomoda as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. A capoeira, o batuque e o candomblé foram alvos de repressão durante toda a República Velha e de discriminação até meados dos anos 70 do século XX, nestas cidades. Mas no Amazonas e, especificamente em Manaus, outras são as queixas das autoridades. A vadiagem e a “beberragem” que compunham os alvos da ação policial foram caracterizados como traços indígenas, daqueles que não estavam acostumados a trabalhar, cujas práticas conservavam indícios de selvageria, das quais se aterrorizava a elite local. Do ponto de vista da estética da cidade, as casas de taipa, características da cultura local, foram alvo das políticas arquitetônicas. Já nas casas de abrigo, as crianças foram acusadas de indisciplina e até mesmo de doença mental, quando se comportavam de forma indiferente a rigidez da disciplina que lhes tentavam incutir. Vejamos como o diretor do Instituto Benjamin Constant se referiu a nossa Rita Mesquita, ao se justificar pela fuga da menina, em carta a um jornal local:

Do zeloso Director do Instituto Benjamin Constant, dr. Solon Pinheiro, recebemos a seguinte carta, que com prazer publicamos em abono dos créditos d'aquella bella instituição :

Illmo. Redactor do Quo Vadis?,

Ao ler no vosso jornal _____ fugida de uma educanda do Instituto Benjamin Constant,

(_____)

Conhecendo-a, e reconhecendo-a **incapaz de cultura, e capaz de uma doidice** como essa de sua fugida, por diversas vezes pedi à sua família que a desligasse do Instituto, e só não requeri ex-officio o seu desligamento e não hoje _____ por sentimento de piedade.

45 CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas, SP.: Editora da Unicamp, 2001.

46 RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil – 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

47 PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra Cidade: O Mundo dos excluídos no Final do Século XIX**. S.P.: Companhia Editora Nacional, 2001.

E faz, sr. redactor, vos experimentardes das verdades ditas, indague da família della, ou procure vel-a ou ouvil-a, que **verificareis o seu desequilíbrio, causa de sua deserção.**

A pobre criança fugiu do Instituto porque, _____ junto encontrou aberta a porta da rua.

Felizmente está ella desligada.

Peço-vos, sr. redactor, a publicação desta, e contando com vossa generosidade, antecipamos os nossos agradecimentos.

Sólon Pinheiro.⁴⁸

Os trechos grifados por nós nesta matéria publicada no Jornal “Quo Vadis?” pode dar uma pequena mostra de nossas preocupações ao trabalhar com a documentação, uma vez que a ausência de relatos dos próprios desvalidos obriga-nos a recorrer às entrelinhas da descrição de seus atos na fala de seus opressores. Primeiro atentemos para a primeira idéia que nos salta aos olhos depois de ler superficialmente a notícia: nas palavras do diretor a fuga da aluna se deu por conta de três motivos, 1) a sua incapacidade de cultura, 2) a sua doidice, e 3) ao descuido de uma porta aberta. A disposição das palavras no texto aliada ao tom enfático do autor denotam que a causa da fuga está no temperamento da própria menina. O diretor isenta o instituto de qualquer responsabilidade quando alega já ter avisado aos familiares do seu temperamento e com a solicitação de que o redator verifique por si mesmo a verdade. Por último, invoca o sentimento de piedade como a única causa para que a menina tenha permanecido no Instituto. Não temos dados específicos sobre Rita Mesquita, mas podemos especular sobre sua condição a partir dos dados referentes ao regulamento do instituto, sua rígida disciplina de trabalhos e castigos e as condições de matrícula e relatórios de rendimentos.

O instituto admitia, neste período em que consta a data de publicação da carta (1902), matrículas de órfãos de origem indígena ou não, por parte de pai ou mãe, ou ambos, cujos parentes próximos não tivessem condições de cuidar de sua educação. Considerando a notícia do dia anterior que relatava que ela fugiu para a casa de seu cunhado Pimentel, no bairro do Mocó, Rita pode ser encaixada no rol daquelas que perderam os pais e os parentes próximos não a puderam socorrer em algum momento da infância. Seu contato com um cunhado pode ser explicado pelo fato de semanalmente serem consentidas visitas de parentes sob observação dos funcionários. Sabemos que

48 Carta publicada a pedido do diretor do instituto após ter sido noticiada a fuga da aluna Rita Mesquita, de quinze anos, no número anterior. A matéria está com trechos ilegíveis, mas acreditamos que ela ilustra parcialmente o que queremos inferir. Os traços entre as palavras representam trechos impossíveis de ser lidos. Cf. : Jornal Quo Vadis? Anno I, n. 5, 23 de novembro de 1902, p. 2.

corremos o risco de exageros, inerente à interpretação baseada em dados esparsos sobre a vida de Rita, mas nos parece coerente com os dados que temos. Pois bem, passemos agora ao vocabulário do nosso autor da carta acima. Ele julga que Rita era *incapaz de cultura*. Com isso pode querer dizer, incapaz de aprender. Agora cabe-nos especular sobre seu “aprender”, que pode ter pelo menos dois significados: colecionar dados cognitivos ou interiorizar valores e costumes considerados mais nobres, ou seja, tornar-se disciplinada e disposta ao trabalho. Embora o Instituto se destinasse a conduzir a educação formal, sua finalidade era a de criar boas moças, cujos encaminhamentos fossem o casamento, o serviço doméstico em casas de família ou preparar-se para ingressar na carreira de professora de escolas primárias. A disciplina rígida levava ao desconforto entre as meninas e as irmãs que regiam a Instituição, resultando em castigos frequentes. Dados estes fatos, talvez o diretor do Instituto se referisse mais precisamente a incapacidade de corresponder positivamente a estes incentivos. É possível que ao falar da cultura de Rita, ele fizesse uso do estereótipo vulgar, do olhar “estrangeiro” à região que considerava os nativos, descendentes de índios, incapazes de qualquer traço civilizado e indispostos para o trabalho. O segundo adjetivo atribuído a Rita, capaz de doidices, pode ser entendido de modo puramente figurativo, referindo-se a ímpetos de juventude como o da fuga. Porém ao instigar o redator de jornal a investigar a sandice de Rita, o diretor do instituto sugere que a menina tem uma outra compreensão da realidade. Não sabemos o que Rita dizia ou pensava, mas talvez, somente pelo fato de pensar diferente do modo disciplinar como queriam que se comportasse e compreendesse seu lugar no mundo, já fosse suficiente para que ela fosse considerada insana. Era comum atribuir a comportamentos indisciplinados ou inquietos a condição de loucura.

Uma incipiente psiquiatria que se inaugurava no pensamento brasileiro constituía-se em mais um dos saberes ligados aos projetos civilizatórios e era carregada de idéias morais permeadas por teorias raciais e comportamentais. Maria Clementina Pereira da Cunha⁴⁹, Magali Gouveia Engel⁵⁰ e Luís Antonio Batista⁵¹, cujas obras versam sobre a constituição do saber psiquiátrico e a abertura dos Hospitais de

49 CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

50 ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.

51 BAPTISTA, Luis Antônio. **A cidade dos sábios**. São Paulo, Summus, 1999.

Alienados neste período, consideram que a definição da loucura estava diretamente vinculada às idéias de melhoramento da raça e de modificação comportamental dos mestiços, os quais teriam herdado estes desvios da origem negra e indígena, consideradas raças inferiores. Na impossibilidade de disciplinar ou reprimir comportamentos considerados inadequados diante de um padrão elegido como superior, o confinamento, isolamento e quiçá, tratamento, eram soluções aceitáveis num ambiente marcado pelo preconceito e pelo desejo de segregação.

Em 1909, o exame de corpo delito de uma menina de quatro anos, nominada de F., filha de M.F.A., que foi agredida na cabeça por um adulto identificado como A. de L., publicado na Revista Amazonas Médico, indicava que um comportamento agitado poderia facilmente ser interpretado como ausência de sanidade mental, neste caso, causada pela pancada, fator que os médicos descartaram após o exame, mas não sem antes fazer o seguinte comentário:

Os abaixo assignados doutores em medicina e peritos nomeados para procederem ao **exame de sanidade** na menór F., filha de M.F.A., por motivo da questão que move contra A. de L., tendo submettido a referida menór a observação e procedido diversos exames em sua pêssoa ...

EXPOSIÇÃO

F. é uma creança de cerca de 4 annos de idade, regularmente conformada e desenvolvida, porém anemica e enfraquecida, parecendo ter, alem disso, um **temperamento lymphático pronunciado**.

Estudando-a, nenhum indício encontramos que fizesse acreditar na existência de nenhuma molestia geral no momento presente, a não ser o habito **lymphatico** da paciente, o qual não é propriamente uma molestia, mas um modo se ser de seu estado **physiologico predisposto**.⁵²

O nosso grifo tem a intenção de que prestemos atenção no pré-diagnóstico com que o médico iniciou sua explanação do resultado dos exames. Primeiramente, enfatizamos que decidiram realizar um exame de “sanidade mental” numa criança de quatro anos de idade, o que por si só já nos estremece. Segundo, a expressão temperamento linfático⁵³, que correspondia à uma classificação deixada por Hipócrates, baseada no estudo dos humores. Sem entrar na teoria propriamente dita, podemos dizer que a expressão “temperamento linfático” estava ligada ao bom ou mau funcionamento de uma linfa (glândula). Em geral, associada à teoria dos fluídos, supunha-se que as glândulas ou linfas interferiam na circulação sanguínea que, em mau funcionamento,

52 Revista Amazonas Médico, Anno I, Maio de 1909, nº 5-6, pp. 61-62

53 HOUAISS, Antonio & VILAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2001

poderia derivar num comportamento alienado, delirante e frenético, frequentemente entendido como estado de loucura. A expressão comportamento linfático também pode estar ligado à apatia ou calma⁵⁴, neste caso, hábitos desejáveis⁵⁵ para a sociedade. Essa dubiedade de significados deve ser pensada segundo a teoria dos humores e dos fluídos, ambos regidos pelo funcionamento das *lymphas* (glândulas). Assim, a expressão “comportamento sanguíneo linfático” poderia significar o bom funcionamento da glândula e do fluxo do sangue, resultando em calma e apatia. Já um “comportamento linfático pronunciado”, poderia ser entendido como um mau funcionamento da glândula, resultando num comportamento indesejável.

O exame realizado devia-se a uma investigação iniciada a pedido do pai da menina que pensava ser este comportamento desencadeado pela agressão na cabeça, da qual era acusado o tal A. de L. O termo linfático, aparecerá no contexto indicando inflamação aguda. Ao longo do relato, descobrimos que a menina dormia mal e gritava alucinadamente, ao que se atribuía consequência de pesadelos. Ao final das longas quatro páginas em que se distende a matéria, finalmente os médicos informam que a menina foi acometida de uma otite aguda, possível causa de seu *temperamento linfático pronunciado*.

Infelizmente não conseguimos localizar mais dados acerca de nossa pequena F. Portanto, não podemos especular quem era e a que segmento social pertencia, porém ela é descrita como pequena, anêmica, sofredora de um corrimento fétido no ouvido direito e vítima de uma agressão na cabeça e no rosto que, segundo os médicos, causar-lhe-ia deformação facial. Esses indicativos não nos parecem a descrição de uma condição social abastada. Porém não nos interessa a partir deste fragmento discutir a classe social de F., apenas atentar que o comportamento reativo ou diferente do ideal moderno era entendido como um estado de humor doentio, causador de indisciplina e comumente associado às “doidices”, como afirmou o diretor do Benjamin Constant acerca de Rita Mesquita.

O vocabulário de época, quando compreendido enquanto manifestação das formas de conceber a realidade, especialmente quando caracteriza o outro, produzindo uma identidade marcada pela inferiorização, podem revelar o conflito entre práticas

54 FERREIRA, A. B. de Holanda. **Novo dicionário de língua portuguesa**. R. J.: Nova Fronteira, 1986.

55 ENGEL, op. cit., p. 165-166.

culturais diferentes. Mais que isto, pensar a forma como esses conflitos e exercícios de dominação se efetivaram no passado, permite a compreensão do momento presente, como alega Gizlene Neder⁵⁶ ao estudar as formas de repressão e segregação da cidade do Rio de Janeiro, nos anos iniciais da República, e também José do Amaral Lapa ao dizer que a nomenclatura empregada para se referir ao menor que pertence ao setor econômico menos favorecido é preconceituosa, pois “*ontem e hoje, esses designativos sempre menoscabam essa população de crianças.*”⁵⁷ Para estes autores, os problemas vivenciados pela cidade contemporânea podem estar associados às opções que foram feitas no passado.

Ademais, sentimo-nos impelidos a adentrar em certas nuances do universo cultural, na medida em que enveredamos por uma abordagem ligada à concepção da história social, a qual pode ser compreendida no sentido de história total, uma vez que concebe os fenômenos humanos e sociais como um todo, ou seja, não é possível pensar os acontecimentos somente por uma perspectiva política ou econômica ou cultural, mas é necessário admitir que uma mesma ocorrência é atravessada por todos estes fatores, que são, em última instância, sociais.

A grande indagação que se faz é se a História Social pode ser considerada uma especialidade, com objetos próprios e definidos, ou se o "social" acaba de um modo ou de outro coincidindo com a sociedade - o que faria da História Social uma espécie de categoria transcendente que acaba perpassando ou mesmo englobando todas as outras especialidades da História.⁵⁸

No que tange à especificidade de nosso trabalho, a leitura de José do Amaral Lapa⁵⁹ nos conduziu a refletir sobre a pobreza como o centro vital de compreensão para o desenvolvimento de políticas públicas no momento em que o liberalismo penetrou na direção política do Brasil. Como a pobreza é engendrada e de que maneira o indivíduo chega à miserabilidade e por que o Estado tem que se manifestar quanto a este fenômeno, foram questões que atravessaram toda a nossa pesquisa. Esse questionamento, entretanto, levou-nos a um estranhamento: os autores que consultamos preliminarmente, Sandra Jatahy Pesavento⁶⁰, Lená Medeiros de Menezes⁶¹ e o próprio

56 NEDER, Gizlene, **Cidade, identidade e exclusão social**. In: *Tempo*, revista do departamento de história da UFF. Vol.2, nº 3. Junho de 1997. Rio de Janeiro: Relume-Damurá, 1997.

57 LAPA, op. cit., p. 95.

58 BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, pp.109-110.

59 LAPA, op. cit.

60 PESAVENTO, op. cit.

José do Amaral Lapa, respondiam a estas questões a partir dos estudos sobre a formação econômica e social do Brasil, tomando por base a caracterização da economia agro-exportadora-escravista e aos processos de abolição da escravidão e arregimentação de mão-de-obra imigrante incentivada nos anos finais do Regime Imperial. No Amazonas, cuja mão-de-obra consolidou-se principalmente entre indígenas, arrebanhados em missões catequéticas, e cujo motor econômico era o extrativismo, com pouca expressividade no rol de exportações brasileiras, o pauperismo precisa ser estudado a partir de suas características singulares, ainda que tenha sofrido as conseqüências de uma série de políticas e projetos pensados no âmbito da nação brasileira. No caso dos autores citados e seus objetos, localizados na região centro-sul do país, associar o grande contingente de desvalidos aos negros e mulatos que sofreram com a forma como a abolição foi feita, ou ao excedente de imigrantes (no caso de Menezes) que chegavam à cidade parecia uma condição necessária. Enquanto experiência de pesquisa e análise, suas reflexões constituem-se como pilares para a compreensão da forma como os segmentos empobrecidos da nossa sociedade foram marginalizados pelas políticas públicas modernistas. No entanto, nossos pressupostos quanto à formação da sociedade amazonense não podem ser tomados deste ponto de partida. Apesar das singularidades das obras que tratam da formação econômica e social do Brasil e das diferenças entre tendências explicativas, a Amazônia foi caracterizada no interior de um modelo agro-exportador-escravista como uma economia secundária em relação ao centro administrativo e agro produtor localizado nas regiões nordeste e sudeste. Tal fato deveu-se a ocupação e anexação territorial tardia e a dificuldade de promover a agricultura na região em função das difíceis condições geográficas, portanto, não se desenvolveram na região fortes relações agro-escravistas. Sua participação nas relações econômicas dominantes se deu em torno das atividades extrativistas, com larga utilização de mão-de-obra indígena e pequena participação da população negra, direcionadas para o setor exportador, com mínima expressividade na balança comercial.

Ao tentar clarificar o modo como foi possível a efetivação da distinção entre classes no Amazonas, segundo um modelo modernista, fomos conduzidos ao interior de discussões econômicas, que embora destoem da abordagem cultural, se fizeram necessárias, mesmo porque, algumas políticas públicas desenvolvidas no período estudado dizem respeito à demarcação de terras, desenvolvimento da agricultura e

61 MENEZES, op. cit.

constituição da propriedade privada; fatores que ao longo da pesquisa contribuíram para a compreensão da forma como os nossos sujeitos históricos foram designados pelos documentos oficiais. Neste ponto foram significativas as observações de Ciro Flamarion Cardoso⁶² quando trata da passagem do modelo agro-exportador escravista, definido nas bases de Caio Prado Junior e Jacob Gorender, para a introdução das práticas capitalistas. Primeiramente ele deixa claro que o modo de produção que se instalou no Brasil não foi escravista, mas colonial, uma vez que o sistema escravista foi caracterizado por Marx como um processo intrínseco às relações estabelecidas na antiguidade. O escravismo que encontramos na América pertenceu à fase de acumulação primitiva de capital, cuja peculiaridade consistiu na conversão do valor-mercadoria do escravo em moeda para as relações de troca entre colônia e metrópole. Embora a intenção da metrópole fosse impedir o acúmulo de capital na colônia, foi justamente este fator que permitiu uma confusa transformação da renda fundiária em capital empresarial. A renda fundiária acabou por fomentar uma classe de comerciantes brasileira que, investindo no tráfico negreiro, conseguiu acumular capital abastecendo as plantations com mão-de-obra africana. Em consequência, a medida que se acumulava capital empresarial entre os mercadores, o valor da terra, atrelado a capacidade de alta produtividade, mantinha-se em altos patamares. Ao contrário do que teria acontecido na Inglaterra, onde a classe burguesa se formou em oposição à aristocracia fundiária, o setor empresarial brasileiro era contíguo em relação ao produtor agrário. Em suma, contraditoriamente ao que pretendia o Pacto Colonial, quanto mais se comercializava escravos com a Metrópole, melhores se tornavam as condições de acumulação de capital para comerciantes brasileiros. Partindo destas premissas, Fragoso e Florentino puderam demonstrar como a concentração de riqueza nas mãos das elites mercantis do Rio de Janeiro foram determinadas pelo esforço de conservar o *status quo* de sua condição de senhores, ratificando a forte hierarquização social que seria perpetuada ao longo do Império.

A economia amazônica entrou no cenário do Império, prescindindo, de certa forma, das formas hierarquizantes determinadas pelo sistema escravista, sem que isso signifique que não foi atingida pelos valores e formas de diferenciação social por ela engendradas. A vastidão do território e a imensa população indígena ali existente, logo se tornaram úteis às primeiras campanhas de dominação. As missões catequéticas

62 CARDOSO, op. cit., 1979, pp.185-204.

tratavam de arrebanhar indígenas para formar o exército de mão-de-obra para a empresa extrativista. O indígena ocupava um lugar intermediário entre o escravo e o homem livre e, embora não pudesse ser tratado como uma mercadoria, sua exploração se deu em larga escala. Patrícia Melo Sampaio⁶³ e Luís Balkar Pinheiro⁶⁴ consideram que independentemente do empreendimento agrícola não ser característico da região, o escravismo na Amazônia não se desenvolveu em virtude da utilização em larga escala do elemento nativo. Desse modo, o indígena destribalizado comporia o quadro dos elementos explorados e em seguida pauperizados pelo sistema.

No período de edificação da Província do Amazonas, o Brasil atravessou a fase das modificações das relações de produção que se processavam no século XIX, as quais resultavam de uma crise do modelo agro-exportador-escravista que era obrigado, por imposição externa (proibição do tráfico negreiro), a modificar suas relações de trabalho, substituindo o escravismo pelo contrato. Esse fator se deu através da adoção de uma política imigratória que tinha a intenção de melhorar a qualidade da produção e que acabou por descartar a mão-de-obra escrava, alijando-a do processo produtivo. Embora a mão-de-obra escrava não fosse predominante no Amazonas, o projeto de nação do segundo Reinado, que pretendia integrar a região às demais do país, trouxe um conjunto de políticas públicas que deviam ser implantadas a fim de reestruturar a economia. Os incentivos à imigração seriam trazidos para a região, e, embora a condição do indígena fosse diferente daquela reservada ao negro, os preconceitos advindos de um pensamento racial - que hierarquizava brancos, mestiços, negros e índios - se abateu sobre a província. A migração foi incentivada como uma forma de implantar a produção agrícola em larga escala e a cultura seminômade, extrativista, típica das sociedades locais foi preterida. O indígena, caracterizado como selvagem, foi segregado, embora houvessem diversas tentativas de cooptá-lo ao trabalho disciplinado. Outra consequência foi a necessidade de ratificar a propriedade privada; portanto, a terra antes concedida pelo regime de sesmarias, deveria ser regulamentada pelo termo de posse, através dos títulos de compra e venda. Este momento estabeleceu o surgimento de doutrinas liberais que influenciaram diretamente a constituição da Província do Amazonas.

63 SAMPAIO, op. cit., 2002, pp. 49-70.

64 PINHEIRO, L. Balkar S. P. **De mocameiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX**, in: **Terra das águas** – Núcleo de Estudos Amazônicos – UnB, Brasília: Paralelo 15, 1999, disponível em: <http://sites.google.com/site/luisbalkarpinheiro/Textos/artigos>.

Para Arthur Cesar Reis⁶⁵, maior representante da historiografia da região, a Amazônia nasceu como província independente do Grão-Pará, sob a égide do pensamento liberal. Esta afirmação é incorporada de traços singulares da constituição territorial e das relações de trabalho ali desenvolvidas, uma vez que, em sua opinião, a escravidão não ocorreu de modo determinante. O extrativismo garantia a participação do Amazonas no cenário brasileiro pela via do comércio externo, fornecendo especiarias para a Europa, Norte da América e intermediando a entrada de produtos para a região do Peru. Conforme essa referência, o parco capital nestas terras era essencialmente comercial.

A resposta sobre o problema relativo à constituição da pobreza recairia naturalmente sobre o elemento indígena, explorado pelas missões religiosas em aldeamentos ao longo do rio. Porém, os teóricos já citados e visitas preliminares à documentação oficial levaram-nos a repensar esta hipótese, já que todos são unânimes em afirmar que o indígena e o caboclo, desde que as missões jesuíticas foram substituídas por Pombal pela Diretoria de Índios, evadiram dos aldeamentos, retomando o modo de vida coletivista, centrado no nomadismo determinado pela alternância entre as cheias e vazantes dos rios, na pesca, caça e coleta de frutos da floresta e, ainda, cultivos de subsistência que geravam a possibilidade de trocas de excedentes pelo sistema de regatões. Os indígenas eram fruto de constante preocupação dos administradores públicos, pois eram vistos como mão-de-obra potencial, cujo maior problema estaria na conversão de seus hábitos, considerados selvagens, que ameaçavam a vida e a existência das pessoas e vilas nos interiores do Amazonas. Constantemente encontramos descrições de tentativas de atraí-los para a produção e a convocação de seus trabalhos para as obras públicas, mas também relatos de abusos de capatazes, diretores e denúncias de escravização e tráfico; bem como das “correrias de índios”, que descrevem ataques de tribos resistentes a vilarejos.

Admitindo-se a idéia de que o elemento indígena era resistente às investidas do homem branco e que encontrou formas de retomar sua existência, ao perseguir o caminho percorrido pelo pauperismo na região, seguimos pistas que indicam a população migrante nordestina como um fator de intensificação da pobreza no Amazonas. Se por um lado a exploração de mão-de-obra indígena legou um conjunto

65 REIS, Arthur Cesar. **O processo de independência no norte**, in: MOTA, C. Guilherme. **1822: Dimensões**. S.P.: Ed. Perspectiva, 1986.

de indivíduos empobrecidos que se mantiveram ligados ao trabalho nas obras públicas; por outro, a campanha para atrair migrantes para a região acabou por aumentar significativamente o número de pessoas pertencentes ao segmento pauperizado.

Em se tratando de num período extremamente tumultuado, que passou por turbulências entre tendências políticas, este viés assomou-se às nossas preocupações econômicas. Recorremos então à historiografia política, uma vez que estas disputas se abateram sobre Manaus e dirimiram as decisões em relação aos rumos econômicos. Compreender a ação das elites políticas que se instalaram na região exige navegar, ainda que superficialmente, nas águas da disputa entre conservadores e liberais, os quais, segundo Emília Viotti da Costa⁶⁶ não se constituíram como setores profundamente antagônicos, caracterizando uma disputa entre aristocracia agrária e burguesia como ocorria na Europa. Adepta da idéia de que nossas elites estão muito mais comprometidas com a defesa e manutenção de seus privilégios e *status quo*, a historiadora demonstra que os valores burgueses são conformados às essas intenções, dificultando a separação entre interesses públicos e privados na tomada de decisões políticas.

Num primeiro momento, Provincial, as políticas públicas no Amazonas confluem com o projeto de nação posto em curso pelo Império, portanto, as diretrizes dizem respeito a todo o território do Amazonas, dando ênfase a projetos ligados à instrução pública, formalização da propriedade privada e tentativas de introduzir o Amazonas na economia agro-exportadora. A capital Manaus tornou-se o centro administrativo, mas pouco tinha de moderna. Para incrementar este processo de adaptação da região aos princípios liberais mal e mal defendidos na constituição de 1824, foram fundadas diretorias destinadas a criar um sistema educativo e meios de desenvolver a agricultura. Educação e migração tornaram-se assim bandeiras levantadas pelos Presidentes de Província.

Num segundo momento, a partir de 1880, às vésperas da República e já auferindo os dividendos da borracha, Manaus passou por um traumático processo de modernização. As leituras das obras produzidas em dissertações de mestrado, guiadas essencialmente pelas diretrizes da história social, funcionam como uma possibilidade de compreensão significativa das peculiaridades regionais. Apoiadas em estudos sobre os

66 COSTA, op. cit., 1999

mecanismos de disciplina e controle inseridos na concepção de uma política urbanista segregadora, os trabalhos de Edinéia Mascarenhas Dias⁶⁷, Maria Luiza Ugarte Pinheiro⁶⁸ e Francisca Deusa Sena da Costa⁶⁹ são referências de interpretação.

Em consonância a estas leituras tortuosas, procuramos transitar entre as macro e micro estrutura da sociedade, a fim de que entrevejamos a relação existente entre as diretrizes de poder e a vida real experimentada pelos indivíduos. Como afirma Assunção Barros, através desta abordagem

... estudam-se fatias da sociedade (ou os subconjuntos internos à sociedade); em outro caso, estudam-se elementos específicos e transversais que parecem atravessar a sociedade por inteiro (os mecanismos de organização social e os sistemas de exclusão, por exemplo, atravessam a sociedade como um todo).⁷⁰

Consideramos que nosso trabalho estaria centrado no que Barros chama de sistemas de exclusão. Procuraremos identificar, através da documentação existente, a forma como o poder e a elite manauense desenvolveram mecanismos para apartar os indivíduos considerados indesejados, de seu convívio. Vale ressaltar que, estas políticas públicas, as quais nos referimos, estão imbuídas de um profundo sentimento cristão, e são vistas como uma verdadeira preocupação caridosa de uma parcela privilegiada da sociedade para com os pobres. Por outro lado, pensamos que o confronto entre diversos tipos de fontes podem nos trazer alguma luz sobre quem são os desvalidos que aparecem em seus relatórios. A priori, já sabemos que são como Gabriel, Jesuína, Rita, Manoel, Pedro e Sebastião: filhos de pessoas exploradas, que com o fruto do seu trabalho não puderam deixar guarida para seus filhos, menores que se arriscavam em trabalhos pesados para ajudar a família, migrantes nordestinos e estrangeiros desejosos de retornar a sua casa. Homens e mulheres que lutaram no dia a dia para persistir e resistir à locomotiva da modernidade.

1.2 O PROJETO CIVILIZATÓRIO NO AMAZONAS

A idéia de civilizar a Amazônia foi uma constante durante as sucessivas

67 DIAS, op. cit., 2005

68 PINHEIRO, op. cit., 1999.

69 COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus, 1890/1915**. Dissertação de mestrado, S.P.: PUC, 1997.

70 BARROS, op. cit., p.110.

administrações que passaram pela Presidência da Província. Entre os anos de 1852 e 1889 apenas dois Presidentes pertenciam à região norte, Tenreiro Aranha e Wilkens de Matos. De acordo com os estudos feitos por Nasthya Pereira, a nomeação de governantes estranhos à realidade da província era comum no Império e esta prática foi repetida em todas as demais unidades administrativas. A produção dos relatórios utilizados como fontes estava, portanto, aliada com as diretrizes do governo central e não propriamente com o poder local. O que chamamos de projeto modernista estava centrado na idéia unificadora e pacificadora intensificada ao longo do Segundo Reinado. Há por isso, uma unidade de formas de ver e pensar as reformas que seriam feitas no Amazonas.

Embora houvesse distinção partidária na corte, entre liberais e conservadores, não nos preocupamos em entrar nas minúcias das filiações partidárias dos presidentes provinciais. Isto porque, seguindo a orientação de Emília Viotti da Costa,

Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse geralmente mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas ...⁷¹

Em complemento a este raciocínio, valemo-nos do entendimento de que Maria Odila Leite da Silva Dias⁷² apresenta em seu estudo sobre o processo de independência no texto “A interiorização da Metrópole”. Adepta da tese herdada de Caio Prado Junior, de que as instituições coloniais permaneceriam por longo tempo nas entranhas do Império, a autora aponta que, embora houvessem divergências entre as elites que participavam do movimento, isto não implicava que as reformas políticas e culturais pretendidas por estas atingiriam modificações econômicas, já que o interesse era manter a situação privilegiada que esta mantinha em relação aos trabalhadores e escravos. Desse modo, a política desencadeada pela família Bragança em fins do regime colonial e iniciais do Império eram contraditórias e combinavam medidas liberais com políticas protecionistas e mercantilistas. Devemos ressaltar porém que a afirmação de Maria Odila Leite da Silva Dias⁷³ é uma verdade se pensarmos no binômio dominação-exploração, ou seja, não seria modificada a forma como a relação entre proprietários e

71 COSTA, op. cit., 1999, p. 161.

72 DIAS, op. cit., 2005.p. 8-9.

73 Idem.

trabalhadores estavam posicionados nas relações econômicas, principalmente na conjuntura sudeste, nordeste, sul; mas este paradigma deve ser pensado sob a consideração de alguns condicionantes em relação a região amazônica.

Quando os presidentes chegam ao Amazonas, trazendo o projeto imperial, representam as elites a que pertencem, ou seja, o setor agro-exportador. Uma vez estabelecidos na região, esforçar-se-ão para implantar os mecanismos econômicos dos quais estavam acostumados a se beneficiar, ou seja, interferirão diretamente nas relações de produção ali estabelecidas, com a finalidade de reproduzir o sistema. O projeto de desenvolver a agricultura no Amazonas foi um dos pilares das subseqüentes administrações, sendo um ponto comum de intenções tanto do Império, que visava aumentar as exportações, quanto daqueles que enriqueciam com o tráfico de mercadorias. A região estava assentada numa economia permeada pelas práticas coletivistas e extrativistas, dispondo de uma produção que não correspondia aos índices esperados por uma cultura econômica de acumulação. Portanto, era necessário intervir nas práticas econômicas locais e nos modos de trabalho para atingir metas que têm como parâmetro o mercado de exportações.

Patrícia Melo Sampaio⁷⁴ afirma em seus trabalhos que, no século XIX já haviam pequenas lavouras na região norte, localizadas entre o Pará e o Vale Amazônico, cuja produtividade garantia dividendos que possibilitavam a aquisição de bens caros, como o escravo, o qual não seria empregado na lavoura, mas cujo valor simbólico atribuía *status* ao seu proprietário. Mercadorias não regionais como o café, o arroz, tecidos etc. eram trocados por cacau, salsa-parrilha, algodão, piaçava, canela e outras iguarias de importância para a exportação de especiarias, o que garantia uma margem de acumulação para os comerciantes ali estabelecidos. O projeto de implantação da agricultura tenderia a disciplinar estes cultivos para que a produção atingisse níveis lucrativos no mercado de exportação. Daí a importância de atrair missionários que pudessem arrebanhar indígenas e caboclos nas áreas consideradas boas para plantio a fim de discipliná-los ao trabalho agrícola.

Em geral a Província foi caracterizada pelos seus emissários do Império pela sua exuberância natural, considerada como um potencial econômico futuro. Em contraste a isto, construiu-se uma imagem de incapacidade da população local de explorar o território e uma série de ações começaram a ser traçadas para permitir aumentar a

74 SAMPAIO, op.cit., 2002 p. 63-64.

exploração dos recursos da região.

Em face destas preocupações, uma delas se fez latente: a ocupação. Na visão da administração central, a vastidão do território em relação aos índices demográficos levou a considerar a necessidade de atrair contingente humano que pudesse firmar a posse e a produtividade econômica. Embora as populações indígenas inicialmente fossem consideradas dóceis, os relatórios sucessivamente mostram uma preocupação para com o desinteresse da população nativa pela educação formal e pela agricultura. Independente da construção de escolas, visitas médicas, expedições de reconhecimento, os vilarejos ao longo do rio tendiam a desaparecer. Em geral, essa evasão foi explicada pela violência com que a diretoria de índios lidava com a população local. Interessados em utilizá-los como mão-de-obra para o extrativismo dos produtos aceitos no mercado de exportação, como cacau, salsa, piaçava entre outros, aprisionava-os, tratando-os como escravos, até mesmo traficando-os para outras regiões do país.

Outra razão utilizada para explicar a dificuldade de levar adiante o projeto agrícola era a de que os costumes engendrados pela riqueza da floresta fazia com que o viver da coleta e da pesca fosse mais atrativo do que o trabalho disciplinado. Por outro lado, sentia-se a necessidade de homens que entendessem da burocracia do Estado para organizar os núcleos habitados. A província era descrita como carente de homens letrados e os poucos eram remanescentes das antigas reduções católicas, que tinham se dissolvido, portanto, a educação pública poderia viabilizar não só uma modificação comportamental, mas ainda *“a formação de quadros para o funcionalismo público ...”*⁷⁵.

A questão da educação tornou-se uma das metas a serem atingidas pela política pública. Os governantes traçavam seus planos a partir de dois objetivos: introduzir hábitos e costumes civilizados na população amazonense, visando introduzir práticas agrícolas e o trabalho artesanal/fabril na região da capital e formar homens letrados para exercer os cargos públicos. Desse modo, a educação funcionou como um instrumento de dominação e também de doutrinação de futuros integrantes da classe privilegiada emergente. Isto no plano intencional, porque a reclamação da falta de erário para tocar o projeto era constante e a instrução pública se via de todo malograda.

No Amazonas, como grande parte da população vivia de atividades ligadas ao ritmo da floresta, havia poucos sinais de distinção social. Os registros de escolas e bens

75 RIZZINI, I., op. cit, p.1.

de consumo relatavam números muito pequenos. Tal fato deve-se tanto a vastidão do território que dificultava a circulação de mercadorias, quanto à ausência de espaços artificiais, diga-se, planejados, que fomentasse a ostentação. Agregado a isto e talvez mais determinante, era o fato de que os hábitos e costumes das populações nativas tinham outros referenciais que o consumo de produtos manufaturados. Outro segmento da população era de origem portuguesa, provavelmente uma parcela já excluída das relações de trabalho em Portugal e na colônia brasileira, que viram na migração uma forma de traçar um futuro melhor. Originariamente sem posses, sem grandes estudos, mantinham laços próximos com as comunidades locais. Ao analisar o comportamento da comunidade portuguesa da sociedade amazonense, Maria Luiza Ugarte Pinheiro⁷⁶ relata que esta era afeta aos nativos, frequentavam os mesmos espaços e trocavam experiências sobre a floresta e o comércio.

Como uma das preocupações da província era acompanhar o processo de ocupação, os relatórios apresentam dados sobre casamentos, nascimentos, doenças e mortes, revelando certa quantidade de relações entre portugueses e a população indígena, negra e mestiça.

Isto denota que a segregação entre privilegiados e explorados acirrou-se ou começou a ficar visível com o investimento na reforma de Manaus. Com as obras contratadas já nos primeiros anos da Província, a fim de instalar o aparelho burocrático na capital, a cidade passou a ser referencial de distinção social. Ana M^a Lima Daou⁷⁷ defende que a cidade incorpora valores que atraem aqueles que acumulam dividendos através do comércio de especiarias. Morar na cidade, construir um sobrado, realizar um sarau e ter um filho no Liceu são valores introduzidos com a chegada do aparelho burocrático. Antes de 1850, os eventos reduziam-se às atividades religiosas, concentradas na atual Praça da Matriz.

O Império pretendia consolidar alguns princípios instaurados na Constituição de 1824 que previa a instrução primária pública e gratuita, o direito à propriedade e o dever do Estado com a segurança. Estes tópicos aparecem especificamente em cada um dos relatórios, dando uma idéia da dificuldade encontrada para criar um aparato que desse conta das previsões liberais que timidamente podiam ser identificadas no Estado

76 PINHEIRO, op. cit. 1999, p. 159.

77 DAOU, Ana M^a Lima. **A cidade, o teatro e o “Paiz das Seringueiras”:** práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Tese de Doutorado. Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro; Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, R.J., 1998, p. 49.

brasileiro. Assim sendo, a distribuição de títulos de propriedade por compra e venda também consistiria na instigação da segregação social, separando proprietários de não-proprietários e criando litígios a respeito de divisas entre ocupações nunca antes registradas. Na capital, foram necessárias medidas enérgicas para evitar a ocupação indevida de terras devolutas próximas ao centro administrativo.

A terceira preocupação está na criação da Guarda Nacional para assegurar o território e da polícia para controle dos crimes. Embora os relatos de crimes fossem esporádicos e a Província fosse considerada tranquila, registra-se um pequeno número de litígios de terra entre vizinhos e desavenças entre indígenas e brancos. Emília Viotti da Costa, comentando a questão da propriedade no período colonial relata que:

As portas das casas nunca se trancavam: os crimes contra a propriedade eram pouco comuns numa sociedade ainda não totalmente permeada por valores capitalistas. Mais frequentes eram os crimes passionais, fundados em conceitos de honra pessoal ofendida e rivalidades de família.⁷⁸

Sem grandes prejuízos, acreditamos que a mesma conclusão se aplica a realidade do Amazonas, no início do período provincial. O tópico que registra a “Tranquilidade Pública”, em geral, apresenta um quadro de mansidão, bem como todos os relatos referentes à saúde indicam baixos índices de endemias e epidemias. Mas, com a aproximação dos anos 80, aumentados os dividendos da borracha e iniciados os processos migratórios, este quadro muda. O Jornal A Província do Amazonas, que circulava na capital na década de 70, publicava os expedientes das secretarias públicas e registrava os litígios de terra no interior e nos arredores da capital, além de um noticiário de crimes e doenças, ao contrário dos relatos oficiais na década anterior.

Os sinais da civilização apareceram de modo mais expressivo no convívio da capital, que aumentou em quantitativo de homens, prédios e mercadorias. As obras de melhoramento começaram a ser orientadas e demandavam uma mão-de-obra qualificada tais como mestres de obras, carpinteiros etc., os quais não haviam disponíveis na cidade. Outrossim, importava a questão da alimentação pública, que teve como ponto central de debate o comércio de “carnes verdes”. Esse item não compunha o cardápio das populações locais, mas haviam pequenas criações de gado bovino em fazendas nacionais e particulares, na região do Rio Branco. O incremento das atividades urbanas na capital gerou uma demanda de carne fresca, necessidade que se tornou um problema

78 COSTA, op. cit., 1999, p. 244.

por conta da dificuldade de transporte do gado, abate e conservação.

A falta de gado para consumo da população da capital, e qual mais ainda se faz sentir pela não existência da cultura de cereaes e outros alimentos vegetaes, é uma imperiosa necessidade que de vossa solicitude reclama acertadas medidas;⁷⁹

A composição do aparelho burocrático trazia para o espaço urbano, migrantes que introduziam novos hábitos e necessidades diversas, o que impulsionou um processo de diferenciação marcada pela possibilidade de consumo de mercadorias. June Hahner comenta que ao fim do século XIX, a diferenciação entre ricos e pobres dava-se em pequenos detalhes, como o vestuário e os gestos⁸⁰. Acreditamos que o mesmo deva ser pensado para este momento que descrevemos.

Se de início, para os exploradores do período colonial, a visão do Lugar da Barra parecia idílica, para os homens do século XIX, que representavam a civilização, era deplorável. A partir de referenciais culturais diferenciados, a compreensão de uma experiência se modifica. Na perspectiva de dominar a paisagem natural, o pensamento moderno engendrou as suas projeções. Aterrar igarapés, calçar ruas, edificar prédios públicos, enfim transformar a Vila da Barra de São José do Rio Negro na Manaus Moderna dos anos noventa.

Os anos republicanos serão decisivos para a aceleração deste processo. Instrução pública, para populares e membros das elites; colônias agrícolas, um projeto urbanístico, reforma portuária, arregimentação de mão-de-obra migrante, organização da polícia e códigos de posturas passariam a regular a vida dos habitantes da capital e o interior seria tomado de seringais, coronéis de barranco, seringueiros e a economia extrativista mercantil seria de agora em diante organizada pelo sistema de aviamento, provocando o grande endividamento que levaria a derrocada na segunda década do século XX. Ao pequeno comércio dos portugueses acrescentavam-se as empresas das poderosas companhias inglesas e máquinas chegavam ao porto para construir e acelerar o embarque e desembarque das mercadorias em Manaus, principalmente da borracha. Este cenário de inovações e reformas correspondia ao processo pelo qual passava a “jovem” república brasileira, conforme alerta Lená Medeiros de Menezes:

Os primeiros anos do século foram marcados pela importação de produtos e

79 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis, de 1871, p.17.

80 HAHNER, op. cit., p. 29.

homens, usos e costumes, fazeres e lazeres, crimes e contravenções, valores e visões de mundo. Romper com a tradição colonial, caracterizada pela indiferença social espacial e pela promiscuidade social nas ruas, foi um desafio para que a jovem república se propôs responder.⁸¹

No Amazonas, entre as melhorias cantadas pela historiografia saudosa de um tempo imaginário, a população crescera e a distinção entre trabalhadores e proprietários tomava proporções assustadoras.

É nessa conjuntura de fins de Império e alvorecer da República que os “desvalidos” e indigentes tornam-se uma preocupação iminente. No período provincial, a tranquilidade descrita nos relatórios apresentava uma preocupação com a pobreza entendida no sentido do infortúnio, causado pela orfandade e pela doença. A educação foi pensada como preventiva e funcional, tendo sido criados alguns estabelecimentos de abrigo com poucos internos. Mas ao início dos anos 80, o Asylo Orphanológico Elisa Souto, criado em 10 de Julho de 1884, foi planejado para abrigar 50 meninas em contraste com o Asylo N. Sra. Da Conceição, onde nossa pequena Jesuína foi internada, que abrigava apenas 5, nos idos dos anos 70. Casa dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Instituto Afonso Pena, Sociedades beneficentes, Sociedades mutualistas, Sociedade de senhoras de caridade, e tantas outras entidades públicas e privadas abrirão em flor para amparar os desvalidos e livrar as ruas do incômodo de seus andrajos. Por último, a mendicância tornar-se-ia alvo da moralização do espaço, para o que foi criado o asilo de Mendicidade, que abrigaria os que andavam pelas ruas a esmolar e “enfeiar” o centro da cidade. Dentre as primeiras medidas tomadas pelo governo republicano, figurava intenção de controle da população empobrecida:

A Directoria da Polícia e Segurança e Assistência Pública, manterá o serviço de vigilância e prevenção de delictos e dos crimes, inspecção das prisões, azylos e hospitaes, distribuição de socorros, assistência aos enfermos e saneamento da cidade.⁸²

Criminosos, desvalidos e indigentes eram reunidos numa categoria ampla, a ser tratada como uma questão de segurança. Excluídos sociais, marginalizados pelo sistema, estariam devidamente postos em seu lugar, conforme as especificidades de casos, na nova ordem que se instaurava. Coerção e isolamento, que visavam a disciplinarização, seriam dispositivos intensificados na República. A resposta dada

81 MENEZES, op. cit., p. 31.

82 Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas Gregório Thaumaturgo de Azevedo, de 5 de setembro de 1891. p. 8.

pelos republicanos aos problemas engendrados no Império era a reforma das cidades, denominada “aformoseamento” de um modo geral, que para além do embelezamento que visava atrair a atenção dos mercados estrangeiros, segregaria os espaços. O aformoseamento também significava disciplinarização e apartamento entre pobres e ricos, agora definidos em termos de propriedades e bens de consumo. No Amazonas, os governadores trilhavam os mesmos caminhos traçados pelas cidades europeias e a noção de higienização assumiu um papel determinante para as políticas públicas. A segregação de espaços dividiu a cidade em centro, belo e representante do poder público e periferia, destinada aos trabalhadores e excluídos. São comuns os relatos de historiadores que estudam este período sobre as restrições impostas pelos códigos de posturas às habitações no centro aformoseado, que estipulavam padrões de fachadas, visando impedir a moradia de setores empobrecidos. Também se sabe que estes códigos geraram formas de burlá-los e um enriquecimento de donos de cortiços que, aproveitando-se da crise de moradia, construíam fachadas de acordo com a prescrição legal, em que por de trás, escondiam-se cortiços e quartos insalubres, alugados a trabalhadores pobres.

A intendência tem trasladado para seo Codigo de Posturas medidas contra a edificação de cortiços; mas alguns capitalistas, com seo genio commercial tem conseguido saltar por cima do mais conhecido princípio de hygiene e illudir a suprema administração do município tão somente visando o interesse da bolsa.⁸³

Outro tema central referente ao período estudado é a repressão às formas de lazer de origem popular que passaram a ser coibidas sob a designação de desordem. A bebida, o jogo e a prostituição foram alvos contínuos de uma polícia vitoriana, que agia em nome da ordem e dos bons costumes, não sem o apoio de uma população elitizada que vivia assustada com o que Gizlene Neder⁸⁴ chamou de “medo branco”, referindo-se a suspeita de metamorfose de populares mestiços, afeitos a bebida e ao jogo, em criminosos. A república associava pobreza e práticas populares a desordem e ameaça, assim como ligava desemprego a vadiagem, e luta operária a subversão.

A moral colonial, católica, centrada na piedade e na obediência seria transfigurada num moralismo burguês, disposto a acentuar a diferenciação entre pobres e ricos e conter qualquer sinal de resistência. É nesta conjuntura que as casas de abrigo

83 Relatório do Inspetor Interino de Higiene do Estado do Amazonas, Dr. Henrique Alvares Pereira, de 20 de junho de 1893, p. 6, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 10 de julho de 1893.

84 NEDER, op. cit., p. 107.

foram pensadas. Num certo sentido, essas instituições foram concebidas como profiláticas, para evitar os distúrbios futuros de uma população concebida como indisposta para o trabalho, doente e sem recursos. Educandários de artes e ofícios e asilos orfanológicos eram idealizados como baluartes de uma educação destinada à infância pobre, como meio de discipliná-los e prepará-los para ocupar postos de trabalhos manuais. Destinar-se-iam a criar uma hoste de marceneiros, carpinteiros, pedreiros, empregadas domésticas e babás, todos disciplinados nas letras e nas artes, para atender com presteza às novas exigências da sociedade elitizada. Por outro lado, a Santa Casa de Misericórdia mantinha o papel secular da Igreja como a mão estendida que auxilia o Estado na sua missão protetora dos necessitados. A Santa Casa centralizaria o atendimento aos pobres doentes e acidentados, minimizando as mazelas e reabilitando os indivíduos para o trabalho, mas também decidindo o destino daqueles que não poderiam retomar suas atividades. Alienados recolhidos nas ruas, depois de passar por uma inspeção médica, poderiam ser recolhidos ao Hospício Eduardo Ribeiro, crianças órfãs, entregues ou recolhidas nas ruas, eram destinadas aos orfanatos e, mais tarde, mendigos encaminhados ao Asilo de Mendicidade. A Santa Casa ocupou um lugar central na distribuição de pessoas entre as instituições. Para esta instituição convergiam os desvalidos e indigentes recolhidos em ações da inspeção sanitária que agia sobre as ruas, as casas de caridade e na penitenciária do Estado. Todos os acometidos de males do corpo e do espírito, sem que tivessem meios de cuidar de si mesmo, passariam pela instituição, que tinha por função determinar se seriam apenas atendidos ou confinados em alguma das casas filantrópicas instaladas pela cidade.

José do Amaral Lapa, ao tratar das casas de abrigo na cidade de Campinas sugere que elas acabaram por estabelecer uma rede de contatos em que seus membros-chefes cooperavam entre si para manter a ordem.

A articulação dava-se, em geral, no âmbito das emergências, com autoridades policiais mediando contatos, por exemplo, entre asilos e a Santa Casa no encaminhamento dos carentes. Os que escapavam ou não conseguiam ser incluídos nessa abrangente política assistencialista ficavam sob a mira das autoridades, da imprensa e de cidadãos anônimos contrariados com a incômoda presença dos necessitados, vendo nela, quase sempre, mais uma ameaça do que um potencial para possíveis aproveitamentos.⁸⁵

Além da verba pública, esses estabelecimentos eram providos a partir de doações de particulares e eventos patrocinados pelas classes mais abastadas, muitas

85 LAPA, op. cit, p. 50.

vezes representadas por sociedades que agregavam bens simbólicos aos seus associados. Compunha o *status* e o reconhecimento social ser membro dessas associações destinadas a caridade pública. Estado e iniciativa privada, contando ainda com o apoio de entidades religiosas, prioritariamente as católicas e mais tarde as sociedades espíritas, articulavam-se para recolher desvalidos e indigentes, aliando a caridade cristã a interesses determinados pela nova forma de pensar do mundo moderno.

1.3 UMA ELITE AMAZONENSE

A palavra elite, originalmente, não designava pessoas. Mas uma mercadoria de boa qualidade. Entrando em uso por volta do século XIV, na região franca, estava associada à escolha de algo bom, de boa qualidade, especificamente, “o que há de melhor”. Somente no século XIX, na França, é que passa a designar um grupo social distinto das camadas populares. Etimologicamente, a palavra descende do participípio passado do verbo escolher, *eslit*, *elire/exlegere* do latim vulgar, que por sua vez, tem sua correspondência no latim culto *eligere*, escolher, cuja raiz é o verbo *legere*, ler.⁸⁶

A história do termo nos leva a crer que a noção de elite está diretamente associada ao desenvolvimento das relações burguesas de produção e ao novo ordenamento social que caracteriza a sociedade moderna. Lembremos que num momento precedente, era o termo “nobre” que exercia este papel de distinguir nominalmente os segmentos sociais que ocupam as posições de poder nas camadas sociais.

Apoiada nas teses de Pareto e Mosca, Ana M^a Lima Daou fragmenta os sentidos atribuídos ao termo elite em dois conjuntos de significados: o primeiro de cunho positivo, em sinal de distinção, *status*, posição social, e o segundo de caráter pejorativo, associado às críticas ao sistema burguês, que expressa idéias de concentração de riqueza, abuso de poder, uso de privilégios etc. Seja em que sentido for, a idéia de elite

⁸⁶ A sequência de resgates etimológicos foram consultadas no dicionário Houaiss de língua portuguesa, que trás para cada vocábulo um pequeno registro da origem das palavras, constando as variações de significado desde a sua aparição no léxico da língua de origem até os dias atuais. Selecionamos os significados mais empregados no período histórico estudado. Lapa, em seus estudos utilizou o Dicionário de Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda, mas preferimos o Houaiss pelo detalhamento cronológico. No caso do termo elite, as informações de Houaiss conferem com o estudo feito por Ana Maria Lima Daou, em trabalho que já citamos. Cf. HOUAISS, Antonio & VILAR, Mauro Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2001 e DAOU, A. M^a. L., op. cit., pp. 11-12.

supõe a indicação de uma distinção entre pessoas, diferenciação esta que pode estar apoiada na detenção de bens, no *status*, por ocupar um cargo político ou social importante e por último, à formação intelectual.

A nós importa a idéia de que o termo elite indica a diferenciação social que se estabelece a partir da instauração do sistema burguês, em especial, no sentido pejorativo que a ele se atrela. Nas palavras de Ana M^a Lima Daou:

Elites em diferentes contextos têm a sua ação remetida aos interesses econômicos, ao monopólio do poder político e às orientações culturais da vida de um grupo. Isso se traduz no papel de orientadores da maioria, promotoras de identidade, portadoras de interesses de grupos que nela se fazem representar ou, ainda, protetoras da comunidade frente ao mundo externo.

Nas sociedades modernas ocidentais, as elites são plurais, ou seja, ocupam diversas posições conforme a diversidade de funções desempenhadas por grupos, assim podemos falar de elite intelectual, elite econômica etc.⁸⁷

Neste estudo, a autora demonstra que a elite não é um corpo homogêneo, mas que, principalmente em sociedades complexas, constitui-se como um grupo plural, que emerge a partir de diversos fatores, seja o acúmulo de riqueza, seja aquisição cognitiva, esta última possibilitada pelo ideal burguês de ascensão social por meio dos atributos intelectuais. A categoria conhecimento passa a incorporar os critérios de diferenciação social, assim como o gosto. Os modos e os costumes passam a ser símbolos de identificação da distinção social. Neste sentido, o controle das emoções, dos instintos, passam a ser referência dos modos modernos de comportamento e sinal de civilização.

No nosso compreender, esta exigência associa-se ao modelo racionalista que é incorporado pelo pensamento burguês. Desta forma, civilizado associa-se a racional e contrapõe-se a selvagem, enquanto representação de modos e costumes ainda arraigados em instintos e crenças. Este modo de pensar assume então a forma de mecanismos de controle, em que o constrangimento torna-se um regulador da conduta. Assim, ao mesmo tempo, o comportamento dos indivíduos que pertencem às elites torna-se fator de distinção social e modelo a ser seguido pelos demais, enquanto meta que deve ser atingida por uma sociedade projetada para ser moderna, enquanto sinônimo de distinta (daquelas que ainda são selvagens) e civilizada. No caso da sociedade brasileira, esta distinção se fazia valer através de sinais bastante visíveis e apresentava um ideário marcado por preconceitos que repercutiam nas instâncias políticas, uma vez que os membros das elites econômicas ou ocupavam cargos de governo ou tinham grande

87 DAOU, op. cit., p. 14.

influência ou mesmo indicavam pessoas de sua confiança para ocupá-los.

Este grupo que se esforça para distinguir-se dos demais, se autodenominando como “os melhores”, torna-se expoente no século XIX, especialmente nos centros urbanos, tornando-se uma classe que, embora heterogênea, mantém laços estreitos através dos quais procura conservar suas posições de destaque e assegurar participação nas esferas de poder. Em Manaus, depois da edificação da Província do Amazonas, este grupo pode ser identificado entre três segmentos: um grupo de origem luso-brasileira, presente na sociedade desde os tempos coloniais, representantes da atividade mercantil que se desenvolveu a partir do tráfico das drogas do sertão; um grupo de representantes do Império, chegados à Província para compor o seu quadro administrativo, composto de elementos da corte, alguns com títulos de nobreza, funcionários públicos e militares; e, por último, os funcionários das empresas inglesas que se instalaram na cidade após 1880, com o desenvolvimento da economia da borracha.

A elite mercantil que se formara na região iria, aos poucos, em meio a conflitos e convergências, identificar-se com os emissários do Império e em meio dos anos 70 já se encontra em Manaus um número expressivo de famílias que traçarão uma história de predomínio político. É o caso dos Bittencourt e dos Nery, cujos membros ocuparam posições de destaque na conjuntura política tanto provincial quanto republicana. Esses clãs, que procuraram legitimar ou reforçar sua posição em relação ao Império através de alianças políticas, casamentos e títulos, constituíram-se no patronato local, com a implantação das práticas liberais. Em função de decisões políticas da corte que, paulatinamente, permitiu a entrada de ingleses para a exploração das riquezas da região, os representantes das corporações inglesas seriam acrescidos a este segmento. Esses grupos apresentam interesses divergentes, entretanto, rapidamente o processo de identificação se constrói em torno da defesa dos interesses em comum. O código de conduta deste segmento, assim como dos ingleses que, respeitando certos limites, se incorporarão a classe, pode muito bem ser compreendido a partir da análise que Maria Luiza Ugarte Pinheiro⁸⁸ faz do comportamento das elites para explicar a forma como se estruturou a luta dos estivadores do porto de Manaus.

O patronato esteve sempre atento aos perigos que o exercício da dominação impunha e por isso buscou organizar-se em associações e, inclusive atuar enquanto classe, postura que, entretanto, só passou a ser percebida com maior

88 PINHEIRO, op. cit., 1999, p. 146.

clareza ao longo da primeira década do século.⁸⁹

A autora localiza a precoce fundação da primeira associação patronal, a Associação Comercial do Amazonas (ACA), fundada em 1871, antes mesmo da Associação Comercial de São Paulo. Esta precocidade talvez esteja ligada à necessidade de “uniformizar o discurso”⁹⁰, fator que cumpriria duas funções : a primeira seria a de reivindicar investimentos para a exploração da região e a segunda, tão fundamental quanto a primeira, era a de ratificar a distinção em relação às classes subalternas. Nesta forma, criar associações significava “*estabelecer vínculos de identidade*” e “*respondia, portanto às exigências menos perceptíveis (mas muito poderosas) de ascensão social e legitimação enquanto classe dominante.*”⁹¹. Esta necessidade emergia cada vez mais com a subida do preço da borracha, o que produziu um enriquecimento acelerado e despertou o consumo por bens de *status*. Por outro lado, a goma ganhava um mercado de exportação diferente daquele que dominava as relações coloniais. A demanda que crescia freneticamente, alteraria o ritmo da produção, gerando a necessidade de criar estratégias para atendê-la pois “*a região buscava adaptar-se às imposições e dinâmicas de um mercado muito mais amplo que os circuitos regionais de troca anteriormente vigente.*”⁹²

A sociedade manauense passava por um processo de bruscas alterações que atingia tanto a vida da população em geral quanto dos integrantes das elites, especialmente a partir dos anos 80, quando a cidade começou a ser modernizada. A chegada dos ingleses, representantes das companhias que passavam a atuar na navegação, abriu as portas para o avanço desses estrangeiros na economia local, exigindo uma nova disciplina, assim como gerando um incômodo. Vários fatores podem ser enumerados em relação a este contraste. O primeiro apontado por Maria Luiza Ugarte Pinheiro diz respeito à tomada do controle econômico da comercialização da borracha, realizado agora a partir das casas bancárias gerenciadas por ingleses que se tornaram credores tanto dos agentes econômicos privados quanto do próprio Estado. O endividamento com as casas inglesas passou a constituir a forma como foram incrementadas as etapas de produção da borracha, desde a sua recolhida nos seringais até a sua saída do porto de Manaus, passando pelas obras de reforma da cidade que tinham que se adaptar à nova dinâmica.

89 Idem, pp. 147-148.

90 Ibidem, p. 148.

91 Id. ibidem.

92 Idem, p. 149.

As famílias luso-brasileiras não se sentiam a vontade com os ingleses. Isso se devia principalmente a fatores culturais. Enquanto que os portugueses há muito já tinham trazido a prática de manter-se próximo da comunidade local, fato que caracterizou a formação de uma sociedade mestiça no Brasil, os ingleses tinham uma presença mais reservada, procurando evitar a proximidade com os manauenses. Mesmo os integrantes das elites se sentiam discriminados e por várias vezes reclamavam da postura arrogante que eles mantinham para com os representantes das empresas luso-brasileiras. Mais uma vez referenciando Maria Luiza Ugarte Pinheiro, a postura inglesa causava repúdio por seguir o credo das práticas capitalistas. Sua expansão em Manaus era garantida por contratos com os governos locais e central, justificada pela alegação da falta de recurso do Estado para investir na máquina da borracha. Em pouco tempo, todos os setores indispensáveis para um centro urbano moderno estavam nas mãos de companhias inglesas: transporte, água, luz e por fim a distribuição de víveres concentrada no mercado central. A sobretaxação destes produtos levava a reclamações constantes e ao descontentamento de todos os níveis sociais. A sociedade construída pela prática paternalista portuguesa estranhava a rigidez, a disciplina e impessoalidade inglesa. Mais importante ainda notar é que o controle inglês das atividades extrativistas-exportadoras e comerciais não levou a derrocada do clientelismo no Amazonas, que se arrastava na sociedade brasileira de um modo geral, ao contrário, como afirma Maria Luiza Ugarte Pinheiro, as práticas além de clientelistas, tornaram-se espoliativas. Se por um lado os ingleses consideravam a cultura brasileira inferior ao ponto de evitar convivências, por outro souberam se aproveitar dessa mesma cultura nos pontos em que lhes era interessante.

A animosidade entre ingleses e luso-brasileiros, cujas diferenças culturais implicavam numa distinção interna à classe dominante, em que os primeiros consideravam-se moralmente superiores aos segundos, não era suficiente entretanto para que desencadeasse uma divergência tal entre ambos os segmentos, que os levassem a se confrontar definitivamente. Já dissemos aqui que as diversas representações de elite, as quais partilham os privilégios característicos da situação de poder que exercem, tem uma grande capacidade de criar identidade. Se ingleses e luso-brasileiros não dividiam os mesmo clubes e salões de conversa, tinham em comum o interesse de manter sua capacidade de controle da distribuição de riqueza do melhor modo que pudesse assegurar seus interesses particulares, no caso dos luso-brasileiros e corporativos, no

caso dos ingleses. Ambos os setores comungavam em práticas e valores a respeito da exploração da classe trabalhadora. O sistema de endividamento que imperava nos seringais era um exemplo típico, assim como a má qualidade dos serviços prestados pelas companhias inglesas na cidade. Os representantes dos governos que passavam pela Província e especialmente na era Republicana, em que as elites locais ocupavam posições de poder, fechavam os olhos aos desmandos tanto de uns quanto de outros. Baixos salários ou nenhuma remuneração para os trabalhadores urbanos, assim como acidentes de trabalho que logo seriam explicados como uma deficiência da cultura local, sem que as devidas responsabilidades fossem apuradas. Por outro lado, a caridade pública e a repressão aos modos e costumes locais logo se tornaria um discurso uníssono tanto para brasileiros quanto para ingleses.

Retomando a questão da instalação da Província do Amazonas em 1852, dissemos que a elite local se formou a partir da interação entre um certo número de comerciantes locais e de representantes do governo Imperial. Antes mesmo que os ingleses pudessem tomar conta das relações de produção que controlavam o fluxo da borracha, é preciso falar um pouco das condições que permitiram o desenvolvimento de políticas públicas assistencialistas em Manaus. A própria questão dos privilégios, dos quais se beneficiavam lusitanos, brasileiros e ingleses no período áureo da borracha, assim como os valores que impregnam a máquina assistencialista devem ser aprofundados.

Ao desembarcar em Manaus, aqueles “estranhos” que adentraram na Província, em nome do Império, eram herdeiros de uma forma de pensar e agir adquiridas nos tratos políticos que representavam, que por sua vez expressavam interesses sócio-econômicos consolidados no centro-sul do país. Entretanto, não basta descrever os princípios gerais que conduziram as políticas públicas destinadas à modernização e consolidação do Império trazidos por estes indivíduos, é preciso compreender que herança era esta e como este corpo burocrático lidou com as práticas já existentes na região e como que aqueles que exerciam posições de mando local reagiram e se identificaram com aqueles alienígenas.

Autores por nós já referenciados como João Fragoso, Manolo Florentino, em seus estudos sobre a formação da elite mercantil do Rio de Janeiro, ainda no período colonial, na obra “O arcaísmo como projeto”; Maria Odila Leite da Silva, quando aborda os conflitos vivenciados no período referente ao processo de independência, em

“A interiorização da Metrópole”; por Emília Viotti da Costa, sobre a passagem da Monarquia à República; por Faoro, em “Os donos do poder”, e estrangeiros, a exemplo de June Hahner, em “Pobreza e Política- os pobres urbanos do Brasil”, ao tratar das elites brasileiras, parece ponto pacífico que estas elites que se formou no Brasil são determinantemente caracterizadas por desenvolver mecanismos que pudessem garantir a manutenção de privilégios. No Império, os representantes políticos se dividiam em liberais e conservadores, os primeiros imbuídos dos ideais burgueses disseminados na Europa, enquanto os demais procuravam apoiar a Monarquia mais por obediência e para manter seus cargos que por princípios ideológicos; sem que isso significasse uma distinção real de interesses e objetivos. Com isso queremos dizer que, entre monarquistas e liberais, ainda que do ponto de vista teórico estas duas correntes fossem antagônicas, as práticas e disputas não ultrapassariam os limites dos interesses de seus próprios grupos – manter suas formas de acumulação e *status quo*.

As elites do centro-sul se construíram a partir de discursos ambíguos, que oscilavam entre o conservadorismo e o liberalismo, mudando de tom quando os interesses dos grupos a que pertenciam eram ameaçados. Deste modo, se por um lado defendia-se a liberdade de comércio e de expressão, por outro criavam-se instrumentos que permitiam a permanência do controle das atividades mais lucrativas nas mãos das elites mercantis e aparelhos repressivos, como a polícia urbana que, em nome da ordem, inibia desde as formas de gozo dos setores mais empobrecidos.

Retornando ao processo de independência do Brasil, Maria Odila Leite da Silva Dias⁹³, denuncia que essas intenções partidárias sequer constituíam uma contradição e o processo de independência pode ser entendido como um movimento contra o pacto colonial e não necessariamente contra o Absolutismo e a forma como a sociedade estava organizada. O Absolutismo permaneceria na nação emergente, principalmente porque o “abismo” entre as elites e as camadas populares “*polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes*”. Por sua vez, Emília Viotti da Costa⁹⁴ demonstra que, o que na Europa se constituiu numa legítima ideologia burguesa, no Brasil se converteu numa mera troca de posições de poder, configurado num revezamento de cargos públicos disputados entre os membros das facções em questão. Essa distorção fazia com que membros de ambos os lados mudassem de idéias e opiniões sempre que

93 DIAS, op. cit., 2005, p. 132.

94 COSTA, op. cit., 2005, p. 23.

alguma medida referente às questões sociais entrasse em conflito com o asseguramento do poderio econômico e das posições de prestígio que estes homens ocupavam.

Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse geralmente mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas.⁹⁵

Pintado o quadro desta maneira, a luz que focaliza as políticas públicas nem sempre tem em vistas os problemas reais vividos pela população, seja no campo ou na cidade, e, na maioria das vezes, apenas criava formas de conformar este segmento às mudanças que interessavam as próprias elites. Nosso sistema político, inaugurado no período de gestação da nação, foi prenhe de representantes que governaram em causa própria, para quem as camadas populares não tinham nenhum significado maior senão o de ser necessário à manutenção da riqueza de poucos.

June Hahner observou a sociedade brasileira neste mesmo período estudado em nosso trabalho e chegou a conclusão de que a “riqueza trazia privilégios. A elite, através de suas relações de família, controlava o acesso às posições de prestígio e ao poder político no Brasil.”⁹⁶ Ao concordarmos com esta premissa, devemos admitir que, embora o termo elite esconda por trás de si uma série de nuances e uma estratificação interna que vai dos grandes proprietários rurais até profissionais liberais que exerciam prestação de serviços, como médicos e advogados, esta classe apresenta um grande fator identitário que permite a mútua colaboração entre seus integrantes a fim de manter o seu *status quo*. Os elementos que compõem esta identidade, entretanto, extrapolam os ditames econômicos e é preciso buscar outros fatores que os expliquem. Procurando resolver esta problemática, vários autores identificaram indicadores culturais que levaram a este estado de coisas. Um dos indicadores mais eficientes é o conjunto de valores disseminados ainda no período colonial e que perpassaram ao longo do Império, penetrando ainda nos anos iniciais da República. A formação da tradição cultural é, portanto, de extrema relevância para esclarecer os aspectos de ambiguidade e identidade que integram a caracterização desta classe.

Em termos de fatores econômicos, a elite brasileira tem sua origem nas famílias portuguesas que vieram em nome da metrópole conquistar as terras e as riquezas de

95 Idem, p. 161.

96 HAHNER, op. cit.

Além-mar. São Paulo é o mais significativo herdeiro deste lastro, referendando a Capitania de São Vicente e em seguida as Bandeiras como a origem do processo exploratório do país. Mas foi através do empreendimento agrícola, direcionado por um sistema de ocupação de terras que permitiu angariar nas mãos de um único proprietário uma grande fração, que se iniciou a acumulação de riqueza. Este condicionante do desenvolvimento das relações de produção no país engendrou a atividade monocultora, destinada à exportação, controlada pelo pacto colonial. Seria aí que estariam fundadas as bases do sistema de privilégios, orquestradas pela Monarquia Portuguesa, nos termos ainda do Antigo Regime europeu. Arelada às amarras da tradição portuguesa que remonta ao século XIV, no reinado de Fernando I, a posse de terras e os direitos ligados à exploração mercantil da entrada e saída de produtos no Brasil eram adquiridos por concessões, as quais eram permitidas através de critérios controversos, que se sucederam nos diversos dispositivos jurídicos que foram aplicados à lei das sesmarias⁹⁷. Em geral, ser cristão e dispor de condições para cultivar a terra eram condições suficientes para ser beneficiado com a cessão real. Esta prática de concessão, aplicada a um território de dimensões gigantescas, acabou gerando arbitrariedades de interpretação, o que permitiu o desenvolvimento de uma política de favores entre governadores-gerais, funcionários da Coroa e ocupantes de terra nas localidades mais afastadas dos centros administrativos. Títulos e direitos de tráfico de produtos eram concedidos a partir de interesses particulares, o que permitiu o fortalecimento de algumas famílias e a prática do apadrinhamento. Também teria aí se embrenhado a grande dificuldade de distinguir os interesses públicos dos privados. Com a proclamação da independência e as disputas entre liberais (cujos interesses estavam associados às atividades mercantis, inclusive a de tráfico de escravos, contraditoriamente aos princípios burgueses) e conservadores (representados pelos grandes proprietários) as trocas de favores e privilégios não desapareceram, ao contrário, multiplicaram-se pelo interior do país.

A força da tradição colonial perpetrou as formas de distinção entre as pessoas. Levando-se em conta a influência do pensamento católico na formação da cultura brasileira, o sistema de privilégios ergueu-se a partir de ideias nobiliárquicas e cristãs remanescentes da Europa Medieval. Sabendo-se que os países ibéricos formaram-se a

97 NOZOE, Nelson. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**, Revista Economia, Brasília (DF), vol. 7, nº 3, set-dez de 2006, pp. 587-605.

partir de incursões militares com finalidade de expandir a fé, o direito a títulos de terra e de prestígio estiveram ligados à causa divina. Por outras vias, a nobreza era entendida como consequência dos atos de bravura, aliados a um humanismo que julgava os fortes como protetores dos fracos. O próprio Hobbes⁹⁸, ao dar o pontapé inicial na tentativa de elaborar uma teoria explicativa do surgimento do Estado, não conseguiu escapar desta tese cristã, comparando-o ao Leviatã bíblico.

Estas virtudes cavaleirescas e cristãs, exaltadas desde as cruzadas produziram uma distinção de ordem moral entre os homens, tornando alguns merecedores de privilégios enquanto outros deviam trabalhar para garantir o bem-estar de seus “protetores.” Esta interpretação dos desígnios divinos transpassará ao longo do regime colonial, materializando-se nas práticas escravistas e de apadrinhamento, impregnando a forma de agir e pensar dos brasileiros, o que dificultará a consolidação de uma ordem liberal mais tarde.

Mesmos nos lugares em que a riqueza não estava diretamente ligada a terra, onde as práticas mercantis se instalaram desde os tempos remotos, serão entranhados dessa forma de pensar, criando uma ojeriza pelo trabalho produtivo e o gosto pelo ócio como um signo de *status*. É o caso do Rio de Janeiro que, originalmente formado a partir do porto, permitiu a formação de uma elite mercantil que, apesar do poderio da elite agrária e dos comerciantes portugueses, garantiu uma forma de acumulação monopolizando o tráfico de escravos. Entretanto, manteve-se fiel ao modo de pensar da estrutura colonial na qual estava inserida, conforme atestam Fragoso e Florentino :

A elite mercantil, por sua vez, viu-se sempre marcada por aquilo que chamamos de ideal aristocrático, que consiste em transformar sua acumulação em terras, homens e sobrados. Contemplava-se assim, através da subordinação da acumulação comercial, a constituição de uma sociedade arcaica, com sua hierarquia excludente em perpétua reconstituição ...⁹⁹

Mesmo a riqueza advinda das camadas mercantis voltava-se para a aquisição de terras e escravos, não como bens dos quais se necessitava para reproduzir capital, como seria típico na formação de uma classe burguesa. Antes, destinava-se a reprodução do *status quo* requerido para ser reconhecido naquele sistema de valores instaurado no Brasil colonial. Terras e braços adquiridos para os trabalhos ordinários tornaram-se

98 HOBBS, T. *Leviatã*. Coleção Os Pensadores, SP.: Abril Cultural, 1976.

99 FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. op. cit., pp. 13-14.

signos da posição social. Patrícia Melo Sampaio¹⁰⁰, ao tratar das fortunas mercantis em Manaus e Belém relata que pequenos comerciantes e profissionais liberais que buscavam reconhecimento junto aos representantes da Coroa, esforçavam-se por adquirir escravos para impressionar os que estavam a sua volta. Muitos acabavam por alugar estes escravos a terceiros para reaver os gastos com a aquisição, ou ainda, transformá-los em escravos de ganho, que ofereciam mercadorias do dia a dia ou serviços nas ruas da cidade.

Essa relação de oposição entre uma certa conjunção de valores eleitos como: status – posse de bens simbólicos – ócio, em contraposição a pobreza – carência de bens simbólicos – trabalho; levou a uma segmentação profunda da sociedade brasileira, criando as bases para a construção política de uma sociedade que não só é desigual, mas que perpetua a desigualdade.

Retomando o trabalho de June Hahner, esses traços morais são observados no século XIX como uma contradição entre a modernização liberal e as práticas sociais :

Fossem homens de negócios ou herdeiros de fortunas da agricultura com formação francesa, os brasileiros ricos sentiam-se separados do resto da sociedade. Suas moradias, trabalhos, rendas e até as roupas eram extremamente diferentes daquelas dos pobres. Apesar da difusão de novas idéias relativas ao progresso, à indústria e a ciência na segunda metade do século XIX, o tradicional desprezo pelo trabalho manual persistia, assim como o abismo entre aqueles que trabalhavam com as suas mãos e aqueles que não trabalhavam.”¹⁰¹

Esta mesma elite que se construiu em termos agro-mercantis e que se preocupava com sua posição e com a manutenção de sua própria condição, reivindicando para si privilégios, durante o segundo reinado, lograria ocupar cargos públicos, interferindo diretamente no planejamento da nação que se organizava. Isto implica em admitir que as práticas e valores que estão na base da formação desta classe foram perpetuadas nas ações políticas, o que pode corroborar para o entendimento da flacidez com que os projetos destinados à modernização da sociedade brasileira e, por conseguinte, amazonense, se realizavam e, por isso, **não** estavam comprometidos com a inclusão social ou com sanar questões intestinais como a pobreza; ao contrário, o projeto de modernização estaria comprometido com a propagação de ideais e valores incorporados por este segmento da sociedade e com a manutenção de seu próprio *status quo*. José do Amaral Lapa, procurando entender a perpetuação da pobreza, sugere que:

100 SAMPAIO, op. cit, 2002, p. 65.

101 HAHNER, op. cit., p. 29.

A concentração do poder econômico, de um lado, para o qual convergem certos valores engendrados pela sociedade escravista e, de outro, a reprodução da penúria para ampla camada da população, à qual falecem oportunidades em termos de venda da sua força de trabalho num mercado confinado pela escravidão, cruzam-se na produção do “sistema de favor”. Contribui ainda para seu fortalecimento a ética social escravista que aviltou o conceito de trabalho. O escravismo gerou na sociedade brasileira uma inversão da ideologia burguesa do trabalho ...¹⁰²

Tendo em vista as contradições do sistema liberal que vai sendo implantado ao longo do século XIX e início do século XX, José do Amaral Lapa identifica o que ele chama de “sistema de favor” como uma herança das práticas coloniais. O desprezo pelas atividades manuais permitiu que o empenho do corpo e do tempo gasto com o trabalho pudesse ser pago por qualquer coisa, desde presentes até víveres ou mesmo nada mais além do acolhimento em um quarto nos fundos da casa.

A configuração moral que separava membros da elite e trabalhadores levava a distorções nas formas da relação de trabalho. Com a introdução das práticas liberais, o trabalho deveria ser recompensado através do salário, entretanto, o valor dinheiro, enquanto representação quantitativa do trabalho ainda não fazia parte da forma de pensar das camadas privilegiadas. Valores como a subserviência, fidelidade, prestatividade eram mais determinantes. Desta forma, um homem livre que servisse a uma casa urbana, poderia receber em troca de seus serviços apenas o mínimo para sobreviver, no entendimento de uma troca de favores, em que limpar, arrumar, cuidar de crianças, levar recados etc. poderia ser entendido como prestatividade e era restituída com refeições e dormida, enquanto uma expressão de boa vontade por serviços prestados.

June Hahner¹⁰³ ao tratar da relação entre pobreza e política no Brasil demonstra como as estruturas do poder se relacionavam com os segmentos pauperizados. Consultando dados demográficos e documentos oficiais, construiu uma análise dos comportamentos e práticas sociais desenvolvidas ao longo do século XIX. Procurando mapear a forma como esta relação se estruturava nas diversas capitais brasileiras, tomou como premissa que elas representaram uma mudança na forma de organização do Estado, o que refletia os rumos dos processos econômicos; a autora relaciona diversos fatores ligados à formação cultural da sociedade brasileira que acabaram por interferir

102 LAPA, op. cit, pp. 31-32.

103 HAHNER, op. cit.

na forma como os dirigentes encaminhavam os problemas sociais. Admitindo-se que o Brasil teria criado estratégias para produzir uma imagem de país conciliador, pacífico, a autora demonstra que o século XIX se constitui como um caldeirão de tensões sociais e conflitos entre as classes trabalhadoras e proprietárias, os quais foram conduzidos de maneira repressora.

O sistema de favor, que adentrava das classes mais abastadas na forma de troca de influências e concessões de direitos, permitia que famílias controlassem o acesso a posições de prestígio.¹⁰⁴ Isso impediu a consolidação de uma classe intermediária, obrigando pequenos proprietários e setores profissionais especializados a depender do apadrinhamento para alçar postos de destaque social. Do ponto de vista ideal, estes setores tinham a necessidade de se identificar com as classes dirigentes e procuravam se diferenciar da classe trabalhadora adquirindo modos, e bens simbólicos próximos aos daqueles. Cabe aqui lembrar que o trabalho intelectual é considerado superior ao braçal, o que torna a educação formal um valor e uma possibilidade de distinção no século XIX. Por outro lado, os favores atravessavam a relação com as classes trabalhadoras na forma de proteção, concessão, boa vontade e caridade pelo lado de uns e para o outro lado, obrigação, gratidão, apreço.

De modo um pouco mais microscópico, June Hahner identifica a sociedade de favores como uma prática quase ritualística que estabelece laços entre pobres e ricos, o que dificulta a organização da classe trabalhadora, que é reticente a aderir os movimentos operários que começam a aparecer no fim do século XIX.

O contínuo contato entre ricos e pobres reforçava o poder da autoridade das classes dominantes. Os membros das classes altas podiam prover empregos, caridade e proteção. As sociedades beneficentes organizadas nas cidades e sustentadas em grande parte por seus sócios mais ricos, uniam pobres e ricos. Além destas instituições formais, a caridade individual, tal como o presente de objetos usados e roupas velhas dadas a empregados e agregados, fortalecia os elos verticais entre patrões e empregados, esgotadas em repetições diárias, ligava-os todos. Os patrões reforçavam estes laços recompensando-os por devotados serviços, cuidando-os durante as doenças e organizando os pequenos rituais que reforçavam a autoridade e a obediência¹⁰⁵.

A caridade cristã tornou-se um instrumento inibidor das tensões sociais e ao mesmo tempo propiciou uma falsa idéia de povo pacífico e controlado. Protestos e greves contra baixos salários e péssimas condições de trabalho foram registrados em

104 Idem, p. 29.

105 Ibidem.

várias capitais brasileiras, entretanto, foram reprimidos com bastante veemência. De outra feita, o 'acolhimento' propiciado aos pobres tanto pelo Estado quanto por iniciativas particulares, assim como a personalizada relação entre patrões e empregados, dividia a classe trabalhadora que herdara noções de fidelidade ao seu protetor.

O século XIX acumula duas vertentes culturais amalgamadas no comportamento da elite brasileira. A primeira composta por valores nobiliárquico-cristãos que se apóiam numa concepção de negativa do trabalho, que compreende a disciplina como obediência em detrimento da autonomia e emancipação, que enxerga as classes trabalhadoras como infelizes e dignas de pena, que se arvora em conceder proteção e auxílio em troca de manter a imobilidade da situação social. Por outro, uma influência afrancesada, adquirida pelos jovens mancebos frequentadores das universidades européias, que se deslumbravam com a modernização e com as possibilidades de enriquecimento individual, sem isto implicasse numa cisão com os costumes já cristalizados na sua infância.

Essa postura mental e comportamental complexa se abateu sobre Manaus, no século XIX, produzindo certo impacto nas comunidades já existentes naquela região.

Manaus se constituiu como cidade portuária. Fora do eixo agro-exportador, esteve longe dos litígios ligados aos problemas agro-mercantis acima descritos até alguns anos antes da instalação da Província. Porém, sendo o ponto de ligação entre as entranhas do Amazonas e o mercado europeu, os pequenos grupos que dominavam o tráfico das drogas do sertão deram início ao processo de diferenciação social na região.

Esses comerciantes eram de origem portuguesa, migrantes, que optaram por uma vida na colônia distante, em face da crise porque passava Portugal no século XVIII. Portugal não tinha interesses de que portugueses sem posses migrassem para a colônia. Desde os tempos iniciais da colonização, a Coroa sabia que era preciso atrair investimentos para terras tão vastas e distantes como o Brasil, portanto, dava-se preferência a personagens enriquecidos pelas navegações orientais e nobres com intenção de expandir seu domínio de terras¹⁰⁶, por outro lado, a essa altura, a empresa escravista gerava lucros e não era interessante uma oferta de mão-de-obra livre na região. Ao longo do século XVIII uma séria política visava impedir a saída de portugueses sem recursos para as terras brasileiras, pois a mineração exigia maior

106 HOLANDA, S. Buarque de. **História geral da civilização brasileira. A época colonial. Vol. 1. Do descobrimento à expansão territorial.** São Paulo: Difel, 1985 p. 96-97.

controle. Entretanto, muitos conseguiam driblar o sistema de controle e chegavam a estas paragens. No caso daqueles que chegavam ao Grão-Pará, estavam menos sujeitos às tentativas de deportação promovidas em regiões de maior controle pelos governos gerais, em geral localizadas na área litorânea, onde as atividades exportadoras eram mais ativas.

O leito do rio foi determinante no processo de interiorização e ocupação do Grão Pará. Estes comerciantes instalaram-se, portanto, à sombra de missões religiosas destinadas à catequização e cooptação do gentio ao trabalho disciplinado segundo o modelo jesuíta. Não tardou a se reproduzir a querela quanto à utilização do nativo como escravo para a empreitada extrativista entre os Clérigos e esses que queriam prover o seu sustento com os frutos da floresta. A incorporação do território que compreende o Amazonas às colônias portuguesas em 1755, logo transformou a região em corredor do tráfico de mercadorias entre a colônia portuguesa e a espanhola, o que compreende um percurso comercial que atravessa do litoral do Pará ao extremo do Peru, passando pelo recôndito Lugar da Barra, origem de Manaus.

Foi nessa posição estratégica que a classe comercial se estabeleceu e passou a ser vista de forma diferenciada, chamando a atenção para a necessidade de se criar uma nova Província no cenário imperial. Não é nosso objetivo aqui tratar das condições em que se deu a separação do Amazonas da Província do Grão-Pará. Basta-nos o consenso existente de que é a partir de 1850 que o Amazonas floresce para o cenário de nação que se esboça no Brasil Imperial. Neste período, os pequenos comerciantes do Lugar da Barra e de Barcelos, os pontos mais importantes da nova Província, dividiram espaço com a chegada dos representantes do Império. A necessidade de instalar um aparelho burocrático na região, assim como o de formar a Guarda Nacional, a fim de controlar o território, deslocou para o Amazonas um quantitativo significativo de membros da corte.

Compreender o papel das elites no nosso trabalho tem por função identificar os agentes do projeto modernista apresentado no primeiro tópico. Pois se há uma intenção civilizatória, é preciso que compreendamos aqueles que empreendem tal ação. As elites que se forjaram aqui no Amazonas correspondem ao viés determinado pela formação de uma elite mercantil que ganhou espaço ainda no período colonial, através de mecanismos não capitalistas de acumulação. Para Frago e Florentino, em sua análise das elites mercantis do Rio de Janeiro, o fortalecimento de elites mercantis deu-se a partir de mecanismos que lhes permitiram acumular riquezas inicialmente oriundas do

tráfico de mercadorias e posteriormente, do tráfico de escravos. Intermediando relações de compra e venda por meio de crédito, criou-se a possibilidade de gerar um excedente a partir da usura. Este matiz diferenciado permitiu a ascensão de um grupo no interior de um sistema que trabalha pela exclusão daqueles que não foram eleitos por um circuito de valores discriminatórios. Não obstante, uma vez enriquecidos, esta mesma elite se revestirá de objetos, cujos valores simbólicos se coadunam com a distinção social dos setores agrícolas.

Criticando a conceituação de economia periférica empregada para se referir à região amazônica, Patrícia Melo Sampaio¹⁰⁷ demonstra em seu trabalho a relação entre a presença de negros na Amazônia adquiridos por pequenos proprietários e a existência de uma produção interna que não só atendia à subsistência, como permitia acumulação.

Alinhando os estudos de João Fragoso e Manolo Florentino com os de Patrícia Melo Sampaio, Manaus, apesar da distância e condição de pouca participação na balança agro-exportadora como afirmam os teóricos da histórica econômica e social do Brasil, em 1850, já tinha forjado as condições de reprodução do sistema de privilégios e de manutenção das distinções sociais. Não tardaria, portanto, que interesses comuns aproximassem a elite comerciante manauense da elite política vinda do Império, de modo a fortalecer os signos de distinção social típicos da sociedade brasileira.

Os comerciantes portugueses que acumularam riqueza na região tiveram origens diversas, mas ligadas ao trabalho braçal, fator que talvez tenha colaborado para a manutenção de uma proximidade com população nativa, o que propiciou a gestação de uma comunidade luso-brasileira mestiça. Entretanto, na segunda metade do século XIX quando a riqueza se avolumou, novos interesses foram despertados.

Retomando a pesquisa de Ana M^a Lima Daou, quando Manaus se tornou capital e o centro urbano passou a ser referência de distinção e poder, muitos comerciantes e donos de seringais do interior instalaram-se temporária ou definitivamente na cidade, procurando interferir cada vez mais nos destinos políticos, disputando reconhecimento e prestígio. Além do aparato indumentário que a cidade exige para o convívio no espaço público e do aconchego para receber convivas no espaço privado, começou a fazer parte dos mecanismos de reconhecimento a ação caridosa e o discurso piedoso, os quais levariam à criação de instituições que representariam a “bela” intenção de aliviar o

107 SAMPAIO, op. cit., 2002, p. 65.

sofrimento dos menos favorecidos. Tornar-se-ia elegante e sinal de boa conduta ocupar cargos de direção de orfanatos e asilos, promover chás beneficentes em prol dos “desvalidos”, discursar sobre meios para a melhoria da condição das camadas empobrecidas... Por outro lado, recriminar-se-ia o estereótipo da má conduta e traçar-se-iam teorias científicas sobre as causas da recém observada miséria da região. O trabalho e o consumo não se destinariam mais a reproduzir a existência, a prover o presente, destinando-se antes a reproduzir miragens de futuro.

1.4 INDÍCIOS DA POBREZA NO AMAZONAS

Enquanto o termo elite surge das relações comerciais que marcam os fins da idade média e vai se tornando designador daqueles que controlam o fluxo de mercadorias, os quais desenvolvem um enorme apreço por si mesmos, auto elegendo-se como “os melhores”; o termo “pobre” é uma palavra que se refere ao outro, ou melhor à condição do outro em relação a um certo parâmetro. A palavra pobreza é originária do latim, *pauper -eris*, que significa “aquele que produz pouco”¹⁰⁸. Ampliando a concepção da palavra e alocando-a no contexto histórico, ela está associada ao homem livre que não supre as suas próprias necessidades. Neste sentido, já na antiguidade, a mitologia grega apregoava que o homem pobre era mais digno de pena que o escravo que, se tivesse sorte e prestasse um bom serviço, gozaria da proteção de seu senhor. Já o homem livre, sem posses, estava abandonado a sua própria sorte. Desde os gregos que o homem livre pobre era temido pelos aristocratas. Mendicantes, em sua maioria, vagueavam entre as Polis, implorando pelas sobras dos banquetes dos ricos e às vezes por um lugar de dormida, que caso não conseguisse, lançava pragas ao dono da casa. Entre as crenças míticas, estava a de que esses moribundos poderiam ser deuses disfarçados para testar as virtudes dos nobres. Baseado nesta crença popular, Homero faz Odisseus se disfarçar de mendigo para penetrar em seu palácio em Ítaca, onde seus rivais banqueteavam-se esperando Penélope se decidir por um dos príncipes que se autoproclamaram pretendentes à sucessão do trono supostamente vazio¹⁰⁹.

Por sua condição precária, o homem pobre é aquele que inspira pena. O seu cognato abstrato, pobreza, só aparece no século XIII, nas regiões latinas, para se referir

108 HOUAISS, op. cit.

109 HOMERO, **A Odisséia**, S.P.: Ed. 34, 2011.

à escassez de bens necessários durante a crise e a peste dos anos finais da Idade média. Ainda no século XIII, pobreza estará associada, por oposição de significado, à careza, referindo-se a alta de preços nos burgos. Sendo assim, é pobre aquele que não pode obter bens caros. No século XIV, a palavra deriva de sentido, e o termo carestia, associa os significados de carecer e padecer.

O termo, e suas variações, que tem uma origem essencialmente econômica, especialmente ligada às atividades citadinas, vai ao longo dos anos assimilando significados culturais, que indicam a diferenciação entre grupos sociais que aparecem no mundo moderno. De qualquer forma, pobreza está relacionada à precariedade de bens materiais, em especial, aqueles que são necessários à sobrevivência. São chamados pobres aqueles que não têm condições de prover alimentação, moradia e vestimenta a contento. Mais tarde, ao século XIX, assoma-se a estes itens higiene, educação e saúde.

É fato que o termo abstrato pobreza pode também ser utilizado no sentido espiritual ou intelectual, indicando variações de modos de pensar e sentir em relação à fé e ao conhecimento. Mas não nos convém tratar destes significados neste trabalho.

Os séculos XIII e XIV, na Europa, são peculiarmente significativos quanto a este assunto. A retomada dos valores greco-romanos que invadem os burgos que se fermentam no Mediterrâneo e chegam até a região da Bretanha, provoca uma alteração de valores e comportamentos. As nobrezas, recentemente incorporadas como corte de um rei fortalecido pela aliança com o poder eclesiástico, procuram enaltecer suas qualidades heróicas e distinguir-se em modos e sentimentos dos plebeus. São símbolos particularmente intrigantes desta modificação cultural iniciadas no século anterior (XII), as novelas medievais, em que nobres cavaleiros enfrentavam as mais variadas aventuras em busca de salvaguardar sentimentos da antiga aristóia grega. Segundo leGoff,

... o mito do cavaleiro começou a ser orquestrado nas canções de gesta. Os dois aspectos do cavaleiro, a proeza militar e a piedade, encarnaram-se desde o fim do século XI, nos dois heróis de A Canção de Roland, Rolando e Oliveiros. Os cavaleiros são louvados aí como grandes servidores dos reis, graças as virtudes cavaleirescas, à valentia guerreira ao serviço da fidelidade vassálica. (...) São os heróis dos romances de aventuras, cujas grandes fontes foram a história antiga transfigurada, Enéias, Heitor e Alexandre, e a matéria da “Bretanha”, quer dizer as façanhas dos heróis celtas, mais imaginários que históricos, em primeiro lugar as do famoso Rei Artur.”¹¹⁰

110 LE GOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**. Petrópolis : Vozes, 2007, pp. 83-84.

Esta identidade distinta, que se apoiava nas qualidades morais dos indivíduos que disputavam reconhecimento entre si e se igualavam a medida que narravam suas conquistas, mesmo que houvessem diferenças de posses entre eles, se constrói por oposição ao conjunto de homens e mulheres considerados comuns. A posição dos nobres na sociedade é descrita como um lugar de direito, adquirido pelo cultivo de virtudes, e diferenciava-se dos habitantes dos vilarejos, que precisavam trabalhar para viver. Para além da literatura, Édouard Perroy identifica nas práticas ordinárias das cortes medievais um comportamento não tão romântico, mas que está imbuído dos mesmos signos descritos nas referidas novelas:

... cavaleiros ricos e pobres, todos partilham do mesmo gênero de vida, o de combatentes do ofício, e da mentalidade que lhe é peculiar: estima especial pelo vigor físico, gosto pelas proezas desportivas, na guerra ou nas atividades violentas que substituem ou preparam -...- enfim, uma moral da honra e da fé, baseada nas regras do combate. Este conjunto de hábitos e sentimentos, que procedem da especialização militar da classe de cavaleiros, constitui o primeiro fator de unidade. O segundo é um privilégio que, unido a hereditariedade, converte a cavalaria, desde o século XI, numa verdadeira nobreza: todos os cavaleiros, devido aos serviços que, *segundo se supõe*, prestam a comunidade inteira, acham-se isentos de obrigações e encargos que pesam sobre a ordem dos trabalhadores, ...¹¹¹

Enfatizamos aqui a idéia de que guardar a sociedade, zelar pela sua segurança através das atividades militares, gera uma desobrigação em relação ao trabalho, fundamento da noção de privilégio. Esta distinção entre cavaleiros (nobreza) e trabalhadores, moradores das vilas e camponeses das cercanias da estrutura feudal, supõe uma imagística que menospreza o homem que vive do trabalho, concebendo-o quase como algo inumano. Retomando o tema das novelas, a descrição dos aldeões em textos de cavalaria medieval retrata-os como verdadeiras aberrações, seres que não se parecem com os humanos e de quem se duvida fazer uso da razão.

Um vilão que parecia um mouro, mais feio e medonho que se possa imaginar, criatura tão horrorosa que era indescritível, estava sentado num cepo com uma grande maçã na mão.

Aproximei-me do vilão e vi que sua cabeça era maior do que a de um rocim ou outro animal, os cabelos desganhados, a testa descascada e de mais de dois palmos de altura, as orelhas peludas e grandes como as de um elefante, as sombrancelhas enormes e o rosto chato, os olhos de coruja, o nariz de gato, a boca tão vasta quanto a de um lobo, os dentes de javali pontudos e avermelhados, a barba ruiva e os bigodes retorcidos; o queixo chegava-lhes ao peito ao peito e tinha a espinha longa, torta e corcunda. Apoiava-se em sua

111 PERROY, Édouard. **A idade média: período da Europa feudal, do Islã Turco e da Ásia mongólica (século a XI a XIII)**. RJ: Bertrand Brasil, 1994, pp. 22-23 (grifo nosso).

maçã e vestia um traje estranho: não era de linho nem de lã, mas feito de duas peles de animais recém-esfolados, dois touros ou dois bois.

Assim que me viu chegar perto, o vilão pôs-se de pé. Desejava atacar-me ou fazer outra coisa? Eu não sabia; coloquei-me em posição de defesa mas vi que ele permanecia muito quieto, sem se mexer; depois, ele subiu a um tronco de árvore: tinha dezesseis pés de altura; olhava-me sem dizer nada, como faria um animal, e pensei que ele não sabia falar e não tinha raciocínio.”¹¹²

Chrétien de Troyes, autor das novelas mais cantadas na região da Bretanha à época, traz a cena um encontro entre um cavaleiro e um aldeão. A descrição acima constitui a fala horrorizada do nobre, para quem o homem comum se afigura como algo que está entre o homem e o animal, pendendo mais para o segundo. Chega a ser difícil para nós, leitores, imaginar um ser que tenha esta forma. Somente quando o vilão resolve falar é que o personagem aceita a idéia de que aquilo que está diante dele é um homem. Vale a pena lembrar que a palavra vilão, *vilain* do francês, originalmente indicativa de morador da vila, ganhou significado moral, derivando em vil e vileza, como atributos negativos de caráter, assim como a palavra nobre acabou por se tornar sinônimo de virtude.

Por uma associação de idéias ligadas às mudanças comportamentais e a escassez de meios de sobrevivência que caracterizam a Baixa Idade Média, derivou-se a compreensão de que os seres que persistem na condição de trabalhador manual que não produz o suficiente para se sustentar, não dispõem de sentimentos e comportamentos dignos da humanidade e as palavras pobre e pobreza começam a designar uma concepção de inferioridade moral entre indivíduos que possuem condições e posições sociais distintas. Note-se que, a noção de que o camponês não produz sequer para se sustentar é falaciosa, uma vez que as obrigações feudais mandavam ceder a maior parte do seu tempo de trabalho para o seu protetor.

Diante dessas idéias nobiliárquicas, a igreja Católica, desde o século XII estabeleceu os debates que firmaram os dogmas da fé e acentuaram traços interessantes da tradição. Jacques Le Goff considera que é neste momento que o pensamento humanista começa a florescer na Europa e o Evangelho passa a ser valorizado, apresentando um novo Deus, transfigurado na irmandade dos homens com Cristo. É o caso dos debates sobre a virgindade de Maria, o celibato para o eclesiástico e sobre a condição pobre de Cristo, todos integrantes da noção de Salvação. O primeiro e o segundo não nos vêm ao caso, mas sim o terceiro. É clássica a discussão entre

112 TROYES, Chrétien de. **Yvain, o cavaleiro do leão**. RJ.: Francisco Alves, 1989, p. 6.

franciscanos e beneditinos acerca da legitimidade dos bens da Igreja, enquanto os primeiros alegam que Cristo nasceu pobre e destituído de interesses materiais, os segundos defendem a idéia de que o melhor que há no mundo deve ser ofertado a Deus e a Igreja é seu guardião. Mas não é esta faceta do debate que nos interessa. Ressaltamos que é neste íterim que alguns sentimentos que foram por muito tempo enaltecidos pela Igreja, ligados à noção de caridade cristã, se cristalizaram e se difundiram, assumindo um importante papel frente as decisões que os homens tomaram diante da realidade material que se lhes apresentava.

Saiamos um pouco da recorrência ao passado distante e vejamos a imagem que, no período natalino de 1902, o jornal O globo de Manaus, reproduziu de uma matéria divulgada no Rio de Janeiro, dias antes:

Uma cidade culta deve ser como aquellas grandes damas da idade média, cuja alta ierarquia, dons e dádivas da fortuna, mysterio de generosidade e grandeza, pairavam como os designios da providência sobre os domínios senhoriaes. Aos seus castellos não chegavam os echos de um gemido que não encontrasse o conforto de uma consolação; não penetravam os aneios de um infortunio que não convertessem na alegria de uma reparação ou na coragem de uma esperança.¹¹³

A cidade moderna brasileira, contraditoriamente, inspirava-se em imagens medievais, encravada de sentimentos cristãos. Trechos das escrituras sagradas serão ressaltados e serão citados nos mais diversos contextos sociais. É o caso do sermão da montanha que contrasta a condição miserável vivida na terra com a herança do reino dos céus por aqueles que padeceram em vida, assim como o discurso da providência divina, representado na riqueza das vestes dos lírios dos campos e na fartura dos pássaros que nada fazem para receber os frutos que a natureza lhes dispensa pela vontade divina. Por outro lado, passagens como a do Bom Samaritano, que sem pedir nada em troca, auxilia o moribundo atacado na estrada e do filho pródigo que é perdoado pelo pai depois de desperdiçar a herança, tentarão inspirar o sentimento de piedade e a prática da caridade, opondo imageticamente aqueles que têm necessidades daqueles que podem doar e doar.

Chegamos aqui ao ponto que nos interessa: verificar a relação entre os significados material e cultural das palavras pobre e pobreza enquanto representação da distinção entre pessoas numa mesma sociedade. O mundo moderno, a partir do século XVII, preconiza a acumulação de bens como um fator de mérito, algo que será

113 Jornal O Globo, 21 de dezembro de 1902, p.1.

acentuado pelos burgueses. A relação entre trabalho e riqueza, reafirmada após a Reforma Protestante, imprimiu um novo significado a estes termos. Inicialmente de caráter material, o termo pobreza passou a incorporar valores morais, associando a incapacidade de acumular bens a atributos do espírito como a preguiça e a vileza. Thompson, ao analisar o peso do pensamento protestante desenvolvido na Inglaterra, em especial os discursos evangelistas das dissidências Wesleyana e Metodista, identifica os elementos que compuseram a tradição inglesa entre as pregações sobre pecado e austeridade que acabaram por criar as formas de comportamento do mundo burguês dos séculos posteriores. E. P. Thompson¹¹⁴ argumenta que a rejeição da idéia de eleito e obediência que a Igreja Anglicana Tradicional tentava inculcar nos segmentos empobrecidos e que o caráter organizador da Igreja Metodista, que valoriza a disciplina como um fator de elevação moral, que distingue o bom cristão dos pecadores, estaria nas bases da formação do movimento operário. Este argumento nos interessa na medida em que o inglês que aportará em Manaus no período da borracha, carregará esta imagem em seu cabedal de valores e julgará a população local a partir destes parâmetros.

Em paralelo a estes referenciais nobiliárquicos e burgueses, concorre a idéia católica de inocência e predestinação daqueles que são desprovidos de bens. Além disso, pela doutrina católica, os despossuídos na terra, serão agraciados no pós morte com as glórias divinas. O mundo moderno inicia-se em meio a controvérsias acerca da pobreza e da riqueza, do trabalho e da providência divina, austeridade e lascívia. Se pela tradição católica ao pobre deve-se destinar a caridade e a piedade, uma vez que a propriedade e o acúmulo de bens não constitui uma virtude para o homem comum, estando reservada apenas aos nobres e representantes da fé, que o fazem em nome de Deus; para a nova ordem burguesa e protestante, o contrário da pobreza, a riqueza, resulta do trabalho e é, portanto, abençoada e digna de mérito e a pobreza deve-se a falta de fibra moral.

A distinção entre as doutrinas não é mero recurso retórico, mas deve ser compreendida como uma modificação na forma de pensar e se comportar dos indivíduos que interagem num momento de muitas mudanças no campo social. Levando-se em consideração que a sociedade brasileira é formada a partir de uma concepção católica de mundo, a qual estava associada a ideais nobiliárquicos de uma corte tupiniquim que se esforçava para recriar e comparar-se aos moldes europeus e, que ao longo do século

114 THOMPSON, op. cit., 1987, pp. 30-33.

XIX, introduz preceitos liberais imbuídos de valores protestantes, podemos pensar que a formação das classes sociais no Brasil são significativamente marcadas pelo entrecruzamento dos valores intrínsecos as duas formas de cristianismo que se antagonizaram no processo de construção da modernidade européia.

Lembramos que E. P. Thompson, ao analisar a formação da classe operária inglesa, valoriza as tradições culturais como um fator criador de identidades e dissidências. Estas tradições estão em grande parte arraigadas nas disputas religiosas que se debateram no interior da Igreja Anglicana e naquela que resultou da dissidência, a Igreja Metodista. Os discursos religiosos, ainda no século das luzes, movimentavam os grupamentos humanos, a despeito das pregações racionalistas difundidas na França. A Igreja Metodista, consagrando-se como uma religião dos pobres, defensora de uma espécie de democracia e da organização dos trabalhadores, criava o ideal de uma sociedade perfeita, sem pecado, que se elevaria a partir da disciplina rígida.¹¹⁵ Neste sentido, Thompson considera que os valores engendrados por estas tradições podem levar a compreensão das formas como as classes se conduzem no contexto social.

No caso brasileiro, enquanto durou o Império, o catolicismo foi a religião oficial e as demais deveriam ser circunscritas ao espaço privado. Portanto, num primeiro momento, são os valores pertencentes a esta tradição que conduzirão os ideais políticos, traçando políticas públicas dirigidas aos pobres a partir de uma aliança com a Igreja. Mas a inserção dos interesses econômicos ingleses nas terras brasileiras, assim como a proximidade dos jovens intelectuais, que haviam estudado na França, dos ideais civilizatórios, trouxe consigo novos valores pertencentes a outras tradições, dividindo brasileiros e influenciando a formação dos partidos liberal e conservador que disputariam posições frente as demandas sociais brasileiras, já discutido no tópico anterior.

Sem querer entrar no mérito das mentalidades, cremos que estas variações de significado expressam as formas como os homens lidam com a realidade em que estão inseridos. No caso específico de nosso trabalho, em que a maior parte das fontes são escritas por representantes das elites locais, é preciso saber o que está em jogo quando eles se referem aqueles que foram chamados de pobres e as palavras a este conceito correspondentes, como indigente, desvalido, mendigo, desocupados, vadios, vagabundos, desordeiros.

115 Idem, pp. 37-39.

Podemos separar estes termos a partir de duas cargas de significado moral : 1) expressam uma atitude piedosa em relação aqueles que carecem dos meios de sobrevivência, em geral por conta de algum infortúnio; 2) associam à condição de pobreza, atributos negativos de caráter. No primeiro caso encontramos as palavras desvalidos e indigentes, que, especificamente nos relatórios provinciais sobre os quais nos debruçamos, indicam um conjunto de indivíduos que precisam de socorro para se sustentar. Num sentido etimológico mais profundo, temos que a palavra desvalido tem origem na expressão valor, cujo prefixo *des* indica ausência, ou seja, desvalido é aquele que não tem valor, sem valia, como atestam diversos dicionários. Já o termo indigente é típico do século XIX e designa aquele que carece, sendo sinônimo de pobre e de mendigo. Sua origem latina vem do abstrato *indigens*¹¹⁶, que indica extrema carência material. Em ambos os casos, o sentido econômico é determinante. Porém verificamos que o uso da palavra desvalidos é empregado especialmente para crianças órfãs e indígenas de um modo geral, destinadas a serem recolhidas em asilos orfanológicos, enquanto que indigentes é preferencialmente empregado para doentes e mendicantes, recolhidos à Santa Casa de Misericórdia. Os indigentes são associados frequentemente com a idéia de portadores de doenças e vícios, muitas das vezes indicando o atributo “sujos”. Especialmente nos relatórios referentes à inspeção sanitária, este termo é frequentemente empregado para se referir a migrantes que chegam nos vapores e que são isolados por estarem contaminados com varíola, febres maléficas ou sarampo.

Uma denominação que se agrega a de indigente é a expressão moribundo, encontrada nos relatórios da Santa Casa para designar aqueles que chegam em tal estado que é impossível de recuperar, aos quais era destinado uma ala específica, muitas vezes para a espera da morte, como o caso da enfermaria para tuberculosos criada em 1908, onde eram alojados não só os próprios tuberculosos, como qualquer doente considerado irrecuperável¹¹⁷.

Já os termos desocupados e vadios associam-se ao valor negativo que é atribuído ao ócio, enquanto uma sociedade que valoriza o trabalho como meio de não só suprir as necessidades, mas ainda como fator de acumulação e posição social. Estes termos são característicos para se referir aqueles que não estão inseridos como mão de obra nas

116 HOUAISS, op. cit.

117 Relatório do Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, Lázaro Bittencourt, de 1 de Janeiro de 1909, p.15.

relações de produção burguesas. Neste caso, a pobreza ou a carência de prover suas necessidades resulta de sua indisposição para o trabalho, da sua falta de virtude. Já o termo vagabundo tem origem no verbo vaguear¹¹⁸, designando aquele que não tem paragem certa; desordeiro é um termo que não necessita de maiores esclarecimentos, pois sabemos que é aquele que desafia a ordem estabelecida. É interessante notar que estes dois últimos termos datam de uma cronologia mais recente, aparecendo apenas nos fins do século dezenove e que, assim como os demais que integram esta sequência, tem valor jurídico, sendo previstos como contravenção nas posturas municipais e nos códigos civis.

Trazendo à tona toda a nossa digressão, temos dois conjuntos de significados para designar os setores menos favorecidos

1) Pobre – pobreza – careza – carecer - carestia – indigente (cia) – sentidos que remetem a condição material de existência

2) vilão – vil – vadio - vagabundo – desocupado – desordeiro – reúnem sentidos morais que se supõe causas da pobreza.

Em separado, pensamos especialmente no termo desvalido: sem valor. Seu sentido oscila entre os aspectos materiais e morais, na medida em que o termo valor é ambíguo e pode se referir tanto a aspectos quantitativos da existência quanto a qualitativos. Especialmente em Manaus, o termo desvalido é empregado repetidamente pelos administradores que chegam à cidade. Por hora deixamos apenas uma indagação: o homem local é sem valor pra quem?

No nosso trabalho, considerando os documentos oficiais que tomamos como fonte, podemos dividi-los em dois aspectos: o conjunto documentos oficiais, composto por relatórios provinciais, produzidos durante os anos do Império, cujas compreensões relativas à pobreza estão bastante marcadas pelo pensamento católico; e aqueles produzidos pelos primeiros anos da República. Portanto, o termo desvalido e indigente são os mais empregados para se referir aqueles que são despossuídos dos meios necessários à sobrevivência e têm males relativos à saúde que os impede de trabalhar. Durante o Império, o Estado apela para os sentimentos cristãos e trata a questão social como um dever moral do homem ilustrado. O discurso oscila entre a obrigação do Estado como provedor da normatização das questões sociais, com a finalidade de

118 HOUAISS, op. cit.

construir uma nação moderna e civilizada; e o discurso da piedade e caridade divina. Especificamente, os desvalidos e indigentes são primeiramente órfãos e enfermos, cuja má sorte lhes impede de prover o sustento, cabendo ao corpo dirigente criar os meios de auxiliá-los a alocar-se no contexto do trabalho. Daí a preocupação, logo ao instalar-se a Província, de criar estabelecimentos de acolhida para órfãos, sempre com a finalidade de prepará-los para o trabalho futuro – atribuir-lhes valor. A idéia de salvação já tinha, no período colonial (século XVIII), tornado os indígenas alvos de uma tal política, assim como a necessidade de controle, representada pela Diretoria de Índios criada após a expulsão dos Jesuítas, que coincide com a posse portuguesa do território do Amazonas, procurava direcionar o modo de vida nativo às intenções da Coroa. Já para os enfermos, a preocupação recai sobre a saúde, gerando políticas de visitas médicas e distribuição de drogas farmacêuticas aos lugares mais distantes e a de atender, na enfermaria militar, os acometidos de disenteria e impaludismo – os males mais relatados.

Em finais da década de 70 do mesmo século, a palavra “desvalidos” também será utilizada para referir-se aos migrantes cearenses que adoecem e para aqueles que não conseguem formas de sustento. Nos diversos casos, a pobreza é interpretada como sortilégio, causada por fenômenos naturais, sem que em nenhum momento o discurso aponte para questões econômicas, pois o fenômeno sempre é tratado a partir de apelos morais.

Ainda neste conjunto de fontes, um discurso paralelo se perfaz conforme vão sendo tomadas medidas para minorar o que os dirigentes consideram como infortúnio. Fatores étnicos(para eles raciais), relativos à herança indígena da cultura local, levam os Presidentes Provinciais a considerar a preguiça, a indisciplina e a facilidade que a população que se instalara ao longo dos rios tinha de sobreviver apenas dos frutos da floresta, como empecilhos para a realização de seu projeto civilizatório. Desta forma, o abandono das escolas criadas pela Diretoria de Instrução Pública, as fugas dos asilos e a preferência por viver do extrativismo em detrimento da agricultura foram interpretadas de modo negativo, sem que houvesse qualquer consideração a respeito de que a sociedade amazonense que se instalara um século antes tinha sua própria dinâmica, regida pelos interstícios sazonais dos rios e que, para a maioria, talvez não interessassem os valores e mudanças que aqueles que vinham da corte lhes ofereciam.

A bem da verdade, alguns dirigentes chegaram a esboçar opiniões que

associavam a desconfiança da população local a respeito das novas instituições que eram instaladas. Para alguns, a expulsão dos Jesuítas e a criação da Diretoria de Índios, marcada pelo abuso dos brancos que raptavam e escravizavam indígenas para empenhá-los nas atividades extrativistas ou traficá-los para as regiões agro-exportadoras, teria criado um estado de espírito temeroso em relação às ações dos governos Provinciais. Outra teoria, alegava que a atividade extrativista requeria braços para o trabalho e as crianças não frequentavam as escolas para ajudar os pais a prover o sustento da família.

O segundo conjunto de fontes oficiais, pertencentes aos documentos do Estado do Amazonas, nos anos iniciais da República, já começam a entremear o sentimento piedoso com a desconfiança sobre aqueles que não estão inseridos no sistema de produção. Neste momento, as atenções estão voltadas para a capital Manaus, que floresce com os dividendos da borracha e passa pelas reformas de aformoseamento. Aqueles acometidos de orfandade e doenças continuam a ser os legítimos pobres, a quem o Estado deve ofertar sua mão, entretanto, desconfia-se que uma parcela significativa, especialmente os que foram subvencionados pelos incentivos à migração e agricultura, podem estar minando os esforços dos dirigentes que acreditavam estar conduzindo-os a um estado mais digno de existência; ou seja, recebendo dividendos dos cofres públicos sem esforçar-se para dar resultados. Tal fator levará a cortes no orçamento, suprimindo verbas para as colônias agrícolas dos arredores da capital. Por outro lado, o crescimento da cidade e o aumento de indivíduos sem trabalho ou que trabalham esporadicamente por baixos salários, leva a idéia de uma crescente ameaça à ordem pública. A resposta a isso é a ação violenta da polícia. Assim como a Diretoria de Índios provocou a desconfiança da população no período anterior, a polícia urbana representará uma incógnita: se por um lado é a ela que se deve recorrer para buscar proteção contra o crime, por outro correm notícias de que o abuso da força é uma constante.

Num terceiro conjunto de fontes, os jornais locais, aparecem os desordeiros, vagabundos, vadios que se tornaram alvo de restrições morais e legais. Estes últimos termos, relacionados com práticas costumeiras, associados a vícios e modos desagradáveis, passaram a ser previstos por códigos de posturas como transgressões e reprimidos pela ação de uma polícia violenta, que estava a serviço dos ideais civilizatórios de seus governantes. Tanto os jornais ligados às classes dirigentes, quanto aqueles mais próximos das questões populares direcionavam uma reprovação voraz aos

comportamentos que desafiavam a ordem da cidade. Em geral, os noticiários relatavam as bebedeiras, brigas e crimes como desvios comportamentais que deveriam ser reprimidos e afastados da “boa sociedade”.

O interessante em acompanhar esta variação de compreensões etimológicas é a de perceber que em nenhum momento a condição de pobre foi associada à injustiça, à força, à usurpação. É somente a partir da repercussão da organização operária europeia no Brasil e do surgimento de movimentos de organização da classe trabalhadora em categorias de reivindicação, que a condição dos excluídos passa a ser pensada como consequência da forma como o sistema está organizado. Baixos salários ou a ausência destes, a escassez de alimentos e seus altos preços, a falta de moradias e a valorização do perímetro urbano, assim como as medidas sanitárias que incidiam sobre a distribuição da população no espaço, é que a exploração praticada pelos patrões e o abuso das autoridades são entendidos como determinantes da pobreza. Essa mudança é percebida em Jornais como A Pátria, no último ano do século XIX e A Voz do Povo, já no ano de 1915, os quais ressonam uma mudança no comportamento da classe trabalhadora que, ao fim do século XIX já procurava se organizar e reivindicar seus espaços. Entretanto, quando se trata da indignação, o discurso da caridade e do preparo educacional permanece semelhante ao das classes políticas. Diferencia-se o discurso do jornal A Lucta Social, fundado já no início da crise deflagrada pela queda do preço da borracha, que, empenhado em organizar e promover a consciência na classe trabalhadora, e já inspirado pelos ideais anarquistas, vocifera quanto às políticas assistencialistas, enfatizando que *“o operariado não precisava de esmolar a protecção de quem quer que seja; mas estudar os problemas da vida e organizar a campanha em favor de sua emancipação.”*¹¹⁹

Correndo o risco de estudar um período extenso, mergulhado em modificações materiais e mentais que produziram conflitos e contradições que se revelaram nos discursos, supomos que a modificação das relações de trabalho e os mecanismos de distinção entre indivíduos, impingiam aos habitantes das cidades estrangimentos comportamentais e ações repressivas violentas às mais antigas práticas culturais, acirrando a discriminação, o preconceito e a exploração da mão-de-obra.

Segundo José do Amaral Lapa, *“numa formação social capitalista, tornam-se*

119 O jornal *A Lucta Social* publicou 6 títulos em 1914 e era produzido por trabalhadores anarquistas. Seu principal redator foi o português Tércio Miranda. Cf.; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas. PUC-São Paulo: tese de doutorado, 2001.

*relativamente visíveis e explícitos os mecanismos de pauperização de uma ampla fração de sua sociedade*¹²⁰, o que nos leva a inferir que é somente quando as tendências liberais de organização da produção chegam ao Amazonas é que a pobreza aparece como um fenômeno a ser pensado e sanado. A atividade extrativista que dominou a região no período colonial estava em conformidade aos ritmos da população local e não se podia identificar a pobreza como uma característica de uma parcela significativa da população que não produzia o suficiente para se manter. É preciso considerar que o sentido de produzir pode ser relativizado pelos condicionantes *para que* e *para quem*. Se a finalidade da produção está vinculada apenas a necessidade de subsistência ou sobrevivência, as relações entre trabalho e produção *não* estão direcionadas para o excedente de produção, sendo este fator oscilante em conformidade aos recursos e fluxos naturais. Entretanto, se os referenciais de produção são alterados e a sua finalidade passa a ser o acúmulo de riqueza, aquilo que se produzia apenas para a sobrevivência torna-se insuficiente. Outro problema que se pode levantar é a relação entre os resultantes da produção e o consumo. Na primeira hipótese, em que se produz para a subsistência, a preocupação com o consumo se limita a gêneros básicos, girando em torno da alimentação, da vestimenta e da confecção ou aquisição de meios para continuar a produzir. Mas quando estes resultantes visam aumentar o excedente, e o consumo se volta para bens nos quais estão embutidos não só o valor de uso, mas também valores mercantis e culturais, um trabalho que resulte em atender às necessidades básicas, pode ser considerado improdutivo.

No caso amazônico, o fortalecimento da cidade de Manaus a partir da segunda metade do século XIX, tendo sido aumentada demográfica e economicamente, inchada devido a diversos movimentos migratórios, tornou a cidade o lugar em que a pobreza incomodava.

Ademais, conforme indica José do Amaral Lapa :

Não havendo na cidade a possibilidade de retirar da natureza a subsistência ... que se sujeitar ao mercado do trabalho e à produção artesanal e manufatureira ... leis que regem esse complexo mercado pelo escravismo relegam o excedente ... de trabalho ao parasitismo e a dependência ou à indigência, E aí que a miséria , com seu cortejo ..., roubo delinquência e fome, se mostra também individual ou coletivamente ... manifestações dos espaços públicos.¹²¹

120 LAPA, op. cit., p. 23.

121 Idem, p. 2.

Enquanto os ritmos naturais ditavam a vida do pequeno Lugar da Barra e ao longo da província seus habitantes sustinham-se com as formas coletivas e artesanais de trabalho, entremeando trocas de produtos com pequenos regatões, a palavra pobre tinha pouco significado, pois o que se produzia não era pouco em relação a que se destinava e ao que se tinha para trocar. Mas a partir do momento em que a cidade se instala, as distinções e exigências ditadas pela tentativa de sobreposição de uma cultura a outra geram as condições de identificação da pobreza. Nas palavras de Kathryn Woodward¹²², as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade pois não é o oposto da diferença, a identidade depende da diferença.

Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles ...¹²³

Neste caso, a fala dos governantes representa o “nós”, enquanto forma de pensar tomada como paradigma, e “eles”, a população local, considerada destituída de posses e dos valores necessários para incorporá-las. O desvalido, homem sem valor, o é para o que chega de fora, que intenciona interferir nos ritmos locais. Vale ressaltar que o que se pretende é que esta população passe a produzir para o “nós”, para aqueles que já se adonaram das posições de poder instituídas e querem estender sua capacidade de subordinar terras e homens para o processo de acumulação que se fortifica com a adoção de ideais liberais introduzidos pela máquina corporativa inglesa.

Ainda conforme José do Amaral Lapa, a adoção dos princípios capitalistas como forma de reorganizar a produção, engendra a pobreza e cria as condições da miserabilidade. Ele enumera 9 condições que podem levar um homem urbano a se tornar pobre no período imperial:

As legiões de despossuídos que impregnam a paisagem urbana, no período que tratamos, tem origem vária e complexa, que assim pode ser enumerada: 1) nascem pobres, sem conseguir superar essa condição ao longo da vida; 2) tornam-se pobres por sofrerem um descenso econômico-social; 3) empobrecem

122 WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**, in: SILVA, Tomaz Tadeu da, op. cit., pp. 39-41.

123 Idem, p. 40.

pela ocorrência de limitação física e/ou mental, de sua capacidade de produção – idade avançada, mutilação por desastre ou acidente de trabalho, traumas psíquicos, cegueira, doenças crônicas, deficiências de nascimento etc.; 4) empobrecem devido a viuvez, orfandade, sinistros, roubos etc.; 5) são ou ficam pobres porque inadaptados ao sistema de produção, à divisão de trabalho, à ordem social e ao regime político vigente; 6) ingressam na pobreza os que juridicamente deixam de ser escravos; 7) são ou ficam pobres os condicionados por uma herança genética limitativa que receberam dos pais; 8) empobrecem devido a desajustamentos sociais coletivos ou desequilíbrios naturais, como guerras, revoluções, epidemias etc.; 9) são pobres gerados pela má distribuição de renda e da riqueza, pelo discriminatório funcionamento do sistema político e econômico e político, que provoca o desemprego generalizado e tensões sociais, inflação e deteriorização do poder aquisitivo;¹²⁴

Procurando compreender o fenômeno da pobreza no Amazonas, tentamos pensar sobre como estes fatores pesaram sobre a formação de sua população. O primeiro fator, pobre de nascimento, nos parece problemático, a medida que está ligada a uma idéia de hereditariedade da pobreza, que no caso amazônico dependeria de compreendermos em que momento específico a vida simples do caboclo passou a ser considerada como pobre, o que tentaremos esclarecer no segundo capítulo. Esta designação parece estar associada ao olhar daqueles que chegam a Manaus no século XIX e que avaliaram o que viram a partir de modelos já cristalizados pelos valores europeus. Os itens 2, 6 e 8 podem ser aplicados aos migrantes nordestinos que achegaram na cidade e excederam a oferta de trabalho existente, sem encontrar meios de seguir para os seringais, acabaram por ali permanecer. Seja como for, estas contingências são mazelas do modelo agro-exportador típico do regime colonial que produziu as discrepâncias sociais geradas pela relação entre senhores e escravos na região nordeste. Nos casos 3, 4 e 7, contingências e acidentes levam o indivíduo a ser excluído parcialmente ou definitivamente das relações de trabalho. Estes tendem a se localizar abaixo da linha da pobreza e são o alvo preferido da caridade pública. São acontecimentos que podem ocorrer em qualquer sistema político e econômico e que ao longo do tempo foram entendidos e solucionados de diversas maneiras. Os acometidos destes imprevistos, a vista da sociedade moderna e administrada que se queria construir, são apreendidos como cobaias de suas experiências educacionais ou medicinais, promovendo ações de recolhimento e clausura, representados por asilos, hospitais e hospícios, sobre quem as políticas públicas tentarão decidir entre aqueles que podem ser admitidos em algum momento pelo sistema, como os órfãos ou que devem ser confinados indeterminadamente, como os loucos.

124 LAPA, op. cit., pp. 38-39.

Já o item cinco aplica-se fatalmente à população nativa, composta de índios destribalizados e caboclos, que mantinham costumes tradicionais ligados às práticas coletivistas e foram obrigados paulatinamente a abandoná-las quando ruas foram calçadas, banhos e pescas nos igarapés proibidos, pequenas plantações de subsistência nos arredores da capital destruídas e as casas de taipa condenadas no perímetro urbano. A partir dos instrumentos que o poder público instituiu para cercear essas práticas, como os códigos de posturas e a polícia, essas pessoas não teriam mais como prover suas necessidades básicas e, obrigadas a oferecer-se no mercado de trabalho livre, se viam aviltadas pela lógica das relações entre patrões e empregados e pelos baixos salários.

Por fim o item 9 nos parece ser o indicador principal de como todas as demais situações serão tratadas no período estudado. Ou seja, uma vez que os princípios liberais são adotados como reguladores das relações de trabalho e não eliminam, mas se sobrepõem aos traços e valores herdados da sociedade colonial, como a reprodução de privilégios e a distinção discriminadora entre classe trabalhadora e classe dirigente (leia-se elite), os projetos governamentais tenderam a se mostrar ineficientes ou secundários em relação aos interesses acumulativos que obliteram as necessidades dos indivíduos de quem foi subtraída a chance de permanecer em suas próprias relações sociais.

Este quadro complexo de distinção entre pessoas se constrói como um espaço de conflito, opõe as pessoas no dia a dia da cidade, gerando violência por parte da classe dirigente contra os traços de resistência da cultura local. A moral e a lei, representadas especialmente nos códigos de postura, constituíram-se como modos de negação e subordinação de uma cultura em relação a outra; enquanto que a polícia urbana materializava a violência através das prisões. Embora o governo imperial quisesse passar a idéia de uma nação construída de modo pacífico, a repressão era o instrumento mais usado para conter aqueles que divergissem da ordem pretendida. Nas palavras de June Hahner:

A cultura política, formulada pelas elites desde os tempos coloniais, enfatizava a conciliação, a harmonia de classe e o respeito pela hierarquia. A violência não deveria ser manifestada na esfera política. A poderosa instituição brasileira de patronato difundia-se na sociedade, se estendendo pela difusa e dividida maioria da população, em vez de ser exercida somente dentro da classe alta. Através do clientelismo, tanto urbano como rural, fortes laços verticais ligando as classes foram estabelecidos, conflitos silenciados e solidariedades horizontais e a

formação de organizações autônomas nas classes populares inibidas.¹²⁵

A imagem de laços verticais e solidariedades horizontais pode muito claramente nos ajudar a pensar a forma como a cultura brasileira consolidou as práticas sociais. Patronato e clientelismo apoiados em ideais como proteção, piedade, caridade e débito de favores, garantem a fidelidade de sentimentos e atos entre classes dominantes e classes trabalhadoras e ainda daquelas excluídas das relações de trabalho, reafirmando o poder estabelecido, enquanto que as solidariedades horizontais, que aparecem na forma de sociedades de imigrantes, colonos e categorias trabalhadoras, que não estavam comprometidas com a reivindicação e luta por direitos, mas como forma de garantir meios de prover recursos diante dos infortúnios, concorrerão para dar a aparência de paz almejada no Império. As sociedades beneficentes e de mutualismo foram multiplicadas em Manaus, entre os anos 90 do século XIX e 10 do século XX. Já o Estado, reproduzia a conduta do patronato criando as casas de abrigo, que forneciam comida, vestuário, dormida e educação para aqueles que necessitavam, fazendo ecoar em discursos a gratidão que o povo lhe devia por tamanho ato de caridade cristã.

125 HAHNER, op. cit., pp. 49-50.

CAPÍTULO 2

UMA SOCIEDADE ADMINISTRADA

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.¹²⁶

2.1 SABERES CIENTÍFICOS, TÉCNICA E ESTÉTICA: O MITO DA CIVILIZAÇÃO ORDENADA E BELA

A revolução científica que se processou na era moderna imprimiu na humanidade o sentimento de superioridade sobre a natureza e a certeza de que poderia se tornar senhora de seu próprio destino. O espírito civilizatório que se assentou nos idos dos oitocentos era eminentemente marcado pela certeza de que o conhecimento sobre as leis da natureza permitia que a utilizássemos a nosso favor e não demorou que esta crença se estendesse à compreensão da sociedade. Isto implica dizer que o domínio que se pretendia sobre a natureza foi também pretendido sobre os homens. Segundo Adorno e Horkheimer, a modernidade se fundou numa lógica que se antepunha ao pensamento mítico-religioso e acabou por construir sua própria constelação de crenças, as quais, revestidas do predicativo científico, tornaram-se um corolário de diretrizes e ações que tinham como meta eliminar quaisquer traços de resistência a sua trajetória. Neste sentido, o projeto civilizador caminhou no percurso de suas contradições intrínsecas, entre a crença e a razão, as quais foram o combustível que impulsionou o seu avanço.¹²⁷

Se por um lado o advento da mecânica newtoniana permitiu o desenvolvimento de máquinas e técnicas que reordenaram o mundo econômico, por outro, foi necessário imprimir na sociedade a mesma ordem cósmica, a fim de que as pessoas se adequassem às conquistas atingidas. A idéia de que a sociedade deve ser organizada tal qual a natureza remonta aos tempos da filosofia pré-socrática que, já no pensamento de

126 ADORNO & HORKHEIMER, op. cit, p. 19.

127 Idem, p. 22.

Pitágoras, expressava a crença de que a ordem deve se instaurar sobre o caos e de que as razões matemáticas são seguras e representam a ordem subjacente da natureza. Deste modo, foi tão necessário descobrir as leis que regem a sociedade e o comportamento humano quanto o foi com a natureza, e se esperava que igualmente isto permitisse intervir na forma da organização social para que a desordem pudesse ser controlada.

Assim o mundo moderno se instaurou, criando pares opostos de conceitos que se unificaram na prática cotidiana da produção econômica. A liberdade individual encontrou seu paralelo no aprisionamento do trabalho assalariado, necessário para a subsistência; o reconhecimento da subjetividade como o direito de cada um construir o seu “eu”, afunilou-se nas linhas de produção fabril e seu trabalho repetitivo; todos teriam o direito de exercer suas diferenças, contanto que se tornassem iguais enquanto cidadãos dispostos ao trabalho, ao pagamento de impostos e a se comportarem segundo os padrões exigidos pelo modelo cidadão que se instaurou; o medo provocado pelas religiões de outrora foi substituído por um arcabouço moral que pretendia unificar as formas de agir e pensar, nem que para isto fosse necessário utilizar-se de meios coercitivos¹²⁸. Esse foi e é, por fim, o papel do Estado: aquele que deve garantir a unidade indissolúvel no universo de infinitas diferenças.

Por esta linha de pensamento, a razão e o conhecimento se tornaram instrumentos de dominação, estabelecendo uma interconexão entre as leis lógicas do raciocínio e a funcionalidade da ação, os quais tinham como fim último as relações de produção. O mundo do trabalho, para o qual o homem moderno deveria se preparar, eliminou toda e qualquer outra atividade humana como supérfluo, mito ou hábitos selvagens.¹²⁹ A existência humana foi reduzida a utilidade que ela representa para a reprodução do capital.

O método dialético-negativo empregado pelos autores supra referenciados demonstra que a sociedade humana trava uma luta contra a natureza no intuito de se preservar como espécie. Este conflito constitui-se como uma história da razão humana que atinge seu ápice na modernidade, com o advento do iluminismo¹³⁰. Deste modo, o

128 Ibidem, p. 27.

129 Idem ib., p. 42.

130 Devemos ressaltar aqui que o Iluminismo é um momento histórico no seio do que os autores de Frankfurt chamam de esclarecimento. O termo *Aufklärung*, que intitula o livro, é preferencialmente traduzido por Esclarecimento por se referir não ao movimento intelectual de valorização da racionalidade ocorrido por volta do século XVIII, mas a um esforço desenvolvido no mundo ocidental, iniciado na

trabalho realizado pelos filósofos de Frankfurt demonstra que o processo de dominação da natureza desencadeia o domínio de homens sobre homens, reafirmando a relação saber-poder como constituinte da sociedade. Para estes pensadores, os mitos de outrora exerceram o papel que a ciência desempenha hoje, produzindo explicações e coerções que conformam ou impelem o homem ao trabalho e à moralidade historicamente constituída.

Explicar os processos de dominação na sociedade humana através da relação entre saber e poder não é nenhuma novidade entre os historiadores, já que esta tese é amplamente aceita para formalizar a compreensão das sociedades antigas, como o fizeram Mircea Eliade¹³¹ e Jean-Pierre Vernant¹³²; entretanto, o que nos faz recorrer a aqueles autores é a ampla aplicação que eles fizeram deste conceito à sociedade contemporânea, que eles supõem ter convertido a própria ciência em mito, uma vez que ela tem a mesma função que as entidades divinas tinham para as sociedades arcaicas.

Tese semelhante foi amplamente defendida por Foucault em sua série de estudos a respeito da história da arte médica e dos sistemas de encarceramento, tais como a prisão e o hospício, trabalhos os quais não negligenciamos em sua importância. Nossa opção por utilizar as máximas de Frankfurt é apenas uma questão de método. Foucault, ao utilizar a tese da relação saber-poder, cujas bases teóricas, seja para a escola alemã, seja para a francesa, remontam aos aforismos e assertivas rascunhadas por Nietzsche, empregou a orientação investigativa daquele filósofo, como ele mesmo afirmou nas conferências reunidas sob o título *Microfísica do poder*¹³³, seja ela a genealogia. Tal método consiste em buscar a gênese dos fenômenos sociais, especificamente morais, a partir da perseguição histórica das mudanças de significado que as práticas sociais sofrem ao longo do tempo, as quais são atravessadas por relações de poder, bem como

Grécia, de dessacralização da natureza por meio do uso crítico da Razão.

131 Em “Mito e Realidade”, Mircea Eliade caracteriza o mito como o centro das atividades sociais das comunidades primitivas. O mito, dentre as várias funções que ele desempenha no universo religioso, explica, acalma, consola e imprime ordem nas relações sociais a medida que apresenta uma história que se manifesta como exemplo de ação. Cf. ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**, S.P.: Perspectiva, 2000, pp. 21-23.

132 Em “As origens do Pensamento Grego”, Jean-Pierre Vernant demonstra como as formas de poder que se desenvolveram na Grécia Pré-Homérica estão diretamente ligadas a estrutura religiosa dos *génos*, famílias guerreiras que constituem a Aristocracia governante. É justamente esta origem mítica que estará na base do pensamento ético-moral que se cristalizará no século VI a.C. como uma nova forma de organização política e de pensamento – a democracia e a filosofia. Cf. VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. R.J.: Bertrand Brasil, 1993, pp. 15-33.

133 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Petrópolis: Vozes, 1986.

um levantamento da etimologia dos termos que designam comportamentos e valores aceitos por todos, com a finalidade de descobrir ou revelar em que momento específico um hábito, crença ou conjunto de ações surgiu e que conjunto de sentimentos, emoções, necessidades e mecanismos de controle se desenvolveram a partir daí. Nas obras de Foucault isto resulta na determinação histórica do nascimento das instituições de confinamento da era moderna, cuja finalidade é apartar os indesejáveis da ordem social planejada, bem como sanear e disciplinar a vida cotidiana. Para Nietzsche, o fundamental de sua tese não seria a criação de um novo método de pesquisa histórica, mas uma estratégia de combate ao racionalismo que tomava conta da Europa oitocentista. O método genealógico procura desmistificar a razão, mostrando que aquilo que tanto se venerou nos anos dos oitocentos, não passava de mais um artifício humano para o exercício do poder. Esta conclusão foi a sua grande contribuição para que repensássemos a história contemporânea.

No caso das obras de Foucault, é suficientemente legítimo que ele proceda a uma investigação genealógica, uma vez que a Europa deu a forma embrionária para o que chamamos hoje de cultura ocidental. E em respeito a importância desses estudos, procuramos nos tópicos anteriores identificar matizes culturais do mundo europeu que foram transpostos para o Brasil e que compõem o imaginário de nossas elites sobre a pobreza e sobre si mesmas. A gênese do comportamento moderno que estudamos pode ser muito bem perseguida nas práticas coletivas européias e algumas peculiaridades contribuem para a compreensão de nossa própria cultura. Porém, ao estudar os fenômenos que se desenvolveram no Amazonas, o que antevemos é uma reprodução de um modelo já amplamente desenvolvido na Europa e que corresponde, no caso específico de Manaus, a reestruturação de várias cidades brasileiras, a maioria delas envolvidas com o comércio de exportação para o mercado mundial, que intencionava equiparar-se culturalmente às grandes cidades daquele continente. Passamos então à tentativa de compreender como esse conjunto de ações se reproduziram no espaço amazonense e quais as implicações que isto acarretou para a organização do Amazonas, enquanto unidade econômica que se integrava ao mercado exportador que caracterizava o cenário econômico brasileiro.

Nesta perspectiva, um dos traços da modernidade é a concepção de que a ciência e a técnica permitem a racionalização e reprodução de experiências vivenciadas pelas sociedades civilizadas e de que aquelas que não atingiram este estágio, podem aplicá-las

e rapidamente se inserir na nova ordenação que se instaurava. Assim, os modernos instituíram a crença de que certos modelos ideais podem ser reproduzidos a fim de alcançar finalidades previamente objetivadas. Acreditava-se que a reprodutividade da técnica, esta última respaldada pelo conhecimento científico, garantiria o controle sobre a natureza e a sociedade. O aspecto negativo do método frankfurtiano está na capacidade de verificar como que este projeto se converteu no seu contrário, produzindo, ao final do processo, o retorno do caos. Isto se deveu ao fato de que a reprodutividade da técnica e a certeza de que os princípios adotados como parâmetro para a transformação do ideal em realidade inibem a capacidade de criatividade, de análise e da produção de mecanismos alternativos para lidar com os entraves acidentais que inevitavelmente perpassam a dinâmica social.

É no seio desta noção hiper moderna de sociedade administrada, a qual pode ser plenamente controlada através do emprego dos saberes científicos, que se funda o conceito de que a cidade poderia ser o lugar da vida ideal, em que a simetria matemática se realizaria no traçado das ruas e na imponente geometria dos prédios públicos.

É neste sentido que identificamos o modernismo que se instala no Brasil, e em particular, no Amazonas, como um projeto que tinha por finalidade reproduzir certo número de ações coordenadas, disciplinadoras e controladoras, fundamentadas nas mais diversas teses científicas, a fim de administrar a Província. Para este fim, procuramos neste capítulo analisar as decisões tomadas acerca de quatro aspectos da administração pública – propriedade da terra, migração, instrução pública e saúde pública - que, relacionados entre si, podem apresentar uma amostra significativa das intenções e ações que foram dirimidas com a finalidade de implementar a ação civilizatória. Esses aspectos aparecem sistematicamente como tópicos contidos nos Relatórios, Fallas e Exposições feitas pelos Presidentes de Província (1852-1889)¹³⁴ e nas Mensagens dirigidas ao Congresso do Amazonas entre os anos de 1889 a 1916¹³⁵, durante a era Republicana, os quais compreendem o período de ascensão e declínio do comércio da borracha. Além desses dois conjuntos, foram consultadas as leis orçamentárias do estado do Amazonas entre os anos de 1889 a 1916. Nestas fontes, os assuntos imigração, instrução pública e saúde pública são destacados como pontos específicos de

134 Estes documentos encontram-se disponíveis no Museu Amazônico, encadernados em 4 volumes e também no IGHA.

135 Disponíveis no IGHA, em publicações da “Secção de Obras da Imprensa Official” do Estado.

diretorias criadas para organizar serviços de implantação e fiscalização das propostas políticas, através das quais são relatadas as ocorrências do ano a que se referem e previstas as ações para o ano seguinte (no caso das leis orçamentárias)¹³⁶. Em especial, as instituições assistencialistas encontram um lugar próprio, sendo tratadas de modo específico, muitas vezes compondo anexos que demonstram o movimento dos órfãos e doentes acolhidos, bem como ocorrências e problemas enfrentados. Esses relatórios anexos compõem, portanto, o nosso quarto item de análise, que será indicado aqui e detalhado no capítulo 3.

Segundo Ana M^a Lima Daou, tais medidas foram amplamente discutidas no cenário legislativo do Império, havendo consenso entre as tendências liberal e conservadora acerca dos destinos da Amazônia, conforme segue em suas palavras:

Ambas as políticas reforçam a cidade como lugar de poder. Torna-se recorrente a necessidade de construir espaços públicos, como escolas, cadeias, câmaras, sinais de racionalização da administração, imposição de normas. Ao mesmo tempo, estas construções são símbolo 'da Coroa, enquanto agentes e mecanismos de atuação nacional¹³⁷

Posto isto, o que chamamos aqui de sociedade administrada, materializa-se no conjunto de políticas públicas que são colocadas em prática a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, que têm por finalidade ordenar e controlar o crescimento das cidades, as quais são a expressão máxima do alcance do sistema produtivo, assim como prover os meios necessários para consolidar este mesmo sistema, o que em tese implica em conformar as populações locais às exigências das novas relações de trabalho e solidificar valores que corroborem com a sua reprodução.

Reforçamos que o capítulo trabalha com a noção de projeto e não de realizações, ou seja, muito do que se falará aqui são intenções e ideais que foram utilizados para orientar as políticas públicas, os quais nem sempre saíram dos limites do papel e, em muitas das vezes, o que foi posto em prática não correspondeu ao conjunto de expectativas contidas nos argumentos expostos pelos governantes.

O Estado, enquanto representação deste domínio do homem sobre a natureza e sobre si mesmo, teve como meta orientar e imprimir ordem à sociedade. Isto se realizava através da formalização de leis, criação de instituições e na realização de obras que expressassem a nova mentalidade.

136 Disponíveis no IGHA, Coleção de leis do Estado do Amazonas.

137 DAOU, op. cit., p. 57.

No caso aqui estudado, vale lembrar a observação feita por Berman Marshall em sua obra “Tudo que é sólido se desmancha no ar”, quando trata da forma como o modernismo chega à Rússia Czarista, ainda no século XVIII.

Contudo, em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslanchou, o modernismo, onde se desenvolve, assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos.¹³⁸

A afirmação do autor nos remete a pensar a forma como o modernismo se instalou no Brasil a partir de um entusiasmo delirante de uma elite que visava trazer para cá o resultado de processos históricos longos, sem que as modificações nas formas de conceber e produzir a riqueza tivessem ocorrido de fato. Se o raciocínio da dialética negativa funciona como instrumento de análise, as contradições sobre as quais fala Marshall, ao discutir o jogo de oposições em que emergiu a modernidade européia, cristalizaram-se aqui como o contraditório entre ideal e real tanto preconizado por Marx e Engels em seus estudos sobre as práticas econômicas burguesas. No caso da reestruturação econômica e urbana que ocorreu no Brasil, o ideal não se constituiu como uma resultante da modificação das formas de trabalho, mas como uma imposição que se sobrepôs às condições reais, modificando mediante o uso da força, as condições materiais da existência. Esta inversão que se deu em países não europeus constituiu-se num verdadeiro idealismo, pelo qual se entende a noção de que a realidade nada mais é do que a materialização da criação mental do homem¹³⁹.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROJETOS E PREOCUPAÇÕES

Se para João Fragoso e Manolo Florentino¹⁴⁰ o regime agro-exportador brasileiro se constituiu com a finalidade de reproduzir em terras de Além Mar o modo de vida instaurado no Antigo Regime europeu, para nós, neste trabalho, defendemos a hipótese de que o torpe liberalismo que se instaurou neste lado do Atlântico trouxe em seu bojo o desejo de reproduzir os ares de modernidade que refrescavam e

138 MARSHALL, Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. S.P.: Cia das Letras, 1986. p. 222-223.

139 MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política, Livro 1: O processo de produção do capital**, vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 16.

140 FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo, op. cit.

embelezavam as capitais do Velho Mundo. Tal comparação deve apenas indicar a de continuidade no processo de inserção do país no mercado mundial, como parte de uma pretensão das elites locais que viam naquele continente um modelo de civilização a ser seguido.

Falamos da lógica de ordenação de um sistema que impôs modificações drásticas nas relações materiais de existência, e que, para transformar a realidade e adequá-la a objetivos previamente determinados, deveria produzir alterações nos modos de pensar e agir dos indivíduos. Por isso, ao analisar o conjunto de políticas públicas que se produziram no Amazonas e que tiveram Manaus como seu grande palco no terço final do Império e anos iniciais da República, consideramos que as elites que as coordenaram contribuíram para com a manutenção da exclusão social, na medida em que suas ações, atos e propostas respondiam a um conjunto de proposições adotadas como fundamento para a construção de uma modernidade que se apoiava num espírito civilizatório, cujo motor eram (e são) as relações capitalistas de produção, no qual se cria ser o melhor para a humanidade naquele momento. Seguindo a definição de idealismo com a qual terminamos o texto anterior, podemos afirmar que o modernismo consistia no plano ideal que deveria ser materializado através da ação do Estado.

Embora ao fim do século XIX já se desenvolvessem, na Europa, linhas de ação derivadas da elucidação produzida por Karl Marx sobre a origem da riqueza e da pobreza, isso não significava que todos aceitassem os princípios gerais da produção da riqueza, cujas formas estariam alicerçadas na exploração e na formação de um exército de mão-de-obra reserva. Se era possível afirmar, por uma teoria econômica emergente, que a riqueza resulta da transformação da natureza em bens, os quais adquirem valor nas relações de trabalho e troca; por outro, era difícil admitir que as vantagens comerciais que geravam lucros resultava da expropriação do trabalho de outrem. Para as elites emergentes, mantinha-se a idéia pré-malthusiana de que a pobreza resultava de indisposições individuais, de práticas vis, muitas vezes associadas aos pecados capitais anunciados por diversas formas de cristianismo. Em suma, o pobre é pobre porque tem vícios, porque não se dedica ao trabalho.

No Amazonas este ideário que classifica a classe trabalhadora como responsável pelos seus próprios males, tomou seu lugar já no período Imperial, quando da edificação da Província, que em 1850 passou a figurar na constelação de departamentos administrativos da organização do Brasil. Desde os primeiros relatórios e falas dos

representantes públicos, produzidos entre 1852 e 1889, a preocupação com a dominação do território e dos nativos foi notória. Ressaltamos neste íterim duas medidas que reforçam nossa tese: 1) a necessidade de guarnecer a Província com as forças da Guarda Nacional e 2) a insistente referência a necessidade de domesticar os indígenas, cuja índole considerada aparentemente pacífica, poderia facilmente se converter em ganhos para assegurar a posse e a produtividade da região. É com esta preocupação que Fausto Augusto d'Aguiar, presidente da Província do Pará, instrui Tenreiro Aranha, quando lhe passa a administração da Província do Amazonas, assinalando no auto de instalação o seguinte:

Mandei preparar em toda a nova Província, para a organização da Guarda Nacional, segundo a lei de 19 de Setembro do anno passado, os trabalhos, de que trata o artigo 12 do Regulamento de 25 de Outubro do mesmo anno. A V. Exc^a caberá levar a efeito a reforma desta importante Instituição – poderosa garantia da ordem pública.¹⁴¹

e segue, a respeito dos indígenas:

Este importante objecto hade por certo merecer a particular solícitude de V. Exc^a, que perfeitamente conhece todas as vantagens, que ganharia a Província-tão pobre de braços, como rica de recursos naturaes – com a civilização dessas hordas numerosas, que por extensos ermos vagueam, arredadas de nossa sociedade, mas fáceis em geral, pela docilidade de sua índole, de serem para ella conquistadas.¹⁴²

Mais adiante, o eminente representante provincial demonstrou a importância da catequese como um instrumento de pacificação e civilização dos indígenas. A dominação do território se especializou em duas balizas coercitivas: a força militar e a educação. Para tanto, não só foram relevadas a importância dos missionários católicos, quanto a criação de instituições de ensino formal, que deveriam preparar o futuro do homem amazonense. Uma terceira diretriz foi já traçada neste relatório e será persistente durante todo o período provincial: o incentivo a migração.

O processo civilizatório, se pudermos parafrasear Norbert Elias¹⁴³, que se deu nestas terras, relacionou catequização, civilização e formação de mão-de-obra, como condição necessária para que a região atingisse um ideal traçado pela sociedade branca que esperava trazer os benefícios da vida européia para o mundo tropical. Tenreiro

141 Exposição do Presidente da Província do Grão-Pará, Fausto Augusto de Aguiar, de 9 de dezembro de 1851, p. 6.

142 Idem, p. 7.

143 ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Aranha, primeiro Presidente da Província, utilizou-se de todo seu cabedal analítico para prescrever ao Imperador a fórmula ideal de migração para a região amazônica, descrevendo as regiões onde se deveriam fundar colônias e povoados e traçando a tipologia do migrante para cada localidade. Sua tipificação apresentava critérios rígidos, apoiados nas mais modernas teses científicas, que diziam respeito ao grau de adaptação que se requeria do migrante, destacando duas qualidades necessárias: uma conduta digna e o conhecimento técnico que cada localidade necessita. Por mais repetitivo que isto se torne ao longo deste texto, é preciso dizer que estas qualidades correspondiam ao ideal moderno do representante público. “Conduta digna” é uma expressão que remete à série de valores ligados à concepção de trabalho disciplinado e moralismo cristão, num período em que isto já representava um comportamento burguês que se consolidava através das práticas liberais. Já a expressão, conhecimento, ou habilidades técnicas e artesanais, em geral foi utilizada para se referir às técnicas agrícolas necessárias para desenvolver plantações voltadas para exportação e habilidades fabris que correspondiam à intenção de criar estabelecimentos manufatureiros para o abastecimento de objetos de consumo para a própria região e ainda as artes ligadas à construção, a fim de serem empregadas nas obras públicas.

A fineza do seu trabalho, durante os primeiros meses de sua administração, chegou ao requinte de indicar a nacionalidade ou região brasileira da qual deveria ser oriundo o migrante, a fim de que fossem atingidos dois objetivos: o melhoramento da raça e o desenvolvimento econômico, que no panorama brasileiro significava o empenho na agricultura e pecuária.

Se tão reconhecida he a necessidade e conveniência, e a benigna disposição com que o governo de Sua Magestade o Imperador quer, que cresça e se instrua e applique, bem como nos países cultos, a população desta Província; o melhor meio e talvez o único de a fazer chegar a dita de crescer tão útil será o do exemplo da união de colonos, dados aos serviços ruraes e ás artes mechanicas, á esta gente tão singela do Amazonas, pois que d'ahi eh que hão de provir descendentes e proveitos de muita estimação.”¹⁴⁴

Foi com este espírito que o destino do Amazonas foi projetado pelos seus governantes, descartando já de início qualquer perspectiva de sobrevivência das culturas locais. A instalação da Província abriu as portas da região para o ideal modernista que se instaurara no país, e destas diretrizes surgiram as instituições e ações do Estado Brasileiro que conformariam o *modus vivendis* da região à integração nacional.

144 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, de 30 de abril de 1852, p. 30.

Para efeito de conseguirmos delinear um dos objetivos de nosso trabalho, seja a questão da exclusão social no Amazonas, vamos nos concentrar em três aspectos das políticas públicas que permearam o século XIX : a imigração e colonização, a educação e a preocupação com a saúde pública. Estes três elementos foram conjugados como meios para a realização de um projeto de modernidade conforme aponta a dialética negativa de Adorno e Horkheimer, na medida em que foram revestidos de um saber científico produzido na Europa e transfigurado para o intelecto dos dirigentes do país, os quais em seus discursos e justificativas para as ações que pretendiam empreender, não pouparam esforços ao expor suas idéias apoiados em argumentos extraídos das mais variadas correntes do pensamento empírico que se expandia no meio intelectual. A certeza de que modelos pensados e experimentados em outros países mais desenvolvidos pudessem ser reproduzidos aqui, marcou toda a trajetória dos governos provinciais e iniciais da República, como veremos nos tópicos a seguir.

2.1.1 AMAZONAS: POVOAR PARA DOMINAR

Visitando os relatórios e falas dos presidentes de Província, nossa abordagem nos levou a ressaltar um conjunto de preocupações a que se dedicavam os governantes da região, durante o período Imperial. Chamaremos a este rol de interesses de políticas públicas, no sentido de que se configuravam como diagnósticos e intenções de medidas regulamentares, por parte do Estado, que visavam atender a organização da sociedade amazonense, apresentando soluções para os entraves que a colocavam muito aquém do que se almejava em termos civilizatórios.

Essa vasta documentação, compreendida entre os anos de 1852 a 1889, constitui-se de falas, exposições e relatórios escritos para prestar contas da situação econômica e social da Província, seja às assembléias dos deputados ou ao próprio Imperador, a fim de que projetos e soluções fossem destinados para atender às necessidades da região. De acordo com Nasthya Pereira¹⁴⁵, estes documentos podem funcionar como uma mostra da forma como o Amazonas era representado pela classe dirigente do país, uma vez que seus presidentes eram oriundos de outras regiões e traziam ordens de adequar a realidade do lugar ao processo de integração nacional.

145 PEREIRA, op. cit., p. 38.

Em geral, esta coletânea de aproximadamente 89 volumes, debruça-se sobre o problema indígena e as intenções civilizatórias, tais como o desenvolvimento da agricultura, da manufatura e do comércio. A estes impasses, surgiram como projetos: a catequese indígena, a fundação de colônias agrícolas através do incentivo à migração de outras regiões do país e estrangeira; e a criação de escolas para ministrar o ensino primário, o ensino secundário e as artes e ofícios. Para este último, vários documentos procuram incentivar que se atraíssem colonos estrangeiros.

A despeito do fato de que os relatórios provinciais constituem uma espécie de fonte extremamente parcial, uma vez que expressa o pensamento e a visão de uma parcela da sociedade, interessa-nos aqui apenas acompanhar o desenrolar das intervenções do Estado sobre o fluxo do desenvolvimento da sociedade amazonense, uma vez que os relatórios apresentam registro de medidas que foram sugeridas ou tomadas acerca dos problemas que a Província enfrentava. Assim nos foi possível perseguir a criação de uma série de instituições a partir de necessidades apontadas pelos representantes públicos do período. É bem verdade que as instituições que conhecemos hoje e que ainda se preservam na memória de Manaus, foram criadas no período republicano, em especial pelo governo de Eduardo Ribeiro, porém, defendemos a hipótese de que não há um rompimento efetivo da forma de pensar e governar entre o Império e a República. Afinal, seja o arcaísmo (como querem Frago e Florentino) ou o modernismo (como queremos neste trabalho) como projetos, as elites brasileiras procuraram sempre conformar o organização do país com o interesse de manter sua posição dominante e reproduzir modos de vida espelhados de um mundo civilizado. Por ora enfocaremos o problema da colonização e desenvolvimento da agricultura, o que se constituiu não só como uma preocupação e um discurso retórico de convencimento empregado pelos presidentes de Província em suas exposições, falas e relatórios, mas em medidas efetivas que trouxeram implicações significativas para a região. Num segundo momento, procuramos os documentos da era republicana, basicamente decretos, leis orçamentárias e relatórios de intendência, concentrando nosso foco na cidade de Manaus, e relatórios do Interior e da Indústria, através dos quais podemos confirmar que as políticas desenvolvidas neste período mantiveram seu ideário praticamente intacto, consistindo num fenômeno mental durável, o que implica em admitir que, se houve uma ruptura na forma de conceber a ordenação política, isto não implicou numa modificação das práticas políticas.

Como já foi dito, desde 1852 persistiu o ideal de povoar o Amazonas com migrantes que pudessem inserir na região práticas civilizadas e que trouxessem o progresso e o aproveitamento dos recursos naturais aqui existentes. Este princípio norteador levou os presidentes da Província a insistirem veementemente em seus relatórios na necessidade de criar recursos para o incentivo à migração.

Antes de dissertar propriamente sobre o assunto, abrimos um parêntesis para lembrar que, ao tentar definir os parâmetros a partir dos quais a exclusão social e a pobreza poderiam ser discutidas no Amazonas, sobreveio-nos de imediato a idéia de que o principal alvo de nossa pesquisa seria o nativo, indivíduo de origem indígena, remanescente das missões católicas. Entretanto, as leituras da documentação existente nos levaram a inferir que a opção pela migração como meio de desenvolvimento poderia ser uma resposta à resistência da população nativa e mestiça de ingressar nas relações de produção que se configuraram na Província recém instalada. Ainda seguindo o trabalho de Nasthya C. Pereira¹⁴⁶, os descendentes de índios, mestiços e brancos sem posses seguiam o ritmo da floresta e as tentativas de conquistá-los para a empresa agro-exportadora que se pretendia instalar foram frustradas. Jacob Gorender, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, nas poucas páginas em que tratam sobre a economia periférica, revelam que, após a expulsão dos Jesuítas, os povoamentos das Missões se esvaziaram e os indígenas voltaram às suas práticas habituais. Considerando estes dados historiográficos e as diversas referências a este fenômeno encontradas na documentação analisada, consideramos que não seria adequado concentrar a pesquisa somente nesse segmento da população. Além do que, segundo Sandra J. Pesavento,

... o mundo dos excluídos se constitui em face daqueles que partilham da inclusão numa ordem dada, e é ante a imposição e legitimação desta que se concebe a desordem, da mesma forma que a noção de bárbaro ou selvagem tem por referência a concepção de civilizados.¹⁴⁷

Diante desta posição, a população local, que teria se instalado ao longo dos rios em pequenos povoados e em torno do forte São José no período da colônia eram representados ainda no seio da oposição civilizado-selvagem. Uma vez instalada a Província e feito tal diagnóstico, os governantes providenciaram meios alternativos para por adiante suas metas. Embora a idéia de cativar o indígena e o mestiço nunca tenha se apagado, persistindo durante todo o Império e ao longo da instauração da primeira

146 Idem, p. 124.

147 PESAVENTO, op. cit., p. 7.

República na forma de projetos educacionais, foi através da migração que se esperou por *ordem ao caos*. Esta opção correspondia aos rumos da administração imperial que, em face da pressão inglesa sobre a questão do tráfico negreiro, optou por atrair a mão de obra estrangeira para constituir a mão-de-obra livre a ser empregada nas unidades agrícolas. Entretanto, cabe reforçar que no Amazonas, essa mão-de-obra destinar-se-ia a implantar unidades agrícolas e manufatureiras numa área em que essas atividades ainda não representavam um fator econômico determinante.

O relatório apresentado em 1857, revelou-nos o cálculo que cercou a realização deste empreendimento.

O que me parece indispensável, é que as derribadas sejam feitas a princípio pelos índios, e só mais tarde pelos colonos aclimatados; expor os recém-chegados a esse arduo trabalho é expor-os a grandes fadigas, ao desânimo e talvez a morte¹⁴⁸.

Embora desde 1852 a idéia de atrair migrantes para a região já fosse clara, nenhuma atitude efetiva foi tomada. Os relatórios expressavam uma preocupação aguda com a catequização dos índios e reclamavam da falta de missionários que pudessem fazer valer estas intenções. A missão católica tinha por finalidade não apenas atrair os indígenas para a sociedade embranquecida, mas ainda de introduzir a disciplina do trabalho que requeria a exploração do território. Dias Vieira, em exposição feita a 26 de fevereiro de 1857 deixou claro que a catequese era fundamental para levar adiante a intenção de atrair migrantes para a região, uma vez que os assentamentos indígenas preparariam a terra, a fim de evitar o demasiado sofrimento de estrangeiros, para os quais já seria penoso adaptar-se a rudeza das condições naturais da região.¹⁴⁹ Esta idéia de que o trabalho disciplinado do indígena catequizado poderia amenizar o sofrimento do estrangeiro que se queria atrair para o território amazônico foi reforçado em vários discursos, apoiados em tentativas fracassadas de criar colônias estrangeiras, como exemplificamos abaixo.

Ao que parece, a Administração da Província apoiou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que tomou a iniciativa de criar duas colônias de estrangeiros: a colônia de Mauá, fundada em 1854 e extinta em 1856; e Itacoatiara, próximo a localidade de Serpa, onde, embora se alegasse que o clima e facilidade de

148 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Angelo Thomaz do Amaral, de 1º de outubro de 1857, p. 44.

149 Exposição do Presidente da Província, João Pedro Dias Vieira, de 26 de fevereiro de 1857, pp. 21-23.

acesso permitissem uma maior adaptação, foi arrendada a um particular por volta de 1859, depois de ter resultado em diversos prejuízos. Na análise do Presidente Dias Vieira, foi a “falta de preparo previo das terras”¹⁵⁰ que levou à dissolução das colônias.

Até 1870 não há registro de qualquer progresso no intuito de estabelecer colônias estrangeiras. Wilkens de Mattos, Presidente no ano de referência, retomou o apelo ao Império para que se observasse a necessidade de investir nesta possibilidade e registrou a presença de uma colônia de cearenses e maranhenses, bem como uma de ingleses na região do Purus¹⁵¹. Já no ano seguinte, vimos o interesse por parte de um representante inglês, apenas nominado como Mr. Daniel Woolf, de trazer conterrâneos para a Província, no intuito de empregar forças na extração da borracha, o que foi recusado, pois a Província teria que garantir, através de contrato, uma série de benefícios. Além do mais, a intenção dos governantes era o emprego desta mão-de-obra no desenvolvimento agrícola e nas artes e ofícios e não na extração da goma, pois este último era de interesse exclusivo dos comerciantes do produto em questão e só cresceu de importância mais tarde. Na administração de Silva Reis, alguns esforços foram realizados no intuito de atrair mão-de-obra artífice para a Província, embora sem resultados significativos, pois as despesas para contratar europeus eram consideradas muito altas, já que exigia remuneração estabelecida em contrato e ressarcimento dos gastos contraídos com a viagem. É interessante notar que para atender ao ensino de artes e ofícios, foi autorizada a contratação de dez europeus para administrar as oficinas do Educandário e ensinar as artes da marcenaria¹⁵². Além de restituição da passagem, seria concedido ainda moradia, um salário de seiscentos mil réis, uma refeição igual a dos educandos e percentagens escalonadas para mestres e contra-mestres referente aos rendimentos das oficinas:

Em 1877, encontramos o relato da primeira providência eficaz para a implementação da colonização, pois foi aberto o crédito para a construção de uma estrada e casas que pudessem abrigar migrantes interessados em desenvolver a agricultura na região. Embora a intenção fosse a de atrair estrangeiros, é com algum pesar que o Presidente da Província, em exercício, relata que as habitações acabaram sendo ocupadas por nacionais, com a intenção de desenvolver o cultivo do café e de

150 Idem.

151 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos, de 25 de março de 1870, p. 27-28.

152 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis, de 1871, p. 9-10.

hortaliças. Entretanto, ressalta a necessidade de incentivar esta iniciativa, diante do mazelo da escassez de habitantes na Província.¹⁵³ Essa percepção de que a Amazônia é um território despovoado exprime principalmente o ideal de implantar unidades agrícolas de produção para exportação, para o que seria necessário um contingente que pudesse tratar a terra e realizar colheitas. Por outro lado, o modo de vida nômade, determinado pelas cheias e vazantes dos rios não era compreendido por estes senhores, que em geral acusavam a população ribeira de abandonar suas casas e posses.

Foi somente com a seca que assolou o Ceará que o projeto de colonização se realizou. Foram fundadas então as colônias e criaram-se as condições de fixação do homem a terra. Foi nomeada uma comissão responsável pelo assentamento dos retirantes e uma verba destinada a colaborar com a instalação da família até que fosse possível produzir seu autossustento. Surgiram assim a Colônia de Santa Isabel e logo em seguida a de Maracaju, ambas nos arredores da capital, que usufruíram da verba disponibilizada pelo Ministério Imperial para Socorros Públicos¹⁵⁴. Uma teia de preocupações e medidas preventivas se desencadeia a partir de então. A primeira das aflições foi a de criar mecanismos para que esta população flagelada não se acomodasse na capital e para que tivessem recursos de manter-se na região. O relatório consultado contabilizava um total de 169 famílias de cearenses instaladas nas duas colônias - cerca de 878 indivíduos. Assim, tanto houve empenho em custear-lhes a ida para os confins do Amazonas, quanto para criar, nas colônias, escolas, casebres, fornecer auxílio médico, no caso de epidemias (como a de varíola em Santa Isabel), e até mesmo acionar o departamento de obras públicas para empregar esta mão-de-obra¹⁵⁵. No ano seguinte, o Barão de Maracaju acusava a chegada de mais 870 cearenses. Ele estimava que em toda a Província já haviam chegado cerca de 6.000 migrantes, assentados em colônias na região de Teffé, Coary, Silves e ao longo do Rio Negro.

153 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Jacy Monteiro, de 26 de maio de 1877, p. 32-33.

154 A Constituição de 1824, no artigo 179, no que se refere aos direitos civis, estabelece a obrigação do Império para com o Socorro Público. Este dispositivo foi amplamente empregado para minimizar as mazelas da seca no Ceará. Não está bem claro como ocorriam os socorros públicos, mas a princípio, a ajuda era providenciada a partir de repasse de erário à Província que responsabilizava a Intendência de providenciar recursos para os flagelados. Alguns juristas consideram que este dispositivo constitucional é a gênese da Previdência Social, que tem suas raízes no Império. Para nós, apenas confirma a idéia de que a elite brasileira entendia a miséria como uma espécie de acaso e a ação do Ministério Público assimilava-se às práticas de caridade cristã.

155 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracaju, de 25 de agosto de 1878, pp. 42-47.

A partir de 1879, a migração de cearenses aumentou significativamente em função das obras da Madeira-Marmoré. A expectativa de que o incentivo à migração pudesse trazer o desenvolvimento da agricultura esvaiu-se com os poucos resultados que se sucederam às investidas. Clima, solo e hostilidade do ecossistema amazônico impediram sua implementação. As famílias viam seu trabalho esvair-se em pragas de lagartas e fungos, chuvas e secas, fenômenos com os quais não sabiam lidar. Resultou-se então que muitos acabaram por embrenhar-se na mata, engrossando as fileiras de extração da seringa, ou tentando incorporar-se à construção da Madeira-Marmoré, empregar-se junto a companhia de vapor, cortando lenha para o funcionamento dos motores ou, ainda, solicitando ao governo a passagem de volta para sua terra. Uma parcela significativa porém entregava-se a mendicância e a indigência, esgueirando-se pelas ruelas da capital. Com a proximidade dos anos 80, o incremento da exploração da borracha acaba atraindo os colonos, que abandonam as plantações e se entregam ao recolhimento do látex nos seringais.

Aqui temos a primeira mostra da distância entre os ideais e projetos civilizatórios e as dificuldades de sua realização. Concebidos de modo idealista, em que se esperava que as idéias criadas com base em teorias e observações incompletas, pudessem transformar a realidade e fazê-la, à força, corresponder aos sonhos. Não foi possível controlar nem a natureza, nem o fluxo dos homens. A crença na ciência e na capacidade da razão de controlar a história era na verdade impotente diante dos desafios e resistências dos grupos sociais e do próprio meio. Os esforços feitos para fixar os migrantes não contavam com a capacidade que os homens têm de fazer suas escolhas e seus próprios projetos. Por um lado, os migrantes estrangeiros preferiam seguir em direção ao centro sul, onde havia melhores condições de adaptação e de similaridade cultural e, por outro, a dispersão dos flagelados que não se acomodavam nas colônias agrícolas contrapôs-se à idealização de melhoria dos recursos econômicos e “da raça”, já embutidos no discurso de Tenreiro Aranha que previa quem e onde os migrantes deveriam se instalar. Os migrantes carregavam seus próprios sonhos de uma vida melhor do que aquela que tinham deixado pra trás e ao se verem atraídos por novas perspectivas, não se deixaram levar pelos instrumentos retóricos de convencimento. Escapa à razão ordenadora, matemática, as volições e expectativas daqueles que são capazes de gerir suas próprias vidas.

Já nos primeiros fluxos migratórios a aglomeração de flagelados foi acometida de doenças. Primeiro a varíola que se espalhou pela Colonia de Santa Isabel e, em seguida, a malária (febre maligna) tomou conta dos empregados da ferrovia¹⁵⁶. Tal fenômeno exigiu medidas emergenciais e uma enfermaria teve que ser improvisada para receber de uma só vez 122 doentes. Tal fato demandou a criação do Hospital de Caridade que visava atender os acometidos pelos males da floresta que retornavam a capital em desespero. Em pouco tempo a migração tão esperada como solução para as questões econômicas da região metamorfoseou-se num problema social, demandando ações rápidas. Os documentos de 1879 revelam um crescimento desordenado e problemático que, para uma Província sem recursos, transformou-se num transtorno. A multidão de “desvalidos” provinda do Ceará estava prestes a se tornar uma massa de indigentes que se espalharia pela capital. Em sua “Falla à Assembléia Legislativa”, o Barão de Maracaju foi taxativo em lembrar que a finalidade da migração era o desenvolvimento do cultivo em terras amazônicas e revelava a sua indignação para com aqueles que, acostumando-se com a verba pública, esquivavam-se do trabalho. Contra isto, incitou a Assembléia Legislativa a cortar a ajuda para aqueles que não se empenhavam em empregar-se. Assim, a comissão responsável pela colonização deveria verificar o bom andamento dos Socorros Públicos. Diante do fracasso e do imprevisto, o poder estabelecido se enfurece e recorre a meios coercitivos para tentar retomar o controle da situação.

No ano de 1880¹⁵⁷ finalmente tomam-se iniciativas para por adiante a obra do Hospital de Caridade e assentar os agora pejorativamente denominados retirantes cearenses. Neste mesmo ano, o Ministério Imperial ordena o corte das despesas com os Socorros Públicos na Província do Amazonas, o que dificulta os projetos de assentamento agrícola.

A década de oitenta daquele século foi generosa com as finanças do Amazonas, em função da exportação da goma. Em 1883, Jose Lustoza da Cunha Paranaguá alerta para o fato de que todo o empenho destinado por anos a fio ao desenvolvimento da agricultura estaria sendo desviado para o extrativismo da borracha¹⁵⁸. Segundo seu

156 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracaju, de 29 de março de 1879, pp. 33-34.

157 Exposição do Presidente da Província do Amazonas, José Clarindo de Queiroz, de 26 de junho de 1880, p. 10-12.

158 Relatório do Presidente Província do Amazonas, José Lustoza da Cunha Paranaguá, de março de

relatório, a colônia de Santa Isabel e Maracaju que já vinham produzindo algum fruto, tiveram suas plantações abandonadas em virtude da alta do preço da borracha e da frenética abertura de seringais. Até 1889, todos os presidentes da Província foram enfáticos em destacar a predileção por uma migração européia, capaz de introduzir conhecimentos e hábitos na região; porém eles mesmos sabiam que para receber os europeus seria necessário estabelecer uma política de demarcação, venda e arrendamento de terras, a fim de que os mesmos pudessem se fixar.

A migração cearense contava com o Socorro Público do Império, porém, uma migração estrangeira deveria ser provida com os recursos da própria Província, como vinha sendo feito no sudeste e sul do país. O migrante europeu era caro e precisava instalar-se adequadamente. Foi somente em 1884, com Theodoro Souto, que se estabeleceram garantias para a entrada de estrangeiros na Província, através da Lei nº642 de 30 de Maio do mesmo ano, tais como indenização de passagens, transporte e hospedagem gratuitos, a possibilidade de compra de terras demarcadas e ainda, contrato com particulares que estivessem dispostos a empreender a colonização, para os quais os mesmos termos se aplicariam. O presidente tentava trazer para o Amazonas as bases dos contratos realizados pelos governos do centro sul, que conseguiam atrair os italianos para São Paulo e estados vizinhos.

A leitura atenta e persistente dos Relatórios Provinciais nos conduziu a perceber a importância de compreender a preocupação e a condução do problema referente à migração para o povoamento do Amazonas, por parte das elites, como uma diretriz de interpretação para o fluxo de políticas públicas, especialmente destinadas a parcela desfavorecida da sociedade, que decorrem desta iniciativa. O ideal de colonização empreendido pelos administradores, que nunca atingiu seus objetivos primeiros, intensificou a necessidade de criar dispositivos para o controle das terras na Província, atraiu a verba de Socorros Públicos para a região, designou comissões de verificação do assentamento das populações migrantes, desenvolveu a preocupação e demandou medidas relativas a assistência médica, a educação escolar e com a moradia destes segmentos.

Com o fim do Império e o advento da República, as Províncias foram doravante denominadas estados, cuja principal característica foi o ganho de autonomia para tomar decisões sobre suas finanças e políticas de desenvolvimento. Esta nova condição trouxe

consigo atribuições que, para uma localidade como o Amazonas, que tinha inúmeras dificuldades para administrar o território, poderiam se tornar extremamente difíceis. Entre estas funções estaria a de criar a força pública estadual e prover recursos dentro do orçamento para articular o desenvolvimento econômico e sanar os problemas sociais. Para um estado como São Paulo, cujas bases agrárias já haviam solidificado um patrimônio econômico, esta autonomia significou a abertura de espaço para negociar sua demanda no mercado internacional do café e assegurar os preços de seu produto, garantido a estabilidade entre a produção e venda. Para tanto, estabeleceu contatos e empréstimos com o banco londrino e convenceu o governo federal a estabelecer uma política cambial que impedisse a valorização da moeda brasileira e a comprar café no mercado internacional, para fazer estoques nacionais e assim assegurar o preço de venda - medidas consolidadas no Convenio de Taubaté em 1906. Já para o Amazonas, que, nos anos iniciais da República assumiu o 2º lugar em exportação com a expansão do comércio da borracha, as coisas não foram tão retas e claras. Embora a produção e exportação crescessem vertiginosamente, os problemas referentes ao vazio demográfico e consequente escassez de mão-de-obra, a dificuldade de controlar as terras públicas, a inexistência da atividade agrícola e as dificuldades de escoamento do produto permaneciam como questões reticentes, ainda que o estado procurasse sanar tais problemas com a criação de estradas, subvencionando a navegação, criando trapiches e reformando o porto da capital. O Decreto nº 3, de 9 de janeiro de 1890 revela as péssimas condições financeiras do estado e a necessidade de cortar gastos, fato que se manifestou na resolução de rever a tabela de vencimentos dos funcionários públicos e a real necessidade de cargos e funções, com a intenção de extinguir alguns.

A já conhecida fórmula do incentivo à migração permaneceu como um tema central durante todo o decênio. O decreto nº 6, de 11 de janeiro de 1890 reorganizou a imigração e para isso resolveu nomear um inspetor geral das colônias, o qual deveria ser um engenheiro. Cada colônia deveria ter um Diretor, subordinado imediato do inspetor. A cada colônia seriam destinados serviços médicos e material sanitário. O decreto nº 9 instruíu o Inspetor geral a se encarregar das incumbências antes realizadas pelas comissões. Entre elas estava a de providenciar assentamento, prestação de socorros em gêneros ou dinheiro e verificar o andamento dos trabalhos.

Em 1894 Eduardo Ribeiro suspende a subvenção à imigração em função da

inexistência de terras demarcadas e moradia para recebê-los¹⁵⁹. No ano seguinte, o incentivo é retomado de modo discreto, dispondo a quantia de 50:000\$000, que sobe para 150:000\$000 em 1896 e é suprimido no ano de 1897, quando da elaboração do orçamento para o exercício de 98. Essa oscilação está diretamente relacionada a reestruturação da administração pública que, na passagem do regime imperial para o republicano tem suas repartições modificadas. O governo de Eduardo Ribeiro (1892-1896) pretendia realizar profundas modificações na forma como as políticas públicas eram conduzidas e, como medida de cautela, suspendeu investimentos até que medidas eficientes pudessem ser tomadas. No caso da imigração, estabeleceu contato com a Companhia Oriental de Comércio do Rio de Janeiro, com o intuito de atrair a migração japonesa para o estado. Para concretizar seus planos, procurou convencer o Congresso da necessidade de preparar o estado para a recepção da mão-de-obra para agricultura tão esperada. Mas a questão das terras continuou sendo um problema. Além da dificuldade de demarcação por conta da irregularidade do território, litígios entre vizinhos, registros contraditórios e mensurações contestáveis¹⁶⁰, enfrentava uma crise com a ameaça dos índios Juaperys em Moura e Ayrão. Como solução, propôs a retomada dos incentivos à catequização, nos moldes missionários. Para encaminhar o problema, solicitou a Torquato Tapajós¹⁶¹ um estudo sobre as condições ideais de migração, autorizando-o a emitir propaganda em todos os estados da federação e países estrangeiros em que se estimasse útil atrair migrantes para a região.

Neste mesmo ano (1896), Torquato Tapajós elaborou um documento específico sobre a colonização e imigração no Amazonas, que retomou as diretrizes já apontadas no Império. Neste colóquio, a miséria aparece como o fator determinante e motivador

159 Lei nº103 de 17 de outubro de 1894, orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1895. Disposições gerais, artigo 9º. Manaus, impresso na Typographia do Diário Oficial, 1894, p.16.

160 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 1º de março de 1896, p.18

161 Torquato Tapajós foi engenheiro, geógrafo, considerado também um dos sanitaristas que compunham os comissionados que avaliavam a questão de saúde pública no Amazonas. Era filho de Francisco Antonio Monteiro, nascido no Pará, mas de família de portugueses migrantes, foi comerciante no rio Tapajós e proprietário de terras. Durante a Revolta dos Cabanos, emprestou sua embarcação para as tropas imperiais, sendo reconhecido com a designação de “herói do Tapajós”, por conta do que obteve a permissão de acrescentar o nome do rio ao seu sobrenome, o que deu origem à família Tapajós. Francisco Tapajós recebeu ainda a Comenda pertencente a “Ordem da Rosa”, tornando-se um nome importante entre os membros da elite amazonense, com grande influência na política local. Cf. BARROS FILHO, José. **A tradição engajada: origens, redes, recursos eleitorais no percurso de um agente**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007, p.21. Torquato Tapajós foi consultado no governo de Eduardo Ribeiro sobre a questão da migração ideal para o desenvolvimento da agricultura no Amazonas, para o que preparou o estudo por nós citado, que só ficou pronto no governo de Fileto Ferreira Pires.

dos processos migratórios. Porém, alertava o autor, este tipo de migração não poderia enriquecer a região, pois normalmente era feita por homens, mulheres, idosos e crianças que estavam a viver dos benefícios do Estado e da caridade, portanto, com suas forças de trabalho esgotadas. O documento segue emitindo a receita ideal para atrair o imigrante adequado às necessidades da região, não menos reproduzindo um discurso que muito já vimos no Império: fornecimento de passagens, criação de uma hospedaria, facilidade para compra de terras demarcadas, acomodação e subvenção do Estado até que o migrante e sua família pudessem se sustentar, serviço religioso, escolar e de saúde pública. Apenas uma coisa se altera: a etnia que se queria atrair agora era a japonesa e a armênia. O documento é um primor da tentativa de usar um raciocínio científico para justificar medidas e opiniões sobre a forma de promover o desenvolvimento da região. O autor cita desde Malthus e sua teoria da população, passa pela questão da mestiçagem como pretensão de melhoria da raça até chegar a criticar São Paulo, que recebia italianos aos borbotões sem se dar conta de que este povo não trabalharia para o Brasil, mas para si mesmo e cujos laços culturais eram tão fortes que acabariam por degenerar a cultura paulista.¹⁶²

O discurso de Tapajós é em sua essência segregador e tangencia a discussão sobre a questão racial que se instaurara no pensamento científico brasileiro, a qual atribuiu o atraso do país a origem mestiça, ensejando a necessidade de atrair uma colonização estrangeira de povos com um grau de desenvolvimento supostamente superior. Seu viés interpretativo negligencia a questão da pobreza em suas causas primárias. Ele toma a massa de migrantes flagelados como um atraso para a região sem perceber que as condições necessárias que produzem a exclusão social já estão presentes no seu estado - ou seja, o domínio dos meios de produção concentrados numa parcela privilegiada da população -, e que atrair estrangeiros através da concessão de privilégios só poderia agudizar esta situação. Esta postura reflete uma opção cultural de compreender a pobreza como um infortúnio e um mal social causado pela índole dos indivíduos e não pela forma como a produção de riqueza é organizada.

Sidney Challoub¹⁶³, em seus estudos sobre a ideologia da classe dominante

162 TAPAJÓZ, Torquato. **Colonização e Imigração: Povoamento no Amazonas**, Relatório apresentado Exmo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado, Manaus, Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897. (na publicação trás o nome de Tapajós com “Z” no final, por isso, grafamos tal qual a edição consultada, embora a grafia correta seja Tapajós)

163 CHALLOUB, op. cit, 2001, p. 76.

evidencia na fala dos membros da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro a definição da população empobrecida como “classes perigosas”, que leva os deputados a decretarem uma série de medidas preventivas e disciplinares para evitar que os males advindos da abolição da escravidão possam encher as ruas da cidade de crime e violência. Parece-nos que a fala de Tapajós aproxima-se daquela tese pertencente aos legisladores do Rio de Janeiro, entretanto, as “classes perigosas” para o Amazonas são os migrantes nordestinos. O Amazonas vivenciará nos anos seguintes, conflitos internos às classes trabalhadoras fruto das políticas raciais. Ainda segundo Challoub, a ideologia da classe dominante reflete nas classes trabalhadoras, uma vez que estas são mitigadas por uma forte hierarquia social que é mediada pelo paternalismo patronal. Isto significa que conflitos motivados por questões de raça e cor serão levados a cabo no dia a dia da cidade. No caso do Amazonas, Maria Luiza Ugarte Pinheiro¹⁶⁴, ao tratar dos estivadores do porto de Manaus aponta para o corporativismo dos portugueses que, preferem contratar carregadores da mesma etnia, discriminando os brasileiros, nordestinos e mestiços em geral.

Pronto o estudo de Tapajós e iniciada a propaganda, Eduardo Ribeiro retomará os investimentos para a imigração, porém, em 1897, Fileto Pires Ferreira, sucessor de Eduardo Ribeiro no Governo do Estado do Amazonas, propôs a reforma da Lei de terras do estado ao congresso, solicitando a extinção da isenção de pagamento de terras alagadas que vinha desencadeando um processo de demarcação ilícita nas regiões dos seringais. Novamente, a questão da colonização foi adiada.

Proporcionar o desenvolvimento de um modelo agro-exportador nos moldes liberais, numa região que estava apartada da forma geral como a produção foi organizada, por não dispor dos meios julgados essenciais, tais como terras aráveis e aradas, mão-de-obra adaptada ao trabalho de cultivo e colheita em abundância e meios de escoamento rápido dos produtos, implicava em criar dispositivos de controle mais eficientes e que pudessem dar solução a estes empecilhos.

A instalação da República mandava que os estados da nação fossem divididos em quatro Secretarias, correspondendo às pastas da fazenda, justiça, desenvolvimento e assistência pública, as quais eram regulamentadas pela lei nº142 de 19 de maio de 1896. Foram criadas então as Secretarias de Finanças, Justiça, Indústria e Negócios do

164 PINHEIRO, op. cit., 1999.

Interior. Cada uma destas com suas seções específicas, aumentando o número de funcionários públicos. Lembrando o que dissera Ximeno¹⁶⁵, no governo provisório de 1890, sobre a necessidade de cortar gastos, a reforma do funcionalismo apenas extinguiu os antigos órgãos provinciais e seus respectivos representantes e criou os republicanos, com uma máquina ainda mais pesada. Nesta nova ordem que se estabelecia, a questão da migração e desenvolvimento da agricultura ficavam a cargo da Secretaria da Indústria, enquanto que as casas de abrigo, saúde, educação e socorros públicos com a pasta Negócios do Interior. As seções referentes a estes setores, constantes nas leis orçamentárias do estado, mostram que as despesas com o assentamento dos flagelados da seca oneravam o orçamento do estado e a projeção de gastos com a migração para o ano de 1901 chega a 630:000\$000¹⁶⁶. Por conta disso, a subvenção às colônias foi suprimida aos poucos e o decreto 503 de 1º de julho de 1901 cortou a subvenção para duas colônias assentadas nos nove meses anteriores – Campos Sales e Pedro Borges.¹⁶⁷, alegando-se a oneração do orçamento.

O governo estadual continuaria insistindo na questão do desenvolvimento da agricultura, por um longo período, procurando novas vias, mas mantendo a mesma mentalidade já descrita. Em 1910, a lei nº 658 de 3 de Dezembro, autorizava a criação de uma escola de ensino prático de agricultura, cujo regulamento “*será feito por uma comissão competente de profissionaes, e nacionaes ou estrangeiros, nomeados pelo governo.*”¹⁶⁸. O progresso era pensado através da criação de escolas técnicas que, para reproduzir o modelo europeu, deveria compor seu quadro funcional com imigrantes atraídos, de preferência, daquele continente.

Foi bastante comum, durante nossa pesquisa, depararmos-nos com nomes de profissionais alemães, franceses e ingleses que constavam nas contas da despesa do estado ou da Intendência por prestação de serviços ligados à educação erudita ou técnica, ou a atividades comerciais e científicas. Se o problema da mão-de-obra campesina arrastava-se na mazela dos flagelados, as artes, técnicas e ciências se enredavam em malhas estrangeiras.

165 Augusto Ximeno de Velleroy instalou o governo provisório do estado do Amazonas, em 1889, quando da Proclamação da República e transformação das províncias em estados da federação.

166 Lei nº 319 de 17 de setembro de 1900: Orça a receita e fixa a despeza do Estado para o exercício de 1901, na administração do Exmo. Sr. Dr. Silvério José Nery. Manaus, Imprensa Oficial, 1900, p. 14.

167 Coleção de Leis (1901), Estado do Amazonas, Manaus, Imprensa Oficial, 1901, p. 119.

168 Leis, Decretos e Regulamentos, tomo XI (janeiro a dezembro de 1910), Manaus-Amazonas, Secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911, p. 61.

Esse recorte sobre a questão de uma divisão étnica das práticas sociais é um reflexo da forma como a economia caminhava. Atrelada ao financiamento inglês, os dividendos da borracha acabavam gerando renda para os intermediadores do mercado europeu, bem como criando em Manaus um mercado para os produtos da tecnologia inglesa, como a iluminação pública, o fornecimento de água, a navegação e obras portuárias, a engenharia de pontes e estradas e vários outros tipos de serviços essenciais para uma capital moderna. O ideário civilizatório levava à incorporação de um discurso que viabilizava práticas liberais de incremento de capitais de bens e serviços em países que se esforçavam para entrar no mercado internacional – no nosso caso, a condição de colônia explorada, que passou por um processo sombrio de conquista da autonomia, tornou-nos um fértil lugar para as práticas imperialistas que emergiam. O resultado da utilização de concepções raciais para fundamentar o planejamento de políticas públicas num país que, em plena era industrial, investia maciçamente numa agro-exportação, baseada no monopólio de certos produtos, sejam eles o café ou a borracha, foi a geração de um déficit em curto prazo na estrutura político-econômico-social.

Se por um lado a borracha brasileira chegava a um preço exorbitante no mercado internacional, por outro, as relações subjacentes ao processo de produção inviabilizavam a acumulação social da riqueza. A aquisição de empréstimos concedidos pelas casas bancárias inglesas, seja aos governos de estado e intendência ou a particulares para financiamento das condições de produção e serviços em geral, comprometiam as rendas auferidas nas transações comerciais, fazendo a balança econômica acumular compromissos que a desequilibrou quando o preço da borracha despencou no mercado. Por outro lado, o incentivo à extração da borracha acabou por malograr as tentativas de incremento da agricultura, portanto comprometendo a subsistência da economia interna, já que boa parte de víveres e utensílios tinham que ser trazidos de outras regiões do país ou da própria Europa. No que tange às questões relativas à lógica que rege as relações de produção, as contradições são ainda mais gritantes, na medida em que a prática de contratação para extração da seringa já tratada por autores como Caio Prado, Celso Furtado e também por Jacob Gorender, que mantinha estruturas arcaicas próprias do período colonial, incompatíveis com a forma dinâmica imposta pelo modelo liberal, dificultava a circulação monetária no estado. As relações de trabalho reproduziam o sistema de endividamento que entravava o comércio da borracha. Consequentemente, o mercado consumidor interno ficava restrito às famílias dos Coronéis de Barranco e a

prestação de serviços na capital por estrangeiros.

Se admitirmos a tese de que a fórmula clássica do liberalismo encarrega o Estado de viabilizar os meios de facilitação de produção e escoamento (investimentos em técnicas, segurança, estabilidade cambial, estradas, portos, ferrovias e educação para o trabalho), devemos admitir que, nas condições como as relações de produção foram estabelecidas, o acúmulo de capital não foi revertido para seu maior financiador. Ele foi apenas representado pelo sistema de taxação e recolhimento de impostos, que, se devidamente controlado, não representou mais que 21% do produto bruto intermediado por outros estados e 18% daquele produzido na região, entre os anos de 1899 e 1911. Essas taxas eram ainda consideradas muito altas para o mercado internacional, motivo que levou a Inglaterra a buscar uma alternativa econômica para forçar a baixa do preço da borracha. Considerando como tese aceita que é o trabalho embutido no produto que lhe confere valor e que o lucro se dá por expropriação deste mesmo trabalho e que, do valor recolhido em tributação deve ser deduzido parte dos gastos com a força de trabalho, deve-se inferir que mais do que 50% do valor do produto bruto é retido pelos proprietários. Considerando que no preço final, embute-se o imposto pago, a renda auferida com a produção tem custos mínimos para os seus detentores. No caso (não só) da borracha, a receita da fazenda ficava comprometida com amortizações e pagamentos de parcelas dos empréstimos realizados em Bancos Ingleses, com a finalidade de financiar a produção e seu escoamento através de subsídios, remetendo para os que deveriam ser os nossos consumidores externos, a pequena parte de dividendos retida pelo Estado.

A partir da análise da questão migratória, inferimos que a exclusão social agravou-se no Amazonas e, em especial, na cidade de Manaus, como um resultado do modelo agro-exportador brasileiro, conforme atestam os principais teóricos que tratam do desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, a miséria e a indigência está apenas indiretamente relacionada à escravidão, diferentemente do que aconteceu no sudeste e nordeste do país. Parece-nos que a migração maciça de nordestinos representou uma absorção de indivíduos já marginalizados daquela região do país que se assomou ao contingente indígena e caboclo que vinha sendo explorado como mão-de-obra para as reformas modernistas desde o período provincial. Tapajós enganou-se quando disse que as forças dos migrantes estavam esgotadas para o trabalho, pois elas estavam exauridas pela expropriação do excedente de trabalho, porém dispostas a recomeçar suas vidas e

lutar por condições melhores.

No *período áureo* da borracha, a cidade mergulha num turbilhão de manifestações de descontentamento para com as condições de trabalho oferecidas na capital e alguns jornais afinados com segmentos de migrantes cearenses¹⁶⁹ e trabalhadores do comércio local¹⁷⁰ começam a denunciar os abusos das classes dominantes: péssima remuneração salarial, a exploração e as precárias condições de trabalho. Associações de trabalhadores emergem em meio ao descontentamento e a ausência de garantias legais ao trabalhador. Em 1902, o Jornal “Quo Vadis?” registrou a fundação a Sociedade Operária, que procurava espelhar os ideais trabalhistas, já inspirados pelo pensamento socialista que movimentava as classes trabalhadoras na Europa:

Sociedade Fraternidade Operária

Na época em que o socialismo já bruxelea nos horizontes do Brazil, depois de se fazer respeitar como força no Velho Mundo, aqui, á margem do Rio Negro, n'esta bacia amazônica, quiça a planície de mais futuro do globo, alguns operários, uns filhos do trabalho que não vivem das migalhas escorridas do suor do imposto que esmaga e depaupera, passaram a reunir-se , em cooperar para a grande obra do futuro, o enaltecimento do trabalho, fonte única de riqueza da terra.

A fraternidade operária nasce como producto d'essa aspiração.

Vimol-a surgir, inaugurar-se. Assitiu-lhe os primeiros passos o nosso operoso auxiliar e amigo dr. Cavalcanti Mello, que lhe abriu a primeira seção com umas palavras de fé

Acclamado presidente o sr. Emygdio Jose Lo Ferreira, procedeu-se á eleição de secretarios e thesoureiro, (...).

Depois da visita a nossa officina, seguiram os operários para as redações dos nossos collegas de imprensa, a quem justamente foram dirigir saudações. Pelo Commércio do Amazonas fallou o sr. Raul de Azevedo e pelo Amazonas, o sr. dr. Silva Ferraz. Ambos foram muito aplaudidos.¹⁷¹

O discurso anuncia a chegada das idéias socialistas no Brasil com certa

169 O Jornal A Pátria, fundado como órgão da colônia de cearenses do estado, foi publicado entre 1º de outubro de 1898 a 12 de março de 1899. No primeiro momento manteve um discurso moderado sob a direção de Antonio Bezerra de Menezes, cf. NUNES, Erivonaldo. **Imigração nordestina na imprensa manauara (1877- 1917)**. Dissertação de mestrado, Manaus: UFAM, 2010. Mas no segundo período, sob a direção de Antonio Varonil, acentuou o tom crítico, o que ocasionou a invasão da redação e a fuga de seus redatores para o estado do Pará, cf. Relatório apresentado ao Governador do Estado do Amazonas, José Cardoso Ramalho Junior, pelo secretário de estado encarregado dos Negócios da Justiça, M. J. de Castro e Costa, de Julho de 1900, Manaus, Livraria e Typographia Palais Royal, 1900, pp. 216-219.

170 Referimo-nos especificamente ao jornal “Quo Vadis?”, de tendência monarquista, que dedicava suas páginas a atacar os representantes republicanos e defendia a o modelo inglês de governo. Circulou no ano de 1902 e noticiava as ações de caridade da sociedade amazonense, bem como denunciava a malversação das contas públicas e a exploração da classe operária.

171 Jornal Quo Vadis?, n° 12 de primeiro de dezembro de 1902, p. 1.

desconfiança (“o socialismo bruxeleia”), enaltece o trabalho e revela a aprovação de vários setores da imprensa à iniciativa operária. Sobre estes fenômenos, faz-se mister citar o trabalho realizado por M^a Luiza Ugarte Pinheiro¹⁷², que analisa o movimento dos estivadores no Porto de Manaus, através do estudo da sequência de ações de mobilização que a categoria promoveu na cidade entre 1899 e 1911¹⁷³. Nele, a autora demonstra os conflitos, convergências e articulações produzidas pelos membros do grupo que resultaram em conquistas salariais e reconhecimento da identificação da categoria. Assim como aponta para as manobras e formas de coerção utilizadas pelo patronato para neutralizar as ações dos trabalhadores. Na obra *A Cidade sobre os Ombros*, encontramos uma relação de associações e organizações por categoria de trabalhadores, originadas entre os anos de 13 e 14, que coincide com a queda do preço e do volume de exportações da borracha e início da Primeira Grande Guerra. Outro exemplo que podemos citar é o de Edinéia Mascarenhas Dias que, em “A ilusão do fausto”, comenta as revoltas e paralisações ocorridas entre os anos de 1887 e 1905 realizadas por cocheiros e carroceiros em protesto à regulamentação imposta aos condutores de veículos durante a reforma da cidade¹⁷⁴.

Por hipótese, a organização dos trabalhadores e a formação de um movimento de reivindicação está associada aos momentos de reformulação dos códigos de conduta, quando estes afetam as relações de trabalho e, posteriormente, a crise da exportação da borracha.

Neste sentido, o trabalho realizado por estudiosos como Luciano Teles¹⁷⁵, foi de grande contribuição para pautar a questão. O autor procurou reconstruir as angústias da vida operária a partir da análise de matérias de jornais cruzadas com documentações públicas que interferiam diretamente na vida do trabalhador e do não-trabalhador (“*excluído do látex*”, como ele chama). Através desta leitura, podemos identificar tensões relacionadas a questões salariais e sua relação com o custo de gêneros básicos, que mostram a situação de abuso a que estavam relegados os moradores da cidade. Embora não tenha sido possível confirmar, em valores, o salário e os preços, as notas de

172 PINHEIRO, op. cit.

173 Idem, pp.219-230.

174 DIAS, op. cit., 1999, p. 160-161.

175 TELES, Luciano Everton Costa. **A Vida Operária em Manaus: Imprensa e mundos do trabalho (1920)**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

jornal apontam para a discrepância entre o que se recebia e o que se pagava na cidade e as condições em que se morava. O Jornal Vida Operária, publicado nos anos vinte, tornou-se veículo de denúncias sobre o abuso de poder e das péssimas condições de trabalho, bem como o descumprimento da lei.

Embora o trabalho do referido autor se refira a um período posterior ao que relatamos aqui, a leitura nos conduziu a procurar em nossas fontes contradições semelhantes, e não tardou que localizássemos em jornais como A Pátria, Quo Vadis? E a Voz do Povo, denúncias semelhantes:

Atravessamos presentemente, a respeito da alimentação pública, duma crise angustiosa. A crescida população desta capital sente profundo mal-estar, é vítima de uma tortura imensa. Desde que é quase nulla a base do sustento, desde que este é máo, torna-se a vida um tormento.¹⁷⁶

Entre 1890 e 1911, período de efervescência da economia gomífera, a prestação de serviços e a instalação de várias oficinas e comércios constituiu-se como uma oportunidade para migrantes da seca nordestina. Porém, a intenção de atrair migrantes para incrementar a oferta de mão-de-obra significava manter os baixos salários e as relações pseudo-paternalistas discutidas no capítulo um, materializadas na forma do patronato e do clientelismo. Esses migrantes chegavam aqui em condições desumanas. Hermenegildo Campos¹⁷⁷ relatou o estado em que esses migrantes chegavam nos vapores oriundos dos Pará:

Os passageiros de 3ª classe, antes que cheguem ao logar a que se destinam, soffrem martyrios indiscretiveis a bordo dos vapores. Ficam agglomerados em numero superior ao que permite o logar de accommodação, de promiscuidade com bois, burros porcos, carneiros, gallinhas, encapados de pirucú já avariado, saccas de sal, caixas de kerozene, etc. As redes ficam litteralmente trançadas umas por entre as outras por cima dos animaes e das mercadorias. Os miseros passageiros vão respirando sem interrupção a exalação do excremento dos animaes e do peixe avariado¹⁷⁸.

Pior ficava ainda para aqueles se dirigiam aos seringais, pois a distância

176 Jornal A Pátria, anno I, nº I, de 1ª de outubro de 1898, p. 1.

177 Hermenegildo Campos, médico do exército designado para a guarnição da capital do Amazonas. Residiu em Manaus entre 1890 e 1920. Estudioso do clima e condições de salubridade, escreveu e publicou sua “Climatologia Médica do Amazonas” que descrevia detalhadamente dados referentes ao clima, população e doenças da região. Cf. BITTENCOURT, op. cit. p. 79. Assumiu uma comissão para mapear o estado de salubridade do Estado no ano de 1902, desempenhando importante papel junto às comissões de Saúde Pública.

178 CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas Fundo Editorial, 1988, p.107.

aumentava o sofrimento na medida em que os víveres iam se deteriorando ou acabando e as condições de higiene tornando-se insuportáveis. Essa mão-de-obra estava disposta a empenhar seu corpo como meio de trabalho em troca da sobrevivência e a forma como as elites e o patronato se aproveitavam desta condição, intensificava a exclusão social e, por consequência, a pobreza. Este quadro agravou-se nos anos que se seguiram à decadência, uma vez que aquela elite alienígena abandonou a cidade e a miséria se apossou das ruas da capital.

2.2.2 A QUESTÃO DAS TERRAS¹⁷⁹.

Admitindo-se que a constituição da pobreza e da riqueza está diretamente associada à forma como os resultados adquiridos pelo processo produtivo são distribuídos e que as resultantes do trabalho social estão demarcadas pelo modo como a propriedade dos meios de produção é incorporada por uma parcela da população e que a exclusão social se dá a partir do momento em que esta mesma parcela passa a subordinar aqueles que não são proprietários, a questão das terras públicas no Amazonas tornou-se num fenômeno de significativa importância para a consecução de nosso trabalho.

A vastidão das terras do Amazonas, além das riquezas, era tomado por seus administradores sob a perspectiva das dificuldades do controle do território, assomado à idéia de escassez da população, sem a qual, as terras permaneciam abandonadas à própria natureza. Para explorar o território era preciso aliar diversas ações que ao mesmo tempo permitissem o controle e a produtividade da região.

Em 1824, a promulgação da primeira constituição do Império declarou o país como imbuído de perspectivas liberais. A defesa da propriedade privada passou a ser uma das obrigações do Estado e em contra-partida, as terras deveriam ser concedidas mediante a expedição do título de propriedade adquirido por meio de compra e venda e o pagamento de taxas e impostos. Tal dispositivo herdaria a contenda de terras que se

179 Para Marx, a propriedade da terra é o fundamento do problema da distribuição da riqueza. Mesmo o sistema capitalista tem sua fundação na questão da terra e é o grande proprietário de terra quem determina a possibilidade de acumulação. Marx lembra que, mesmo na Inglaterra, o latifundiário predomina, já que até para construir sua fábrica o capitalista tem que arrendar a terra. Cf. MARX, K. **Observações à margem do programa do partido operário alemão.** in: MARX, K & ENGELS, F. **Obras Escolhidas.** R.J: 1961, p. 213.

instaurara no período colonial com as sesmarias. Duas questões que pesavam sobre a posse da terra remontavam aquele período: 1) a concessão de direitos era preferencialmente para os chamados 'homens bons', eleitos por suas qualidades nobiliárquicas; 2) a moradia e o cultivo.

Segundo Emília Viotti da Costa,

A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu status social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa..Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do arbitrium real e não de um direito inerente ao pretendente.¹⁸⁰

E, mais adiante: “A ocupação era mais típica do colono que não tinha capital para comprar escravos, construir engenhos e participar da economia comercial: em outras palavras, do colono que estava limitado à economia de subsistência.”¹⁸¹

Estas duas condições geraram como consequência uma distribuição desigual da população, segundo sua condição na colônia; ou seja, aos que atendiam o primeiro critério foram reconhecidas terras férteis no entorno dos centros administrativos, constituindo-se como extensas propriedades. Já aqueles que se alocaram na colônia, sem os méritos reconhecidos - os mestiços, migrantes artífices, dentre outros -, dirigiam-se para além das fronteiras daquelas, e asseguravam sua subsistência como podiam.

É preciso lembrar, porém, que para efeito de distinção jurídica, posse e ocupação são coisas diferentes, ou seja, a posse era o reconhecimento da concessão por mérito ou requerida por direito baseado no cultivo, o que originava a sesmaria. Já as ocupações eram feitas sem controle e só quando interessava ao indivíduo, a sesmaria era requerida ao Governo Geral. De certa maneira, as regiões chamadas de periféricas ao eixo agro-exportador eram compostas de ocupações¹⁸². Outra questão associada a esse período é que as terras da Coroa não eram concebidas como terras públicas. Na prática, embora

180 COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 172.

181 Idem, p. 175.

182 Para maior esclarecimento da questão é necessário recorrer a diversas obras jurídicas e sociológicas de autores de ambas as áreas que procuraram compreender o problema legal da aquisição de terras no Brasil, da origem dos cartórios de registro e hipotecas e da história da propriedade privada da terra. Aqui, procuramos resumir as idéias centrais de Nelson Nozoe, expostas em seu artigo **Sesmarias e Aposseamento das Terras no Brasil Colônia**, publicado na Revista EconomíA, Brasília(DF), vol 7, nº 3, set-dez de 2006, pp.587-605. Para confirmar e confrontar os dados, recorremos aos autores que trataram da formação social e econômica do Brasil, como Caio Prado Junior e Celso Furtado além dos estudos de Jacob Gorender que fundamentam a tese do Escravidismo Colonial.

pertencessem à Coroa, aqueles que tivessem disposição e coragem se entendiam livres para explorá-las. A Regência de D. João enfrentou diversas dificuldades resultantes dessa flacidez das leis sobre as terras, sejam elas referentes a conflitos de sucessão e herança dos que se beneficiaram das concessões, seja porque a demarcação entre terras fronteiriças não tinha registro idôneo dos limites aferidos, o que gerava conflito entre vizinhos. Embora várias decisões da Coroa tenham tentado organizar o controle e o registro de posses, a questão permaneceu em aberto, principalmente porque a lacuna que o conceito de concessão abria para a interpretação do que era posse, gerou um sistema de clientelismo e privilégios orquestrados pelos Governadores e funcionários dos Cartórios de Registros.

A Proclamação da Independência não alterou significativamente este quadro, permitindo que a permanência do conceito de posse dirimisse o registro de propriedades. No período Regencial, esta situação levou a uma série de debates políticos e jurídicos sobre o controle das terras e ocupações, já que o Estado-Nação deveria consolidar o território. Porém, as medidas efetivas só foram tomadas a partir de 1850, com a lei de Terras, que regulamentou o registro das terras ocupadas e a prescrição das condições de emissão de título de propriedade para as terras devolutas, ambos os casos realizados mediante o expediente de compra.

Toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras públicas. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda das terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas. Assim, o problema da força de trabalho seria resolvido. O projeto foi elaborado tanto para regularizar a situação daquelas propriedades que tinham sido ilegalmente adquiridas, como também, ao mesmo tempo, para estender o controle governamental sobre as terras em geral.¹⁸³

Considerando que o Brasil enveredou por uma diretriz econômica agro-pecuária, a terra constitui-se como o mais significativo meio de produção e, por conseguinte, fator de acúmulo de riqueza. A herança colonial dividia liberais e conservadores quanto ao problema das terras. A hipervalorização da terra prevista na Lei ia de encontro ao modelo inglês, em cuja territorialidade, a diminuta existência de terras, demandava um alto preço, sendo aquela disputada por criadores e industriais para o desenvolvimento da indústria têxtil. Conservadores, por mais contraditório que isto pareça, eram os

183 COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 177.

defensores desta idéia. Porém, a imensidão de terras desocupadas no Brasil foi apontada por liberais como um empecilho para este projeto. Analisando a questão, supomos que os liberais tinham noção de que as sesmarias concedidas na época colonial já dispunham de imensas extensões, parcialmente cultivadas e arrendadas a colonos e meeiros, o que os levou a concluir que aqueles que já tinham a posse da terra dificilmente se interessariam em adquirir terras a alto preço. Por outro lado, era dentro das próprias fazendas que o beneficiamento da cana e depois do café vinham sendo feitos, permitindo que o latifundiário iniciasse o acúmulo de bens em máquinas e controlasse todo o processo produtivo. As terras devolutas, desocupadas ou oriundas de ocupações irregulares seriam oferecidas a homens livres que não dispunham de recursos para adquirir o título da terra. A consequência dessas contradições levou à flexibilização do registro de terras por parte dos administradores locais, que demarcavam grandes quantidades de terra sem realizar a medição com precisão.

Na transição para o liberalismo, coincidente com a interferência inglesa no fluxo de escravos para estas propriedades, o processo de transformação de renda em capital se deu de modo truncado, permitindo que as oligarquias pudessem se tornar proprietárias das terras que lhes foram concedidas, o que dificultou a formação de uma classe distinta da burguesia. O proprietário de terras passou a ser também o capitalista e aqueles que já estavam excluídos no sistema agro-exportador, permaneceram tal e qual.

Na segunda metade do século, no entanto, os empreendimentos empresariais seriam mais bem vistos, à medida que os próprios fazendeiros se convertem, em certas áreas, numa espécie de empresário, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as idéias emancipadoras e aderindo às idéias republicanas.⁴² O processo evidentemente não é generalizado, tendo atingido apenas aquelas áreas de maior produtividade, e onde a acumulação de capital se dava em ritmo acelerado. Os fazendeiros das regiões decadentes assumiram freqüentemente atitudes mais conservadoras, apegando-se aos antigos sistemas de produção e formas de valores da sociedade tradicional.¹⁸⁴

Emília Viotti da Costa coloca a questão da Lei de Terras como um artifício empregado para solucionar o problema de mão-de-obra das províncias agro-exportadoras, especialmente São Paulo¹⁸⁵. O erário adquirido com a venda de terras e tributações comporia recursos para subsidiar a imigração, que teria por meta a paulatina

184 COSTA, op. cit., 1999, p. 260.

185 Idem, p. 177.

substituição da escravaria. Atrair colono imigrante implicava em administrar as terras e criar mecanismos para que ele se subordinasse ao trabalho, ao invés de ocupar terras e arriscar sua sorte. Neste caso, a reforma feita desencadeou uma crise do sistema burocrático, já que era muito difícil fazer o controle de registro, em meio a falta de agrimensores e de relações clientelistas entre representantes públicos locais e requerentes.

A miséria que se instalou nas cidades do centro sul do país, nos anos iniciais da República foi interpretada como uma consequência do modo como a captação de mão-de-obra livre e a abolição foram feitas. Se por um lado os escravos evadiram das fazendas para as cidades, imigrantes pobres que arriscaram a sorte, engrossaram a disputa de trabalho na cidade. Nas duas últimas décadas, historiadores como Sidney Challoub, Sandra Jatahy Pesavento, Lená Medeiros de Menezes, José do Amaral Lapa e, Margareth Rago, dentre outros, além de muitos alunos de pós-graduação, têm realizado pesquisas referentes ao modo como a os excluídos viveram e foram tratados pelos dirigentes do país, neste período. Entre estes estudos diferenciados, que apresentam faces de uma mesma história, há uma marca indelével: a visão da população branca, enriquecida, era a de que a população composta de libertos, mestiços e migrantes pobres constituía-se como uma ameaça. O Estado totalizante concebido no século XIX deveria tomar providências para que este incômodo que essas populações representavam não desencadeasse no aumento de doenças, da prostituição e dos latrocínios, uma vez que concebiam que aqueles indivíduos eram predispostos aos vícios. A segregação deu-se então através de políticas urbanísticas, higienistas, pela repressão de comportamentos indesejáveis e, no caso de estrangeiros, a expulsão.

No caso do Amazonas, o conceito de “classes perigosas” empregado por Sidney Challoub¹⁸⁶ foi significativamente demonstrado por Francisca Deusa Sena da Costa¹⁸⁷ em seus estudos sobre as habitações dos pobres na Manaus da *belle époque*, quando mostra que a política urbanística da cidade os segregava, em conformidade ao que acontecia no resto do país. No mesmo sentido, Edinéia Mascarenhas Dias, em “A Ilusão do Fausto”, apresenta uma cidade diferente daquela concebida por Arthur Cezar Reis, abrindo as cortinas de uma cidade que procurava esconder cortiços e mazelas

186 CHALLOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.

187 COSTA, op. cit., 1997, pp. 97-98.

através de códigos de postura que afastavam os “indesejáveis” do centro e marginalizava as práticas populares, muitas vezes acusando essas populações de “sujas”, “viciosas” e “bárbaras”. Vários outros estudiosos, como Paulo Marreiro dos Santos, José Leno Barata e Luciano Telles, enveredaram pelas mesmas trilhas, revelando traços da ojeriza aos mestiços, nativos e migrantes pobres que marcaram a construção da Manaus aformoseada do início do século XX.

Ora, a Província em questão nasceu exatamente no ano em que o problema das terras públicas ganhou um encaminhamento significativo. Tomando como premissa a tese de Emília Viotti da Costa e Nelson Nozoe¹⁸⁸, podemos inferir que a posição geográfica do Amazonas em relação ao eixo agro-produtor sugere que a maior parte das terras utilizadas pela população resultaram de ocupações, sem que tenha havido grande interesse no registro de posses, uma vez que a terra era “improdutiva” para os padrões agrícolas, portanto, constituindo-se como um grande problema para o Império.

Não é à toa que as terras públicas constaram como uma das preocupações¹⁸⁹ recorrentes nos relatórios provinciais que, não só mostravam a admiração quanto a vastidão do território, mas também a dificuldade de controlar o fluxo de homens e terras conforme as determinações do Império. Desde 1855 que esta situação aparecia de modo reticente entre os problemas enfrentados na administração da Província. Na exposição do ano em questão, seu presidente, Conselheiro Herculano Ferreira Penna justifica-se ao seu sucessor, o Vice-Presidente Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, quanto aos motivos que lhe impediram de por em prática os avisos dados pelo Ministério Imperial para que se iniciasse o mais breve possível o processo de mensuração e registro de terras na região. Tudo o que lemos indica que os Presidentes de Província se sentiam pressionados a esclarecer a situação das terras e a providenciar meios de regularizar os títulos de propriedade. Em 1854, foram tomados os procedimentos para reconhecer a situação da propriedade no território, expedindo-se ordens às vilas e lugares para tomar-se ciência da situação da Província.

Quasi todas já comprirão este dever, e das suas respostas collige-se que as posses das terras n'esta Província têm sido originariamente adquiridas por

188 NOZOE, op. cit., pp. 8-10.

189 As preocupações que se interligam à implantação do aparelho burocrático do Império passam ainda pela insuficiência de abastecimento de víveres, tratados como Alimentação Pública, Registro e Tributação de Serviços e Profissões, subsídio à Navegação, Segurança Pública e aplicação da Justiça.

simples ocupação ou por Concessões das Câmaras Municipaes, não constando que haja título algum passado pelo Governo Geral ou pela Província.¹⁹⁰

Embora o Presidente tivesse criado uma série de cargos públicos, assalariados, para cumprir a tarefa de regularizar as terras, em conformidade com as leis vigentes no Império, relatava em sua exposição a dificuldade de realizar as nomeações, por não se encontrar na Província pessoas com a formação adequada para cumprir tal tarefa. A dificuldade também se abatia sobre a capital, onde não se tinha controle do loteamento urbano.¹⁹¹ Neste último caso, o Império chegou a proibir, em 1854, qualquer ocupação no entorno das capitais, sob pena de demolição e multa para qualquer um que se apossasse de terras públicas, sem que entretanto conseguisse frear a prática de desmatamento e ocupação desordenada. Era preciso preservar os centros administrativos das invasões e garantir a propriedade nos termos da constituição e, como não havia aparato burocrático para dar conta de tal tarefa, principalmente em Províncias afastadas da Corte, a emissão de novos títulos de propriedade foi suspensa. Disto também se pode deduzir que somente aqueles que podiam pagar, poderiam ter acesso à propriedade, salva-guarda por uma ação benemérita do Estado que concedia a ocupação para o cultivo, o que aconteceu com os retirantes da seca do Ceará. Era o modelo liberal estabelecendo, na sua base, a distinção social.

A princípio, as terras do Amazonas foram ocupadas pelos primeiros colonos, os quais extraíam dela os meios necessários para a sua sobrevivência e quiçá, enriquecimento. Mas a partir do momento em que o Império decretou as terras pertencentes ao país como devolutas, ou terras públicas, e exigiu a demarcação da propriedade privada e a sua formalização em títulos que representariam impostos e renda pública, somente aqueles a quem esta fosse reconhecida como propriedade e tivesse condições de mantê-la, poderiam subsistir e enriquecer. Caso diferente não aconteceria nas colônias de migrantes: embora o Estado concedesse as terras a uma parcela da população que estava excluída das relações de trabalho, boa parte deste contingente não conseguiria alçar a produção e a riqueza, uma vez que não tinham condições de manter a terra produtiva. Este fator pode ter contribuído para o abandono da terra, registrado na questão das colônias de migrantes já tratados no tópico anterior. O fato de o Estado favorecer aqueles que já estavam inseridos nas relações de

190 Exposição Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, de 11 de março de 1855, p. 14.

191 Idem, pp.14-18.

acumulação não significa que a população se manterá passiva, aguardando os resultados. O abandono das terras em troca do extrativismo pode ser uma resposta à conjuntura excludente que se formava, o que punha por terra todos os projetos dos governantes.

A obrigatoriedade do registro de propriedade constituir-se-ia num problema para além da própria burocracia reclamada. Sendo o território ocupado, as famílias instaladas nas vilas utilizavam a terra conforme os ritmos da região, no que tange apontarmos para a produção familiar com base nas trocas comerciais, com baixa ou nenhuma circulação monetária. Reclamava-se de casas que só eram habitadas por uma pequena parte do ano e o comércio dos regatões com indígenas evadidos das missões catequéticas impedia o controle do governo sobre os habitantes dos interiores.

Em 1855, Ferreira Penna reclamava do estado de abandono dos povoados fundados ao longo do Rio Negro:

Outro Relatório escrito pelo Major Gurjão da viagem que ultimamente fez em comissão do serviço d'esta capital dará a V. Exc^a circunstanciadas informações dos diversos Distritos do Rio Negro. Nada ahi se ve de interessante se não o mesmo Rio e as soberbas matas que cobrem as suas margens: dos antigos Povoados alguns já desaparecerão, e outros tem chegado a tal estado de decadência, que os donos das cazas, rezidindo ordinariamente em seus sítios, só as occupão em dias de festa¹⁹².

E em 1857, ao se referir ao repúdio dos indígenas à autoridade Provincial, fato relacionado aos abusos cometidos pelos funcionários das Diretorias de Índios, que aproveitavam-se de seus cargos para submetê-los ao trabalho escravo e mesmo traficá-los a despeito da proibição imperial, reclama o Presidente Dias Vieira :

O estado do aldeamento da Provincia ainda é o mesmo, que se acha descripto no meo relatório á Assembléa Provincial, e continuará a sel-o em quanto for permitido o contracto e o commércio dos Indios com os regatões, sem que estejam em estado de não carecer mais da tuttela do Governo.¹⁹³

Note-se que o presidente, ao empregar o termo “tuttela”, sugere que a economia típica das populações nativas e remanescentes do período colonial fugia ao controle pretendido pelo Estado. Não tardou para que o designativo pobre e pobreza passasse a ser empregado para nominar essa população. Tomados como referenciais os conceitos

192 Ibidem, p. 21.

193 Exposição do Presidente da Província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, de 26 de fevereiro de 1857, p. 21.

de propriedade, consumo e moeda para os dirigentes, o modo de vida ribeirinho era entendido como miserável. A questão das terras transformou o caboclo em pobre e num empecilho para a realização do projeto modernista. Em 1859, Francisco Jose Furtado reclamava da dificuldade de cumprir a determinação de cadastro e taxação das terras dos arredores devido à impossibilidade dos “invasores” pagarem multas e desocupar as áreas em função de sua condição de “pobreza”.

... onde a terra não tem quasi valor, e cujos possuidores de grado as darião pelas multas e pelas despesas da medição. Nem é possível em tão escasso e despovoado território defender sem extraordinárias despesas as terras públicas das invasões dos particulares, que de resto as occupam transitariamente.

Assim que alguns registros, e a imposição de algumas multas, em sua maioria incobráveis pela pobreza dos multados, ou cuja cobrança acarretará a miséria dos possuidores; eis o resultado dos trabalhos neste ramo de serviço.¹⁹⁴

Conforme fala Sandra Jathay Pesavento¹⁹⁵, exclusão social só pode ser medida na relação com seu oposto, a inclusão. É a diferença que estabelece a identificação. Portanto, somente quando o Estado cria dispositivos de assimilação de uns e veta a de outros, é que ambos podem ser identificados. Neste relatório, o indigente e o desvalido surge como o miserável, o indesejável, o entrave. Quando se trata da questão da propriedade privada, a mudança de nomenclatura revela a alteração de tom para com a questão da pobreza. Mais do que uma questão semântica, a imposição da propriedade privada interferia diretamente na forma como a produção era feita. Os amazônidas ocupavam trechos de terra ao longo do rio durante as vazantes e nas cheias, passavam dias, ou mesmo meses, longe de suas moradas, retirando-se para a terra firme, onde as condições de coleta eram mais favoráveis. Por isso, veremos mais adiante, que a canoa era uma propriedade de muito mais valor que a terra, pois era o meio com que se deslocava e transportava seus utensílios e produtos. As comunidades junto às povoações indígenas e os próprios “índios”, preferiam as trocas com os regatões (também móveis e alojados em canoas) do que os centros administrativos e comerciais dos lugares e vilas, pois tinham adquirido ojeriza às autoridades em função dos abusos cometidos pela já referida Diretoria de Índios. A propriedade privada limitaria o trânsito e obrigaria ao sedentarismo, desejado pela administração em função do desenvolvimento da agricultura. É possível serem estes fatores alguns dos motivos da sucessiva reclamação de evasão dos povoados entre os anos 50 e 60, o que representaria

194 Relatório Presidente da Província do Amazonas, Francisco José Furtado, de 3 de maio de 1859, p. 10.

195 PESAVENTO, op. cit., p. 8.

uma recusa das populações locais às idéias de propriedade privada, agricultura e à tutela do Estado.

Desde 1857 o problema da migração foi associado ao de demarcação de terras já que a administração passou a empregar os dispositivos da lei 514 de 18 de outubro de 1848 que determinava que cada Província do Império deveria reservar seis léguas de terras devolutas para a colonização, pois era uma preocupação iminente a extensão de terras desocupadas no país. Colonizar e ocupar consistia numa das políticas do Estado para garantir o controle do território. Porém a Província do Amazonas encontrava-se impossibilitada de cumprir tais determinações por falta de recursos financeiros e humanos.¹⁹⁶ Consequentemente, isto causava um problema para criar medidas de incentivo a imigração.

Wilkens de Mattos, em 1870, registrou um dos grandes entraves para por em prática as exigências da Lei 601, de 1850. Assim como no resto do país, a obrigatoriedade do termo de compra para efetivar a regularização da terra causava repúdio aqueles que tinham se apossado delas antes da promulgação. Para Nelson Nozoe¹⁹⁷, este fator fez com que o Império tivesse demorado quase 30 anos para decidir pela regulamentação, já que a extensão do território e a necessidade de empreender a agricultura eram demandas mais proeminentes, que levavam a relevar a situação das ocupações e posses, uma vez que o cultivo continuava um critério legítimo e necessário. Resumindo, não valia à pena indispor-se com os setores agrários. Outrossim, ainda na opinião deste autor, este critério permitia que os Presidentes de Província fossem condescendentes com os registros e extensão da terra demarcada.

É o que parece ter acontecido com Wilkens de Matos, que alega utilizar-se de medidas de flexibilização para ampliar o número de registros em seu relatório, muito embora se visse enredado nos mesmos problemas de litígio entre vizinhos que ocorria no restante do país, conforme atesta a publicação de um ofício da chefatura de Polícia feita no Jornal Amazonas em 1 de Janeiro de 1870 :

3.^a Secção – chefe de Polícia. - Manoel da Gama Francisco, a quem em data de 30 de novembro próximo passado concedi uma sorte de terras, que já ocupava, queixa-se de que Pedro Picanço e outro indivíduo de nome Antonio, seus visinhos, por ocasião de lhes mostrar o título das mesmas terras, o tomaram-na

196 Cf. Fala do Presidente da Província do Amazonas, Angelo Thomaz do Amaral, de 1º de Outubro de 1857.

197 Idem, p. 17.

a força; e importando este facto uma perturbação do direito do referido Gama e da paz de sua família, parece-me conveniente que v. s. Se sirva de providenciar para que não só lhe seja restituído o título extorquido, como que não seja o queixoso inquietado.¹⁹⁸

O ofício publicado nos faz pensar no problema da propriedade fundiária que atravessa a história econômica do país e que parece ter origem no processo de concessão de títulos de propriedade no período estudado. Vemos que a “concessão” de títulos engendrou uma disputa pela propriedade, sendo a força um dos recursos utilizados como forma de intimidar e coagir “ocupantes” a renunciar ao título de propriedade recém concedido pelo poder público. Na citação, dois vizinhos se unem, alegando-se proprietários da terra do requerente e utilizam-se de força para constrangê-lo a renunciar à propriedade. Não são poucos os casos semelhantes a este de que temos notícia, sendo a coerção e a alegação de um título já expedido anteriormente, as formas mais comuns de aumentar a extensão de uma propriedade, caracterizando mais tarde o fenômeno conhecido da “grilagem”.

No mesmo jornal, um número adiante, outro processo publicado relata a reivindicação de um tal Antonio Jose Lopes Braga, que, em nome de seu irmão, solicitava o reconhecimento de um terreno nas imediações da capital, alegando possuir um título concedido quarenta anos antes na comarca de Serpa. Não sem razão, a câmara municipal recusou-se a reconhecer tal demanda uma vez que o documento expedido na localidade de Serpa não tinha validade para as terras da capital, além de alegar imprecisões quanto a dimensão e direção do alinhamento do terreno em questão¹⁹⁹.

Para Emília Viotti da Costa, a intenção de exigir “*a demarcação de todas as propriedades e sujeitando todos os títulos ao registro, a lei também legitimaria a propriedade, terminando com as disputas de terra que contaminavam a sociedade e facilitando a compra e a venda de terras*”²⁰⁰. Mas a lei que pretendia dar fim às contendas de terras e incentivar a migração, promovendo a instituição do trabalho livre e assalariado e que intencionava manter o trabalhador subordinado aos grandes proprietários não atingiu suas finalidades.

No período Republicano, movido pelo impulso da borracha, a estrutura administrativa começou a dispor de instrumentos de controle mais eficientes. Medidas como o registro e pagamento de imposto por exercício de profissões são mais

198 Jornal Amazonas, anno IV, nº 207, 1 de Janeiro de 1870, p. 1.

199 Jornal Amazonas, anno IV, nº 208 de 9 de janeiro de 1870, p. 1.

200 COSTA, op. cit., 1999, p. 179.

especificadas e ampliadas²⁰¹, assim como a fixação do valor do metro quadrado da terra, garantiam o aumento da arrecadação e o controle do serviço burocrático e da movimentação de títulos de propriedade e de pessoas no Estado. Porém as dificuldades e litígios em relação à demarcação permaneceram. Fileto Pires, governador do estado no ano de 1897, em Mensagem lida diante do Congresso revelava um dado pertinente à compreensão da dificuldade de demarcação e cessão de terras devolutas, além das dificuldades de demarcação próprias do terreno. A falta de engenheiros habilitados e a isenção de pagamento por terrenos alagados levava a um movimento espoliativo. Segundo denúncia do diretor da repartição de terras, seringalistas e falsos engenheiros apresentavam medições de terras em que 95% do terreno era constituído de alagados, ficando a terra quase de graça para o “golpista”.²⁰² A constatação deste fato levou Fileto a pedir ao Congresso a revisão da Lei de Terras, alegando que era preferível baixar um decreto atribuindo preço mínimo às terras alagadas que registrá-las com a tal isenção. A reforma foi feita pelo Decreto 169 de 1º de julho de 1897, extinguindo a isenção de terrenos alagados e reduzindo o valor do metro quadrado, o que gerou o aumento da arrecadação com a regularização de terras devolutas. Em seguida, o decreto 202, de 20 de outubro do mesmo ano, reduziu ainda mais o valor do metro quadrado para terras destinadas a agricultura, pecuária e indústria extrativa, disponibilizando maior área para estes fins, o que parecia ser uma medida de incentivo.

Não obstante, a terra cultivada por pequenos proprietários, próximas à capital, continuavam a ser objeto de disputas e de oportunismo, como atesta denúncia extraída do Jornal “A Pátria”, publicado em 1898:

Excmo Dr. Secretário dos Negócios da Indústria

Pedro Bezerra de Moraes e Castro, domiciliado no _____ de Manacapuru, vem perante V, Exc^a protestar contra dissimulada demarcação que se diz feita pelo Agrimensor Carlos Stelling, em favor de Jose Ayres, que quer se apossar de terrenos já ocupados por outros e em favor de quem se estabelece o jus da posse e preferencia legal.

O suplicante, na hipotese, é victima de uma usurpação indébita, pois a mais de 5 annos apossado de um terreno no lugar denominado “Surccuju” às margens do rio Manacapuru, destinado à extracção da gomma elástica que o supplicante tem durante o mesmo tempo extrahido, tendo encravado no mesmo terreno cinco barracas ocupadas e feitas pelo supplicante, com limites conhecidos a saber: pelo nascente na foz do igarapé denominado S. Pedro no lugar das Queimadas, terras devolutas e pelos outros lados também terras

201 Tal medida compõe o rol de disposições gerais da lei orçamentária de 1893 para o exercício de 1894, que garantia à Intendência da Capital, Manaus, receber tais impostos, p. 116.

202 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Fileto Pires Ferreira, de 1897, p. 24.

devolutas, sendo que para o poente até a foz do Lago Surara e, não obstante o exposto, e ter mais o supplicante em parte do terreno alludido plantações de canna, o referido Agrimensor por parte de Ayres, sem que este tenha título algum, nada haja requerido repartição competente, sem designação regular nos termos do Reg. A que se refere o Dec. n. 169 de 1º de Julho de 1897 e mais disposições em vigor, fez clandestinamente com olvidação completa, uma dissimulada em que compreendeu todo o terreno do supplicante para Ayres e pretende o mesmo título definitivo. É incontestável que a espécie tal demarcação não deve prevalecer, já porque não observou as disposições da lei a respeito, já porque fere direitos adquiridos e finalmente para não ser sancionada pelo poder competente uma violação tão abusiva do pretensso possuidor.

O supplicante foi victima até de sua boa fé, pois o próprio Agrimensor conhece de *visu* e se encarregou de apresentar requerimentos ao supplicante sobre o terreno, garantindo o haver feito, publicado os editaes, quando as occultas fez a demarcação para outro!

O supplicante faz o presente protesto, hindo justificar o allegado e requerer compra em que, em face da lei, deve ser preferido.

E.R.M.

Manacapuru, 3 de dezembro de 1898.

Pedro Bezerra de Moraes e Castro²⁰³

O projeto de inserir o Amazonas no sistema agro-exportador não foi abandonado em função do crescimento da economia da borracha e, em 1901, o Governador Silvério José Nery sancionou a Lei 384, de 18 de outubro do mesmo ano que concedia a qualquer brasileiro ou naturalizado, que comprovasse residência no país, um lote de 640 mil metros quadrados de terras devolutas, gratuitamente, desde que habitasse, empreendesse atividades de cultivo, medição e demarcação, num período de 5 anos. Após este prazo, prometia-se a expedição do título de propriedade e a isenção de execução e penhora pelos próximos 15 anos, uma vez que funcionários do município confirmassem o cumprimento dos termos de concessão²⁰⁴. Com esta medida, manteve-se a política de atrair a migração para povoar e cultivar, e transferiu-se para o beneficiado a responsabilidade de demarcação e investimento no cultivo das terras. Embora a lei restringisse a concessão à pessoa física, sabemos que as exigências para manter-se nas terras era por demais cara. Certamente que não era a parcela desfavorecida da população que seria beneficiada, mas aqueles que já ocupavam terras invadidas. Essa nova condição parecia atender ao discurso de Tapajós, supra citado, já que o migrante teria que ter recursos próprios para incrementar a produção. Isto não

203 Jornal A Pátria, anno I, nº 57, de 13 de dezembro de 1898, p. 2, na mesma página segue matéria reclamando de posse indevida de uma fazenda ocupada por uma indústria.

204 Lei nº 374 de 19 de outubro de 1901, Coleção de Leis 1901, IGHA, p. 105.

parecia muito difícil, já que no ano em questão a exportação da borracha atraía diversos aventureiros, nacionais e estrangeiros, que queriam usufruir do período²⁰⁵.

Além desta medida de incentivo ao desenvolvimento da agricultura, o estado instituiu em 1900 a lei nº 322, de 18 de setembro que destinava erário para a concessão de prêmios a agricultores estabelecidos na região.

A partir de 1908, as terras devolutas passam a ser vendidas pelo módico preço de 0,05 de real para o extrativismo e 0,06, para agricultura e pecuária. Em 1911, o valor do quadrante em terras próximas a cidades e vilas é fixado em 1\$000, já o preço das terras públicas é fixado em 0,06 para o extrativismo e 0,05 para agricultura e pecuária.²⁰⁶

Finalmente, à década de 10 do último século, a questão das terras no Amazonas está ao menos encaminhada e os títulos de propriedade geravam renda aos cofres da fazenda com recolhimento de impostos. As propriedades da capital foram asseguradas e houve valorização do metro quadrado urbano. Em consequência, a periferia da cidade cresceu, e o que eram colônias agrícolas improdutivas dos arredores da capital, tornaram-se bairros no entorno do centro comercial e residencial, como é o caso da Colônia Oliveira Machado.

O longo processo de demarcação definiu a ocupação do espaço e consolidou a distinção social entre as camadas econômicas que se formaram na região.

A criação da Província trouxe consigo a herança de uma população mitigada pelas condições arbitrárias da ocupação. Em nosso entender, o que foi tratado por autores renomados da historiografia brasileira como economia periférica, constituiu-se como um modo de vida alternativo, adaptado pelas condições criadas por um sistema agro-exportador excludente que levou aqueles que eram impedidos de incorporar as relações de produção dominantes por critérios arbitrários (indígenas destribalizados, portugueses emigrados sem títulos de nobreza, militares e funcionários burocratas do Império em busca de conseguir cargos vitalícios, mestiços de várias regiões do Brasil,

205 Para ampliar as implicações desta hipótese seria necessário uma análise dos registros de propriedade concedidos aqueles que se beneficiaram desta lei, o que não foi possível fazer pelo fato de não ser o objetivo principal deste trabalho. Realizar tal tarefa demandaria revistar a documentação do Arquivo Público para verificar “se” e quantas propriedades foram regularizadas segundo este termo. Chegamos a tentar fazer este levantamento, mas a referida repartição tem um horário de funcionamento restrito e cuja documentação, além de volumosa, não se encontrava à época disponível para o manuseio de pessoas que não fossem funcionários da instituição.

206 Lei nº 691 de 7 de Outubro de 1911, orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1912, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado do Amazonas, Manaus, Imprensa Oficial, 1911, p. 46.

artífices, artistas e intelectuais europeus de menor expressividade, comerciantes ingleses que não tinham acesso à política do café e são introduzidos na Amazônia para sondar a exploração da borracha e por fim, os flagelados) que não encontraram espaço no universo agro-exportador-escravista, encontraram na região terreno fértil para desenvolver relações de produção que atendiam às suas próprias necessidades e não a dos grandes proprietários e traficantes de escravos do centro sul. O Amazonas foi para o Brasil e para a Inglaterra o que um dia o Brasil fora para Portugal – um lugar de oportunidades para aqueles que não tinham bens, mas condições de adquiri-los; e de esperanças para aqueles que não encontravam mais espaço para sobreviver no lugar de origem.

As analogias produzem compreensões inadequadas, mas o que queremos enfatizar é aquilo que perseguimos por todo o trabalho: o caráter reprodutivista do capital, do modernismo, do projeto civilizatório. O que não podemos, partindo desta analogia é perder a noção de que o que promove o diferencial da região não é o fato de ser periférica, ou excluída, mas as condições materiais de existência e a forma como os agentes do processo produtivo processaram o trabalho. Edificada num período em que as determinações das relações de produção foram ditadas pelo conjunto de nações atlânticas que consolidaram as formas liberais de produção, as formas como a produção se desenvolveu ali tornaram-se um problema quando as intenções de explorar a região ampliaram seu horizonte, ficando o Amazonas a mercê de influências externas e indiferentes às suas peculiaridades. As decisões administrativas visavam não criar condições de bem-estar ou melhoria da condição de vida das populações como alegavam presidentes de Província e Governadores do estado, mas transformar a forma de viver local para adaptá-las e fazê-las corresponder às aquelas exigências.

Como um subsistema do modelo precursor, as relações de produção se moldaram dentro de um mesmo ideário, reproduzindo os esquemas de acumulação de riqueza, através da exploração, e da segregação da pobreza. A consolidação da propriedade privada se efetivou por um modelo de concessões e privilégios que remontavam o período da colônia e se prolongaram durante o Império, com a formação da Guarda Nacional e regulamentação das ocupações já efetivadas. O título de propriedade ficou condicionado à produtividade e, portanto, somente aqueles que, num momento embrionário da formação social, ocuparam o espaço natural e se apossaram dos meios de transformá-lo em riqueza, é que tiveram condições de acumular,

primariamente, as rendas fundiárias que foram a matriz das condições necessárias para o desenvolvimento da riqueza no Brasil liberal. Aos migrantes sem posses e população mestiça restou alocar-se como mão-de-obra e, como sabemos, pelos pressupostos teóricos do materialismo dialético, para o funcionamento do sistema é preciso um exército de reserva que garanta a transformação do meio natural em acúmulo de capital. Se as tentativas dos administradores pareciam frustradas, na verdade elas eram em certa medida recusadas de maneiras reticentes, sem discurso, na forma de evasão das áreas destinadas a agricultura, no desvio para o extrativismo, na permanência na cidade de nordestinos e estrangeiros pobres que se recusaram a ir para as colônias agrícolas... As formas de controle, portanto, tornaram-se cruéis a fim de impedir o impossível, pois a Razão não consegue suplantar a vontade de todos homens.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA OS DESVALIDOS

No capítulo 2 apresentamos uma compreensão sobre a forma como a pobreza foi intensificada no Amazonas, após a instalação da Província. A preocupação com o desenvolvimento de uma agricultura para exportação, que exigia ritmos mais dinâmicos do que era de costume na região, demandou ações referentes ao domínio da propriedade privada e exploração da mão-de-obra. Resultou disto o aumento do uso da força de trabalho indígena e a intensa migração nordestina, fatores que incidiram num excedente à oferta de trabalho disponível, tornando a remuneração ínfima e provocando uma crise nos setores de alimentação e moradia. Tais fatores conjunturais levaram ao crescimento contínuo da pobreza nos anos da exploração da borracha. Para atender a uma parcela destes segmentos, que invariavelmente acabavam sem moradia, doentes e deixavam seus filhos à orfandade, projetos relacionados à educação e saúde foram implementados como parte de um conjunto de políticas públicas destinadas a conformar esta situação com os ideais de uma sociedade administrada e civilizada.

3.1 DA CARIDADE À FILANTROPIA

A palavra “philantropia” aparece na fala de Herculano Ferreira Penna de 1853²⁰⁷, como uma característica da política de catequização defendida pelo Imperador para a Amazônia, em resposta a questão indígena, sem se diferenciar do que ocorria em outras Províncias na sua essência.

Consultando algumas teses²⁰⁸ que abordam a questão da educação para crianças no Brasil, encontramos a discussão sobre a relação existente entre a formação cristã da

207 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Conselheiro Herculano Ferreira Penna, no dia 1º de outubro de 1853, p. 51.

208 Foram consultados os seguintes trabalhos: MOURA, Vera Lúcia. **Pequenos Aprendizes: Assistência a Infância Desvalida em Pernambuco**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003; RIZZINI, Irma. op. cit., e PESSOA, Alba Barbosa, op. cit.

cultura brasileira e a criação das instituições de assistência destinadas à classe menos favorecida. Há um certo consenso de que o surgimento das casas de abrigo e ensino a crianças desvalidas, assim como as instituições hospitalares e asilos, está associado a uma modificação da percepção sobre o papel do Estado na resolução de questões relacionadas com a pobreza.

A formação cultural brasileira foi imbuída de valores católicos. A concepção de pobreza interligava-se a questões morais e acidentais, tais como os pecados capitais, o infortúnio e o castigo divino. A forma de lidar com a sua existência era incutindo entre os “bons homens” o sentimento de piedade e o ideal da caridade, como fator de redenção futura. As doações de leigos e a ação de clérigos em hospitais, distribuição de gêneros de primeira necessidade, a roda da fortuna para bebês abandonados e a admissão de órfãos em conventos e seminários episcopais povoaram as práticas coloniais e não desapareceram durante o Império. Entretanto, com a criação do Estado-Nação, em que todas as ações administrativas deveriam estar diretamente comprometidas com o desenvolvimento do país, segundo uma orientação modernista, à prática de acolhida dos desvalidos uniu-se à intenção de estabelecer um fito mais objetivo que o abrigo e a sobrevivência dos acometidos pelo infortúnio. Desta mudança de perspectiva à iniciativa de tomar como obrigação do Estado a criação de mecanismos que transformassem esta parcela da população em força de trabalho, decorreram em tentativas de agir sobre a infância desvalida como meio de evitar a indigência futura e ao mesmo tempo, criar soluções para os problemas enfrentados nas relações de produção. Desta forma, a filantropia se distingue da caridade pelo seu caráter pragmático em oposição à boa vontade cristã.

A partir da segunda metade do século XIX, paulatinamente, ocorre uma modificação na forma de pensar a criança e inicia-se uma preocupação com a sua educação.²⁰⁹ Irma Rizzini²¹⁰ indica que as discussões sobre o problema da Instrução

209 Essa modificação pode ser compreendida a partir da obra de Philippe Arriès e Jacques Donzelet, que abordam o desenvolvimento da família moderna e seus valores. O liberalismo e seus princípios funcionais visa preparar a criança para o futuro e esta nova visão refletirá na forma como a criança será interpretada pelas autoridades brasileiras. Estas concepções mudam completamente o foco da ação benemérita. Na caridade cristã, os louros da “ação boa” recaem sobre o indivíduo que a pratica, desencadeando uma série de sentimentos e reconhecimento, o que caracteriza-a como pertencente a esfera moral. A filantropia é racionalista e se apóia na finalidade da ação; o agente deve ser o Estado, que não é um indivíduo, mas a coletividade representada e que deve conduzir ações em vistas da realização do bem comum. Assim a filantropia pertence essencialmente à esfera política. Cf. LAPA, op. cit., pp. 28-30.

210 No estudo sobre a Instrução Pública nas províncias do Pará e Amazonas, a autora mostra como o ideal civilizatório atravessou a questão da criação das Casas de Abrigo para crianças, especialmente

Pública no país, durante o Império, absorveram os ideais civilizatórios e trataram a educação como uma forma de socialização, capaz de integrar o indigente à ordem social e, no caso dos indígenas e descendentes, conduzi-lo da selvageria à civilidade.

Se por um lado a questão da regulamentação da propriedade privada excluía, a filantropia surgia como uma política alternativa para diminuir o impacto que a condução do liberalismo nas terras brasileiras tinha sobre as camadas excluídas das relações de aquisição de propriedade privada. É interessante enfatizar que o discurso beneplácito não necessariamente resultava em ações eficientes para combater a desigualdade social que se acentuou no período Imperial. Pois a prática de manutenção de privilégios que marcou o surgimento da classe mercantil²¹¹ que se configurou na elite das regiões ligadas ao mercado de exportações, aflorou nas formas como a política pública foi pensada através de medidas que não visavam solucionar os problemas produzidos pelo sistema, mas sim reproduzir a distinção entre as classes e a subordinação daqueles que já tinham sido excluídos da possibilidade de acumulação de riqueza, sem no entanto representar mudanças na forma de distribuição das resultantes do processo produtivo.

O caso da instrução pública é digno de ser considerado como uma mostra deste quadro maquiavélico. No que tange à região amazônica, o projeto é guiado pelas intenções de civilizar o território, já que a educação foi concebida como uma forma de subjugar modos e costumes que diferiam das práticas europeias tomadas como modelo de civilização²¹²; enquanto diretriz da nação, a idéia de instrução dirigida ao segmento excluído da população pode ser considerada como parte dos investimentos realizados pelo Estado no intento de captar mão-de-obra para o desenvolvimento da produção. Educar os excluídos não implicava em modificar a oposição entre proprietários dos meios de produção e não proprietários, mas alocá-los no quadro de oferta de mão-de-obra para a ordem liberal, o que consideramos como uma forma de reproduzir e manter as bases do sistema, garantindo a subordinação de uma classe à outra.

destinadas aos indígenas. Na mesma linha, Alba Barbosa Pessoa, estudou a introdução de rotinas de trabalho nas Instituições de Abrigo em Manaus e indica como o trabalho infantil fazia parte do processo de socialização e de uma visão pragmática da ação do Estado. RIZZINI, op. cit., pp. 17-18 e PESSOA, op. cit., pp. 90-91.

211 Cf. FRAGOSO & FLORENTINO, op. cit., COSTA, op. cit., 1999 e DIAS, op. cit., 2005.

212 Esta tese foi significativamente defendida por Maria Luiza Ugarte Pinheiro, no seu trabalho de doutoramento, onde demonstra que a maior parte da população amazonense, ainda no ano de instalação da Província do Amazonas, sequer falava o português, mantendo-se fiel as formas de organização coletivas, inclusive no que diz respeito à alimentação e moradia. Neste mesmo trabalho, a autora demonstra que a Instrução Pública tentará ao longo dos 39 anos de sua existência combater essas práticas, obtendo muito pouco sucesso com suas investidas. Cf. PINHEIRO, op. cit., 2001, pp. 36-40.

Do mesmo modo, as ações ligadas à saúde pública passaram para a responsabilidade do Estado Brasileiro, ainda que os hospitais fossem em sua maioria administrados pela Santa Fé, dando continuidade à tradição da Santa Casa de Misericórdia, com unidades presentes em diversas Províncias do país. Neste caso específico, a saúde passava a ser interesse coletivo à medida que os centros urbanos inchavam e a aglomeração gerava questões como o recolhimento do lixo, controle de pestes e animais e chegavam, enquanto discurso, a justificar as obras de “aformoseamento” das cidades, como uma medida que preservava não só a saúde do corpo(higienismo) como a da alma (estética). Vejamos, através da fala do diretor de instrução pública da Província, Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, no ano de 1870, a forma como a elite pensava a educação e a saúde como aliadas do progresso material e espiritual, quando assumidas pelo Estado como princípio e ordenador da sociedade:

Progresso material e moral são palavras que constituem a divisa do nosso século, encerrando em si todas as esperanças do porvir.

Facilitar os meios de subsistência, tornar a vida mais commoda e derramar a instrução pelo povo; é hoje a preocupação constante do mundo civilisado.

Se em algumas nações da Europa a iniciativa pertence ao governo, em nenhuma dellas a actividade individual lhe cede o passo.

Se o governo organisa o trabalho, reprime a ociosidade e socorre a indigência, levantando hospitaes e criando asylos em que os desvalidos encontram meios de subsistência mediante um trabalho proporcionado às suas forças, se regularisa a instrucção popular, obrigando os fabricantes e operários a que dispensem os meninos dos trabalhos fabris por algumas horas, a fim de que elles possam receber instrucção necessária, como succede na Inglaterra, se impõe forte multa aos paes que não mandam seus filhos ás escolas, como se faz na Prússia, se o governo subvenciona escolas municipaes e particulares, ou se as sustenta por sua própria conta, como succede em toda a Europa, não excluindo a semibarbara Turquia, a actividade individual crea sociedades beneficentes, casas de caridade, montes de piedade, associações de operários e outras instituções de beneficência, para recurso do povo nos dias difíceis.

Na America, em que o trabalho do homem produz bastante, para que ele possa sustentar a si e a sua família, sem obrigar seus filhos a um excesso de trabalho acabrunhador, que lhes definha o corpo e acanha a intelligência, em que elle tem mais facilidade para lhe dar instrucção e educação primárias, as actividade individual deve prestar todo o seu concurso ao governo na educação e instrucção do povo, a fim de evitar para o futuro uma das principais causas deste cancro horrível que sob todas as pompas do fausto da velha Europa, lhe corroe as entranhas, sem que possam extirpal-o os esforços do governo, coadjuvados pelos homens mais intelligentes e mais dedicados á humanidade, esse mal que os economistas e philosophos modernosa designam pela palavra *pauperismo*.²¹³

A longa citação, transcrição feita pelo Jornal Amazonas do discurso por ocasião

213 Jornal Amazonas, anno IV, nº 211, de 29 de Janeiro de 1870, p. 2 (grifos da autora).

da sessão de premiação dos educandos que mais se destacaram durante o ano de 1869, espelha o ideal missionário dos representantes públicos no que tange aos dispositivos educação e saúde. Neste ideário, estes mecanismos passaram a ser entendidos como um meio de garantir o desenvolvimento, já que a doença e a ignorância são tratados como empecilhos para a realização do trabalho que o Estado tinha por função organizar. Em última instância, são fatores relacionados como causas da indigência.

Nesta mesma linha de raciocínio, os hospitais passariam a funcionar como um mecanismo de reabilitação, assim como os institutos de vacina e a higiene pública seriam louvados como medidas preventivas a fim de tornar a cidade um lugar seguro para o desenvolvimento comercial. No que tange a educação, seu papel era o de civilizar e habilitar para o trabalho aqueles cujos pais careciam de meios para prover os hábitos e habilidades necessárias ao novo mundo que o Estado pretendia criar.

No discurso, percebem-se ainda duas coisas: primeiro a insistência em reproduzir ideais europeus e advindos da nova nação tomada como referência – os Estados Unidos –; segundo, a associação entre Estado e entidades privadas para materializar este mundo ideal – civilizado – que se queria a todo custo sobrepôr às gentes e costumes do Brasil e, por conseguinte, do Amazonas. Para tanto, era preciso evitar a proliferação de um empecilho absolutamente indesejável aos olhos: a pobreza.

A certo ponto do discurso, o ilustre diretor enumera a quantidade de instituições subvencionadas pelo poder público ou pela iniciativa individual de setores mais abastados da sociedade, mostrando a substituição da caridade voluntariosa típica do pensamento cristão católico, por um pragmatismo direcionado pela necessidade de organizar a sociedade em torno das relações de trabalho, o que segundo a literatura já comentada sugere o redirecionamento dado pelo conceito de filantropia.

Engels²¹⁴ já alertava que a filantropia tinha se tornado uma forma de contornar os problemas criados pelo sistema capitalista, permitindo que as condições de relação entre operários e burgueses favorecesse ainda mais a concentração de renda entre os grandes proprietários. A filantropia, assim como a legislação, ao mediar a relação entre as duas classes, justifica a exploração pelo trabalho. Consoante a este pensamento, podemos dizer que o Estado, no Brasil, ao assumir o papel filantrópico, acumulando-o com a função legislativa, duplamente favorecia as condições de acumulação para a

214 Op. cit, p. 123.

classe dominante. Ao modelo europeu, a criação de preocupações para com a situação dos pobres e as reformas urbanas tinha por finalidade regularizar as bases do sistema liberal.

3.2 SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO AMAZONAS

Ao tratar da questão da instrução pública no Amazonas por um período de tempo tão longo é preciso que antes façamos algumas observações. Primeiro a de que a datação corresponde a dois períodos históricos distintos, marcados por acontecimentos sociais e políticos de grandes implicações: Império (1850-1889) e República (1889-1915). Este primeiro corte temporal sugere que estejamos atentos a mudanças de direcionamento político na condução das questões que serão aqui expostas. Segundo, recorreremos aos estudos de Irma Rizzini que sugere um corte interno na história da educação do período imperial no Amazonas, considerando que existem distinções significativas entre o período de 1850-60 e o período de 1870-80. Conforme a sua análise:

No primeiro período, as iniciativas educacionais são mais tímidas e restritas à esfera governamental. O Amazonas iniciava a estruturação do ensino público na Província, criando o seu primeiro regulamento e algumas escolas. ... Nas décadas de 1870 e 1880, o debate relativo à educação do povo expandiu-se do âmbito governamental, envolvendo a sociedade letrada de Belém e Manaus, sob a influência das idéias liberais e sob o domínio das paixões partidárias. A educação tornava-se uma prioridade para liberais e conservadores. Atentos às grandes questões do século das luzes, governantes e governados estavam com os pés fincados na terra local, utilizando intensamente os recursos oferecidos pelas instituições educacionais em benefício dos mecanismos eleitorais.²¹⁵

Embora o nosso trabalho não se destine a uma história da educação no Amazonas, estas considerações orientaram nossas leituras e permitiram que percebêssemos um processo de intensificação do discurso modernista e partidário nas políticas públicas voltadas para a educação no terço final do período imperial. Pedimos atenção para o fato de que o fio condutor de nossa temática é o projeto modernista e a forma como as diretrizes desse investimento engendrou a reprodução de seus próprios princípios, os quais se alicerçaram num discurso moralista e em ações convencionalmente chamadas de civilizatórias. A educação será aqui tratada enquanto um instrumento que atende a finalidades intrínsecas ao sistema e não a intenções

215 RIZZINI, I., op. cit., p.14.

humanitárias e desinteressadas como talvez sejamos seduzidos a pensar quando estamos diante dos lamentos dos governantes que não vêem seu empenho dar os resultados esperados.

Antes de adentrar na institucionalização do ensino no Amazonas, recorreremos a uma pequena introdução sobre o período colonial, na medida em que as fontes utilizadas referem-se recorrentemente, especialmente no primeiro período frisado por Irma Rizzini, à importância atribuída, pelos representantes públicos locais, das missões católicas. Sendo assim, é preciso lembrar que os esforços referentes à educação tornaram-se pauta do processo de ocupação do território amazônico já no período colonial, consoante ao que ocorria no restante do país e, antes mesmo do avanço da modernidade sobre estas terras, o empreendimento civilizador já tecia suas amarras, esperando que o nativo ali se prendesse e fosse assimilado pelo sistema. O primeiro intento educacional foi encaminhado pelas missões religiosas, alternando-se entre jesuítas, num primeiro momento ainda marcado por conflitos territoriais; e franciscanos e carmelitas, após a interferência de Pombal, quando a localidade passa realmente ao domínio português. A intenção clara era a de que a catequese poderia trazer os nativos para a fé cristã, e por meio dela, ser integrados ao sistema produtivo. A catequese tinha por finalidade produzir uma mudança total no indivíduo, cooptando-o para a fé e para o modo de vida cristão, consistindo em algo muito maior que o caráter instrutivo que a educação tomaria a partir da era Imperial e é deste aspecto totalizante da ação catequética que os governantes da Província sentiram necessidade mais tarde. Consoante a este empenho, desenvolvia-se o assentamento de povoados ao longo dos rios que cortam o vale do Amazonas e que asseguravam a posse da região. Uma série de controvérsias gira em torno desta ação, uma vez que as missões religiosas estavam empenhadas em consolidar a conformação dos nativos à disciplina do trabalho europeu, o que demandava uma transvaloração dos costumes. Não obstante, os nativos eram disputados pelos clérigos com os traficantes de escravos que, segundo Jacob Gorender²¹⁶, forneciam mão-de-obra para as propriedades recém edificadas na região centro-oeste.

Constituído o Império, a já referida constituição de 1824 garantia a educação primária a todos os súditos, como condição de que estes pudessem ser “úteis” à sociedade. Esta relação entre educação e utilidade é um dos pilares do pensamento

216 GORENDER, op. cit.

liberal moderno, que ganhou força com os movimentos intelectuais europeus. A reformulação do conceito de utilidade desenvolvido no empirismo inglês, que o associa à noção de resultado prático em contraposição à metafísica tradicional que concebia a utilidade ao prazer espiritual, paulatinamente criou uma escala de valores que inclina o conhecimento em direção aquilo que pode ser usado em prol de alguma coisa. Por outro lado, com o Iluminismo francês, a educação passa a ser vista como algo útil ao Estado, na medida em que prepara o homem para ser cidadão. Já no Brasil, lugar considerado pelos dirigentes como carente de mentes e braços que pudessem contribuir para a condução do país, a educação tornou-se um dos pilares que poderia levar a implementação do estado de direito. Duas coisas são pretendidas: formar um aparato de funcionários burocratas para preencher o quadro da administração pública, a fim de que pudessem criar condições para a execução da Lei; e preparar a mão de obra necessária ao desenvolvimento das cidades e da agricultura. Para Luiz Brant e Carlos Mynayo, que se dedicaram a estudar a questão dos trabalhadores de fábrica no Brasil, as políticas de arregimentação de mão-de-obra são parte de um esforço disciplinador que se move por duas diretrizes :

A gestão da força de trabalho pode ser definida como uma prática social historicamente constituída de funções 1) disciplinar-econômica, que visa a maximizar a produtividade do trabalhador através de práticas que capturam o sujeito em sua totalidade, submetendo-o a dispositivos como: recrutamento, seleção, treinamento e programas de acompanhamento de pessoal; 2) disciplinar-política, que objetiva destituir o trabalhador, como sujeito de desejo, de sua capacidade de resistência, sob as formas de organização coletiva e contestação.²¹⁷

Essa força disciplinadora tem em seu bojo um investimento educacional que habilita os excluídos do processo de acumulação de riqueza a integrarem as classes trabalhadoras uma vez que o Estado, cumprindo sua função administradora que o liberalismo lhe incumbe, planeja a educação com destinação distinta para as classes proprietárias e não proprietárias. Em uma reunião de estudos que aliam educação e trabalho, Carlos Minayo exemplifica esta tendência a partir do discurso de Antoine Destutt de Tracy, pensador do início do século XIX que defendia a idéia de uma educação diferenciada para estes segmentos.

Em toda a sociedade civilizada existem, necessariamente, duas classes

217 BRANT, Luiz & MINAYO, Carlos. **Educação e estratégias dos trabalhadores de chão de fábrica para ocupação de cargos de chefia.** In: **Revista Psicologia, ciência e profissão**, 2003, nº 21(3) pp. 50-57.

de pessoas: a que tira sua subsistência da força de seus braços e a que vive da renda de suas propriedades ou do produto de suas funções, onde o trabalho do espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operária e a segunda é aquela a qual eu chamo de classe erudita.

Homens de classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito do trabalho penoso a que se destinam. Não podem portanto, perder tempo nas escolas. ...

Os filhos da classe erudita, ao contrário podem dedicar-se a estudar durante muito tempo. Têm muita coisa para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. Necessitam de certos tipos de conhecimentos que só podem aprender quando o espírito amadurece e atinge determinado desenvolvimento ...

Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade: ninguém está em condições de poder mudá-los. Portanto, trata-se de dados invariáveis dos quais devemos partir.

Concluamos, então que em todo Estado bem administrado e no qual se dá a devida atenção à educação dos cidadãos deve haver dois sistemas completos de instrução que não tem nada em comum entre si²¹⁸.

O autor classificou a sociedade de classes, típica do sistema liberal, como um dado natural da organização das sociedades humanas e esta naturalização da estratificação social fataliza a educação a reproduzir as posições sociais que os indivíduos nela ocupam. A educação tornou-se, portanto, um mecanismo de reprodução da estrutura de classes, destinando a classe menos favorecida à qualidade de mão-de-obra, enquanto à classe de proprietários era destinada a formação acadêmica, necessária para conduzir os rumos da sociedade. Neste mesmo sentido, Dermeval Saviani alude à criação da instituição escolar como um fenômeno burguês, típico da sociedade de classes e que se destina a sua auto-reprodução:

A palavra escola deriva do grego, σχολη, e significa, etimologicamente, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí, uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho.

Estamos, a partir desse momento, diante do processo de institucionalização da educação, correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho. Assim, se nas sociedades primitivas, caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea, não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão

218 DESTUTT DE TRACY, Antoine (1802). Apud GOMES, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987, p.15.

dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. E é aí que se localiza a origem da *escola*. A educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho²¹⁹.

No Amazonas estas preocupações foram constantes, pois em boa parte de sua história, haverá carência de pessoas habilitadas a exercer funções burocráticas. Este fato entretanto, não é muito destoante do que ocorria no resto do país, já que era necessário consolidar o aparelho burocrático do Império e eram os homens letrados que exerceriam este papel. Segundo Otávia Oliveira Romanelli²²⁰, no período colonial a educação direcionada pela igreja, inicialmente pelos jesuítas, desdobrou-se na educação dos filhos dos proprietários de terra, com a fundação de colégios específicos, de caráter humanístico e propedêutico, que preparavam os pupilos para concluir seus estudos na Europa. Seu retorno culminava com a nomeação em cargos de influência política, garantindo a perpetuação do poder através da aliança entre as esferas econômica e política. Porém, ao fim do século XVIII, as relações de comércio, em especial a mineração, fizeram emergir uma nova estratificação social e uma classe intermediária que não era proprietária de terras, buscou reconhecimento e prestígio através da obtenção de títulos intelectuais. O nascimento do Império e a criação de seu aparelho burocrático aumentaram a demanda de homens letrados, fortalecendo os laços de dependência entre a classe dos proprietários e a classe média emergente, lugar de onde saíam os agentes públicos que serviam ao Estado.

A importância assumida pela educação de letrados durante toda a monarquia estava diretamente ligada à necessidade do país de ter de preencher o quadro geral da administração e da política. A escola, representada sobretudo pelas novas Faculdades de Direito criadas na década de 1820 – uma em São Paulo e outra em Recife, ambas em 1827 – passou a desempenhar o papel de fornecedora de pessoal qualificado para essas funções.²²¹

Com a intenção de atender aos éditos imperiais, os presidentes provinciais deveriam providenciar o orçamento destinado a instrução pública e criar regulamentos para sistematizar a educação em seu território. Isto se tornaria uma demanda para o Amazonas a partir da instalação da Província. Inicialmente, manter-se-ia vigente a

219 SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**, in: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, p. 155.

220 ROMANELLI, Otávia Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 33-36.

221 Idem, p. 39.

legislação aplicada pela Província do Pará, até que o Amazonas pudesse constituir suas próprias diretrizes e ações relativas à Instrução Pública.

Em 1852, já na instalação da Província, foi criado o regulamento das escolas primárias, que previa a instrução pública para meninos e meninas, em caráter integral, com formação intelectual que abrangia as áreas das letras, moral e cívica, religião, dança, música, educação física, matemática e ciências naturais e destacava ainda a introdução de prendas para as classes femininas. Quanto aos professores, previa que só poderiam ensinar em posse de licença concedida pelo Presidente da Província, mediante preparação e aprovação em exames feitos na capital. O documento abria ainda margem para a criação de escolas particulares, que estariam sujeitas às mesmas prescrições dirigidas à educação pública.

O procedimento didático estava de acordo com o que se postulava em época: educação rígida baseada no sistema de punições e recompensa.

A educação primária seria ministrada em seis níveis, ditos classes, compreendendo o currículo descrito acima de modo evolutivo: das primeiras letras à leitura de textos complexos, do conhecimento dos números à realização dos cálculos. Ao professor era recomendada dedicação integral e para isto a estrutura física foi pensada com dependências para a moradia do mestre. As escolas também deveriam abrigar alunos internos.

No caso dos internos, previa-se a condição de pensionista, o qual poderia ser custeado pelos pais e em caso de órfãos ou expostos à indigência, caberia à Província prover suas despesas.

Aqui está estabelecida a primeira preocupação com a educação dos desvalidos no Amazonas, que por ora parece preventiva, já que neste momento o pauperismo ainda não se apresenta como um problema social para as autoridades ou como um incômodo para uma elite ainda em formação. Haja vista que o regulamento ressaltava que a escola pública deveria atender os desvalidos em caso de não haver, nas localidades, casas Pias que assim o pudessem fazer.²²²

A educação secundária estava relegada ainda à fé católica, que dispunha de um Seminário (São José) criado em 1848 e atendia, em 1853, 9 meninos, sendo 6 internos e

222 Regulamento nº 1 de 08 de Março de 1852, organiza a Instrução Primária nesta Província do Amazonas, *in*: Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, de 03 de abril de 1852.

3 externos, conforme registrou o relatório apresentado pelo 1º Vice-Presidente da Província Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda²²³. Em Falla dirigida à Assembléa Provincial, Ferreira Penna alertava que o regulamento aprovado pelo primeiro Presidente da província, Tenreiro Aranha, no ano anterior, era impraticável, pois tornava o orçamento da instrução primária muito alto em relação à disponibilidade de erário da Província. Das onze escolas criadas, apenas uma era destinada a meninas, localizada na capital. A falta de recursos impedia o desenvolvimento do educando e a pobreza foi tratada como fator significativo para que vários jovens estivessem fora dos bancos escolares.²²⁴

Alguns sintomas que persistem ainda hoje na dinâmica da instrução pública brasileira podem ser percebidos na crítica que lemos neste relatório: um orçamento muito abaixo daquilo que requer uma educação de qualidade, a precária formação do professor e salários que, segundo as palavras de Ferreira Penna, “*quando ninguém desconhece que não poderá bastar para a subsistência d'aquelles que se dedicarem assiduamente ao magistério.*”²²⁵

Perseguindo a leitura de relatórios no quesito instrução pública, percebemos o tema “pobreza” delineou-se na história do Amazonas como uma preocupação latente das autoridades. Conforme os decretos foram pondo em prática o projeto educacional do Império, as entrelinhas dos textos revelam fatores que os dirigentes julgavam ser empecilhos para que ele se concretizasse. A economia familiar, em que pais e filhos constituíam-se como força de trabalho para uma produção baseada na subsistência e em trocas de víveres e utensílios com outras unidades familiares, baseada numa divisão de trabalho determinada pelo sexo e idade, típica de um processo de adaptação ao meio em que os caboclos se acostumaram a viver, passou a ser visualizada como pobreza e sinal de atraso cultural. Para os dirigentes, o fato de as crianças acompanharem seus pais na coleta de frutos da floresta, na pesca, na feitura da farinha e no cuidado com crianças pequenas era considerado como falta de recursos das famílias do interior. Obviamente que o parâmetro utilizado para classificar a pobreza já estava pautado na economia de acumulação e de aquisição de bens supérfluos. Os investimentos da Diretoria de

223 Relatório do 1º Vice-Presidente da Província do Amazonas, Manoel Gomes Corrêa de Miranda, de 1853.

224 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna, de 1º de outubro de 1853, p. 34.

225 Idem, p. 40

Instrução Pública esvaíam-se a medida que os ciclos da floresta esvaziavam os bancos escolares. Nas cheias, a dificuldade de transpor léguas de terras inundadas impedia as crianças de chegar às escolas localizadas em vilarejos distantes das casas flutuantes; nas vazantes, a pesca e a coleta, assim como o plantio de mandioca eram mais significativos do que os livros e manuais escolares comprados pela Província. Neste ponto, cabe refletirmos se esta necessidade material apontada pelos dirigentes da Província na verdade consistiria numa recusa cultural dos novos valores impostos, uma vez que já foi dito que as populações do interior, antes do fomento provocado pelo surgimento dos seringais, seguia o ritmo das sociedades coletivistas e de produção familiar. É preciso que avaliemos constantemente aquilo que os representantes públicos julgam ser carência, necessidade material e pobreza, relativizando os referenciais utilizados na elaboração do discurso. A educação formal, como um valor social, pertence ao universo moderno, liberal e não fazia parte do sistema de crenças das populações interioranas do Amazonas, até a instalação da Província. Mesmo nas Missões católicas, em especial as jesuítas, o modo coletivista da produção, era mantido em suas estruturas mínimas, estabelecendo deste modo formas de diálogo com as comunidades indígenas.

Nas comunidades agrícolas não era diferente. Pequenos proprietários, alguns migrantes do nordeste também viviam da produção familiar, típica da cultura de sua região. Nestas comunidades, a necessidade de braços para plantar, colher e manter as plantações em condição de colheita, o que era muito difícil na região amazônica, consumia todo o tempo da comunidade. Já na capital, a escassez de alimentos na praça, tornava a vida especialmente cara e os pequenos serviços eram realizados por crianças e adultos, em troca muito mais de “agrados” que de remuneração. Não obstante, as crianças desvalidas eram na maioria das vezes “adotadas” por tutores que na verdade as criava num regime de trabalho forçado e pouco se interessavam em levá-las à escola, fato amplamente tratado na pesquisa de Alba Barbosa Pessoa:

Em relação à cidade de Manaus, a pesquisa nos revelou a existência de documentos do Juízo dos Órfãos datados a partir de 1839. Tais documentos demonstram que, assim como em outras cidades do país, essa instituição exercia inúmeras intermediações envolvendo família e trabalho. Pelo Juízo dos Órfãos passavam pedidos de emancipação, partilhas de heranças, licença para casamento, tutelas, soldadas e outros mais. No entanto, a significativa quantidade de processos relacionados a tutelas revela que a maior atuação desse juizado estava relacionada às famílias pobres, o que indica o quanto essa

instituição interferiu na vida dessas pessoas.²²⁶

Nos jornais locais encontram-se inúmeros anúncios que relatam fugas e maus tratos a menores trabalhadores, assim como anúncios que dão preferência à contratação de menores para trabalhos domésticos, indicando o largo uso da criança na rotina de trabalho. Alba Pessoa Barbosa apresenta esses dados, demonstrando que a arregimentação de trabalhadores se dava por meio de promessa de cuidados e estudos por parte de tutores que reivindicavam a guarda de crianças órfãs ou cujas famílias não pudessem sustentar. Entretanto, essas crianças eram submetidas a duras tarefas diárias e maus-tratos recorrentes.

No intuito de dar conta dessa classe desfavorecida que se avolumava ao longo dos anos provinciais, o projeto educacional visualizou seus frutos com a criação, em 1856, da Casa dos Educandos, com a finalidade de atender meninos desvalidos, especialmente os indígenas, os quais seriam levados a conhecer os princípios da civilização. O Instituto foi instalado em 25 de março de 1858, abrigando 15 meninos. Destes internos, apenas 3 eram oriundos de tribos da região. Funcionou como precursor das Artes e Ofícios, contando com 3 cursos: marcenaria, carpintaria e torneiro (ferreiro). Compunha o núcleo das intenções da criação deste estabelecimento o ensino das artes agrícolas, privilegiando a prática em detrimento da teoria, a fim de que se pudesse empreender a agricultura na região.²²⁷ Já no primeiro mês de seu funcionamento, registrou-se a fuga de Gabriel Rodrigues, citada em nossa introdução. Este fator foi um contínuo durante todo o período em que a Casa funcionou como Internato. Dos 16 internos que compunham o rol dos primeiros matriculados, 14 adoeceram já no segundo mês de seu funcionamento. Esses incidentes talvez estivessem relacionados à severa rotina, ainda contrária aos modos e costumes locais²²⁸, que foi implantada: as tarefas eram distribuídas entre segunda e sábado, sendo que aos domingos cabia aos internos o asseio da casa e rever as lições escolares, além de aprendizado militar. Ao longo da semana, cabia uma disciplinada conduta religiosa de observar orações e a doutrina da igreja, além de serviços agrícolas que se destinavam ao aprendizado, a manutenção e à subsistência do estabelecimento. Por outro lado, a alimentação restringia-se a três

226 BARBOSA, op. cit., p. 68.

227 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Francisco José Furtado, de 7 de setembro de 1858, p. 14.

228 Cf. PINHEIRO, pp.37-38; RIZZINI, pp.243-45; PESSOA, Alba Barbosa, pp. 37-39 e ALVES, Márcia Eliane. **Educação, Trabalho e Dominação: Casa dos Educandos Artífices (1858-1877)**. Amazônia em Cadernos, n.º 2/3, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1993-4, p. 91-105.

refeições diárias, sendo apenas uma (o jantar servido no que hoje entenderíamos como almoço) composta de arroz, carne, farinha, temperos e frutas. As demais, chamadas almoço (café matutino) e ceia, restringiam-se a ofertar uma unidade de pão para cada educando, açúcar e café²²⁹.

No relatório de 1859 foi registrada a idéia de um certo temor que as famílias tinham de matricular seus filhos no Educandário, sem que se explique o por quê, o que acabou por nos inclinar a crer que o rigor da instituição causava repúdio à população local. Em 1860, acresce-se do currículo a oficina de livreiro e alfaiate e percebe-se a admissão de alunos externos, ampliando a atuação do estabelecimento.

Em paralelo, a situação da instrução pública no estado era considerada calamitosa:

Este importantíssimo ramo do serviço público está em deplorável estado.

Vinte e tres escolas de ensino primário, em geral mal providas; um Director, que é ao mesmo tempo secretário; nenhuma lei ou Regulamento que determine o methodo de ensino, as obrigações dos professores, suas habilitações, sem inspecção; falta de medidas, que obriguem os paes e tutores á mandarem seus filhos e tutelados á escola; nenhuns socorros aos meninos indigentes, além de compendios, papel, pennas e tinta; eis o que há sobre a instrucção primária! foram creadas.²³⁰

A fala resume a reclamação mais reticente dos últimos seis anos. No caso específico do professor, recaía sobre ele o peso da irresponsabilidade quanto ao cumprimento de seus compromissos, fator que se julgava decorrente da condição vitalícia de seu cargo. O presidente da Província vociferava quanto à ineficiência das sucessivas leis que geriam a instrução pública e que não faziam mais do que criar cadeiras e fixar honorários, sem que se preocupasse com a questão dos indigentes e da formação de professores. Já no relatório do Diretor de Instrução Pública, Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, três causas eficientes para o fracasso da educação foram apontadas: 1) a pobreza; 2) as longas distâncias que tinham que ser percorridas para chegar às casas de ensino; e 3) a falta de interesse dos pais e tutores pela educação de seus tutelados. Este último fator foi considerado um mal da cultura que só poderia ser sanado com a instituição da obrigatoriedade do ensino primário²³¹. Nenhuma

229 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Francisco José Furtado, de 7 de setembro de 1858, anexo G, docs. 1-5.

230 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Francisco Jose Furtado, de 7 de setembro de 1858, p. 11.

231 Idem, relatório sobre a Instrução Pública, anexo f, p. 2.

referência porém foi feita à questão do emprego dos menores tutelados em trabalhos domésticos e maus tratos, pois ao que parece, os pais pobres e mestiços sofriam dos vícios da cultura nativa, enquanto que os tutores eram vistos como pessoas boas, que assumiam o cuidado de órfãos para minimizar seu sofrimento.

Com relação aos professores, a ausência de pessoas formadas e a nomeação interina, que ocorria frequentemente por conta da impossibilidade de realizar concursos públicos, uma vez que alguma das vezes sequer um único candidato se apresentava, tornava o exercício do magistério uma falácia permeada por troca de favores entre indivíduos pertencentes às classes dominantes das localidades. Um trecho do discurso, já citado, feito pelo Diretor de Instrução Pública de 1870, indica que esta prática foi um dos entraves da regularização do ensino primário no Amazonas:

O patronato tem sido causa de que algumas vezes, por empenhos, por uma simples carta de recomendação, ou por obséquio político, tenham alguns presidentes admitido no professorado pessoas sem as necessárias habilitações, que elles mesmos, ou seus sucessores se virão depois obrigados a demittir.²³²

M^a Luiza Ugarte Pinheiro refere-se ao mesmo problema quando trata do ensino das primeiras letras no Amazonas. A autora problematiza a implantação do ensino primário na região a partir de dois problemas que privilegiamos na leitura: o estranhamento das populações locais aos ditames da educação e a arbitrariedade empregada na nomeação de professores.²³³ Segundo sua pesquisa, as populações locais sequer falavam o português, sendo a língua franca da Província o nheengatu, disseminado pelas missões jesuítas, o que tornava quase impossível a frequência da população local às escolas. Quanto aos professores, até mesmo indivíduos que sequer sabiam ler foram admitidos por autoridades locais para exercer o professorado.

Já os Presidentes da Província atribuíam ao fracasso da educação o seguinte diagnóstico: a falta de instrumentos de controle tanto dos professores quanto dos alunos e a necessidade de um estudo aprofundado, “científico”, sobre a questão. No primeiro caso, a deficiência é um fato, já que não havia regulamentos internos que espelhassem uma homogeneidade na aplicação da didática, da disciplina dos alunos e da conduta do professor. Já o segundo aparece como algo intangível que funciona de modo retórico para justificar a inexistência de ações que pudessem modificar a situação caótica que se repetia durante anos a fio.

232 Jornal Amazonas, anno IV, nº 211, de 29 de Janeiro de 1870, p. 3

233 Cf. PINHEIRO, op. cit.

Em 1859, a vista da criação da Casa dos Educandos Artífices, surgia a Casa das Educandas, com a finalidade de abrigar as meninas desvalidas da Província. Este empreendimento seria levado a cabo e iniciou suas atividades com 5 meninas abrigadas e precariedade de instalações e funcionários.

Os poucos recursos destinados aos desvalidos eram minuciosamente discriminados nos relatórios provinciais, demonstrando uma preocupação constante com o acompanhamento do rendimento escolar dos atendidos e com a despesa empregada. Nota-se que é um investimento produzido a duras custas pelo Estado, face ao erário deficiente para ele destinado. E, como todo investimento que corresponde a um modelo liberal, deveria produzir dividendos, no caso, medido pelo alcance dos educandos.

Em 1864, o relatório apresentado à Assembléia Provincial indicou-nos de modo bastante interessante algumas decisões tomadas acerca da Instrução pública, uma vez que as condições especiais da população da Província justificavam a atitude do Presidente, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de não adotar a obrigatoriedade do ensino e a uniformidade didática, como haviam recomendado alguns de seus antecessores, pois

O seu **viver é a caça e a pesca**, a procura da salsa e da castanha, e o fabrico da manteiga – o princípio do *primi capientis* é o que entendem por **propriedade**: no mais, estimam-na em tão pouco, que do mesmo modo que podem quebrar um pote de manteiga, lançam fogo a palhoça por qualquer ligeira circunstancia. Que lhes morra uma tartaruga ou que se lhes incendeiem a casa, **são cousas que bem pouco os affectam**. A canoa, sim, essa é sua verdadeira propriedade: móvel como ella, o índio continua seu viver instável, errante imprevidente, accomoda-se dentro d'ella, com a mulher e filhos, vão as praias, e assim vivem muitos mezes do anno, **dando aos filhos a educação que tiveram e não comprehendendo que careçam de mais nada. Dizer a um destes que mande seus filhos à escola, que não os tire d'alli antes de aptos, é ordenar-lhes que mude radicalmente a sua norma de vida**. É pois claro que se pretende chegar a um resultado sem remover as causas que actuam em sentido contrário. Percam primeiro estes **hábitos de vida errante**, comprehendam bem primeiro que mais lhes rende plantar e cultivar gêneros que hoje vão buscar no mato ... - então será ocasião de lhes dizer que mandem os filhos a escola ...²³⁴

Leiamos as contraposições presentes neste desabafo. Conforme indicou Nasthya Cristina Garcia Pereira²³⁵ em seu trabalho já mencionado, um testemunho voluntário pode revelar em suas entrelinhas percepções inconscientes. Nosso distinto locutor aqui se deixa flagrar num momento de sutileza em que percebe claramente a diferença de

234 Relatório Presidente da Província do Amazonas, Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de 1º de outubro de 1864, p. 20.

235 PEREIRA, op. cit., p. 15.

valores existentes entre os representantes do mundo moderno e do universo amazense. Grifamos no texto extraído da fonte trechos que revelam o conflito entre duas culturas: uma que quer se manter e outra que quer dominar. Primeiramente a expressão latina *Primus Cipientis* opõe-se a noção de propriedade, entendida aqui, sem maiores prejuízos, como privada. Ou seja, a fala do presidente indica que o caboclo não concebia a propriedade privada, ou antes não a valorizava como um bem imóvel, que guarda valor intrínseco, mas como o lugar que ocupa. Sua noção de valor estaria assentada aquilo que a floresta lhe proporcionava. A terra era ocupada temporariamente, enquanto lhe oferecia frutos. Uma vez encerrada a estação propícia, seguia adiante, obedecendo aos ciclos fluviais que determinavam a sua morada, ora na margem, ora na terra firme. Não valorizava a marcação limítrofe, pois estava integrado aos ritmos dos rios. Seu bem próprio era a canoa, feita com suas próprias mãos e sem a qual, essa sim, não poderia sobreviver. É o rio o referencial do homem da floresta e não a terra, até porque a terra é encoberta pelo rio periodicamente. Aqui o leitor deve se exigir um exercício antropológico, em que seja capaz de ultrapassar o estranhamento para fazer a leitura do homem do rio, pelo que poderíamos fazer um tratado sobre a relação entre o rio e as populações amazenses, iniciando-se pelas lendas tribais chegando às comparações do rio com as estradas. Numa leitura às avessas, o caboclo diria ao chegar à cidade “as estradas são os rios da cidade”, ao contrário do que se ouve dizer normalmente dizer: “os rios são as estradas da floresta!”. O deslocamento dos referenciais de valores é essencial para que compreendamos a dialética entre processo civilizatório e a resistência amazônica. O segundo ponto diz respeito à concepção de educação, cuja tradição local era baseada na oralidade e no aprendizado das coisas essenciais da vida: a caça, a pesca, os caminhos da terra e do rio, o cultivo da mandioca. Nosso narrador compreendeu que não conseguiria nada com seu projeto educacional, sem que uma decisão radical fosse tomada: extirpar seus hábitos, seu viver concebido como errante. Estas concepções primeiras, mais originárias da condição humana, causavam horror ao pensamento liberal, mesmo este truncado que vimos no Brasil. Aqui está em jogo o princípio mais caro ao liberalismo: a propriedade privada. Tudo aquilo que ameaça este princípio, deveria ser convertido em erro, engano, e toda a sorte de malefícios que a humanidade deve abandonar.

Não fomos capazes de determinar se o modo de vida descrito pelo relator acima é restrito ao indígena ou se refere ao caboclo, mestiço, que habitava as margens do rio e

as periferias da capital, pois na visão dos governantes, em sua maioria originários de outras Províncias, assim como ainda hoje persiste no imaginário, o habitante do Amazonas é considerado índio. Como o texto se refere à instrução pública, compreendemos que se trata do caboclo, uma vez que aos indígenas propriamente ditos destinava-se a missão de catequese, sob a responsabilidade da Diretoria de Índios, que persistia nos recônditos da Província.

A situação da Instrução Pública correria de mal a pior durante os anos seguintes, embora houvesse um aumento no número de escolas, a média dos alunos que as frequentavam era variável e poucos concluíam os exames que os habilitariam a titulação do ensino primário²³⁶. Em 1869 um regulamento extenso, que previa uma série de punições a professores descomprometidos, passou a vigorar e os salários dos professores foram equiparados, havendo isonomia entre o sexo feminino e masculino, prestadores de serviço do interior e da capital.

O ensino secundário ficou relegado ao Seminário com seu número diminuto de alunos, até a criação do Liceu da capital em 1868, passando a formação dos jovens para a responsabilidade da Província, que tinha a pretensão de ali estabelecer o curso normal para preparar professores para a escola pública. Entretanto, este fito se mostrou ineficiente, uma vez que o número de alunos matriculados era diminuto e o tempo de formação demorado para a urgência da Província²³⁷. De outra feita, aqueles que tinham acesso ao Liceu pertenciam às camadas mais abastadas da capital e tinham interesse em seguir para outras Províncias em busca do curso superior. Mais tarde, as cadeiras do Liceu seriam reformuladas a fim de atender esta demanda e o governo providenciaria a ajuda de custo para que estes rebentos completassem sua formação na Europa, na capital federal ou em outras províncias que dispusessem do curso superior.

Queremos enfatizar aqui a discrepância, ou melhor, o contraste entre a educação destinada aos segmentos nativos e destituídos de posses e aquela destinada aos *distintos* jovens da capital. Aos residentes da “Casa dos Educandos” uma educação voltada para a formação de mão de obra para trabalhos braçais; já para os frequentadores do Liceu reservavam-se atividades intelectuais. Lembremos que o modo como a sociedade brasileira foi constituído estabeleceu uma hierarquia entre as formas de trabalho que

236 Cf. PINHEIRO, op.cit., p. 34.

237 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, de 25 de março de 1873, p. 10.

favorece a idéia de que os trabalhadores braçais devem estar subordinados aos intelectuais. No caso específico do Liceu, primeiramente aplicou-se a noção de utilidade referida no início de nossa argumentação, procurando preparar estes jovens para o exercício do magistério; entretanto, o apelo à formação de carreiras mais úteis a si mesmos, levou o governo a subsidiar o alcance destes interesses. Aos desvalidos dava-se meios para que eles produzissem o que o estado queria que realizassem... aos *distintos*, o Estado fornecia os meios de realizar seus próprios interesses. Neste último caso, vale salientar que o projeto educacional fornecia os meios para que certas famílias se perpetuassem no poder e mantivessem o círculo de privilégios que lhes favorecia. Dentre as famílias que se beneficiaram com a política educacional podemos citar pelo menos duas: os Bittencourt e os Nery. Ambas de grande influência nos anos finais do Império e iniciais da República forneceram ao estado do Amazonas três dos seus governadores: Silvério José Nery (1900-1904), Constantino Nery (1904-1908) e Antonio Clemente Bittencourt (1908-1912). A trajetória desses governantes iniciou-se no Liceu, na condição de alunos e depois de formados, retornaram à capital Manaus, onde exerceram diversos cargos públicos até alçarem o governo do estado. Em especial, a família Bittencourt legou à região diversos administradores públicos ligados às instituições filantrópicas, além do governador citado. Francisco Públio Ribeiro Bittencourt e Major Lázaro Bittencourt figuraram respectivamente como Provedor e Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, tendo o primeiro ascendido a Secretário dos Negócios do Interior em 1900. Francisco Públio Ribeiro Bittencourt ocupou ainda a cadeira de Provedor da mesma instituição em 1889 e figurou como sócio benemérito em diversas entidades filantrópicas, como a Associação Protetora do Asilo de Mendicidade em 1910, fundada por Agnello Bittencourt. Já a família Nery, desde a chegada de seu patriarca, que incorporou as comissões sanitárias formadas para controle de epidemias, teve o nome de seus filhos nas listas do Liceu, os quais ocuparam cargos nas mesmas comissões, em secretarias públicas e ainda agraciados com títulos, como o Barão de Santa'anna Nery, radicado no estado do Pará.

Vejamos um exemplo do contraste entre o tratamento dado aos alunos da Casa dos Educandos e aos do Liceu nas matérias publicadas pelo Jornal Amazonas, quando da cerimônia de premiação dos alunos que mais se destacaram no ano letivo de 1870, na qual são protagonistas alguns membros da família Bittencourt. Pedimos licença aos leitores para romper um momento com as regras de citação acadêmica para que se possa

comparar visualmente as diferenças:

Estabelecimento dos Educandos – no dia 1º deste mês teve **ali lugar** a sessão ... da distribuição de prêmios aos educandos que os merecerão, dentre os aprovados no curso primário.

Singelamente decorada a sala, ..., reunidas nella as autoridades da província e cerca de 30 espectadores, forão os trabalhos da sessão abertos pelo sr. director d'instrução pública com um discurso analogo, na conformidade do regulamento respectivo. ...

S. exc. antes de encerrar a sessão fez um retrospecto do estado de instrução publica primária, justificando o acto que se praticava, como a pedra fundamental em que deverá firmar-se o futuro progresso do util estabelecimento dos educandos. Fez s. exc. saliente a decadência da maior parte das povoações desta província, e atribuiu-a a falta do ensino primário; porque sem essa base, nenhum homem poderá dizer, que é livre como é um cidadão que conhece seus deveres e seus direitos. Lamento a falta de homens no interior da provincia para servirem cargos públicos ...

Depois disto, o Sr. Director do estabelecimento convidou s. ex. E todas as pessoas que ali se achavão para **um bem servido copo d'água**, durante o qual se fizeram muitos brindes. ...

Distribuição de premios – no dia 6 do corrente, no **paço da assembléa provincial**, teve lugar a sessão solemne da distribuição de premios dos alumnos do lyceu, que mais se distinguiram nos estudos.

- Aberta a sessão com um discurso proferido pelo director de instrução pública, passou s. ex. o presidente da província á chamar os premiados ...

Em um desses actos, **s. exc. produziu geral emoção convidando os srs. major Gabriel, e Baptista Bitencourt para assistirem junto á mesa, ao acto da entrega do premio ao alumno Lauro B. Bitencourt, neto do primeiro e filho legítimo do segundo.**

Os srs. dr. Sergio Ferreria e Coutinho lerão discursos análogos ao acto, e o Sr. Rodrigues de Souza, decano dos lentes do lyceu, leu o discurso que, por designação do **sr director de instrução pública, lhe tocou fazer sobre um ponto de literatura.**

...
Encerrado o acto por um abraço, que s. ex. deu aos premiandos, foi servido um **laudo almoço.**

...
Durante todo o festim, que esteve muito concorrido, reinou a maior ordem.²³⁸

Considerando que a diferença de grau entre os dois estabelecimentos, sendo o educandário destinado ao ensino primário e o Liceu ao ensino secundário; o que *per si* já tornam distintas as solenidades, destacamos alguns trechos que apontam para uma diferença que vai além da titulação dos formandos. Primeiramente, destacamos o lugar em que as solenidades foram realizadas: enquanto que os educandos foram premiados no próprio estabelecimento modestamente decorado, os formandos do Liceu eram recebidos no Paço da Assembléia Provincial. Segundo, sua excelência, o presidente da Província promoveu momentos muito diferenciados em suas falas e gestos: na Casa dos Educandos, tornou o ambiente pesado e reflexivo, aludindo ao papel da educação na construção do Amazonas e as dificuldades de empreender tal feito; já no Liceu, promoveu um momento comovente ao juntar três gerações da família Bittencourt no ato de premiação de seu pupilo legítimo. É interessante notar a diferença de postura em

238 Jornal Amazonas, anno IV, nº 208, p. 2, de 9 de Janeiro de 1870 (grifos nossos).

relação à educação pública e seus públicos específicos... aos que recebem a “caridade” do Estado, declinam-se palavras que representam o fardo que o governante carrega na sua missão de instruir um povo que parece não querer ser civilizado; para os pupilos da sociedade, apenas um gesto cria uma cena admirável, diante da qual todos reconhecem-se no mais alto grau de distinção. Vale lembrar quanto ao “auto” da família Bittencourt, o reforço da idéia de manutenção de privilégios que se perpetua, perpassado de geração a geração. Segue-se ainda uma reflexão sobre o culto tema da literatura, indicando o grau de sofisticação intelectual dos assistentes.

Por fim, e não menos gritante: aos educandos um copo d'água; aos alunos do Liceu, um laudo almoço oferecido pelo sr. Diretor de Instrução Pública. Será que nem no dia de sua formatura os meninos do educandário mereciam algo mais do que seu pão com café habituais? Não bastasse a infeliz referência que o redator do jornal fez ao copo com água servido ao fim da cerimônia, ele ainda termina a matéria dizendo que os alunos da Casa de Educandos têm muito a agradecer ao Ex. Sr. Presidente da Província, Wilken de Matos *“por mais este acto de interesse e protecção que pratica em favor do mesmo estabelecimento.”*²³⁹

Ao terminar de ler as duas matérias, subsequentes na mesma página do jornal supra-citado, nos perguntamos o que teria querido dizer o redator com esta frase final. Sua descrição dos fatos nos levou a pensar que as diferenças encontradas na narrativa refletem a forma de conceber a sociedade por parte de seus governantes e dos segmentos a eles ligados. É certo que o Jornal Amazonas era um veículo utilizado pelo governo provincial para tornar públicas suas ações, reproduzindo relatórios e expedientes dos gabinetes e repartições, portanto, apresentava um discurso próximo das inclinações do governo provincial, em especial ao de Wilkens de Matos, o qual é constantemente citado e elogiado durante o tempo em que esteve na presidência da Província. A classe dirigente via a população nativa e despojada de bens como um peso e qualquer atitude promovida pelo Estado era entendida como um sacrifício pessoal do governante e aqueles sobre quem recaía o beneplácito deveriam reconhecer com gratidão o que lhes era proporcionado. O discurso revela que a ação filantrópica ainda era impregnada pelo pensamento pietista herdado da tradição católica: os pobres eram coitados a quem se destinavam migalhas, sobras... os ricos, quando caridosos, santificavam-se através de seus donativos, que poderiam ser qualquer coisa, desde

239 Idem.

esmolas até palavras de consolo.

Não temos relatos dos próprios educandos para saber o que eles mesmos pensavam sobre isso, mas sabemos por notícias de jornais que muitos não queriam que as graças do estado recaíssem sobre suas cabeças, uma vez que era sabido pelos habitantes da cidade que junto com o “acolhimento”, vinha o trabalho excessivo, os castigos, as rezas e a clausura de domingo a domingo. Já relatamos que a população local via com maus olhos o educandário e as fugas eram constantes, o que é um indicador de rejeição e resistência aos projetos civilizatórios.

A década de 70 promoveu a implementação, na capital, de escolas noturnas, para atender aqueles que trabalhavam e não podiam estudar durante o dia. Duas escolas passaram a funcionar em 1872. Em ressalva no relatório do mesmo ano, demonstrou-se a preocupação de atender a meninos cegos, surdos e mudos, os quais deveriam ser enviados para os institutos imperiais criados no Rio de Janeiro mediante pagamento de pensão e jóia fixados por lei.

Em 1880, numa tentativa de resolver os problemas de evasão e custo de instalação das escolas, surgia a escola mista. Mas a reforma da educação não era tão imbuída de valores nobres como parece. A bem da verdade, cortes foram feitos e contradições entre o discurso encontrado nos relatórios e as práticas descritas revelam uma outra história. Em meio à briga entre liberais e conservadores, o empenho que os políticos tinham em denunciar uns as falhas dos outros, dá-nos acesso a uma realidade controversa. O Jornal do Amazonas, que carrega como subtítulo: órgão do partido Conservador, publicou uma matéria em 17 de junho de 1880 que apontava para as discrepâncias entre intenções e decisões:

A Assembléia Provincial no artigo 5º instrução pública, revelou o interesse que toma pela instrução pública, não só não promovendo seu desenvolvimento, mas dando-lhe um golpe profundo.

Suprimiu a verba de 1:800\$ para gratificar mestres, que no seminário ensinavam não só pensionistas da província como os pensionistas particulares.

Diminuiu as gratificações do reitor e vice-reitor

Proibiu o preenchimento das vagas de pobres que se derem no seminário, com o fim de extinguir este pio estabelecimento de educação e instrução. Suprimiu as subvenções aos estudantes Antonio Gomes Correa de Miranda, Quintino de Sá Cardozo, João Coelho de Miranda, Augusto Fabrício de Mattos, João Anta de Magalhães Castro e Francisco por Deus das Chagas e Mello. E revogam a lei que concedem subvenção a outros estudantes.

Entretanto, para pagar serviços, manteve subvenção de 1:200\$ a um

estudante para continuar a residir na Europa, onde há 6 annos estuda pintura!²⁴⁰

Considerando que o presente artigo pudesse não passar de uma briga de comadres e que usou do corte da vaga aos pobres (sem nomes) no seminário para reivindicar a injustiça para com alguns alunos subvencionados (com sobrenomes), podemos utilizar a matéria para reforçar a idéia de tratamentos diferenciados a segmentos distintos, uma vez que os interesses particulares se sobrepujam as “melhores intenções” públicas. O custo do tal estudante de artes mencionado correspondia a dois terços do corte feito no orçamento do Seminário, revelando que as decisões parlamentares estavam deveras comprometidas com suas redes de favores, muito mais do que com seu falacioso projeto civilizador.

Em 1883, foram nomeados 19 professores que atendiam ao regulamento²⁴¹, ou seja, portadores de habilitação e examinados por uma comissão na capital. Foi criada a caixa econômica escolar que deveria ser provida através de doações, como uma forma de aumentar a verba destinada a educação. Na visão otimista do Presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá, a instrução pública, em meio a contratempos, ganhava espaço na Província e, com base nesta hipótese, defendia o aumento de verbas públicas para a educação junto à Assembléa. Ele supunha que a população apoiava o ideário civilizatório e se vangloriava da adesão imediata ao projeto de arrecadar fundos para incrementar a instrução pública. Mas não é a população local que acede às investidas, mas a comunidade migrante.

Manãos, 15 de agosto de 1883. - Ilmo. E Excmo. Sr. - Os paraenses, residentes nesta capital, desejando somnelisar o dia de hoje, anniversário da adhesão da sua província natal á independencia do Império, assentaram em cotisar-se para, com o resultado, dar-se principio a uma obra meritória. E entre muitas, que foram lembradas, acceitaram de preferênciã a da instituição nesta província das Caixas Econômicas Escolares.

Certos de que o amor à Pátria mais se apura e mais se exalta com o desenvolvimento moral do cidadão, e com a austeridade dos costumes, quizeram empregar a bem desses nobres sentimentos os efeitos legítimos do entusiasmo que só elle sabe despertar ao coração do homem pela terra do seu nascimento. Feita cotisação, o resultado atingido foi de quatro centos mil réis. Deve elle ser repartido pelas escolas públicas, particulares e colégios da capital proporcionalmente ao número de alumnas órphãs e ingenuas, pobres, que em cada um d'aquelles estabelecimentos existirem na occasião da partilha.²⁴²

240 Jornal do Amazonas, anno VI, de 17 de junho de 1880, n° 468, p. 1.

241 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, de 16 de fevereiro de 1884, p. 14.

242 Idem, p. 16.

O pensamento liberal que se estruturava na política local entendia que atrair iniciativas privadas para o investimento na educação era uma via de solução para os problemas que a Província enfrentava e procurou cooptar aqueles que já haviam absorvido os ideais liberais como uma prática. Lembremos que a esta altura já decorreram 30 anos de investida civilizatória sobre a região e, particularmente na capital, que começa a sobrepular com o comércio da borracha, os costumes já estão mudados. O entusiasmo durou pouco. No ano de 1885, o relatório referente ao ano anterior retomou o discurso do insucesso da empreitada e cortaram-se as verbas para a instalação de mobílias e compra de livros para o interior. Mais uma vez encontramos referências às questões da cultura local. Nesse ponto, vale dizer que se a capital já começava a aderir aos novos modelos comportamentais, o interior permanecia resistente. Vale lembrar que os migrantes que adentraram na capital vinham de experiências modernas vividas em outras regiões do país ou estrangeiras e começavam a compor uma classe intermediária nas relações de produção, incrementando o comércio local e a circulação de mercadorias entre a capital e o interior. Como observava June Hahner²⁴³, já citada no capítulo anterior, os setores médios que se formaram com a estrutura liberal procuravam manter relações estreitas com as autoridades e com o setor privilegiado da sociedade e as associações de certos segmentos que começam a surgir neste período cumprem este papel.

No interstício das discussões sobre a Instrução Pública, os Educandários, de meninos e meninas, sofreram vários cortes de despesa em função da alegação de má condição das finanças da Província entre os anos 60 e 70²⁴⁴. Dentro de certos limites, a Casa dos Educandos Artífices recebia maior atenção e continuava a ampliar as matrículas e o quadro das oficinas. Em 1865 passou a receber alunos externos e teve o seu regime interno flexibilizado, a fim de aumentar o número de aulas e reduzir os custos com pessoal. No ano seguinte, o Presidente solicitou que o número de vagas fosse elevado a cem e que os professores fossem melhor remunerados, bem como o instituto aparelhado para que pudesse dar bons frutos, fato que não se concretizou de imediato. A especificidade da Casa dos Educandos estava na sua capacidade de auferir rendas para a instituição, já que as oficinas e a banda de música prestavam serviços a terceiros mediante pagamento. De certa forma, isso passou a representar uma razão

243 HAHNER, op. cit.

244 Cf. RIZZINI, op. cit.

para crer no sucesso da instituição. Em 1869 as oficinas já rendiam 10:009\$532 e Wilkens de Mattos, Presidente de então, anunciou em seu relatório que em breve o estabelecimento se auto proveria, já que estimava que a receita das oficinas chegaria a cerca de 18:989\$000 e a despesa seria estimada em 38:297\$000²⁴⁵; ou seja, o trabalho dos educandos já seria capaz de custear quase a metade dos gastos previstos. Vale lembrar que esta estimativa nunca foi atingida. Nos jornais de época, encontramos diversas matérias sobre o fato de o estabelecimento não receber regularmente pelos serviços oferecidos. Muitos funcionários públicos encomendavam obras de carpintaria, tanto para si mesmo quanto para as repartições que administravam e se demoravam ou não ressarciam a instituição.

Já a Casa das Educandas desapareceu dos relatórios em 1863, mas em 69 foi fundado o Asilo Nossa Senhora da Conceição que atendia meninas desvalidas e órfãs. Embora a ênfase recaísse sobre a origem indígena, poucas eram as abrigadas que tinham esta ascendência, sendo as internas oriundas dos setores empobrecidos da cidade. Várias referências aos baixos salários dos funcionários públicos, que podem ser entendidos como classes ligadas aos setores privilegiados, levavam seus filhos à pobreza quando acometidos de morte precoce. Essa preocupação é mencionada oficialmente no relatório de 1886, quando se valoriza a criação do Asylo Orphanológico Elisa Souto, para atender a essa classe de órfãs. O Asilo N. Sra. da Conceição também receberia alunas externas para frequentar o ensino primário. A finalidade da instituição era preparar as meninas dentro do modelo ideal de mulher que se pretendia para a sociedade amazonense: boa mãe, capaz de repassar a sua prole os valores da cristandade e da civilização. Em 76, outro educandário para meninas desvalidas foi fundado, com a capacidade para atender vinte internas subvencionadas, porém só durou quatro meses e um prejuízo de 18:000\$000. Um ano depois a Casa dos Educandos Artífices foi fechada

Em 1886 o governo realizou drásticos cortes na Instrução Pública, extinguindo escolas no interior, interrompendo a nomeação de professores, suprimindo cargos, impedindo a compra de livros e utensílios para as escolas e estabelecimentos dedicados aos desvalidos. Isto contrariava todo o discurso otimista de dois anos antes, por nós citado. Embora haja registro de que houve melhoras nas finanças da Província, seus administradores consideraram a relação custo-resultado do investimento na educação

245 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos, de 25 de março de 1870, p. 16.

deficitários. A explicação deste empenho dá-se nos mesmos moldes já referenciados : a índole do povo. Em contrapartida, no mesmo discurso que justifica o corte na verba destinada às populações apartadas do sistema, incentiva a construção de liceus no interior e o subsídio a escolas particulares:

Sou da opinião que, internatos de ambos os sexos, nas sedes dos municípios populosos como Manicoré, Lábrea, Teffé, Parintins e Maués, montados por particulares, e auxiliados pela província com subsídio correspondendo a um certo número de alumnos, enquanto os proventos desses estabelecimentos não derem para seu custeio, imprimiriam um grande desenvolvimento á instrução primária e secundária, pois grande é o número de meninos que existem no interior da província em estado de aprender e pagar a sua educação e ensino, sendo como é a educação tanto ou mais necessária, **porque forma o coração, infiltrando a elle nobres sentimentos, ao passo que a instrução somente desenvolve e illustra o entendimento**²⁴⁶.

O ilustre Comendador contradiz tudo que seu antecessor mostrava no discurso. Se para o primeiro era preciso deslocar as verbas destinadas à subvenção de escolas particulares para os asilos de desvalidos, para o conservador Comendador Clementino José Guimarães, a direção deveria ser justamente o contrário: incentivar as escolas particulares para aqueles que, na Província, já ocupavam posições de adesão às novas formas de produção e comportamento, pretendendo abandonar a população resistente a sua própria sorte. Segundo o que mostra Otaiza Oliveira Romanelli²⁴⁷, em sua história da educação, desde 1834, a constituição passou a permitir que cada Província criasse seus próprios dispositivos para implantar um sistema educacional, o que levou a criação de liceus na capital e colégios particulares para atender as camadas emergentes. O discurso acima citado parece estar em conformidade a estes dispositivos já aplicados nas Províncias do centro-sul.

É possível entrever também neste discurso uma crítica velada ao conceito de educação adotado na Província. Note que o autor da fala faz questão de diferenciar *educação* de *instrução*, enfatizando que é a primeira que introduz valores civilizados nas pessoas, enquanto que a segunda apenas é capaz de dar continuidade ao processo. A *instrução* pública, portanto, está fadada ao insucesso, já que não cumpre com a finalidade de modificar as formas de pensar da população local, relaciona então uma série de motivos já vistos aqui, como a distância do território, os incômodos rios e

246 Exposição do Vice-presidente da Província do Amazonas, Clementino José Pereira Guimarães, de 10 de março de 1887, p. 5.

247 ROMANELLI, op. cit., p. 40.

igarapés, a falta de fiscalização e professores, além da cultura local. Num trecho anterior, a forma como este indivíduo designa a população local para indicar os motivos da impossibilidade de educá-los é aviltante: *“devido à índole um tanto refratária, ... ao atraso, obscurantismo e isolamento em que vive a máxima parte desse povo ...”*

A questão relativa à formação dos professores só seria efetivamente pensada a partir do governo provisório de Augusto Ximeno de Velleroy que, em 1890, transformou a Escola Normal da Capital em Escola Normal Superior, com a finalidade de preparar professores para as escolas públicas, através do decreto nº 16 de 17 de janeiro de 1890.

A Constituição Federal de 1891 deixaria o ensino superior e secundário a cargo de diretrizes da união, enquanto o ensino primário ficaria a cargo dos governos locais. Para Otaiza Romanelli, a constituição republicana reforçava a dualidade da educação brasileira:

A prática, ..., acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda a nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis da capital federal, e aos estados cabia criar e controlar o ensino primário e profissional que, na época compreendia principalmente escolas normais (de ensino médio) para moças e escolas técnicas para rapazes.

Era, portanto, a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também a forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e educação do povo (escola primária e escola profissional).²⁴⁸

Com a Proclamação da República e o processo de descentralização do poder, que provia autonomia aos governos locais, o primeiro presidente eleito do estado, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, apresentou uma série de novos projetos destinados à educação. Mantendo a mesma mentalidade sobre a condição da população amazônica, em 1891 pretendia ampliar o sistema de ensino e solicitou, no seu primeiro discurso²⁴⁹ ao Congresso Amazonense, a aprovação da criação de uma instituição de ensino superior, de caráter politécnico, ficando marcada a sua data de inauguração para o ano de 1894. Mas este empreendimento ficaria adiado até 25 de março de 1910, quando foi posta em funcionamento a Escola Universitária Livre de Manaus, que iniciou suas aulas no dia 6 do mês de abril com os cursos de Ciências e Letras, Engenharia e Medicina.

248 Idem., p. 41.

249 Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, de 5 de setembro de 1891, p. 5.

A ênfase do discurso de Gregório Thaumaturgo de Azevedo estava no incentivo ao curso técnico, e incitava a valorização das carreiras práticas e de um ensino superior Politécnico, além de propor a criação da Escola de Comércio. Essas novas diretrizes foram encampadas pelo governo de Eduardo Ribeiro que promoveu a reforma na instrução pública, introduzindo princípios da disciplina militar e dando preferência ao já referido ensino técnico. Embora seus discursos sobre a educação fossem otimistas, os relatórios de Fileto Pires, seu sucessor, retomaram o discurso de lamentação já muito difundido no período imperial.

No que tange à assistência aos desvalidos, uma última linha de ação compunha-se da criação e gerenciamento de estabelecimentos de assistência aos órfãos, representados pelo Instituto Benjamin Constant e o Instituto Afonso Pena, dos quais trataremos separadamente no quarto capítulo.

Com o advento da República, o esforço para a ampliação destes estabelecimentos aumentaria e outras medidas seriam incorporadas. Uma prática adotada pelo governo do estado do Amazonas para cumprir metas de aplacar os problemas de educação para os desfavorecidos e a orfandade, foi a de subvencionar instituições particulares de ensino que, para receberem o numerário previsto, deveriam comprovar a frequência mínima de educandos no estabelecimento, variando entre 30 a 40 educandos e ainda, prover estudo, alimentação e vestimenta para duas ou três crianças comprovadamente pobres. Não é demais salientar que alguns destes Colégios eram de origem eclesiástica. Em 1901, Silverio Nery realizou uma nova reforma na instrução pública, dividindo-a em quatro níveis: escola primária, Escola Modelo, com função de preparar os alunos saídos do ensino primário para o exercício do magistério, a escola normal preparatória para o magistério do ensino secundário, e, por último, a Escola Secundária, de caráter preparatório para o ensino superior²⁵⁰. Criava o cargo de inspetor escolar, para fiscalizar o funcionamento das escolas e passou a exigir formação específica e concurso público para a admissão de professores, numa tentativa de frear os apadrinhamentos e nomeações interinas que ainda persistiam. Inaugurou uma Escola Modelo de ensino primário²⁵¹ e regularizou o fornecimento de materiais escolares através de concorrência.

250 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, 10 de julho de 1901, p. IX.

251 Mensagem e anexo do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, de 15 de Janeiro de 1901, p. 16.

Por conta de decisão do governo central, que determinou a exigência de certos conteúdos para a admissão no ensino superior, o ensino secundário teve suas disciplinas revistas para ser adaptado ao modelo do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, dando origem ao Ginásio Amazonense.

Comentando as administrações anteriores, o diretor de Instrução Pública, Joaquim Pereira Teixeira, referia-se negativamente à ação de seus antecessores alegando que a Repartição de Instrução Pública havia sido transformada num “*asylo dos necessitados, o refúgio dos parasytas officiaes.*”²⁵² Estas observações destinavam-se principalmente a rede de favores no que tinha se transformado a nomeação de professores e inspetores pelos patronatos locais. Na tentativa de sanar definitivamente o problema, os professores do interior foram convocados para realizar exames na capital, Manaus, a fim de comprovar sua habilitação. Entretanto, boa parte foi reprovada.²⁵³

Numa tentativa de atender às demandas federais, a política dirigida aos desvalidos é preterida em função da criação das escolas-modelo. Estas deveriam ser aparelhadas para exercitar o ensino intuitivo, método moderno, que pretendia substituir a educação bancária, pela indutiva, demandando a construção de laboratórios e aulas experimentais. Mas tal empreendimento se mostrou incoerente com relação às demandas específicas da província, pois as escolas-modelo não apresentaram os resultados esperados, já que as grandezas de trazer o ensino mais moderno da Europa se viu ineficaz para a realidade amazônica, além de não ser possível adquirir e manter atualizados os materiais de laboratório necessários para o desenvolvimento de seu programa de ensino. Os relatos oficiais se contradizem e encontramos ora elogios à escola-modelo, ora críticas severas, mas algo se mantém como fato recorrente: a ausência de laboratórios de química, física e história natural, fato que contrariava a metodologia moderna e a diminuição de alunos ano a ano. Em 1904, o Diretor de Instrução Pública evidenciava em seu relatório que o esvaziamento devia-se ao fato dado aos alunos das escolas, pois, destinados ao exercício do Magistério do Ensino Primário, acabavam preferindo ingressar na Escola Normal ou no Ginásio Amazonense, através dos quais podiam colher frutos melhores²⁵⁴.

252 Idem, anexo relatório de Instrução Pública, p. 85.

253 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas Silvério José Nery, de 10 de Julho de 1903, p. 8.

254 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904, p. 12.

Em 1905, Constantino Nery extingue as Escola Modelo e cria as Escolas Complementares, observando o decréscimo do número de matrículas e desvios apontados acima. O ensino primário seria composto agora de três anos a ser complementado nas referidas escolas, para aperfeiçoamento dos ensinos elementares. Mais uma reforma do ensino público começava a ser planejada e agora se instituía o ensino técnico, representado pelo Instituto Benjamin Constant e seu ensino de prendas e costura, e com a pretensão de que fosse criada uma Escola Agrícola para meninos. Essas mudanças foram ratificadas pelo decreto 892 de 19 de janeiro de 1909 que deu regulamentação à Lei nº 574 de 26 de setembro de 1908 dividia o ensino em quatro níveis: primário, normal, secundário e técnico.

Em discurso inflamado dirigido ao congresso, Constantino Nery opõe povo do Amazonas e estado, acusando o comportamento popular como um “crime lesa pátria.”²⁵⁵ Nesta mesma fala, o governador reclama a instituição da obrigatoriedade do ensino para obrigar os pais e tutores a conduzir as crianças à escola. Mesmo na capital, a educação primária fracassava e apenas 22% das crianças em idade escolar frequentavam a escola. O trabalho compulsório de menores parecia, ao governador, o empecilho maior para a efetivação do ensino. A medida que proibiu o trabalho do menor analfabeto, visava diminuir o abandono de crianças pequenas da escola, mas a fiscalização era ineficiente para fazê-la cumprir ²⁵⁶. Com o governo de Antonio Clemente Bittencourt, outro motivo é relacionado às causas do problema da educação no interior: o aspecto nômade do trabalho dos seringais e da vida do pescador. Novamente o modo de vida das populações locais e a geografia amazônica são relacionadas como um entrave para os projetos públicos.²⁵⁷

A preocupação dos representantes do Estado com a questão da Instrução Pública aponta para o fato de que uma parcela significativa da população estava subjugada pelo sistema e não tinha condições de se manter por conta própria. Ao mesmo tempo, acompanhando o aumento de preocupações e investimentos, se assim pudermos chamar a criação das casas de abrigo e os mecanismos de auxílio, podemos perceber que, consoante ao movimento migratório, e ao desenvolvimento da economia gomífera, o

255 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery, de 10 de julho de 1907, p. 20

256 Mensagem do Presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado do Amazonas, Raymundo Affonso de Carvalho, de 10 de julho de 1908, p. 25.

257 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1911, pp. 117-118.

número de dependentes da ação pública aumentou consideravelmente. Sendo assim, o Estado, ao ratificar e promover a reprodução do modelo liberal, abraçou para si o ônus de arcar com os desvios do sistema, a fim de não interferir na questão central de distribuição da riqueza, fato que consiste num dos maiores problemas referentes à existência e reprodução da pobreza, especialmente em nosso país.

Em 1915, com a crise da borracha consolidada e a perda significativa dos dividendos, a população tendia a evadir da capital e a retomar antigas práticas no interior, o que provocou grande êxodo escolar.

3.4 AS MEDIDAS SANITÁRIAS

Quando falamos de sanitarismo no século XIX, duas linhas de ação diferentes devem ser pensadas. Uma diz respeito a questões urbanísticas e a segunda, as relativas à doença e assistência médica. As duas se relacionam na medida em que a primeira é considerada como uma ação profilática, que pretende evitar ou solucionar a segunda. Desta forma, as medidas consideradas sanitárias distribuem-se, na documentação oficial, em tópicos referentes às obras públicas, que envolvem desde o calçamento de vias, arborização e construção instituições de recolhimento de doentes até a preocupação com alimentação e recolhimento de lixo, criação de institutos de pesquisa, nomeação de funcionários, distribuição de remédios e aplicação de vacinas, culminando com a reforma do espaço urbano e a conseqüente segregação social.

O atraso cultural, a pobreza e a doença são termos que se interrelacionam, dirimindo a ação do Estado com a finalidade de controlar a sociedade. O sanitarismo surgiu como uma das políticas públicas com a qual se pretendia administrar os males da sociedade, tornar a cidade atraente aos investimentos comerciais e evitar perigos futuros. Em suma, o sanitarismo estava associado a duas expressões: higiene pública e “aformoseamento” do espaço urbano.

A questão sanitária passa a ser oficialmente função do Estado quando foi criada a Junta Central de Higiene Pública, por meio do decreto n.º. 598, de 14 de setembro de 1850, embora este ato institucional não representasse uma modificação no conjunto de práticas profiláticas e médicas na realidade das Províncias. Roberta Oliveira das Neves

Agres²⁵⁸ afirma que isto se devia à falta de infra-estrutura para atender enfermos e saneamento básico.

No que tange ao Amazonas, os relatórios provinciais apresentavam uma percepção de que o quadro geral da saúde na Província não era alarmante e era considerado razoavelmente bom. Edinéia Dias²⁵⁹ sugere que os problemas relativos à saúde e higiene estão ligados ao crescimento da cidade e ao aumento da população, que só se agravou a partir de 1880.

Percorrendo as fontes, e detectando as mesmas dificuldades já relatadas sobre o controle burocrático das práticas na Província, confirmamos estas posições. Nos Relatórios Provinciais encontramos apenas referências e preocupações com a varíola, a febre amarela e a malária, doenças que mais demandavam a atenção dos governantes. A assistência médica era um serviço prestado pelas forças militares, constando a Província de apenas uma enfermaria e um médico para atender à população. Desde 1854, foram feitas reivindicações para a instalação de um Hospital de Caridade, mas as obras só foram iniciadas no final da década de 70.

Mais uma vez a questão das migrações atravessou a história da Província. A aglomeração de colonos nordestinos trouxe consigo epidemias de varíola, já mencionada na falida Santa Isabel, “febres catarrais” e um ou outro caso de peste bubônica na capital. É com a chegada das ações civilizatórias que a saúde da Província entra em perigo. Ou seja, com a produção da goma, a construção da Madeira-Marmaré e o aumento das atividades portuárias. Mas aí, já estamos às vésperas da República.

Se na questão migratória e de instrução pública não podemos falar de uma diferença fundamental nas políticas que distingam Império e República, o mesmo já não podemos dizer sobre a questão sanitária. Se o Império foi, em casos particulares como o do Amazonas, omissos, na República, grandes esforços para sanear os centros urbanos das capitais incluídas no caminho agro-exportador foram realizados²⁶⁰. Assim, São

258 AGRES, Roberta Oliveira das Neves. **Campanha de Saneamento e Profilaxia Rural no Amazonas (1920-1923)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008, pp. 37-38.

259 DIAS, op. cit., 1999.

260 Lembramos que a conjuntura política era outra, ou seja, a autonomia dos Estados da Nação, sob uma perspectiva federalista, permitia que os governos locais arrecadassem meios e tomassem as medidas que achassem necessárias para o desenvolvimento da região. Como falamos no início do capítulo 2, os setores agro-exportadores do país, mediante seu “superávit”, buscavam empréstimos nas casas bancárias londrinas, o que permitiu priorizar certos investimentos.

Paulo, Santos, a nova capital de Minas Gerais – Belo Horizonte -, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Manaus, viverão seus dias de *belle époque*.

Os estudos sobre as Representações Sociais têm em muito colaborado para compreender a questão das ações sanitárias no Brasil. Segundo James Roberto Silva “*a “saúde”, além de se constituir numa dimensão das práticas sociais, também é uma ramificação científica, um fator de normatização social e um discurso. Isto faz com que ela tenha uma presença difusa, presente em vários níveis da vida social ...*”²⁶¹

Seu estudo sobre as Revistas Médicas do Estado de São Paulo e Paris demonstram que a ciência sanitária instaurada no Brasil estava ligada ao modelo francês, que representava, no século XIX, o ideal urbano que se queria para o nosso país. Consoante a isto, a campanha dirigida para incentivo à migração estrangeira pelo Estado de São Paulo, levava à necessidade de criar uma imagem de salubridade para a sua capital, lugar de desembarque e trânsito comercial. Os investimentos para a criação deste imaginário sobre a cidade passavam por grandiosas obras urbanísticas e também pelo investimento em registrar, por meio de fotografias, os sinais da ordem e do aspecto civilizado. Vários teriam sido os empregos deste material, desde como mero artefato decorativo de órgãos e salas de funcionários públicos, passando pelo estudo científico até o seu uso como material de divulgação do aspecto moderno da cidade.

Ao tratar do discurso e das imagens produzidas sobre a saúde em São Paulo, na década de 1880, ele associa à constituição do serviço de saúde pública da capital aos esforços empregados no seu “aformoseamento”. Esta preocupação por sua vez, não era desconexa das atividades cafeeiras, que passavam pela necessidade de atrair capitais e mão-de-obra, neste caso, através da migração estrangeira. Constituíam-se em verdadeiros “*propósitos, assim como as disposições saneadoras, caminhavam juntas com a idéia de plasticidade, a qual permeou tanto as ações higienistas quanto a expressão destes propósitos em imagens positivas de uma realidade almejada.*”²⁶²

As observações feitas por este pesquisador podem ser pensadas, sem grandes equívocos, para Manaus, ainda que em escala reduzida. Já é senso comum os investimentos que foram feitos por Eduardo Ribeiro nos anos de sua administração e que se tornaram representativos da era áurea, intencionavam produzir uma imagem civilizada da cidade. Esse esforço civilizatório foi, aqui, também capturado pelas

261 SILVA, James Roberto. **Doença, Fotografia e Representação: Revistas Médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925**. Tese de doutorado em História. S.P.: Universidade de São Paulo, 2003, p. 16.

262 Idem, p. 62.

imagens. Foram organizados anuários, álbuns e exposições que apresentavam uma modernidade surpreendente aos olhos dos estrangeiros e nacionais.

Já em 1893, um Álbum foi preparado para a “Exposição Columbiana de Chicago”. O rol de fotografias apresenta uma Manaus que se preparava para a metamorfose. Há duas sequências fotográficas: a primeira retratava a capital e a segunda da região do Rio Purus.

A primeira sequência pode ser analisada a partir de três categorias: 1) prédios e vias públicas; 2) estabelecimentos de serviços e 3) as ações destinadas aos desvalidos. A primeira categoria apresenta uma visão panorâmica do centro urbano, o palácio do Governo, a estação de águas, a Casa do Tesouro e as principais ruas e pontes da cidade, todos ainda em fase de construção. A segunda contém o desenho do Teatro que estava em construção, Igrejas, Mercado Público, o Liceu, o Banco de Manaus, o Cemitério São José. Já a terceira, não tem uma unidade estética como as outras, pois apresenta o Instituto Orfanológico Benjamin Constant (área urbana) e a Colônia Oliveira Machado (área rural).

Em anexo a este trabalho, apresentamos algumas imagens contidas no documento, respeitando a ordem em que elas aparecem no Álbum original.

Independentemente do que o observador possa achar sobre o aspecto da cidade, a modernidade está ali representada e o Estado como seu impulsionador. Temos a mostra de seu aparelho burocrático instalado, representado na imponência dos prédios públicos, das estruturas mínimas para promover a habitação e o comércio (água potável, escola, vias asfaltadas, passeio e mercado público e o lugar das nobres artes) e ainda o cuidado com a indigência. O fato de a cidade estar em obra, coloca-a em sintonia com os movimentos de reforma que são preconizados na Europa e promete ao expectador um futuro ainda mais instigador.

Já a segunda sequência desloca o olhar para a região do Rio Purus, lugar em que o extrativismo da borracha se alicerça e já tão mencionado em relatórios de Província como ideal para o estabelecimento de colonos. Lembramos das intenções do tal Mr. Daniel Woolf que tentava convencer Wilkens de Matos a financiar a vinda de ingleses justamente para esta região, no período Provincial. Nesta sequência é apresentado não só o lugar de onde vem a borracha, como a navegação fluvial, o seringueiro e o índio como um homem forte e de boa aparência (saudável) e as frutas e animais da região.

Se uma das vias de interpretação para o uso de fotografias é a sua utilização como método propagandista para atrair investimentos e imigrantes, podemos dizer que em Manaus, este recurso já fazia parte de uma mentalidade de época. Durante a Belle Époque, as fotografias serão utilizadas para compor relatórios de Intendência e anuários oficiais do estado, alguns mandados circular no país e no exterior; que exibem a modernidade de Manaus.

Este “aformoseamento” constituiu-se não só como a redefinição do traçado da cidade e da construção de vias e prédios, mas num investimento que procurava incrementar as novas formas de negociação que atravessavam as relações de produção e reprodução do capital. Modernizar era também mostrar²⁶³ que o lugar era salubre e que podia receber tanto comerciantes, quanto imigrantes e *touristes* (visitantes).

Esta divulgação de uma Manaus Moderna, que começa a ser desenhada em 1893, tem nos seus bastidores a política de “aformoseamento” e a ação sanitária. Se a imagem pode ser o ponto de partida para um estudo, ela é produto final de um processo histórico, na medida em que, ao sermos instigados a investigar a forma que ela foi produzida, deparamo-nos com uma série de fenômenos que subjazem a aparente inércia de uma fotografia. Muitos podem ser os motivos que conduzem alguém ou um conjunto de pessoas a registrar um momento específico do tempo. No caso que exemplificamos, parece que os dirigentes do estado tinham intenções absolutamente objetivas ao contratar o registro fotográfico de uma faceta da cidade.

Hermenegildo Campos²⁶⁴, em sua climatologia, revelava uma “outra cidade”, desenhando um mapa da pobreza na capital. Seu relatório é um estudo completo da situação do Amazonas e da capital, contendo tópicos etnográficos, demográficos e a descrição do ambiente natural e urbano. Alguns de seus apontamentos revelam os resultados obtidos com a imigração, a situação dos bairros periféricos e o impacto da modernização sobre o clima, a saúde e o modo de vida amazonense. A leitura de seus

263 Segundo Silva (2003), a fotografia consistia numa das mais modernas novidades e inspirava admiração e polêmica. Ao dissertar sobre a aceitação da fotografia científica, relata a discussão epistemológica sobre a objetividade do daguerreótipo em detrimento do desenho e da sensação de proximidade que ele oferece de imagens de paisagens distantes. A aceitação da fotografia também acelera o mercado de trocas simbólicas, modificando opiniões e encurtando distâncias culturais. Além do mais, era um processo de registro caro, que exigia o domínio de técnicas ultra-modernas. Não encontramos registros de fotógrafos nas listas de profissões registradas no período estudado, mas confirmamos que tanto a cidade de Belém, como Manaus, mandavam contratar na Europa, a fim de registrar as imagens da cidade, como é o caso de Felipe Fidanza, em 1903, que capturou as imagens das duas cidades.

264 CAMPOS, op. cit.

relatos transparece que as duas ações que estão no centro do pensamento sanitarista (aformoseamento e assistência) se antagonizavam na prática. As obras eram feitas de modo caótico, provocando transtornos e doenças, assim como os serviços de má qualidade prestados ao grande público causavam males antes não encontrados.

Antes de haver água encanada para uso publico, era esta fornecida de mananciaes limpos e sombreados: excellente agua! Funcionando o encanamento desde 1889, era a agua captada de excellente manancial, bem acceiado; agua da represa servia somente para mover as turbinas. Depois que a bombeação começou a ser movida por machinas a vapor e posteriormente pela eletricidade tem sido a agua captada da represa, onde há páos podres, folhas em decomposição, para onde correm igarapés nos quaes tomam-se banhos, lavam-se animaes, etc. Este factio explica a permanencia das febres, pois as excavações estão actualmente paralysadas.²⁶⁵

Em 1891, quando da criação desta seção, o Estado estava imbuído de intenções nobres e intelectuais. A principal finalidade seria a de estudar, avaliar e prevenir a doença. Em 1899, em relatório apresentado ao governo do Estado, a Inspetoria já tinha sido elevada a condição de Diretoria e regulamentava o funcionamento de quatro laboratórios, da Seção de Demografia Sanitária e do Instituto Vacinogênico, de um Hospital de Isolamento e de um desinfectório. Além disto, era responsável pela Polícia Sanitária, que verificava se as moradias atendiam aos padrões exigidos, pela inspeção da alimentação pública e das condições de higiene dos estabelecimentos de prestação de serviço. Por esta lista se percebe que a ação era incisiva sobre a ciência preventiva da saúde. Já o tratamento de doentes ficava reservado para a Santa Casa de Misericórdia.

Contudo, o Relatório dos Negócios do Interior de 1900 indicou que o reservatório de água era insalubre e não passava por tratamento de filtragem. Neste mesmo documento, foi registrado o aumento de febres e de cólicas na capital, atribuídos à situação da água. Um surto de Peste Bubônica se abateu sobre a cidade e apavorava as autoridades municipais, que mandaram cercar terrenos baldios das regiões mais populosas da capital e sugeriram o pagamento de prêmio para cada roedor que o cidadão apresentasse à Superintendência.

Se havia todo um empenho em medidas profiláticas, por que a doença se alastrava pela cidade? Além do inchaço populacional, as políticas públicas idealizavam projetos fantásticos, mas o investimento em suas realizações não correspondia às necessidades exigidas. Além do fato do erário destinado a tais fins ser bem menor em

265 Idem, p. 66.

relação às atividades ligadas à saúde, cortes de gastos constantes limitavam ainda mais a ação dos agentes de sanitários. A escassez de médicos no Estado mantinha-se tal e qual à época da Província e as dificuldades que havia para equilibrar receita e despesa, mesmo no período áureo, levavam a corte nos quesitos limpeza pública, distribuição de remédios e atendimento a indigentes pela Santa Casa, tratamento de águas e esgotos, e fazia com que os funcionários acumulassem funções. Em 1902, Alfredo da Matta²⁶⁶, o mais renomado sanitarista da região no período, apontava que, dentre os problemas enfrentados por ele que contribuíam com o insucesso de tais feitos, estava o excesso de atribuições que lhe foram designadas.

Diretor do órgão estadual, acumulava funções de orientar as práticas científicas e profiláticas dos laboratórios, inspecionar a situação das vilas, lugares e cidades do interior e ainda prestar contas das condições de funcionamento, salubridade e despesa médica das instituições de assistência aos indigentes e desvalidos.

Entre o “aformoseamento” e a assistência, o primeiro foi priorizado. A imagem da cidade era mais significativa para o capital que a profilaxia propriamente dita²⁶⁷. No relatório de Intendência de 1902²⁶⁸ encontramos um contraste significativo: enquanto na

266 Alfredo da Matta, baiano de nascimento, chegou a Manaus em 1894 como médico da Cia de Navegação Lloyd Brasileira. Fixou residência e iniciou carreira junto à secretaria de saúde do estado, tornando-se o mais respeitado profissional da área. Iniciou no serviço público em 1895, como auxiliar do Serviço de Higiene, passando a responder pelo Laboratório de Análises Químicas. Assumiu a direção do Serviço Sanitário do Estado em 1899, no qual permaneceu até 1912. Seus pareceres sobre o estado de salubridade e problemas encontrados na cidade e no interior integram os relatórios apresentados ao governo do estado pelo Secretário dos Negócios do Interior. Algumas vezes sua fala é reproduzida em relatórios de Intendência, para justificar diagnósticos municipais como veremos a referência mais adiante. Esses relatórios apresentavam dados estatísticos detalhados, por serem considerados pelo autor como fundamentais para o conhecimento e combate às doenças. Atuou na profilaxia e tratamento das doenças regionais mais incidentes, como a febre amarela, malária, varíola, lepra e tuberculose, estando completamente absorvido pelos debates e discussões científicas acerca das causas e sintomas das doenças regionais. Com vida pública intensa, participou da fundação de diversas entidades e associações culturais e científicas, como a Universidade Livre de Manaus, onde foi professor, a Sociedade de Medicina do Amazonas e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Ao longo de sua carreira, ocupou importantes cargos na área de saúde do Amazonas: diretor da Santa Casa de Misericórdia, da Sociedade Beneficente Portuguesa, do Serviço de profilaxia de Lepra e Doenças Venéreas e médico do Asilo de Mendicidade. Fez também carreira política, elegendando-se Deputado Estadual (1916-1922), Presidente da Assembléia Legislativa (1917-1920), Deputado Nacional Constituinte pelo Amazonas (1933), Senador da República (1935- 1937). Foi autor de diversas obras na área de saúde e coordenou a publicação da Revista Amazonas Médico (1899), onde os médicos da região publicavam artigos referentes a casos ocorridos, estudos e opiniões sobre a questão da saúde pública. Cf. SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro Fiocruz, 2009.

267 Vale lembrar aqui a citação de MARSHALL, op. cit., que indica o caráter fantasioso que a modernidade assume nos países que ainda não desenvolveram plenamente o capitalismo.

268 Relatório apresentado à Intendência Municipal de Manáos na 2ª sessão ordinária do anno de 1902, pelo superintendente João C. de Miranda Leão, Manáos, Typographia Palais Royal de Lino Aguiar e

seção de Obras Públicas relatava-se o esforço para as reformas do mercado, calçamento e nivelamento de ruas, da necessidade de arborização e a beleza dos jardins e praças; na seção de Higiene Pública, o Superintendente João C. de Miranda Leão alegava que a falta de recursos e o excesso de atribuições dos médicos da Diretoria de Higiene do Amazonas impediam o bom andamento deste quesito. Justificava suas dificuldades expondo um parecer de Alfredo da Matta.

Neste parecer, o sanitarista mais uma vez informa seu excesso de funções e que não é prevista pela Diretoria uma Seção de Higiene Municipal, o que deve ser organizado o mais breve possível. Na sequência, aponta para as diversas falhas na fiscalização das obras municipais e da inspeção de alimentos, fatores que causavam prejuízo à higiene e saúde pública. Significativo foi o relato que fez sobre os esgotos do Mercado Público, que estava sendo reformado naquele ano e cujo desleixo da obra demandava a *“inadiável a construção de um cano de esgoto das águas, principalmente para a derivação das lavagens do estabelecimento, na parte Sul, perto do portão principal da fachada, onde as águas ficam estagnadas”*²⁶⁹.

Se o discurso acerca do aformoseamento se revestia de um cuidado com a higiene e a profilaxia, o mesmo não se dava na prática. As obras que embelezavam não saneavam, e a razão geométrica seccionou, mas não trouxe equilíbrio às relações estabelecidas na cidade. O espírito racional que movimentou as decisões e práticas políticas instaurou uma ordem que se converteu em caos. Mas a desordem só foi sentida entre aqueles que foram apartados do sistema. O modelo produtivo excluiu, o Estado legitimou a exclusão, segmentando a sociedade quando legalizou a propriedade privada, as políticas públicas apartaram os pólos opositores reconfigurando o espaço e enclausurando aqueles que se tornaram indesejáveis.

Por meio de uma dialética negativa, podemos perceber que a simetria objetivada pela razão se desvanece na ausência da proporção, medindo a existência por uma balança que pendia os benefícios da modernidade para apenas um dos pratos. É nas ruas tortuosas e nas febres da periferia e dos aglomerados do centro que os males se instalavam e estes não foram registrados em fotografias.

As imagens deste outro Amazonas não foram selecionadas para os Álbuns, foram produzidas pelos relatos dos sanitaristas que presenciaram as mazelas.

comp., 1902.

269 Idem, p. 15.

Lembrando a noção que trouxemos no primeiro capítulo de que os testemunhos voluntários, intencionais, produzidos pelos órgãos oficiais, muitas das vezes trazem em seu conteúdo informações involuntárias que nos permitem atravessar as exposições apresentadas e perceber fenômenos diferenciados da opinião convencional. Nos argumentos de Alfredo Da Matta e Hermenegildo Campos, traços da incoerência entre as intenções civilizatórias dos projetos de reforma da cidade e a situação vivenciada pela população emergem em tom de indignação. Ainda que especulativamente, podemos supor que, por sua formação “científica”, estes homens estranhavam as medidas atrapalhadas de seus superiores. Embora pertencessem a um dos quadros da elite, escreveram relatórios que transparecem as condições precárias em que viviam as pessoas que não circulavam pelas praças, que não iam ao Teatro de Óperas e não frequentavam o Liceu. Estes textos, guardadas as devidas proporções, são materiais que denotam e constataam a inversão de prioridades que marcaram a Belle Époque.

Perseguindo ainda o viés da contradição, os excluídos aparecem como algozes de sua própria condição: a falta de educação e uma cultura arraigada na selvageria, na *hybris*²⁷⁰ mestiça. A marginalidade de sua condição foi interpretada como vilania e os jornais de época registraram o horror que causavam à população “decente”.

Recorrendo às análises feitas por Leno José Barata Souza²⁷¹, que trata da seção Queixas do Povo, publicada no Jornal do Comércio de Manaus, pudemos ter uma noção da forma como estas políticas públicas repercutiam no cotidiano da cidade. Embora saibamos que as publicações de jornal são o resultado de uma filtragem, a qual seleciona fatos e narrativas que sejam de interesse de seu corpo ideológico, as reclamações foram quantificadas e classificadas permitindo que aquele autor produzisse uma visão espacial das zonas de conflito da cidade. Estas se aglomeram no centro urbanizado, lugar em que as fachadas glamorosas escondiam cortiços e botecos, onde as massas se aglomeravam e tentavam escapar da polícia sanitária. O autor demonstra como a reordenação da cidade vai repercutindo nas mentalidades, transferindo os termos qualificativos - selvageria e barbárie- antes aplicados ao elemento indígena, para as populações periféricas. Paralelamente, os termos cidadão e indivíduo denotam

270 No imaginário grego a mistura, assim como a ausência de simetria, representam a imoralidade, a falta de controle sobre as emoções, a perda da Razão.

271 SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na imprensa Amazonense – Manaus da borracha (1908-1917)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, S.P., 2005.

oposições de valores, estando cidadão para civilizado e indivíduo para bárbaro ou selvagem. As palavras expressam as coisas e por isso indicam as faces da realidade. O cotidiano retratado nos jornais revelava as oposições conflituosas e o Estado era acusado de não administrar o espaço, assim como os excluídos de perturbar a ordem. Para os “queixosos”, as ações públicas eram ineficientes e não atendiam às necessidades mínimas da população como segurança, transporte e serviços. No que tange aos homens e mulheres que vagavam pelas ruas, entregando-se à prostituição e serviços temporários, representavam a permanência do estado de selvageria na cidade.

CAPÍTULO 4

AS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

4.1 PATOLOGIAS URBANAS: A POBREZA AMEAÇA A ORDEM E A BELEZA DA CIDADE.

Tomando por base as considerações críticas de Sidney Challoub²⁷² sobre a relação entre normal e patológico na constituição das formas disciplinares que foram apresentadas como solução para orientar as políticas públicas brasileiras direcionadas aos pobres, procuramos estabelecer uma reflexão sobre a formatação dada as casas destinadas ao abrigo dos “desvalidos” criadas em Manaus durante o período estudado.

Tentamos demonstrar ao longo do nosso trabalho que a sociedade moderna foi constituída sob os auspícios de modelos civilizatórios que tinham por finalidade conformar aspectos culturais das relações sociais a reconfiguração das relações econômicas de produção. No Amazonas, isto implicava em redimensionar crenças, valores, hábitos e costumes típicos das comunidades locais e de migrantes em favor das noções de propriedade privada, produtividade, trabalho e consumo. Na prática, isto demandava modificar comportamentos e promover a aquisição de novos valores sociais. Challoub, ao analisar microscopicamente os conflitos entre trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, numa tentativa de esclarecer posições tradicionais da historiografia brasileira sobre a dificuldade da organização do movimento dos trabalhadores, introduz uma discussão crítica sobre instrumentos conceituais sociológicos utilizados por Florestan Fernandes como um problema a ser solucionado para que possamos compreender o processo disciplinar intensificado nos anos iniciais da República.

Nesta perspectiva, Sidney Challoub considera que as categorias “normal” e “patológico”, utilizadas por Florestan Fernandes para compreender a situação dos negros na cidade de São Paulo pós abolição, é próxima daquilo que pensava a classe política que se fortalecia ainda nos anos finais do Império, impregnada por valores liberais europeus. Neste sentido, tanto as classes dominantes de outrora, como certo pensamento sociológico adotado pela historiografia, enfatizava uma concepção de normalidade comportamental que era utilizada como parâmetro para definir as classes

272 CHALLOUB, op. cit., 2001, pp. 80-86.

empobrecidas. Desta forma, os pobres são compreendidos como promíscuos e incapazes de relações familiares condizentes com a nova ordem social. O que se constitui na verdade como um preconceito, na medida em que passamos a compreender que o modo de vida diferenciado não constitui uma patologia, mas sim formas complexas de estabelecimento de vínculos e de solidariedade.

A normalidade concebida pela classe política era moralista, na medida em que descrevia o comportamento desejado por uma sociedade que construiu um sistema de valores apoiado nas qualidades necessárias ao novo modo de produção, estipulando regras rígidas de comportamento, que visavam adequar as pessoas aos novos espaços e objetos que compunham o cenário da vida moderna. No trabalho, as máquinas demandavam uma disciplina que favorecesse a agilidade para lidar com os novos ritmos da produção; já na vida ordinária, a disciplina era orientada pelo sanitarismo que reorganizava o espaço, as formas de comer, vestir e morar. Tudo aquilo que fugisse aos padrões e crenças criados pelos homens ilustrados representava uma patologia, um desvio, algo deveria ser sanado ou extirpado para que o corpo social continuasse sua marcha em direção ao progresso.

O combate e a repressão às patologias sociais acabaram por se configurar em políticas de repressão e confinamento de indivíduos que foram interpretados como uma ameaça ao sistema. Segundo o autor de referência, a ideologia burguesa que se desenvolve no país, longe de espelhar o conflito típico que opõe trabalhadores e proprietários, desenvolveu um *corpus* ideológico que hierarquiza moralmente a sociedade, colocando pobres e ricos numa escala de degradação que vai de uma elite dirigente civilizada e produtiva, passa pelos trabalhadores que de alguma forma produzem e se submetem e chega aos ociosos, degenerados, como último escalão social, sobre os quais o Estado lança seu beneplácito e sua mão forte. Estes últimos, foco da ação policial ou da caridade pública, não são vistos como excluídos ou marginalizados pelo sistema, mas como indivíduos impossibilitados ou relutantes de se integrar a nova ordem social regida pelo ideal disciplinador do trabalho.²⁷³ Segundo esta ideologia, não há contradição entre trabalhadores e proprietários, mas um único todo social, pois o “sistema se caracteriza por uma linha contínua que une o mais moral ao menos moral no universo ideológico, e o mais rico ao mais pobre na estrutura social”²⁷⁴.

273 Idem, pp. 79-80.

274 Ibidem. p. 79.

Lembremos que essa classificação entre normal e patológico é apenas uma ideologia da classe dominante que, de diversas maneiras, permanece entranhada na sociedade brasileira, como afirma o autor citado. Isto significa que não é uma verdade, mas uma das mais fortes crenças criadas no seio do projeto modernista brasileiro. Consideradas como “classes perigosas”, os pobres deveriam ser direcionados e convencidos da utilidade moral do trabalho, dos princípios higiênicos necessários para manter a ordem e a saúde pública.

É no seio desse pensamento sobre as patologias sociais defendido pelas elites que as Instituições filantrópicas, surgidas no período por nós estudado, foram concebidas, constituindo-se numa forma de corrigir, adequar ou interditar aqueles que compunham o último grau descrito neste *corpus* ideológico. A ação caridosa de uma elite interessada em “ajudar aos pobres” trazia em seu bojo um jogo de intenções práticas, utilitaristas e mesmo frívolas, que se acercavam do zelo. Educação para crianças, saúde para o trabalhador e confinamento para aqueles que não podiam ser integrados tornaram-se metas para um setor da sociedade que desejava uma modernidade bela, racionalizada, administrada e controlada.

4.1 A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NO AMAZONAS

A história da Santa Casa de Misericórdia do Amazonas está diretamente ligada à política de combate a epidemias e profilaxia adotada pelo departamento de saúde e higiene do Amazonas, nos moldes filantrópicos que se encaminhou a direção das casas de abrigo com a adoção do sistema liberal. Diferentemente das Casas de Misericórdia que chegaram ao país ainda no período colonial, que foram criadas com base no princípio de caridade cristã, típico do período; no Amazonas, seu ato de criação, equipe médica e atuação na cidade colocaram-na, no centro das ações de controle de epidemias, controle sanitário, estudos e práticas científicas, sendo o mecanismo de disseminação das ações públicas em relação à saúde amazonense nos anos iniciais da República. De acordo com José do Amaral Lapa, o poder público utiliza-se de vários mecanismos para controlar a sociedade, tornando o confinamento de desvalidos e indigentes uma prática contumaz que emprega:

... uma mobilização socializada e universal, ..., soube confinar sua pobreza, recuperando-a quando era o caso ou invisibilizando-a, se assim os foros de modernidade exigissem. A articulação dava-se, em geral, no âmbito das emergências, com as

autoridades policiais mediando contatos, por exemplo entre asilos e a Santa Casa no encaminhamento dos carentes. Os que escapavam ou não conseguiam ser incluídos nessa abrangente política assistencialista ficavam sob a mira das autoridades, da imprensa e dos cidadãos anônimos contrariados com a incômoda presença dos necessitados, vendo nela, quase sempre, mais uma ameaça do que um potencial para possíveis aproveitamentos.²⁷⁵

A análise de José do Amaral Lapa sobre a atuação da Santa Casa em Campinas foi-nos útil para compreender a forma como esta instituição nasceu e atuou no Amazonas. Como esta Instituição é um fenômeno social encontrado em todo o país, disseminado no território brasileiro desde o primeiro século de colonização, a forma como ela se integra a sociedade em que se estabelece, obedece a certo padrão de procedimentos que nos permite transpor a experiência de uma localidade para outra, contanto que atentos às diferenças latentes. O procedimento analógico é possível porque a administração da Santa Casa impõe uma gama de valores cristãos, enquanto uma aliada do Estado, no préstimo aqueles que dela necessitam, perpetuando uma prática surgida aos fins da Idade Média, que transformou a Caridade Cristã em um serviço prestado à “boa sociedade”. Sua ação se dá por meio de aliança com o Estado, selado através da criação de uma irmandade que abriga tanto no nome de figuras ilustres do poder público, da alta sociedade, quanto representantes do clero, o que garante uma partilha de interesses e uma relativa autonomia, sendo inclusive palco de disputas de espaços políticos na cidade. Para a sociedade elitizada, pertencer ao quadro desta instituição representava um alto grau de reconhecimento, já que seu regulamento, extremamente rígido, destacava o membro da Irmandade como alguém digno de admiração. Utilizar a insígnia da irmandade, exigência para o comparecimento dos seus membros em festividades públicas, representava uma distinção e uma honra.

A criação da Irmandade era firmada através de um documento chamado Compromisso, em cujas linhas eram prescritas as condições de admissão e obrigações do seletivo grupo de irmãos. Eram previstas qualidades econômicas e morais, para o que o pretendente a ingresso deveria apresentar requerimento à mesa administrativa, a qual procederia a uma sindicância a fim de confirmar os dados do candidato. Após a investigação, convocava-se uma reunião para proceder à votação, sendo admitido o pretendente que atingisse o mínimo de dois terços de votos dos componentes da mesa. Uma vez enfeitado, o requerente deveria esperar até que terminasse o mandato da mesa

275 LAPA, op. cit., p. 50.

que o recusou, a fim de que outros membros julgassem a sua admissão.²⁷⁶

O primeiro Compromisso do Amazonas foi constituído em 1880 e revisto em 1883²⁷⁷, sendo este último submetido à avaliação do Bispo responsável pela Diocese do Pará e Amazonas, Dom Antonio de Macedo Costa. Dentre os critérios morais era necessário que o pretendente fosse católico e disposto à caridade; quanto ao fator econômico, ambos os textos apenas se referem a “*ter meios decentes e segura subsistência*”. Uma vez admitidos no círculo dos irmãos, o requerente deveria pagar jóia, anuidade e estar disposto a aceitar qualquer encargo ou cargo designado a atender às necessidades da entidade, sem remuneração prevista. Além disso, deveria comparecer às solenidades determinadas pelo calendário santo da instituição, e enterros, utilizando indumentária obrigatória. Dentre os direitos, prescrevia-se o tratamento em caso de enfermidade, sepultura em local especial e missa de encomenda da alma. Dentre os fatores de desligamento, pesavam a falta de conduta moral, como vícios ou mesmo uso de palavras indecorosas que pudessem levar ao descrédito a Irmandade, cometer crimes ou improbidades administrativas quando do exercício de cargos na entidade. Respeitosa aos princípios hierárquicos, a prestação de obediência era uma regra fundamental. A administração era feita através de uma Mesa Administrativa constituída de um Provedor (a maior autoridade) nomeado pelo Presidente da Província e mais tarde pelo Governador do Estado, um tesoureiro, um procurador e 8 mordomos, aumentado para 9 em 1883. A exceção do Provedor, todos os demais membros eram eleitos. Dentre os membros, não era permitido parentesco, nem ser funcionário remunerado de algum dos serviços prestados pela entidade. Nos anos da República, o compromisso seria mantido através de regulamento aprovado pelo Governador do estado, porém não ocorreram alterações na sua essência, preservando o maior número de seus artigos.

Nenhum fator outro que não o prestígio pode explicar a solicitação de adesão à irmandade, já que os deveres eram muitos, a exigência moral exagerada e os direitos muito mais ligados à idéia de morte que a de vida. A adesão só faz sentido se admitirmos que a posição que o indivíduo ocupava na irmandade ofertava-lhe distinção social, o que pode se tornar um meio de reforçar seu *status* e aumentar seu grau de influência nos mais diversos espaços sociais.

276 Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Manáos, impresso na Typ. do Comércio do Amazonas, 1880.

277 Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Manáos, impresso na Typ. do Comércio do Amazonas, 1883.

Embora a Mesa Administrativa fosse composta por indivíduos ligados ao poder local, era necessário o apoio da Diocese, enquanto representante da Igreja Católica, para que uma entidade pudesse receber o lastro do nome Misericórdia e as irmãs de caridade, contratadas com a finalidade de administrar os serviços do hospital.

No Amazonas, conduziu-se um esforço de atrair a administração da Santa Casa para substituir os préstimos fornecidos pela Enfermaria Militar, único recurso para tratamento de doentes existente na Província. Foi com o aumento progressivo da população, movido pelos incentivos à migração e início da construção da estrada de ferro no curso do rio Madeira, motivos relacionados à crise da saúde pública, que se iniciou a construção de um Hospital de Caridade. Para as autoridades, o ir e vir dos vapores trazia consigo as doenças e a demanda de medidas emergenciais, como afirmou Domingos Monteiro Peixoto, presidente da Província nos anos de 73-74:

No anno findo, tive que lutar com o fragello terrível da varíola, epidemia que nos veio importada da Província visinha.

O primeiro caso apareceu em novembro de 1872 a bordo do transporte á vapor Peruano Magro, procedente do Pará.

Immediatamente, criei um lazaredo no morro do Seminário e fiz remover para elle o doente, a fim de obstar o contágio.

Infelizmente, porém o mal reapareceu, de novo transportado pelos vapores que frequentão este porto e desenvolveu-se n'esta capital com não pequena intensidade a despeito de todas as medidas tomadas por esta presidência.²⁷⁸

O surto de varíola que se aplacou sobre a Província e que, de modo intermitente, prolongou-se por onze anos, entre 1873 e 1884, trouxe à tona a necessidade de um hospital para desvalidos e indigentes na capital. Este episódio tornou a disponibilidade de leitos muito inferior à demanda de doentes, além de suscitar a imaginação científica dos gerenciadores públicos, que não tardaram a pensar em ações profiláticas e constritoras da população mais atingida – trabalhadores, indígenas arregimentados para as obras públicas e indigentes.

A Enfermaria Militar, único estabelecimento existente na Província, sempre teve em sua contabilidade uma cota de indigentes, nem sempre pequena, a quem o Estado prestava os seus favores. A enfermaria atendia ainda aos funcionários das companhias de navegação, da alfândega e da mesa de rendas. Até a década de 70, o estado de saúde de Província era considerado bom, havendo apenas a preocupação com populações pobres que viviam da coleta de frutos e goma para exportação, uma vez que procuravam

278 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, de 25 de Março de 1874, p. 7.

habitar próximo à igarapés, cujas águas, após as enchentes dos rios, produziam alagados, ficando as “águas fétidas”.

O estado sanitário da Província é actualmente satisfatório.

Como vereis, na exposição, anexo nº 3, que mo dirigiu o Dr. João Pedro Maduro, que por Decreto de 30 de Novembro do anno passado, foi nomeado Inspector de Saúde Pública e Commissário Vaccinador desta Província, de cujos cargos prestou juramento e assumiu exercício em 9 de janeiro último; alguns casos esporádicos de chólera morbus se deram naquelle anno nesta capital, sem dúvida **devidos á grande falta de asseio e á estagnação de águas que nas ruas e praças então se notava; destruídos porém estes focos de infecção miasmática** aprouve á Divina Providência que novos casos de carácter epidêmico não assolassem a população.

Vereis também da mesma exposição que nas margens do Rio Negro e nas de outros da Província muitos casos de febres intermitentes se deram, tendo sido, para socorro dos aldeados, remetidas pela presidência ambulâncias médicas acompanhadas dos precisos diretórios.

Na Enfermaria Militar, onde além das Praças do Exército e da Guarda Nacional são, na falta de outras enfermarias, tratados nesta capital os marinheiros da Frotilha de Guerra, os da companhia de navegação, os da Alfândega, e até os indigentes ...²⁷⁹

Teorias típicas do pensamento vitalista desenvolvido francamente na Europa oitocentista começavam a despontar entre os médicos que ocupavam cargos no departamento de saúde e higiene e sua lupa científica dirigia-se ao processo de identificação dos males da saúde provocados pelo clima, ar e condições de moradia. Sobre isso, afirma Margareth Rago:

De acordo com a teoria dos fluídos, que dominava o pensamento médico desde o século XVIII, o ar e a água eram considerados elementos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidas como miasmas, transmissores da doença. A inalação de miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue e ocasionar deste modo, o surgimento da doença, a febre pestilencial, do escorbuto e da gangrena.²⁸⁰

Outra atividade que a Enfermaria desenvolvia era a vacinação contra a varíola, para o que enfermeiros e alguns poucos médicos eram empregados para convencer a população sobre seus benefícios. Nem é preciso relevar que a população local era extremamente resistente a esta prática e logo foi acusada de ser a maior responsável pelos males que se seguiram.

Em 1867, uma casa foi cedida na margem oposta do rio, na região do Cacau

279 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis, 25 de março de 1871, p.4 (grifo nosso).

280 RAGO, op. cit., p.167.

Pereira²⁸¹, com a finalidade de funcionar como lazareto para os primeiros registros de varíola. Os governantes supunham que eram os migrantes, chegados em vapores vindos especialmente do Pará que traziam as moléstias para o Amazonas. Já em 1871, um surto de febre amarela levou o Presidente Silva Reis a novamente alugar um estabelecimento que servisse de enfermaria. Mais do que tratar os doentes, esta medida tinha por finalidade afastá-los do convívio do centro da capital e evitar o contágio e disseminação nas povoações do interior. Nas palavras do próprio administrador:

De accordo com o Dr. Inspector da Saúde Pública, fiz alugar uma casa e grande galpão ou rancho pertencente ao cidadão João Pereira da Silveira, a qual se acha situada na margem opposta do rio, distante e à Sota-vento d'esta Capital, afim de alli estabelecer um lazareto e enfermarias onde fossem recolhidos e tratados os atacados da moléstia, que por acaso viessem nos vapores procedentes da Capital do Pará. **Compreendeis o alcance desta medida, que tinha por fim affastar de nosso centro de população estes fôcos de infecção que nos poderão trazer as mais funestas consequências.**²⁸²

O medo das epidemias levava ao confinamento dos doentes. Ao longo de três meses nenhum doente foi recolhido a casa. Em contra partida, três indivíduos acometidos de elefantíase eram assistidos por iniciativa de um particular na região do Umirizal (Cacau Pereira), aceitando a Província a doação de uma casa para isolá-los. No mesmo ano, a Província assumiu o custeio dos enfermos. Cybelle Moraes da Costa, ao estudar os Socorros Públicos no Amazonas Provincial, afirma que:

A constatada carência de estabelecimentos destinados ao tratamento da população pobre da província era minimamente atenuada, pelo menos nos períodos de crises, através da instalação precária e provisória dos Lazaretos. Estes já traziam em sua essência o caráter eventual da assistência médica no Império, uma vez que o funcionamento e a desativação destes estabelecimentos eram orientados primeiro pela presença e depois pela intensidade com que determinada moléstia se manifestava. Era com base nesses aspectos que as autoridades sanitárias do Império orientavam o poder público a respeito da necessidade a ativação ou desativação dos lazaretos. Por via de regra, os lazaretos se localizavam estrategicamente nos pontos mais afastados da cidade. Isto porque, no século XIX o isolamento era uma premissa indispensável e comum a todos os estabelecimentos que se destinavam ao trato de indivíduos com doenças contagiosas, procurando evitar dessa forma que as pessoas sãs fossem contaminadas. ...²⁸³

Além da criação dos lazaretos, foram nomeadas comissões sanitárias que

281 COSTA, Cybele Moraes da **Socorros públicos. A base da saúde pública na saúde do Amazonas (1852-1880)**, dissertação de mestrado defendida na UFAM em 2008, p. 122.

282 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis, de 25 de Março de 1872, p. 10 (grifo nosso).

283 COSTA, op. cit., 2008, p. 122.

levavam socorro aos enfermos do interior. Através do censo, era possível contabilizar os doentes e mortos, permitindo ao Inspetor de Saúde Pública visualizar problemas e necessidades que estavam de acordo com o pensamento médico da época. A estatística passava a ser um recurso empregado pela medicina para avaliar o quadro geral da saúde na Província. O registro de óbitos entre crianças de 0-10 anos entre as classes menos abastadas, assim como o de doenças desconhecidas, começava a despertar o desejo de desenvolver teorias explicativas para o fenômeno. No anexo II do Relatório citado²⁸⁴, o responsável pela saúde pública enumerou algumas causas: o trabalho de extração da borracha e de frutos para exportação, a qualidade ruim da alimentação e o clima da região. Outro elemento que gerou descontentamento foi a falta de conhecimento acerca dos males da floresta, para o que seria necessário a observação clínica a fim de catalogar sintomas e descobrir a causa, em muitos casos de atendimento, absolutamente ignoradas. Na capital, a ação sanitária demandaria aterros de igarapés, recolhimento de lixo e esgoto.

A partir dessas leituras concluímos que a necessidade de um hospital de caridade foi configurada no íterim das situações emergenciais que se deram diante das epidemias sucessivas, aliadas ao surgimento do discurso médico que se preparava para agir sobre o espaço urbano. Para os agentes de saúde, era a precária condição de moradia que impedia a recuperação dos doentes indigentes, da tripulação dos vapores e dos migrantes, portanto, o hospital era concebido como um lugar de confinamento, em que os tratamentos higiênicos poderiam contribuir para com a melhora do paciente.

Sensível vae sendo a falta de um hospital de caridade nesta cidade, onde possão ser tractados os doentes Indigentes, e os que não o são, porém que o labor de suas profissões não lhes permite ter domicilio apropriado, a tractarem-se quando doentes, com quanto não tenham meios para isso, como seão os tripulantes de vapores e navios que naveção nestes rios, e as pessoas vindas de fora.²⁸⁵

Em suas entrelinhas, os relatórios mostram que o aumento de doenças e epidemias ocorre *pari passu* com os investimentos empregados para o incremento da economia de exportação. Vilas e aldeias, onde havia aglomeração humana destinada a embarque de produtos da floresta, eram os lugares acometidos das epidemias. Os vapores que cruzavam os rios eram o transporte das febres e infecções que se

284 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, José de Miranda da Silva Reis, de 25 de Março de 1872, p. 44.

285 Idem, p. 45.

alastravam, principalmente pelo Rio Madeira, depois do início da construção da ferrovia e no Purus, com a extração da borracha. Os navios foram incorporados ao discurso médico, e as condições sanitárias internas desses transportes foi também um alvo importante para o controle de doenças.

Em 1873 o surto de varíola demandava uma ação emergencial, para o que foi criada uma enfermaria provisória no Largo de São Sebastião, mais tarde transformada em Hospital São Sebastião, com 25 leitos²⁸⁶, somente para tratamento de varíola. Era na verdade um galpão, sendo ativado e reativado conforme os sucessivos surtos ocorridos no decênio. Estado e prestativos proprietários se uniram para combater o mal. A epidemia se agravou por toda a Província e foi necessário estabelecer diversas comissões para atuar junto às áreas mais populosas. Especialmente na região do Rio Madeira, onde a situação era alarmante. O mais interessante para nós nestes relatos é referência à resistência da população à vacinação. Para o Presidente Domingos Peixoto, esta era a maior causa da epidemia.

Esses factos eloquentemente demonstram os benefícios e reaes effectos da applicação do puz vaccinico, e provão que, se com tempo, a população vencendo a repugnância, tivesse d'elle usado, não teríamos de lamentar a perda de tantas e tão preciosas vidas.

Se ainda hoje não posso communicar-vos a extincção da epidemia, em dúvida alguma é **devido a essa perniciosa repugnância que ainda não foi vencida**, apesar da experiência penosa por que acabamos de passar.

Segundo informações dos quantitativos, **os últimos casos fataes tem sido em indivíduos não vacinados.**

Querendo propagar a vacinação, ordenei ao Inspector de Saúde Pública que acompanhado de alguns vereadores da Câmara Municipal, fizesse visitas domiciliarias nesta cidade e **persuadissem as pessoas ainda não vacinadas á empregarem este preservativo ...**²⁸⁷

Converter a população empobrecida pelo sistema em responsável pelos problemas enfrentados pela administração pública era o recurso mais empregado pelos governantes. Sendo a saúde e a educação os instrumentos preferidos para coagir a população a conformar-se com os novos ditames da vida moderna liberal, estes setores correspondiam às preocupações mais imbricadas nas teses e decisões dos homens de poder. A coerção dava-se de diversas maneiras, seja através do discurso maquiavélico que acusava a cultura local dos problemas que a Província enfrentava para atingir seus

286 Fala do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, de 25 de Março de 1874, p. 7.

287 Idem, p. 11 (grifo nosso).

propósitos, seja pela prática médica. Neste segundo ponto, vale ressaltar uma diferença fundamental na percepção da atuação profissional dos indivíduos envolvidos nos serviços de educação e saúde.

Enquanto que os professores eram acusados de péssima formação e displicência, os médicos e integrantes das comissões sanitárias foram vistos como verdadeiros missionários em suas investidas sobre a população. Foram muitos os elogios dispensados a esta classe, assim como os serviços voluntários que exerceram nos períodos de crise. É merecedor de análise tal discrepância. Por um lado, os pequenos grupos de professores que eram nomeados aleatoriamente para ministrar o ensino nos interiores eram oriundos dos cursos primários oferecidos na própria região. Eles pertenciam às poucas famílias locais que pretendiam aderir aos novos modos chegados com a instalação da Província. Em geral pertenciam a unidades de produção de subsistência, filhos de pequenos comerciantes e funcionários públicos que, seja por concurso, seja por nomeação interina, receberiam poucos salários e trabalhariam praticamente isolados, sob uma fiscalização deficiente e marcada pelo clientelismo. Aqueles que lecionavam na capital não tinham realidade muito diferente, dispondo apenas do diferencial de residirem na cidade e adquirirem o *status* que isso representava com as mudanças nas hierarquias de valores burgueses. De certa forma, o que esses, representantes de uma pequena classe média que começou a se formar, podiam receber como benefício do sistema era a concessão de licenças e nomeações para áreas próximas da capital, como uma forma elástica do sistema de favores identificado por June Hahner²⁸⁸, fato que caracteriza um vínculo vertical entre as classes brasileiras. Já a classe médica compunha-se de um grupamento alienígena, ou porque migraram das demais regiões para exercer cargos públicos, ou porque foram formados em grandes centros e já estavam bastante imbuídos dos ideais civilizatórios. Aquém de adesões ideais, estes indivíduos pertenciam às classes recém integradas às boas relações entre as classes dominantes e políticas, ou ainda, eram oriundos de famílias pertencentes a estes segmentos. Ao integrar ou chefiar as comissões de saúde, passavam a circular junto ao meio político, já que estas eram compostas por autoridades locais. Segundo a pesquisa de Cybele Moraes da Costa essas comissões combinavam:

... dever social, sentimento humanitário e caridade religiosa essas instituições eram organizadas e lideradas, quando possível, por médicos ou farmacêuticos.

288 HAHNER, op. cit.

Seus membros, em geral, compunham-se de autoridades públicas de visibilidade, religiosos e cidadãos considerados de boa reputação, instruídos e caridosos que em comum, segundo um contemporâneo, possuíam a inteligência e o respeito da população, qualidades consideradas indispensáveis aos que quisessem se dedicar a essas atividades de auxílio à sociedade.²⁸⁹

Ou seja, seu empenho em integrar os projetos sanitaristas estava diretamente ligado ao desejo de incrementar e reproduzir as formas estruturais do sistema a que pertenciam. Num sentido mais prático, esses médicos acabavam por alavancar suas carreiras através da participação em comissões designadas pelo Estado. Não é ao acaso que vemos vários nomes de voluntários ou empregados de “boa vontade” nas campanhas da secretaria ou inspetoria de saúde pública que, mais tarde, assumiram chefias de departamentos ou secretarias. É o caso do Dr. Aprígio Martins de Menezes, que tratou os doentes, gratuitamente, na Enfermaria de São Sebastião, ao longo do ano de 1874 e foi nomeado Inspetor de Saúde Pública em janeiro do ano seguinte²⁹⁰. Faz-se notório também o nome do Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, médico da Santa Casa desde sua fundação em 1880, foi nomeado para a comissão de estudos sobre o aparecimento do beribéri em 1886²⁹¹, seguindo-se a comissão de vacinação do Bairro dos Remédios em 1887²⁹², tornou-se governador do estado nos anos de 1912 a 1916. Feitosa passou pela direção de diversas instituições da capital, além de suas nomeações na Inspeção de Saúde da Província. Foi professor de francês do Liceu, por meio de concurso público, e depois da Escola Normal, alçando o cargo de Diretor desta última em 1882; no ano seguinte, foi nomeado diretor-geral da Instrução pública em caráter interino. Em 1885, retomou a direção da Escola Normal e novamente Diretor-geral interino da Instrução Pública do Amazonas. Neste mesmo ano, foi ainda nomeado Inspetor de Saúde Pública, como mencionado acima, e em 1887, médico da Câmara Municipal. A partir daí, sua carreira política decolou, sob a nomenclatura republicana²⁹³. Afora estes casos, sobrenomes de famílias importantes como os Nery,²⁹⁴

289 COSTA, *op. cit.*, 2008, p. 125.

290 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, de 16 de Março de 1875, p. 17.

291 Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, de 10 de janeiro de 1887, p. 7.

292 Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Conrado Jacob de Niermeyer, de 10 de Janeiro de 1888, p. 5.

293 BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, vol. II, RJ-Guanabara: Editora Artenova Ltda., 1969, p. 101-103.

294 O Major Silvério José Nery, integrou a comissão em 1873 e logo em seguida foi nomeado Chefe da

e os Bittencourt, cujos descendentes chegarão ao governo do estado no período republicano, figuravam entre os membros destas comissões.

Nos anos republicanos, a tuberculose demandaria novos voluntariados, sob a coordenação da Direção da Santa Casa, onde figurarão os nomes de Virgílio Ramos e Álvaro Guimarães Maia, médicos que assumiram respectivamente a enfermaria de tuberculose e a direção do Hospício Eduardo Ribeiro, onde a enfermaria funcionou como anexo. Não poderia ser esquecido também o Dr. Jorge Moraes, que se voluntariando para o serviço de cirurgia-obstetrícia na Clínica de Mulheres da Santa Casa de Misericórdia, em 1908, quando esta recém instalava a sua moderníssima sala de cirurgia, obteve reconhecimento e renome nesta área de atuação. Este último, apesar de alguns contratemplos em sua carreira²⁹⁵, chegou a ocupar o cargo de Senador da República em 1910 e Prefeito do município de Manaus entre os anos de 1912-1914.

Não é demais também lembrar que toda esta boa vontade era gratificada²⁹⁶, em dinheiro, por créditos dos cofres provinciais e “Socorros públicos”, advindos do Império. As ações de saúde pública permitiam a convergência de interesses do Estado com os dos indivíduos nelas envolvidos, perpetuando o sistema de privilégios tão denunciado por vários de nossos historiadores citados no capítulo 1.

Já o caso dos professores, a situação não era tão promissora, sendo estes acusados do fracasso da educação. No capítulo 3,²⁹⁷ ressaltamos, com relação à

Polícia da Capital. A família Nery exerceu grande papel político na região, sendo dois dos filhos do Major eleitos governadores do estado, seu homônimo entre 1900-1904 e Constantino Nery, entre 1904-1907. Cf. op. cit., Fala de 1874, p. 10.

295 Conhecido cirurgião-obstetra da cidade, Jorge Moraes iniciou sua carreira como médico na Santa Casa de Misericórdia, atuando também na Beneficência Portuguesa. Agnelo Bittencourt, em seu Dicionário Amazonense de Biografias apresenta o eloquente Dr. como uma personalidade complicada, pintando uma cena hilária, em que o médico aparece aos berros, esbravejando contra O Dr. Vivaldo Lima, Inspetor da Saúde Pública da União, a defender o comandante do luxuoso navio estrangeiro no qual estava embarcado, que se recusava a submeter seus passageiros à inspeção sanitária determinada por conta de um surto de peste bubônica. Apesar de seu gênio, chegou a cargo de Senador da República. Mas o episódio mais constrangedor de sua carreira foi narrado na revista Amazonas Médico de 1918, nº 2, em que a acusação de um possível erro cirúrgico teria levado um paciente a morte. O episódio suscita a discussão sobre o código de conduta dos médicos, mas acaba com uma moção de apoio à “ilustre” figura, liderada, por nada menos que o Dr. Vivaldo Lima Cf. Revista Amazonas Médico, órgão Oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas, anno 1, nº 2, 1918, Manáos, Imprensa pública, pp. 21-22.

296 O relatório de 1888, citado na nota 155, prevê a quantia de 450\$000 mensais para os médicos chefes das comissões. Em outras ocasiões eram previstas diárias que variavam entre 7\$000 para colaboradores e 30\$000 para os médicos chefes, lembrando que essas comissões deveriam funcionar por tempo limitado, em geral, dois meses.

297 Cf. p. 125 deste trabalho.

Instrução Pública, que a nomeação de professores era um problema para a Província e que estes eram mal formados ou sem formação nenhuma²⁹⁸, acusados de falta de comprometimento com o trabalho e nomeados à revelia dos concursos públicos, os quais só se tornaram regulares a partir da década de 90, nos anos republicanos.

Os médicos eram louvados e referenciados como a razão do sucesso das investidas de controle e erradicação de doenças enquanto representantes do sistema desejado. Há um “quê” de promoção - seja do Estado, seja pessoal - em cada campanha ou comissão da qual o ilustre missionário participava. A atividade missionária, ligada à Caridade constituiu-se como uma das etapas da carreira dos indivíduos ligados ao poder.

Considerando que a experiência tem mostrado que os hospitaes e casas de caridade se engrandecem quando em vez de políticos são geridos por homens _____ nacionaes ou estrangeiros, que pela respeitabilidade de seus nomes, pela confiança pública e pela sua fortuna, fazem d'elles objecto especial de seus cuidados agencião, por suas relações civis e commerciaes, fundos, obtêm auxilios officiaes e até valiosos donativos e legados.

Considerando que é por esta razão que, *na capital do império, são chamados a assumirem esses cargos, por eleição os homens da mais notória importância;*²⁹⁹

Este trecho, deslocado no nosso trabalho, ilustra a função meritória do cargo assumido numa instituição de caridade. Os cargos em instituições beneméritas significavam o reconhecimento de competências morais, profissionais e econômicas, assim como compunham o currículo de seus portadores. A citação refere-se ao episódio narrado no relatório provincial de 1889, constituindo-se como uma solução referente à denúncia de má gestão de um dos Provedores da Santa Casa. As palavras de Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Província, denotam a gama de relações que o Estado estabelecia com o setor privado. Outrossim, o relato também contraditoriamente revela o lado menos nobre que tal associação pode gerar e que nem sempre vem à tona. O termo citado dá solução à acusação de exercício de politicagem envolvendo o nome de uma das nobres famílias amazonenses. Francisco Publico Ribeiro Bittencourt, nomeado Provedor da Santa Casa, foi acusado de ser conivente com um esquema de apadrinhamento denunciado em 1889. Segundo o relato, o ilustre Provedor da Santa Casa, utilizou-se de seu cargo para, junto com o diretor de Obras Públicas, Felipe Joaquim de Souza Filho, favorecer um particular, Emilio Duarte Jorge, ao qual foi

298 Cf. PINHEIRO, op. cit., 2001, pp. 33-34

299 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Joaquim de Oliveira Machado, de 2 de junho de 1889, pp. 21-22.

arrendada para uso, o forno e telheiro de uma olaria, em prol da Santa Casa de Misericórdia. Além deste fato, encobriu maus tratos desferidos por um médico a menor Antonia e sua mãe, enfermas indigentes. Após a denúncia, foi formalmente exonerado. Não é demais salientar que aí está em jogo também uma guerra entre os partidos liberal e conservador, deflagrada nos jornais locais, que não mediam esforços para gerar suspeitas e desabonos às pessoas da administração pública, com a intenção de atrair a atenção do público letrado para seus partidos

Voltando à análise do texto, percebemos na leitura da estória que, além de estabelecer interrelações entre os membros da classe política e elites econômicas, esses cargos beneméritos também expressavam associações para cultivo de interesses pessoais, confirmando o que Emília Viotti da Costa³⁰⁰ e Maria Odila Leite da Silva Dias³⁰¹ identificam como manutenção de privilégios em seus trabalhos.

Como afirmou Ana M^a Lima Daou³⁰², os cargos ocupados em casas de caridade tem função honorífica e são disputados entre os membros das elites como forma de reafirmação ou projeção de seu *status quo*, além de garantir a transmissão genética de poder. Para além disso, percebemos que essas posições reproduzem privilégios e criam situações que permitem a permuta de influências e troca de favores, que manipulam os recursos do poder público, que passam a ser empregados para alicerçar as relações interclasse da sociedade brasileira. Assim como este, outros episódios foram encontrados em alguns relatórios provinciais, e nos jornais locais que representavam o partido Conservador (Jornal do Amazonas) e o partido Liberal (Jornal Amazonas) que procuravam expor as faltas de seus oponentes. Muitas das vezes, o indivíduo acusado, embora exposto à sociedade ou exonerado do cargo, acabava sendo nomeado algum tempo depois em outra secretaria, diretoria ou departamento, ficando o austero nome de sua família ilibado e pronto a se perpetuar entre o cordão de beneméritos que se apossavam de várias instâncias do poder público, que não necessariamente o cargo político, mas com o qual se mantinha ligado e influente pelas vias da prestação de serviço. A propósito de ilustrarmos o que dizemos, o mesmo Publio Bittencourt retorna a Provedoria da Santa Casa em 1899 e ascende a Secretário de Negócios do Interior no ano seguinte.

300 COSTA, op. cit., 1999.

301 DIAS, op. cit., 2005.

302 DAOU, op. cit., p. 33.

No que tange ao sucesso profissional dos médicos envolvidos nas ações sanitárias, estes contavam com todo um aparato legal para conseguir os seus feitos. Legiões de auxiliares e voluntários integravam os seus trabalhos, inclusive membros da própria classe desfavorecida que denunciavam episódios antihigiênicos ou imorais em jornais populares. Além do mais, esses médicos eram amparados pela ação da polícia. Em nome da saúde pública, o espaço e a vontade privada podiam ser invadidos, ficando domicílios e pessoas a mercê das decisões médicas. Uma breve ilustração disto é relatada em 1888, quando a Presidência da Província suspeita de focos de varíola no subúrbio de Manaus, e forma três comissões para atuar no bairro Remédios, São Vicente e Espírito Santo, prescrevendo a seguinte instrução:

1º - Cada comissão inscreverá o nome dos vacinados em quadro especial, com a filiação, nome, idade, sexo, naturalidade, resultado da vacinação e as observações que julgar necessárias, devendo re-vacinar todos aqueles em quem a vacinação não tiver sido feito com proveito.

2º - O serviço será feito de domicílio em domicílio com o carácter obrigatório, podendo o médico pedir auxílio da autoridade policial, no caso de encontrar oposição á vacinação.³⁰³

Este trecho demonstra que a autoridade médica representava o próprio Estado e a população ficava a mercê de suas decisões. Essa premissa se tornaria ainda mais determinante nos anos da República, quando o sanitarismo passou a ser um forte argumento para disciplinarização do espaço urbano e de pessoas.

Todos esses episódios que atravessaram as tentativas de conter os surtos epidêmicos na província acabaram por envolver o processo de consolidação da Santa Casa de Misericórdia em Manaus. O surto de varíola parece ter sido o mote de aceleração da construção de um Hospital de Caridade na cidade. A 1º de Janeiro de 1873 foi colocada a sua pedra fundamental, depois da desapropriação e indenização de quatro terrenos de particulares. As obras concorreram com a necessidade de construir enfermarias emergenciais para o atendimento dos varicosos, que precisavam ser tratados imediatamente.³⁰⁴

O episódio da varíola também dirimiu a ação pública para a questão das moradias dos pobres e para a ciência da higiene pública, que passaria agora ser entendida como uma preocupação do diretor de Saúde Pública. No Rio Madeira, a

303 Exposição do Presidente da Província do Amazonas, Conrado Jacob de Niermeyer, de 10 de Janeiro de 1888, p. 5.

304 Relatório do Diretor das Obras Públicas, Joaquim Leveogildo de Souza Coelho, 1874, p. 5.

comissão designada para investigar e tratar os casos no interior do Amazonas constatara que o surto se propagou em virtude dos vapores que chegavam com material para a construção da ferrovia : “Partindo de Santo Antonio, a epidemia como que acompanhou o curso das águas, assaltando disseminadamente algumas barracas da margem do rio³⁰⁵”.

Em Sto. Antonio, no rio Madeira, a população indígena, empregada nas obras, era a mais prejudicada e a comissão interpretava que isto se devia ao fato de que era uma população não vacinada. Não é relevante no discurso do “ilustre” médico o fato dos indígenas terem sido retirados de sua vivência costumeira e terem sido contaminados pelos integrantes dos vapores. Ao contrário, transforma-os em vilões da epidemia³⁰⁶. Isso desencadeou uma ação de vacinação, em especial nos indígenas, que ficou sob a responsabilidade dos encarregados da ferrovia. Crescia a desconfiança de que as epidemias aumentavam à medida que levadas de trabalhadores chegavam nos vapores vindos do Pará, sem que isso repercutisse nos dirigentes qualquer relação entre o emprego da população indígena e migrante nas obras. São antes os modos e costumes antihigiênicos das populações nativas e dos trabalhadores, assim como do tipo de moradia em que se instalavam a causa do mal.

Em 1884, outro surto de varíola se abateu sobre a capital e o interior, levando à nomeação de novas comissões. Desta vez já estavam organizadas no espírito científico: dividiram a capital em cinco distritos de atuação e passaram a ação de desinfecção das casas. Os bairros mais atingidos eram o de Mocó e Remédios; já no interior, procedeu-se a desinfecção dos vapores que circulavam nos rios, em especial o Madeira e Purus, lugares onde havia grande emprego de mão de obra índia e migrante. Um hospital improvisado na rua Ramos Ferreira passou a ser centro de captação de doentes, sendo suspensas as distribuições de medicamentos aos indigentes que não se recolhessem ao hospital. A idéia era a de isolar os doentes para impedir o alastramento da doença.³⁰⁷

A 16 de maio de 1880 o Hospital de Misericórdia começou, precariamente a receber enfermos, embora ainda não estivesse constituída a irmandade da Santa Casa de Misericórdia, criada na capital pela lei nº 451 de 14 de abril de 1880. O hospital destinava-se a atender a clientela, dividindo-a em duas categorias: pensionistas e

305 Relatório do encarregado da enfermaria de variolosos, Aprígio Martins de Menezes, de sua comissão ao Madeira, 1874, p. 1.

306 Idem.

307 Exposição do 2º vice-presidente da Província do Amazonas, Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, de 11 de Outubro de 1884, p. 4.

“indigentes”. Seu funcionamento previa, além do tratamento de doentes, consulta clínica e distribuição de remédios as classes pobres, a administração do cemitério público; assumia ainda os cuidados com o lazareto dos elefantíacos e o dos variolosos. Com a criação das sucessivas casas de abrigo para órfãos de ambos os sexos, para alienados e do asilo de mendicidade em 1910, a Santa Casa foi ampliando seu alcance de atuação, tornando-se o ponto de convergência de atendimentos médico-hospitalar de uma rede de casas assistencialistas fomentadas pelo Estado. Manteria, nos anos da República, ligação direta com a Inspeção de Higiene Pública, cedendo médicos e espaço nas enfermarias para estudo de doenças e com o Juiz de Órfãos, a quem seriam encaminhadas as crianças abandonadas.

Os cuidados de enfermaria foram dados às Irmãs de Sant'anna, contratadas em Roma, que desembarcaram em Manaus a 9 de dezembro de 1885. Com dois anos de funcionamento as despesas se multiplicaram e a Província se ressentia da necessidade de aumentar o número de leitos e ampliar o número de sepulturas no cemitério público.

O crescimento da cidade comprimia os espaços e alargava os seus limites. Quando edificadas, o cemitério e também o hospital ficavam fora do perímetro urbano. Mas no decorrer dos anos oitenta, os bairros já se estendiam até os muros de ambos. No caso do cemitério, a falta de espaço para enterros tornou-se um problema grave a ser administrado, tendo em vista o alto índice de mortalidade entre crianças e doentes acometidos por febres. Os óbitos ocorridos em função do surto de varíola tinham sepultamento num terreno improvisado como cemitério nos arredores da Cachoeira Grande, já que ameaçavam a saúde pública. A Santa Casa imediatamente tornou-se um interlocutor do governo no debate sobre a construção de um novo cemitério. O discurso higienista que pretendia reorganizar o espaço da cidade, considerava anti higiênico a forma como os sepultamentos eram realizados. A direção da Santa Casa conduziu um longo debate, principalmente em referência à escolha do lugar em que este seria erguido, já que o terreno reservado para alojar os mortos ficava próximo ao local onde estava sendo construído o reservatório de água que abasteceria a cidade, denunciado como inadequado. Porém, neste caso, os argumentos não convencem rapidamente e a construção do novo cemitério só ocorrerá quando as velhas sepulturas tiverem que ser abertas antes do tempo para abrigar novos mortos, causando estremecimento entre familiares dos finados e a administração da Santa Casa. Enquanto os governantes são bastante ágeis quando se trata de constranger e coagir as populações locais, por uma

ação rápida e violentamente eficiente, quando a demanda afeta a vida das classes desfavorecidas, a morosidade impera sobre a necessidade. Lembramos que a cidade crescia alargando a periferia, onde moravam as classes trabalhadoras e excluídas das relações de trabalho e o cemitério e todos os inconvenientes causados por sua localização afetavam a estes moradores, os quais só faziam parte dos cálculos do governo quando se tornavam um perigo.

A exemplo do que falamos, por volta de 1885, o Presidente, José Jansen Ferreira Junior, aconselhado pelos sanitaristas, fez uma recomendação à Assembléia para regular posturas para que fosse garantida a higiene pública. Foi sugerida a fiscalização da lavagem de roupas e a instrução da população para cuidar da higiene doméstica e a recolher os doentes aos hospitais a fim de evitar epidemias. São então designadas 4 comissões distritais para atuar nos bairros 1) Remédios e Nazareth, encabeçada pelo Padre Luiz Gonzaga de Oliveira; 2) Espírito Santo, chefiada pelo Tenente-Coronel Emílio José Moreira; 3) São Vicente, dirigida pelo Comendador Clementino José Guimarães; 4) Campina, Mocó e S. Sebastião, liderada pelo Frei Jesualdo Machetti. Tais comissões tinham por finalidade aconselhar a população sobre procedimentos de higiene e relatar casos. Não obstante, vale salientar o caráter coercitivo dessas comissões que, desta vez não eram presididas por médicos, mas por militares, padres e o tal comendador, cujos títulos, por si só já causariam constrangimento aos visitados.³⁰⁸.

O hospital geral, administrado pela irmandade Santa Casa de Misericórdia era também dotado de um Regimento interno que regulava a vida de empregados e internados, constituindo uma rotina de atividades que garantia o seu funcionamento. Seu artigo número um bem define a que ele se destina: “O serviço dos hospitaes a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Manáos divide-se em econômico-administrativo e sanitário.”³⁰⁹ Neste documento encontramos a série de critérios que condicionavam a admissão na instituição, na qualidade de interno: os pobres deveriam apresentar comprovação de sua situação emitida pelo pároco de sua origem ou qualquer autoridade policial ou judicial, salva-guarda fosse conhecido do mordomo responsável pela inspeção mensal; os colonos e migrantes desvalidos, deveriam estar munidos de

308 Fala do Presidente da Província do Amazonas, José Jansen Ferreira Junior, 25 de março de 1885, pp. 10-12.

309 Regimento Interno do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Aprovado em Sessão da Mesa Administrativa, em 17 de Dezembro de 1904, Manáos, Typ.. de J. Renaud & C., Rua Itamaracá, 1905.

comprovante emitido pelas autoridades responsáveis pelas colônias destinadas ao assentamento de migrantes; os pensionistas deviam fazer depósito antecipando 10 dias de internação e, em caso de prolongamento da doença, o depósito deveria ser renovado e caso não o fosse, o doente seria transferido para a ala de indigentes.

A observação da moralidade e da conduta também era exigida aos enfermos, os quais deveriam tratar respeitosamente a equipe médica e se comportar com pudor.

Sendo um instrumento do poder público, a Santa Casa reproduzia a hierarquia social na distribuição de leitos, prevendo em seu regulamento quatro categorias de atendimento: 1) os pertencentes à irmandade; 2) pensionistas; 3) moribundos; 4) moléstias contagiosas. As Enfermarias foram distribuídas em gerais e particulares, cuja primeira era destinada aos pobres e presos, sendo estes últimos isolados por sua condição de cárcere; já as particulares eram destinadas aos sócios e pensionistas. Estes últimos eram divididos em classes conforme as tabelas de pagamento. Estava prevista ainda uma enfermaria para crianças, as quais se não tivessem amparo ou cujos pais viessem a falecer durante o tratamento, deveriam ser encaminhadas ao Juiz de Órfãos³¹⁰.

As distinções estavam para além da distribuição de leitos, pois os indigentes só podiam usar os jardins, com autorização médica e durante os horários de 6-8 da manhã e 4-6 da tarde. Já os pensionistas, mediante prescrição médica, tinham uso livre do jardim e visitação de parentes fora dos horários de visita e ainda, permissão para sair temporariamente, quando o médico autorizasse. O indigente era tido de sua liberdade, pois a tinha perdido ao ser recolhido à Santa Casa, enquanto que o pensionista mantinha a integridade de sua vontade.

Já o regulamento de 1912, previa além da internação, o tratamento cirúrgico, e alterava a condição dos sócios, os quais deveriam arcar com 50% das despesas tabeladas a pensionistas, salvaguarda tivessem empobrecido, caso em que seriam atendidos gratuitamente³¹¹. Essa medida relacionava-se diretamente com o início da crise da borracha e dificuldades financeiras enfrentadas pela administração, principalmente em função da subvenção do estado que a cada ano repassava menos as verbas previstas nos

310 Regimento interno de 1905 e de 1909. Não há diferenças significativas entre os três regimentos consultados no tocante aos tópicos que privilegiamos neste estudo.

311 Regimento Interno dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia do Amazonas, Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial, 97, Rua Municipal, 1912.

orçamentos. Os portadores de moléstias contagiosas deveriam ser isolados, como é o caso da elefantíase no Umirizal e varíola no São Sebastião e a enfermaria de tuberculosos, anexa ao Hospício Eduardo Ribeiro. O número de indigentes, custeados pelo Estado, era um grupo formado por homens e mulheres vindos do interior ou moradores na capital e ainda, os presos. Os cearenses ocupavam o segundo lugar nas estatísticas entre os indigentes, sendo a maioria integrante da população local. Este contingente sempre foi muito superior ao número de pensionistas, o que gerou uma dívida do estado para com a Provedoria ao longo dos anos, pois nem sempre a verba destinada pelo erário era repassada aos cofres do Hospital. Os pensionistas estavam divididos da seguinte forma: contribuinte, armada, guarda policial e aprendizes de marinheiros; isto implicava que só um quarto dos pensionistas contribuía efetivamente com a instituição, já que os demais também eram custeados por entidades do Estado, cujos pagamentos de diárias e mensalidades estavam sempre em atraso.

Em 1898, Fileto Pires, governador do estado, indignou-se diante do Congresso de Representantes, revelando que a entidade funcionava quase que exclusivamente às expensas do erário. Segundo este documento, o estado arcava com 150:000\$000 de subvenção, além de 46:790\$000 com o custeio de pensionistas das praças da força pública, enquanto que a soma das jóias, anuidades, diplomas donativos, esmolas e rendimentos patrimoniais não passavam de 8:700\$000.³¹²

A instituição cresceu significativamente ao longo dos trinta anos que se seguiram da sua criação e a estratificação dos doentes tendia a se modificar. Ao final dos anos de 1914, já enfrentando as consequências financeiras da crise da borracha e da guerra, o hospital constaria de enfermarias para pensionistas de 1ª, 2ª e 3ª classe, cujas diárias tinham preços diferenciados.

A Santa Casa possuía ainda o atendimento de “banco”, nome dado à repartição destinada ao atendimento clínico de pessoas doentes que não dispunham de recursos para o tratamento de seus males. Alguns relatórios internos, como o de 1908³¹³, referem-se ao fato desses indivíduos não quererem ser internados, por serem suas moléstias de gravidade atenuada. Outra reclamação é a de que os preparados farmacêuticos eram abandonados pelos usuários do Banco, indicando a recusa de tomar

312 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Fileto Pires Ferreira, de 4 de março de 1887, p. 18.

313 Relatório Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Lazaro Bittencourt, de 1 de janeiro de 1909, p. 12.

remédios. Nossa suposição é a de que o costume de consumo de ervas e rezas falava mais alto que a ciência que o Estado ofertava. Esta prática causava inúmeros prejuízos, já que os preparados feitos ou adquiridos pela farmácia da Santa Casa acabavam se deteriorando.

A instituição funcionava com base na subvenção pública, acrescida de renda líquida de loteria, jóias e anuidades, das mensalidades dos sócios, diárias de pensionistas, doações de particulares, de emolumentos, aluguel de carros fúnebres e eventos beneficentes. Os provedores insistiam constantemente na formação de um patrimônio a fim de gerar recursos para custear o tratamento dos indigentes, uma vez que o número de internos aumentava sucessivamente. Várias sugestões eram recorrentemente dadas aos presidentes da Província, já que a dívida que mantinha com a Instituição se acumulava ano após ano, desde sua fundação. Aquisição de próprios urbanos, criação de impostos específicos para custear atendimento de indigentes, criação de quotas dos orçamentos das municipalidades e até doação de seringais existentes em terras devolutas aparecem como solicitações nos relatórios encaminhados à presidência provincial. Algumas câmaras municipais votaram a destinação de verba para constituir o patrimônio da Santa Casa, porém o dinheiro não chegava à instituição, aumentando as dívidas da entidade. Dois prédios urbanos foram doados e eram alugados a terceiros com finalidade de aumentar os fundos, mas o atraso dos pagamentos acabava por acarretar prejuízos.

O estatuto de 1905 previa uma receita formada a partir de tributos criados especificamente para efeito de caridade, tanto por parte do estado quanto da União (imposto de caridade) e auxílio anual das intendências mediante o compromisso de receber enfermos indigentes das localidades contribuintes, contanto que o transporte fosse feito pelas respectivas intendências.

Dentre os gastos efetuados pela entidade, avultavam-se os relativos à farmácia. Além de ministrar drogas aos internos, estas eram distribuídas aos atendimentos clínicos, visitas domiciliares a bairros pobres realizadas pelas tais comissões sanitárias, e às demais instituições de abrigo mantidas pelo estado. Desde 1898, a inspetoria de Saúde Pública determinou que as prescrições feitas a pobres e indigentes do estado fossem aviadas pela farmácia da Santa Casa. A idéia era de que, sendo uma entidade

sem fins lucrativos, o fornecimento de drogas teria seu custo diminuído³¹⁴. Muitos dos medicamentos eram importados da Europa e dos Estados Unidos. Dentre as medidas para contenção de despesas a fim de equilibrar o orçamento deficitário, estava a proibição do uso de fórmulas estrangeiras, cujos preços flutuavam acima das tabelas dos fornecedores contratados para abastecer a casa. Em 1908, apesar das proibições, o corpo médico da Santa Casa insistia em receitar medicamentos com componentes estrangeiros, onerando a despesa do hospital. A “água de vichy”, empregada para fins de purificação das vias respiratórias e males cutâneos, era um dos mais altos custos da farmácia. Para diminuir os gastos, foi comprada uma máquina para compor a “água” no próprio estabelecimento, cujo consumo chegava a dois mil litros por mês. O custo foi reduzido em 1/3.³¹⁵

Entretanto, algumas doenças demandavam fórmulas com componentes importados, o que gerava medidas de contenção por parte da Provedoria e reclamações dos médicos que acompanhavam o desenvolvimento de drogas na Europa e supunham que o seu uso era essencial para o restabelecimento dos doentes.

O despertar da República aumentaria ainda mais a importância da Santa Casa de Misericórdia no controle e distribuição de indigentes. Nos anos iniciais, o recém nascido Estado do Amazonas mantinha a alta dívida com a Instituição. Com a subida de Eduardo Ribeiro ao poder, a Inspetoria de Hygiene Pública assumiu um papel agressivo na investida contra os males da cidade e a questão da localização do Hospital da Misericórdia e do Cemitério público foi colocada em foco.

Este órgão, agora refletindo a suposta luz do esclarecimento alcançado pela sociedade civilizada, empenhar-se-ia em levar a cabo as idéias já semeadas nos últimos anos do Império e pelo cetro positivo de Eduardo Ribeiro a cidade se ergueria das sombras impostas pela floresta!

Quando ainda a sciencia não havia inaugurado a nova era à hygiene pública, esforçando-se por projetá-la no âmago da organização política, subordinando-a á um plano condenado à educação e propaganda, os preceitos sanitários flucturaram aos *vai-véns* das mais extravagantes theorias e práticas.³¹⁶

314 Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, de 11 de Junho de 1900, seção Socorros Públicos.

315, Relatório do Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Lazaro Bittencourt, de 1 de janeiro de 1909, p. 11.

316 Relatório do Inspector Interino da Higiene do Estado, Dr. Henrique Alvares Pereira, de 20 de Junho

Em discursos inflamados, o diretor interino da Inspeção condenava todos os trabalhos feitos até então, colocando o sanitarismo acima da educação. Se no Império pretendia-se através da educação modificar hábitos, costumes e transmutar a forma de pensar e se comportar, agora a ação médica se sobreporia aos valores, próprios de culturas diferenciadas. E verbosamente, esclarecia o que pensava.

Não poucas vezes nos vimos em mortalhas dos mandamentos religiosos; outras, em algumas resumidas e inexecutáveis fórmulas legislativas. No Pentateuco, Moisés mostrou sua phase theocrática; no código Sparthano, Lycurgo assignalou a sua phase civica; o semitismo judeo reencontrado na noção sombria de um Jehovah vingador, crea uma hygiene especial, fraca asphixiada nas mãos do fanatismo; enfim em cada sociedade, cada povo tinha uma falsa idéa do valor das medidas sanitárias aconselhadas pela hygiene e subordinavão esta aos maiores caprichos do seu espírito...³¹⁷

Nenhuma forma de saber tradicional resistiria à ação da saúde pública! Todo conhecimento provindo da experiência cultural era considerado falso! Somente esta nova ciência se ergueria como verdade!! A pretensão de aniquilar o mito e a solidariedade naturais, típicas das histórias das sociedades coletivistas agora se materializava na ação prepotente de um saber artificial. Neste afã heróico de salvar almas através de um saber verdadeiro, os emissários da ciência moderna construíram novas crenças e valores, cuja força de ação apoiava-se na mais antiga das armas utilizadas para coagir um povo: o conhecimento e a força. O conhecimento aqui se curvava aos ditames do poder estabelecido, tornando-se instrumento de subordinação e segregação social.

Enquanto verdade, a tal ciência de que se vangloriava o nosso ilustre inspetor, nada mais era que uma vaga teoria de miasmas, baseada nos odores e nas mudanças climatéricas, difundidas na Europa oitocentista. Tão impregnada de crenças e fanatismos quanto acusa nosso orador de o serem os saberes tradicionais. Segundo Margareth Rago, este saber glorioso de nossos sanitaristas não passava de uma tese sobre a influência dos elementos da natureza sobre o organismo humano. Num misto de mecanicismo cartesiano e vitalismo francês, a sociedade passava a ser representada como um organismo sujeito às intempéries:

Ao mesmo tempo, pensava-se que a vida só poderia ser pensada em relação às influências exteriores que interagem sobre elas, como clima, luz, o ar, o sol, a

de 1893, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 10 de Julho de 1893, p. 70.

317 Idem.

água, segundo uma linha de pensamento herdada de Lamark, de Étienne Saint Hilaire, dos médicos do século XVIII, entre outros. Nesse sentido, uma vez que o meio ambiente era considerado como o responsável principal pela saúde do corpo social e, ao mesmo tempo, de cada indivíduo – membro constitutivo da totalidade social –, a medicalização da sociedade implicaria a criação de condições ambientais que favorecessem a circulação de fluídos, a formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada.³¹⁸

A teoria dos miasmas por nós já referida um pouco acima, ainda baseava-se em antigas crenças gregas sobre os elementos e a noção de equilíbrio e simetria. A doença resultaria do desequilíbrio dos fluidos corporais, em consequência das mudanças de clima, evaporações, condensações aspiradas na respiração. Este pensamento se encontra no bojo da oposição sociedade – natureza, em que se imbricavam os iluministas, cuja natureza devia ser dominada a fim de que o progresso pudesse garantir a supremacia da humanidade na terra. Tal pensamento disseminado num país tropical tinha implicações gigantescas. A capital Manaus, assim como as vilas e aldeamentos ao longo dos rios era justamente o lugar dos miasmas e a sociedade civilizada o seu invasor. Portanto, ao se pronunciar de tal maneira logo na sua primeira carta de intenções, nosso ilustre inspetor trazia para si uma tomada de atitude ademais violenta, que pretendia extirpar tudo o que dissesse respeito aos saberes e modos de viver locais e, ainda, as marcas da força da floresta que insistiam em permanecer na cidade. Todas essas resistências seriam tratadas como cancros³¹⁹, os quais deveriam ser extirpados cirurgicamente do organismo social, a fim de salvaguardar a vida.

Além dos igarapés e das moradias ditas insalubres, desvalidos, indigentes, mendigos, desordeiros seriam o alvo da ação da inspetoria sanitária. Cinco artigos são previstos nesta carta de apresentação que apontam para os alvos da inspetoria:

- Art. 1º Saneamento do solo, exgottos, águas pluviaes, abastecimento d'água.
- Art. 2º Remoção e destruição do lixo e limpeza pública;
- Art. 3º Vaccinação e revaccinação;
- Art. 4º Habitações especialmente às classes operárias;
- Art. 5º Remoção do Hospital de Caridade, arrasamento do Cemitério de S. José, construcção de hospitaes para loucos e leprosos.³²⁰

Em meio à radicalização das ações sanitárias, no ano de 1893 a Santa Casa de

318 RAGO, op. cit., p. 167.

319 Idem.

320 Relatório do Inspetor Interino da Higiene do Estado, Dr. Henrique Alvares Pereira, de 20 de Junho de 1893, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 10 de Julho de 1893, p. 71.

Misericórdia assumia a função de despachar para seu lugar de origem aqueles doentes cuja cura não seria possível, passando a constar na sua despesa as passagens de retorno de moribundos à terra natal. Os moribundos tornavam-se mais um dos cancros a serem subtraídos do cenário manauense. Neste ano, entre julho e dezembro, foram encaminhados nove migrantes, sendo que um morreu antes que sua passagem fosse concedida. Um livro de ofícios padronizado foi aberto e, sem maiores detalhes sobre seu estado, as pessoas eram relacionadas; da seguinte forma:

Estado Federal do Amazonas
 Provedoria da Santa Casa de Misericórdia em Manáos, 3 de Julho de 1893
 nº 37
 Ao. Excmo.Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro
 – Governador do Estado

Não podendo os indigentes Francisco Alexandre Pinto *curar-se radicalmente* no hospital a cargo desta Santa Casa e necessitando por isso mudar-se para o Estado do Pará, conforme o atestado do Dr. Marcelino da Silva Perdigão, médico deste estabelecimento, solicito a V. Exc^a as necessárias ordens no sentido de ser dadas ao mesmo indigente uma passagem de terceira classe deste Porto ao d'aquelle estado, no primeiro paquete a sahir, do Loyd brasileiro, em sendo as despesas por conta da Santa Casas de misericórdia.

Saúde e Fraternidade
 Manuel J^c. J Oliveira Miranda³²¹

Os termos grifados foram repetidos nos seis ofícios que encontramos para o período, sem que alguma elucidação da expressão fosse indicada. Restou-nos compreender que era o estado moribundo (leia-se “à beira da morte”) que motivava o despacho. Luiz Correa de oliveira, Francisco Zeferino, Manoel Pedro d'Alcantara, João Lourenzino e Raphael, acometido de beribéri, seguiram para o Ceará; Francisco Alexandre Pinto, Francisco Florindo da Silva, Cassiano Cabral, Antonio Bernardino, este último também com beribéri seguiram para o Pará. Já Francisco Magno, faleceu em 21 de julho, conforme ofício do dia 24 do mesmo mês. Este tipo de encaminhamento multiplicou-se ao longo dos anos e em 1899, a Santa Casa financiou 53 passagens para moribundos entre os meses de janeiro a maio³²².

A caridade em relação à morte era também preenchida de intenções. Era incômodo o crescente número de óbitos, assim como a ausência de lugar apropriado para enterrar aqueles que faleciam. A categoria dos moribundos, dentre os indigentes,

321 Ofícios da Santa Casa , Julho a Dezembro de 1983, Manuscritos, IGHA.

322 Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Amazonas, Pedro Henrique Cordeiro Junior, anexo ao Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, de 11 de Junho de 1900, p. 404.

importava muito pouco, bastando arrumar-lhes um lugar para morrer. Abaixo dos moribundos, em grau de importância, ficavam ainda os loucos, cujo confinamento era feito sem os cuidados necessários. A estes últimos, nem a preocupação higienista, tão cara a inspetoria sanitária, tinha lugar. Bastava confiná-los fora das vistas da cidade.

Em 1898, Fileto Pires, sucessor de Eduardo Ribeiro, contratava a obra do novo Hospital da Misericórdia, pretendendo aumentar suas instalações. Mas é na fala de Ramalho Junior (1900) que encontramos as reais intenções da obra:

... será um estabelecimento á altura de nossas necessidades, um benefício incalculável, não só para a população pobre, mas para os estrangeiros sem família, que não se podem tratar em domicilio e que succumbem muitas vezes aqui, á mingua de socorros que lhe são necessários, e do conforto imprescindível aos organismos depauperados. Quiça se considere a elevada importância a dispendir com o hospital, mas um exame detido do contrato demonstrará que com quantia inferior, nada se poderia fazer de bom. ... Além d'isso, a influencia directa de um bom hospital é de um alcance incalculável para a immigração: o estrangeiro que se arreceia de vir ao Amazonas, temendo ver-se aqui desamparado de socorros, caso as moléstias e o clima o ataquem, sabendo que os socorros são infalíveis, na zona para onde teme se transportar, verá eliminado o seu receio e sem hesitar virá trazer-nos espontaneamente o concurso de seu trabalho, esse trabalho que nós todos desejamos para rápido incremento da prosperidade da nossa pátria, á riqueza natural de cujo solo é necessário addicionar á actividade, uma população numerosa.³²³

A filantropia, enquanto uma ação racionalizada com a finalidade de dar solução aos problemas engendrados pelo projeto modernista, sempre procurou fins úteis para a antiga caridade cristã. O pomposo argumento do governador é uma mostra disso, na medida em que justificava a ampliação do hospital com a finalidade de contribuir para a propaganda que se fazia no exterior para arregimentação de imigrantes, conforme indicamos no capítulo 2.³²⁴

Em 1901, o governador Silvério Nery redirecionou a verba da construção, alegando que o projeto original era demasiadamente caro, autorizando a sua reelaboração, pois “*um plano mais modesto e sufficiente para a nossa população*”³²⁵.

O hospital tinha um sistema de esgotos deficiente, e suas latrinas, sempre cheias, exalavam um mau odor que incomodava pacientes e empregados, constituindo-se como tema de discussões sobre a influência dos odores fétidos na recuperação dos doentes.

323 Mensagem Governador do Estado do Amazonas, José Cardoso Ramalho Jr., de 10 de Julho de 1900, p. 20.

324 Cf. página 83 do presente trabalho, serviço de propaganda encomendado a Tapajós em 1896.

325 Mensagem Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, de 15 de Janeiro de 1901, p. 14.

Água e esgoto constituíram-se temas recorrentes nos relatórios da Seção de obras Públicas do estado. O abastecimento era irregular em toda a cidade de Manaus e em vários pontos da cidade os esgotos corriam a céu aberto, como denunciara Alfredo da Matta no trecho que relatamos no capítulo 3.

Apesar de todos estes problemas, a curiosidade científica transformou o hospital em lugar de observação das doenças tropicais, lugar de treinamento para os médicos que integravam as comissões de higiene pública.

A pedido do ilustrado Chefe da Comissão de Saneamento de Manáos, o exco. Sr. Dr. Marcio Nery, em 18 de abril foi posta á disposição dos membros d'aquella comissão científica a enfermaria nº 5 do hospital geral, para nella serem feitas as observações necessárias ao estudo da pathogenia amazonense. ... têm sido recolhidos a essa enfermaria os indivíduos atacados de impaludismo chronico em qualquer de suas graves modalidades, os beribericos, amarellentos, e outros cujas afecções se prestavam aos estudos especiaes de observação clinica que se têm dedicado aquelles ilustres professionaes.³²⁶

As instalações da Santa Casa e seu corpo médico também prestavam serviço à Secretaria de Segurança Pública, cedendo espaço e profissionais para realizar necrópsias³²⁷ e exames de corpo delito, como o da pequena F. que comentamos no início de nosso trabalho. A Santa Casa convergia as ações tanto da secretaria de Saúde e Higiene Pública quanto da Secretaria de Segurança. No que tange esta última, a Santa Casa fazia-se necessária essencialmente por dois fatores: o primeiro era o de dar vazão às ocorrências de acidentados, vítimas de brigas e crimes ou ainda o recolhimento de indigentes; o segundo, era por conta do desenvolvimento da criminologia, ciência que era ensaiada pelas autoridades locais e necessitava de apoio de profissionais de saúde e pareceres médicos, bem como um local apropriado para exames de corpo delito e necrotério, que se constituísse num gabinete de medicina-legal, já que a Secretaria não possuía lugar próprio para isso. Apesar das dificuldades de espaço e precariedade das instalações, a instituição funcionava a serviço das intenções das instituições governamentais, embora, por diversas vezes isso gerasse conflito de interesses, já que a Provedoria, quando em dificuldades administrativas, recusava-se a prestar certos serviços à Secretaria de Segurança Pública, conforme reclamava o desembargador

326 Relatório da Administração dos Estabelecimentos a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Manáos Apresentado às mesas d Assembléa Geral e Administrativa em sessão de 1 de Janeiro de 1906 pelo provedor Coronel Affonso de Carvalho, p. 8.

327 Relatório do Chefe de Segurança, Raul Augusto da Matta, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, de 10 de Julho de 1904, Acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições do Estado, p. 215.

Chefe de Polícia, Raposo da Câmara, em seu relatório sobre as ocorrências do ano de 1909: “O único necrotério existente é o da Santa Casa de Misericórdia que, muitas vezes, se tem recusado a cedê-lo, como também há negado seus empregados para auxiliarem os medico-legistas.”³²⁸

A boa vontade e a caridade não eram superiores a estética e à curiosidade científica burguesa. Enquanto o hospital se afundava em dívidas por falta de repasse das subvenções que o estado tinha se comprometido a dar, assim como seus sócios, após adquirirem seus títulos, dificilmente pagavam as anuidades, as obras de embelezamento e o consumo de bens importados no comércio local cresciam na fase da *Belle Époque*.

Em 1906 a receita da Santa Casa previa sua maior arrecadação: aumentou o número de sócios, receberia erário provindo do Imposto de Caridade instituído pelo governo federal e estadual, alugaria dois prédios doados no perímetro urbano, receberia doações mensais do Jornal Amazonas, os dividendos da loteria federal, doações, ressarcimento do empenho em remédios para os estabelecimentos públicos do estado etc. Entretanto, principalmente as rendas públicas não foram repassadas.

A aquisição de diplomas de sócios não representava segurança para a receita. Eram aceitas muitas pessoas físicas, mas isto não significava aumento da renda, pois a maioria que adquiria os títulos não pagava as mensalidades. Em 1907 constavam 370 pagantes e 595 em atraso.

Em contrapartida, o número de atendimentos era acrescido dia após dia. O surto de tuberculose que chegou a cidade em 1908 gerou a demanda de uma ala específica de isolamento, de preferência, longe da área do hospital e, se possível, fora da cidade. Os tuberculosos foram inicialmente alojados nas enfermarias comuns. O “isolamento”, necessário pelas condições de transmissão da doença, foi feito numa sala improvisada. Havendo necessidade de criar um local especial para os moribundos, já que a ciência médica não considerava ideal para os convalescentes observar o estado mórbido, logo uma solução prática se esboçou: depositar os moribundos na ala dos tuberculosos. Não é preciso ser médico para saber o resultado! Logo a incidência de moribundos que iam a óbito aumentou. As estatísticas consistiam numa preocupação e o aumento de mortes na ala dos tuberculosos levava a números contestáveis, pois não se podia determinar se todos os óbitos da enfermaria eram causados por tuberculose. Neste mesmo ano, foi

328 Relatório do Desembargador Chefe de Polícia, J. Lucas Raposo da Câmara, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1910, p. 78.

tomada a decisão de remover os tuberculosos para um galpão anexo ao Hospício Eduardo Ribeiro, sob a orientação e cuidados do médico Dr. Virgílio Ramos.³²⁹

O ano de 1908 foi considerado bom para a administração, que conseguiu realizar diversos melhoramentos nas instalações e aumentar o número de atendimentos. Mas este seria o derradeiro para a Santa Casa. A partir da década de 10, os relatórios passaram a refletir o impacto da crise de finanças do estado sobre sua administração: diminuição do número de sócios e inadimplência. O repasse das verbas públicas diminuiria ano a ano, assim como o número de sócios pagantes. Em 1914, o estado repassou menos de 50% da previsão de subvenção. Dos 200:000\$000, previstos na lei de orçamento, foram repassados apenas 90:000\$000.

Em função das dificuldades da administração, em março deste ano a mesa se reuniu para tomar medidas que evitassem que a casa fechasse suas portas. A crise chegou ao ponto de não haver víveres para o preparo do almoço dos doentes. Como medida emergencial para arrecadar fundos, a mesa resolveu: conceder 50% de abatimento aos sócios com mais de dois anos de atraso, a ser quitado em 60 dias, sem o que, os devedores seriam eliminados; deduzir 50% dos custos das jóias e anuidades dos sócios, criar uma enfermaria de 2ª classe para mulheres, com cobrança de diária e cortar o fornecimento de Água Vichy aos não pensionistas.

O quadro de funcionários da farmácia foi substituído por irmãs de caridade, mandadas vir especialmente para este fim, a exceção do farmacêutico chefe. Os credores passaram a receber como pagamento por serviços prestados, apólices da dívida pública do estado.

O aumento da população ociosa nas ruas e o decreto que extinguiu a mendicância em Manaus, no ano de 1910, tornaram a ação da polícia mais incisiva e um grande número de indigentes era encaminhado ao hospital. No interstício deste caos, o asilo de alienados foi desvinculado da Santa Casa e o hospital geral passou a recusar os casos de tuberculose.

Sem recursos, a Santa Casa funcionaria precariamente até a entrada do Estado Novo, quando uma nova febre da borracha se abateria sobre a cidade.

329 Relatório do Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, Lázaro Bittencourt, de 1 de Janeiro de 1909, p. 15.

4.1.1 O HOSPÍCIO EDUARDO RIBEIRO

Nos anos finais do Império, o crescimento da população do Amazonas, em sua maioria migrantes, aumentava o número de indivíduos sem trabalho e que passavam necessidades, o que gerava a demanda de criação de mais e mais espaços de recolhimento. O Hospício Eduardo Ribeiro foi mais um desses espaços. No período provincial, alguns indivíduos do segmento empobrecido, cujo comportamento era considerado fora do normal, em geral pegos em situação violenta, criminal, eram enviados para o Pará, a fim de serem recolhidos em estabelecimentos para alienados daquela região.

Na noite de 23 de setembro foi acometido de alienação mental o indivíduo João Jose da Silva Larangeira, sendo recolhido na cadeia, por haver tentado ferir um seu cunhado de nome Casemiro, sendo depois transferido para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, donde embarcou para a província vizinha.³³⁰

Não encontramos no texto a que pertence o trecho tirado do Relatório provincial do ano de 1886, nenhuma descrição do que seria esta “alienação mental” que motivou a internação de João. Supomos que um simples comportamento agitado, como no caso já citado no capítulo 1, da menina F., de comportamento linfático, era suficiente para a classificação de alienado.

A história da psiquiatria no Brasil está diretamente relacionada às políticas de construção da civilização brasileira, as quais passaram pelas questões raciais que eram discutidas pela classe médica de época. Para a maioria dos cientistas brasileiros, a composição mestiça da população era um fator preocupante, já que negros e indígenas seriam espécimes inferiores intelectualmente e com tendências lascívia³³¹, o que comprometia a sanidade necessária exigida pelos pressupostos da modernidade. Já para Maria Clementina Pereira da Cunha³³², além destes fatores, a “inadaptabilidade social” dos indivíduos constituía um fator determinante no discurso da medicina social. A autora interpreta a criação dos asilos de alienados como uma das políticas engendradas pelo sistema burguês para controlar a sociedade, tornando-se tais “Casas de Eurates” um lugar de confinamento daqueles que não se enquadravam nos comportamentos exigidos

330 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, de 25 de março de 1886, anexo n.1, relatório do chefe de Polícia, Francisco Rodrigues Setle, p. 7.

331 Cf. ENGEL, op. cit., p. 176 e BAPTISTA, op. cit., p. 117.

332 CUNHA, op. cit., p. 31.

pela sociedade moderna. Aliando estes raciocínios ao estudo de Sidney Challoub, inferimos que os loucos, essencialmente pertencentes às classes empobrecidas, cujos indivíduos eram essencialmente mestiços, tornaram-se alvo de vigilância e preocupação. Enquanto “classes perigosas”, os pobres poderiam ser acusados de alienados, quando apresentavam comportamentos indesejáveis em público, além de costumadamente serem classificados de desordeiros e propensos à criminalidade. Com o aproximar-se da República, o discurso eugenista e disciplinar enfatizava a necessidade da criação de hospitais especializados no recolhimento de alienados, como o que já tinha sido edificado no Rio de Janeiro. No Amazonas, os tópicos dos relatórios policiais registraram o aumento de incidências como esta que exemplificamos acima, demandando a criação, precária que fosse, do hospital de alienados. Em 1895, sob a responsabilidade da Santa Casa, foram instalados os “doentes”, dando início assim o recolhimento dessa categoria de indigentes. Os “loucos” constituíam o grupo menos favorecido entre os alvos da diretoria de higiene. Nas palavras de Fileto Pires, sucessor de Eduardo Ribeiro no governo do estado:

Anexo ao Hospital, funciona o Hospício de Alienados, que embora desprovido do essencial à sua organização, contudo bons e reais serviços vae prestando.

A assistência a alienados nesta cidade não existe, o serviço que ora é feito atesta sommente o mais insignificante esforço, humanitária tentativa de meu antecessor.³³³

A fala do governador apresenta uma contradição. Se o anexo era desprovido do essencial a sua organização, como ele prestaria bons e reais serviços à comunidade manauense? Só podemos inferir que o bom serviço a que o governador se refere é o de tirar os loucos do campo de visão das ruas da cidade. Reforçamos a informação de que estes eram indigentes, ou seja, excluídos das relações de trabalho, tornados impossibilitados de prover sua subsistência, já que não há registros de loucos nas enfermarias de pensionistas da Santa Casa. A “loucura” era um mal que acometia os pobres, cujo incômodo disfarçava-se de piedade, a qual se transfigurava em confinamento. Na sequência, veremos em que o suposto humanitarismo de Eduardo Ribeiro, que criara o asilo de alienados em 1894, vai se transformar, já que o tratamento para alienados não existia na cidade.

Fileto Pires, diante do quadro lastimável do hospital, propôs a assembléia que os enfermos fossem embarcados para a capital federal, lugar em que os primeiros

³³³ Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Fileto Pires Ferreira, de 4 de março de 1887, p. 18.

experimentos com a saúde mental estavam sendo feitos³³⁴. Porém esta solução nunca foi adiante, permanecendo o hospital como um depósito de gente. O Hospício, edificado sem cuidados, fora da cidade, foi durante todo o tempo estudado, relacionado como um “sorvedouro de vidas”. Sem funcionários especializados, os acometidos de alienação mental estavam sujeitos a todo tipo de doenças e infecções, ressaltando-se o beribéri, que ao longo dos anos levava quase 50% dos internos à morte conforme o relatório de Negócios do Interior de 1900. O estabelecimento poderia ser caracterizado como um lugar de confinamento e afastamento dos enfermos da “boa sociedade”, sem que isso representasse tratamento, conforme denunciava o Jornal A Patria em 1898.

Hospicio Eduardo Ribeiro. - Mais uma vez chamamos a atenção do Coronel Chefe da Secretaria da Indústria para o estado deste hospício.

Os doentes têm morrido de Beriberi e o S.S. está sciente disto; mas até hoje não tomou providências para serem removidos os pobres enfermos que vão buscar a cura e encontram a morte, causada, não pela loucura, mas pela beriberi.

Não queremos com isto magoar ao illustre secretário, apenas pedimos-lhes que lance suas vistas para aquelle estabelecimento digno de melhor local para recolher os alienados.

Esperamos que o illustre coronel Pedro Freire, caridoso, como é, fará mais este benefício aos desgraçados loucos que estão recolhidos ao Hospício, mandando-os remover para um outro prédio que tenha hygiene, para assim salvar os poucos doentes que ali existem.

Consta-nos o Sr. Provedor da S. Casa pedido providência sobre tal assumpto e até hoje não foi attendida sua representação.”³³⁵

O caso do beribéri constitui uma infeliz curiosidade: àquela época, a doença era concebida como um mal contraído pelas péssimas condições de higiene em que se encontravam as pessoas por ela acometidas. Os sintomas relacionados ao mal incluíam perda de memória, pauperização do corpo e falta de controle motor, fato que evoluía até o ponto dos doentes não poderem mais se locomover. Hoje sabemos que a doença é decorrente da falta de alimentação adequada e que seus sintomas iniciais sugerem a perda das faculdades mentais. Em pesquisa realizada através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)-UFAM, em 2000³³⁶, Ivan Viana do Nascimento sugere que a maior parte dos internos no Hospício era oriunda dos seringais, lugar em que a cruel forma de exploração impedia que os seringueiros tivessem horta e criações próprias, tornando-os dependentes dos comércios

334 Idem, p. 18-19.

335 Jornal A Pátria, anno I, nº 57 de 13 de novembro de 1898, p. 1.

336 NASCIMENTO, Ivan Viana do, História da mendicância na cidade de Manaus (1890-1950). Relatório Final PIBIC/UFAM-CNPq, Manaus, 2000.

estabelecidos pelos proprietários. Desse modo, os seringueiros eram obrigados a consumir enlatados, farinha e carne seca fornecidos por um sistema de endividamento que os aprisionava no seringal. Sua dieta era, portanto, extremamente pobre, carente de leguminosas e frutas que permitissem o bom funcionamento do metabolismo. Os sintomas iniciais da doença foram interpretados como perda das faculdades mentais, o que levava a sua reclusão no Hospício. Lá chegando, seu quadro geral se agravava, levando-os a morte. Tais indícios nos levam a crer que além da falta de higiene do estabelecimento, os internos também sofriam com uma alimentação inadequada, o que os impedia de melhorar. O confinamento no hospício configurava-se, portanto, numa sentença de morte. Grave é ainda pensarmos que muitos desses internos não eram loucos, mas sofriam de inanição, fato que se perpetuava na instituição, já que os relatórios constatam a piora de seu estado de saúde.

Em 1902, o “Jornal Quo Vadis?” publicava uma carta do Provedor da Santa Casa, Comendador Maximiliano José da Mota, que anunciava a colocação de caixas de esmolas em alguns estabelecimentos da cidade a fim de arrecadar fundos em favor do hospital.³³⁷ No arremate da matéria, o redator faz o seguinte comentário:

Apezar disso, não podemos deixar de lamentar que o instituto dos loucos esteja nas condições de implorar o auxílio público, maximé em uma terra faustosa e rica, onde alguns vivem em absoluta abundância, outros em modesta pobreza e indiferentes muitos á miséria que acabrunha muitos de nossos irmãos. Há, talvez, em acusar de indiferentismo, alguma injustiça nossa, pois queremos crer que, se todos conhecessem as misérias que lavram por ahi, nem ricos, nem remediados deixariam de estender mãos caridosas aos desvalidos, aos que perderam o supremo bem da razão.³³⁸

O comentário mordaz do redator aponta para a diferença social e para o estado lastimoso do hospital, acusando as classes privilegiadas de serem indiferentes à situação dos pobres na cidade. No número seguinte, o Provedor resolve dar uma explicação para a decisão de pedir esmolas ao grande público:

Ilmo. Excmos. Redactores do “Quo vadis?”

Prezadíssimos srs. - agradecendo-vos a gentileza com que acolhestes o meu pedido, acceitando e collocando em vossa officina de honrado trabalho, uma caixa para recolher esmolas para os doidos do “Hospício Eduardo Ribeiro”, cabe-nos ainda dar uma explicação, e com a devida venia, entro no assumpto. A bella idéia do meu distincto companheiro de Meza, sr. Abelardo Castro Pereira Rego, não traduz a urgente necessidade de recorrermos á

337 Jornal Quo Vadis?, n° 10 de 29 de novembro de 1902, p. 1.

338 Idem.

caridade pública para a manutenção d'aquele estabelecimento, mas sim pedir ao rico e ao pobre os restos de suas migalhas desaproveitadas, em benefício dos pobres loucos, a fim de com seu producto, serem-lhes fornecidos pequenos regalos para satisfação de suas exquisitas phantasias.

A idéia não é nova, e o meu companheiro só fez, foi aproveitar o que viu nas grandes cidades que visitou em sua última excursão ao sul da República, confiando nos vossos valiosos auxílios e na bondade generosa da população desta cidade.

Acceitando minha explicação muito penhorado ficará quem assigna-se, de vv. exco., attº, venerador e creado—Maximino Jose da Motta.³³⁹

Num discurso apelativo à boa vontade dos manauenses, pobres e ricos, o comendador retira de seus ombros o peso de tão degradante idéia. Sugere assim que as esmolas não se destinam a manter o hospital, cuja subvenção deveria ser provida pelo estado, mas para dar satisfação as “fantasias exquisitas” dos doentes. A desculpa do comendador, no entanto, não faz o menor sentido, pois as denúncias dos jornais sobre a situação do hospício deixavam claro que se nem as necessidades primárias dos doentes eram atendidas, seria duvidoso acreditar que houvesse alguma preocupação com extravagâncias.

A parte dos discursos, o relatório apresentado à Provedoria da Santa Casa, em 1906, acusa que a situação de precariedade permanecia a mesma até o ano de 1905. O Dr. Fulgêncio Vidal, médico suplente em substituição ao diretor Alfredo Araujo, indicou que “*o béri-beri continua a dizimar os pobres loucos*”³⁴⁰. Diante do estado lamentável do Hospício, em 1905 iniciaram-se as obras de um novo edifício, afastado da cidade, localizado no bairro de Flores. Mas em 1906 as obras foram interrompidas³⁴¹.

Os dois anos seguintes foram dedicados, pelo departamento de Higiene Pública, ao saneamento da cidade, através de um discurso afinado com a propaganda para atrair a imigração estrangeira para a cidade³⁴².

Somente em 1908, finalmente, o estado dignou-se a reformar o edifício. Assumiu então a direção do estabelecimento, em caráter interino, o Dr. Alvaro Guimarães Maia³⁴³, o qual acusava as Provedorias anteriores de negligência para com a

339 Jornal Quo Vadis?, nº 11, de 30 de novembro de 1902, p. 2.

340 Relatório da administração dos estabelecimentos a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Manáos, pelo Provedor Coronel Affonso de Carvalho de primeiro de janeiro de 1906, exposição em anexo.

341 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery em 10 de julho de 1906, p. 35.

342 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery, de 10 de julho de 1907, p. 33.

343 Alvares Guimarães Maia foi também Vice-diretor da faculdade de Ciências e letras da Universidade Livre de Manaus. Cf. BRITO, Rosa Mendonça de, **100 anos de UFAM**, Anais da 61ª Reunião Anual da

casa, que muito distava de um Hospital de alienados.

Mal situado, em um bairro mal são, cercado de igarapés, sujeitos às alternativas de enchente e vasante do rio, era elle até poucos dias um sorvedouro de vidas; todo o esfforço de nossa parte no intuito de melhorar a sorte dos infelizes alli recolhidos, era improffcuo ante a má vontade da administração e talvez da indiferença dos mais de perto responsáveis por aquelle estado de cousas.

Não é estranho á Provedoria a lastimável condição a que chegou o hospício, no tocante á hygiene e aos cuidados devidos aos loucos alli internados.³⁴⁴

Mas o ilustre administrador desfere espinhos a administração anterior para valorizar a sua, em que ele mesmo considera ter sido um pouco melhor, já que reduziu o índice de mortes por beribéri e realizou reformas “higiênicas”. Na verdade, já dissemos no tópico acima que os anos de 1908-1909 teriam sido bons economicamente para a Santa Casa, que recebeu verbas para reformas e compra de aparelhos. Neste biênio, o Hospício recebe o seu moderníssimo aparelho de eletro choque. As melhoras duraram pouco. Surgido um surto de tuberculose, no mesmo ano, resolve-se isolar estes doentes, criando uma enfermaria anexa ao hospício. O diretor Álvaro Guimarães Maia passa a ser também administrador da enfermaria e notifica ao Provedor que os portadores de tuberculose já chegam à enfermaria em estado moribundo. O local não passava de um balcão de madeira, improvisado, e a ida dos doentes para tal lugar assemelhava-se a uma sentença de morte.

O hospital, se assim poderia ser chamado o confinamento de alienados, era o que de pior havia na saúde pública do Amazonas, conforme desabafava Alfredo Araujo:

Quanto ao edifício, bem conheceis de perto as suas más condições higiênicas, tendo ultimamente chegado a casa à ruína. Ainda há bem pouco tempo que V. Exc^a attendendo com solícitude a minha reclamação, teve que substituir duas paredes de taipa que ameaçavam desabar.

Os quartos onde dormem as mulheres estão imprestáveis, apesar dos concertos e remendos que vossa Exc. tem mandado fazer.

Quanto ao isolamento que devem ter as diversas espécies de loucura é impossível fazer por não haver os necessários pavilhões: os loucos vivem numa mescla horrível. Não há um pavilhão de recreio! Vivem os pobres insanos num espaço limitado sem ventilação e luz necessária. Não há um pavilhão de recreio! Vivem os pobres insanos, num espaço limitado e sem ventilação.

É justo, pois Sr. Provedor, que sejam melhoradas as condições de hygiene e tratamento d'aquelles pobres infelizes, que por serem loucos, não deixam de ser nossos semelhantes. Elles mais merecem a nossa compaixão,

SBPC, Manaus, Julho/2009, p. 5.

344. Relatório Santa Casa de Misericórdia de Manáos apresentado pelo Vice-provedor, Lázaro Bittencourt, de 1º de janeiro de 1909, pp. 27-28.

porque não tendo o uso da razão, não podem reclamar cousa alguma que lhes falte, por lhes faltar a consciência do bello e do bom.

...

Desculpae-me Exc^o provedor a franqueza das minhas expressões, ellas são originadas de uma consciência pura de quem tem desprendido longos annos em estudos especiaes ao tratamento desses infelizes que vivem longe da sociedade, privados do que é mais necessário ao ser humano – a Razão!

Bem conheço que a culpa não vos cabe, nem aos nossos antecessores; mas como médico e como homem, sou forçado a declarar a verdade, afim de que se faça alguma cousa em beneficio dos pobres insanos.”³⁴⁵

O destino reservado aos loucos revela o alcance da tese de José do Amaral Lapa³⁴⁶, quando aponta que a classe de excluídos era pensada segundo uma hierarquia de valores que determinava a forma como seriam tratados pelo Estado. “Os pobres” existiam não como um todo homogêneo, mesmo para a administração pública. Havia uma lógica que os classificava de acordo com o incômodo e a utilidade que eles representavam. No topo dessa hierarquia estavam os órfãos, desvalidos legítimos, desafortunados, mas que, se devidamente orientados e adestrados, longe da má influência da cultura local, poderiam ser úteis como mão-de-obra qualificada para os projetos modernistas. Em seguida, logo abaixo, vinham os indigentes. Estes poderiam ser subdivididos em acidentados ou doentes, cujo mal não demandava recolhimento, podendo se servir do “banco” da Santa Casa para se reabilitar e voltar às atividades urbanas; os portadores de males que pauperizam o corpo, necessitados de internação, mas que, tratados com a devida higiene e alimentação poderiam também ser reintegrados a vida urbana; os acometidos de doenças infecto-contagiosas, por sua vez, divididos em curáveis e moribundos. Aos primeiros destinava-se o isolamento inicial e diante dos resultados, a convalescença; já os segundos, o isolamento ou o repatriamento, no caso dos migrantes, associava-se à sentença de morte. Por último os loucos, isolados, afastados, sem prescrições sequer da higiene tão amada pelos patronos da ciência médica moderna. Não estariam mais abandonados às ruas, como se preocupava o chefe de polícia da Província, ao contrário, estariam confinados, a mercê do beribéri, da disenteria, e por último, da tuberculose.

345, Relatório apresentado pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Amazonas, Lázaro Bittencourt, de 1º de janeiro de 1910, Manaus, pp. 36-37.

346 LAPA, op. cit.

4.3 O INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

O Instituto Benjamin Constant foi considerado durante toda a República Velha o melhor fruto resultante dos investimentos feitos pela Diretoria de Instrução Pública do Amazonas. Seu ato de criação em 1884 deu-se em meio à conturbada administração de Theodoro Souto, cearense de sólida carreira política do Partido Liberal, mas que permaneceu apenas quatro meses na Presidência da Província. Eleito por Arthur Reis como símbolo de uma mentalidade anti-escravista no Amazonas, Theodoro Souto teria antecipado da abolição da escravatura negra no Amazonas. Esta afirmação bombástica da história positivista do Amazonas foi reavaliada por Leila Margareth Gomes³⁴⁷ que identifica na obra do notável bacharel, a tendência de criar uma história gloriosa do Amazonas, de modo a reverenciar fatos singulares como diferenciais e exemplares para a história do Brasil. O fato que nos interessa é que o ímpeto de Theodoro expressava a convergência de diversos setores da sociedade amazonense que já clamavam pela abolição, como um sinal latente das tendências liberais sobre as quais a Província se erguera. Várias sociedades beneficentes e um fundo destinado à emancipação criado em 1866, que deveria servir para indenizar os proprietários de escravos a fim de fazer uma transição pacífica, já representavam uma tendência para o movimento abolicionista. Embora Theodoro Souto não possa, como queria Reis, ser o legítimo patrono da liberdade negra, a 10 de julho de 1884, declarou a emancipação dos escravos e junto a isto, inaugurava o "Asylo Orphanológico Elisa Souto", nome escolhido em homenagem a sua esposa, criado pela Lei nº 643 de 2 de junho de 1884, iniciando suas atividades com 18 meninas “desvalidas das *libertas* e índias.”

Em geral, pouco se comenta sobre esta destinação dada ao instituto, enfatizando-se a sua preferência pela matrícula de órfãs de origem indígena, mas à redação do texto oficial, foi anexada uma errata corrigindo o termo indígena por ingênua, ficando a seguinte redação: “*para educação e instrução de cinquenta meninas desvalidas, preferindo-se as “ingênuas e índias”*”. Não foi possível saber o que Theodoro quis dizer com “ingênua”, mas quando foi elaborado o decreto que reorganiza o Asilo, no Governo Eduardo Ribeiro, adotou-se o termo “indígena”, interpretado como descendentes de índios. A suspeita de que a criação do asilo estava ligada à decisão de Theodoro Souto de emancipar os escravos restringe-se ao anexo assinado pela regente

347 GOMES, op. cit., 2009, p. 109-110.

Eulália Fernandes Rego Monteiro, à “Falla” dirigida pelo presidente José Jansen à Assembléia Provincial, do ano de 1885. A bem da verdade, esta finalidade, se existiu, logo foi substituída pela destinação de atender às filhas de funcionários públicos tornadas “desvalidas” por infortúnio de morte de um dos pais, ou ambos.

A fundação do Azylo era uma necessidade há muito reclamada pela parte desvalida de nossa sociedade.

Era lastimosa certamente, a condição da órfã em nossa província.

Meninas creadas com carinho e com decência pelos paes, eram condenadas na orphandade a toda sorte de serviços no poder de pessoas extranhas, que nem ao menos, como retribuição disso as ensinavam a ler e educavam nos sãos princípios da moral.

Sabemos infelizmente, qual sorte tinham as desditosas órfãs, e a maior parte dellas, filhas de funcionários públicos ou de artistas que, depois de uma vida laboriosa e cançadíssima, acabavam os dias de sua triste existência, legando-lhes a miséria, único produto de sua probidade e honradez.

Eram livres, porem viviam reduzidas à escravidão!³⁴⁸

Sua instalação se deu por meio da nomeação de uma ilustre comissão, da qual faziam parte figuras importantes da sociedade amazonense, destacando-se o nome de Emílio José Moreira³⁴⁹. Uma segunda comissão, composta só por mulheres da sociedade se seguiu a essa. Vê-se que houve todo um empenho da alta sociedade em fundar e administrar a casa. Logo após a sua fundação, o asilo passou a ser denominado como Azylo Orphanológico Amazonense, e sua organização se deu mediante a política até agora desenvolvida em nome da salvação dos desvalidos. Instalado em um prédio alugado, iniciou sua atividade com 18 meninas, aumentando este número para 33, no ano seguinte. A sociedade amazonense logo se compadeceu da obra e o relatório de D. Eulália, que assumiu a regência em substituição à comissão fundadora em 15 de novembro de 1884, registra a doação de fazendas (entenda-se tecidos), sapatos e outros objetos arrecadados pela direção do “Jornal do Comércio” e a doação de 5:000\$000 do Barão de S. Leonardo, a título de formar um patrimônio para a instituição³⁵⁰. Sob a regência de D. Eulália Fernandes Rego, as meninas dispunham de aulas do ensino primário e prendas domésticas. Devemos lembrar que a educação destinada a esses

348 Relatório da regente do Azylo Orphanológico “Eliza Souto”, Eulália Fernandes Rego Monteiro, p. 6, de 9 de março de 1885, anexo a fala do Presidente da Província do Amazonas, Jose Jansen Ferreira Junior, de 25 de março de 1885.

349 Importante comerciante do Amazonas, trazia produtos do interior para a capital, acumulando dividendos com a exportação, antes mesmo dos tempos da borracha. Teve significativo papel na condução política dos anos iniciais da República, apoiando Eduardo Ribeiro ao Governo do Estado. Cf. BITTENCOURT, op. cit., p.15-16.

350 Idem.

segmentos da sociedade deveria, com baixo investimento, proporcionar resultados satisfatórios. Por isso, na rotina das meninas estava incluída a limpeza e manutenção do estabelecimento e o preparo de peças artesanais para serem vendidas em exposições e atividades filantrópicas, com a finalidade de reverter dividendos que pudessem abater o custeio das meninas pobres.

Em 1886, o Presidente Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves sugeria que a escola normal deveria funcionar nas dependências do instituto, como uma forma de minimizar gastos e preparar o espírito das moças para o gosto pelo magistério:

Ocorre ainda observar-se que, funcionando a Escola Normal do sexo feminino no mesmo estabelecimento, até com serviços comuns, como é o de ensino primário, e prendas domesticas, as azyladas que revelarem talento e aproveitamento notavel, poderão se preparar como alumnas mestras, proporcionando assim um magnífico **viveiro** para a escolha de professoras.

Penso mais que, ao invés desses auxílios prestados á instituição de ensino particular, sem igualdade e com injustiça relativa, commo está no ânimo de todos, deveis suprimmil-os, para aplical-os, todos ao necessário desenvolvimento dessa utilíssima criação. **Não conheço meio mais humanitário, moralizador e fechado de exercitar-se a caridade pública**³⁵¹.

O funcionamento da escola de ensino normal nas dependências do asilo aliava o ensino da profissão de professor com a educação primária ofertada para as meninas. Haja vista o comentário grifado em nossa citação que apresenta o estabelecimento como um “**viveiro**” de professores a serem escolhidos para as escolas provinciais. Não nos é possível continuar adiante sem comentar o caráter degradante que este termo traz para a compreensão e significado que tinha a orfandade desvalida para a sociedade amazonense. O presidente reduziu à animalidade a condição das meninas, que deveriam ser “adestradas” para cumprir as metas traçadas por seus idealizadores. Essas palavras soltas que se escondem atrás de um discurso de caridade trazem à tona o caráter perverso do projeto educacional da Instrução Pública dirigida aos desvalidos.

Além disso, o referido presidente ainda sugeria que as crianças devessem lavar as roupas do instituto, já que esse serviço custava muito caro aos cofres da Província. Afirmava que D. Eulália garantia que as meninas davam conta desse serviço por sua idade e “robustez”³⁵². Esta decisão seria levada a cabo e mais adiante veremos em que resulta essa lavagem de roupas.

351 Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, de 25 de março de 1886. pp. 20-21.

352 Idem.

Embora o primeiro relatório de D. Eulália seja detalhado na contabilidade de móveis e utensílios, não há referência a idade das meninas ou data de nascimento. Constam somente seus nomes completos, data de matrícula e encaminhamentos para tratamento de saúde. As matrículas na casa só poderiam ser feitas mediante ofício do Presidente da Província. O detalhamento do relatório é duvidoso, pois a própria regente confessa não ter localizado os livros de escrituração e inventário referentes ao período inaugural do asilo.

Notamos no inventário apresentado que, embora houvessem 33 asiladas neste ano, foram contadas apenas 12 camas, estando 3 desarmadas por estarem incompletas, 9 colchões e nove travesseiros. As salas de aula só tinham 7 bancos emprestados da escola S. Sebastião. Segue uma vasta relação de utensílios diversos em que percebemos a desproporção dos números. Isso nos fez pensar nas péssimas condições em que essas crianças eram acomodadas.

Se no seu primeiro ano de funcionamento a sociedade amazonense se compadecera e não mediu esforços para alimentar a idéia de sua criação, em 87, o discurso mudou e a idéia era a de suprimir as verbas para o “Azylo” a fim de incentivar as obras do Liceu, na capital, e a subvenção as escolas particulares destinadas as crianças de setores emergentes da sociedade amazonense espalhadas pelos interiores mais habitados. As obras do Liceu passaram a ocupar o rol de interesses em torno das autoridades da Instrução Pública do Amazonas, e as meninas desvalidas ficaram a mercê de mudanças de endereços e instalações que as acomodassem sem onerar os cofres públicos. Em contrapartida, eram trazidos mármore de Lisboa para assentar os passadiços do Liceu. Os investimentos no setor público e as atenções da “boa sociedade” variam conforme os interesses daqueles que estão no poder. A política personalista conduz as decisões ao sabor de opiniões e interesses que estão para além de uma análise situacional.

O diagnóstico das autoridades com relação ao rendimento das alunas era positivo, revelando uma satisfação das autoridades para com as educandas. É importante salientar que o público alvo variou significativamente, tendendo a admissão de crianças pertencentes a setores da sociedade compreendidos como menos arredios. Criado para órfãs de escravos libertos e de indígenas, passou a receber filhas de funcionários públicos e artistas, o que pode explicar a conformação aparente no discurso das autoridades.

Com a proclamação da República e a reorganização das políticas públicas, Eduardo Ribeiro resolve extinguir o Azylo Orphanológico e transformá-lo em Instituto Benjamin Constant pelo decreto 11, de 26 de abril de 1892. O regulamento deste ano já previa a elaboração de trabalhos de costura e bordados para fornecimento a terceiros, do qual seria constituído pecúlio para as alunas egressas, na seguinte forma: a renda dos artefatos seria fracionada, descontando-se o custo da matéria prima, ficando $\frac{2}{3}$ para o patrimônio do instituto e $\frac{1}{3}$ para a “caderneta”, na Caixa Econômica, da educanda que o confeccionou. No caso de várias educandas terem colaborado na confecção, esta terça parte seria fracionada entre as mesmas. As meninas teriam acesso a sua caderneta quando desligadas do instituto. No regulamento de 1894, este dispositivo sofreu alteração, prevendo apenas 10% do rendimento líquido das vendas, podendo ser acrescido dos artefatos vendidos, produzidos individualmente nas horas vagas. As meninas do instituto deveriam produzir bordados, artefatos de produção doméstica e costuras para fornecimento a alfaiatarias e fábricas. Os serviços seriam feitos por encomenda e pagos em adiantado.

Este regulamento também previa que depois de concluído os estudos, as meninas deveriam prestar serviços ao “Azylo” a fim de minimizar os custos da instituição. Desde então, o destino dado às meninas depois de terminado o tempo de seu internato passou a constituir uma preocupação para seus dirigentes. O Art.76 do regulamento de 1892 tratou da “colocação” das educandas, tornando o estado responsável por alocá-las em serviços como governanta, aias, costureiras etc.

Em 1893 o Instituto passou a ser dirigido pelas irmãs de Sant'anna, já admitidas na administração da Santa Casa de Misericórdia. A abertura do documento escrito por Eduardo Ribeiro insinua um desvio na administração do antigo Asilo e o governador toma para si a reforma como medida de saneá-lo. O estabelecimento receberia uma atenção especial do governador, tornando-se um dos orgulhos herdados da administração Eduardo Ribeiro e representando um patrimônio da cidade. Localizado em prédio projetado especificamente para abrigar as meninas, à rua Ramos Ferreira, constitui-se num complexo arquitetônico imponente, representativo do poder do Estado. Reinaugurado em 1896, nas novas e modernas instalações, contava com 95 alunas regularmente matriculadas, tendo sido 3 desligadas por questões regulamentares.

O sucesso da instituição foi louvado pelo sucessor de Eduardo Ribeiro, Fileto Pires, e parte dos méritos foi consagrado às irmãs de Sant'anna. Fileto Pires propôs que

as alunas que findassem o curso primário tivessem o direito de ali permanecerem, pois

... a maior parte das vezes não têm as asiladas pae, mãe ou irmã que se condoam dellas, vendo-se na dura contingência de aceittarem agazalho de pessoas que geralmente não têm qualidade moraes indispensáveis para continuar a prestar-lhes a mesma benéfica e **desinteressada proteção** dada pelo governo.³⁵³

Ressaltamos que essa *desinteressada proteção do governo* está sedimentada na idéia de que as meninas pudessem ser aproveitadas como mão-de-obra para a manutenção do próprio instituto ou ainda como professoras para as escolas públicas, diminuindo o custo de sua educação.

As asiladas eram, em sua grande maioria, nascidas no Amazonas, ocupando o segundo lugar as nascidas no Ceará e em seguida de demais estados nordestinos. A maior parte tinha um dos pais vivos e uma pequena parcela era de família pobre que, embora não fosse órfã, acabava entregue ao Estado por não poder ser sustida por sua família. A partir de 1914, uma reforma regulamentar permitia a admissão de alunas externas, contribuintes. Mas este efetivo sempre foi muito diminuto, registrando-se quatro no ano de 1914 e em 1916 matricularam-se onze, somando um total de quinze, pouco mais do que 10% do total de abrigadas neste período.

O instituto figurou no centro de uma discussão travada sobre a melhor forma de conduzir a educação dirigida às classes menos abastadas. Se as irmãs de Sant'anna, num primeiro momento pareciam oferecer um tipo ideal de regência, num segundo quadro, sofreram críticas dos próprios governantes que, em tese, queriam dar uma direção moderna à educação. As Mensagens dirigidas ao congresso pelos governadores e os relatórios enviados aos governadores pelos diretores da instrução pública, ao serem confrontados, apresentam um debate sobre métodos e técnicas pedagógicas. Sendo uma instituição modelar, considerada por seus bons resultados aos olhos do poder estabelecido, o instituto parecia funcionar como um laboratório de experiências educacionais.

A primeira experimentação pedagógica se dará no governo de Fileto Pires, que em 1898 autorizou a implantação do Método Froebel³⁵⁴. Por este sistema pedagógico, a criança devia ter o seu momento de lazer, uma vez que faz parte de sua natureza o

353 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Fileto Pires Ferreira, op. cit., 1897, p. 12.

354 Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado do Amazonas, de 6 de janeiro de 1898, p. 20.

brincar. Brincar e aprender são conceitos que surgem com a modificação da idéia de criança desenvolvida no pensamento moderno. Para a rígida disciplina dada às casas de abrigo, este método consistia numa mudança radical, o que não aconteceu, visto que os trabalhos diários deixavam muito pouco tempo para o lazer. Dentre os pesados trabalhos que as meninas faziam, figurava de modo gritante o de lavar as roupas de toda a instituição. Como o fornecimento de água era irregular, isso levava as meninas a ficarem expostas à água corrente de lavadouros públicos, sendo causa de fadiga e doenças.

A autorização da utilização da nova didática seria destinada às crianças pequenas, correspondendo a intenção de aumentar a capacidade de internação do asilo e à idéia de criar creches públicas para atender crianças de 3 a 6 anos de idade. Tal intento não era sem propósitos, pois a experiência que os governantes tinham com os sucessivos fracassos das escolas primárias levou-os a identificar os hábitos dos pais como os principais fatores do desinteresse pela educação. Sendo assim, afastar as crianças dos pais mais cedo poderia evitar a transmissão da deformação moral que se acreditava transmitida no seio da família. A classe do Jardim de Infância, foi criada em 1898, destinada às crianças de 4 a 8 anos. Em 1907 esta idade foi reduzida para 3 anos e uma professora específica para os cuidados com a educação infantil passou a ser prevista no regulamento. Esta decisão pretendia criar dispositivos para apossar-se da criança cada vez mais cedo, a fim de conduzi-la desde os primeiros passos à conformação burguesa.

A primeira cultura moral da criança, realizada no jardim de infância, trará elementos de perfectibilidade que concorrerão mais tarde para a elevação de seu carácter, outro tanto acontecerá com a intellectual e physica, que preparam a inteligência para a aquisição dos conhecimentos e o corpo para o exercício normal das funções.³⁵⁵

No ano de 1899, um surto de enfermidade desconhecida levou oito crianças a óbito sem que a junta médica da Santa Casa conseguisse identificar a causa. Os médicos recomendaram que se implantassem horas de lazer na rotina das meninas e o estado adquiriu uma chácara para este fim. Não há afirmações categóricas sobre o fato, mas o exame serial da documentação nos levou a inferir que eram as excessivas horas de trabalho, especialmente a lavagem de roupas, que levava as meninas ao quadro de

355 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery, em 10 de julho de 1907, pp. 10-11.

doenças. A aquisição da chácara não resultaria naquilo que se pretendeu e logo o lugar acabou se destinando a mais uma dependência de reclusão, agora destinada à recuperação das meninas adoecidas. O lazer recomendado pelos médicos passou a ser interpretado como convalescença. Era impossível destinar as reclamadas horas para as brincadeiras das crianças em função da exígua agenda de trabalhos que a casa exigia das meninas. Alba Barbosa, em seu trabalho, ensaia uma rotina de trabalhos das meninas com base nos regulamentos e relatórios em que constam as atividades previstas no seu dia a dia, ressaltando a extrema vigilância disciplinar e moral a que as crianças eram submetidas:

As atividades diárias das educandas estavam divididas de forma que estas pudessem dispor de 8 horas diárias de sono. Durante o dia, seu tempo era dividido entre as aulas ministradas, recreio e outros serviços. ...

Em turmas selecionadas pelas professoras realizavam a limpeza de todo o estabelecimento, trocavam as roupas de cama, arrumavam as salas, os dormitórios, enfim, todos os aposentos. Na cozinha, seguindo a orientação da mestra de cozinha elaboravam as refeições a serem fornecidas a alunas e funcionários do internato. Lavavam e passavam. Tais serviços eram realizados por turmas compostas de alunas de todas as turmas, havendo revezamento semanal entre as turmas na sua realização. A única justificativa aceita para que a educanda se recusasse a participar dos trabalhos domésticos seria a recomendação médica.

Estavam submetidas à rigorosa vigilância sendo observadas praticamente todas as horas do dia. O levantar para um novo dia das educandas, assim como a hora de deitar, era realizado sob o olhar atento da vice-regente, que averiguava as condições em que se encontrava o dormitório. Estava vigilante a todos os movimentos das educandas, inclusive na higiene bucal. Durante o café da manhã, assim como nas demais refeições eram orientadas sobre como sentar à mesa, como usar os talheres e como se portar durante as refeições. Em sala de aula, as professoras e diretoras de sala seriam responsáveis por garantir o asseio das educandas, bem como a disciplina e moral dentro de sala. Durante o recreio, as educandas também eram observadas e recebiam repreensões quando agiam de forma considerada inadequada pela viceregente. Enfim, as educandas estavam submetidas à permanente vigilância, sendo punidas quando cometiam algum ato considerado contrário aos regulamentos.³⁵⁶

Ressaltamos que o instituto, que desde sua inauguração sempre teve em seu quadro um número de matrículas girando em torno de 100 alunas, dispunha apenas de 20 funcionários em 1900³⁵⁷ e 25 em 1904³⁵⁸, contando com professores e irmãs de Sant'anna, para cuidar da limpeza, cozinha, cuidados com a roupa e atividades

356 BARBOSA, op. cit., pp. 102-3.

357 Relatório dos Negócios do Interior, op. cit., 1901, Estabelecimentos Pios, doc. Nº 5.

358 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904, anexo instrução pública, doc., nº16, quadro dos professores e funcionários do Instituto Benjamin Constant.

educacionais. É possível deduzir que a maior parte do trabalho doméstico ficava com as meninas. Não é à toa que os médicos receitaram lazer, pois mesmo ligados ao poder estabelecido, devem ter observado os esforços a que eram submetidas as crianças.

A vigilância era certamente complementada com castigos corretivos, que envolviam a suspensão de férias e visitas de parentes e tutores. Não há vestígios na documentação consultada sobre castigos físicos, mas a abolição deste tipo de prática constante no regulamento de 1923 sugere que eles existiam e eram praticados. Embora a documentação oficial sempre elogiasse o comportamento e a disciplina das meninas como exemplar, algumas narrativas destoam dessa imagem de tranquilidade passada pelos governadores. Em meio a leitura de relatório de professores, onde foram registrados rendimentos e aspectos disciplinares, todos sempre considerados muito bons, encontramos a narrativa do professor Mariano de Lima, titular da cadeira de desenho em 1901, que deixou transparecer o que acontecia nas salas de aula.

Um relatório ou cousa que o valha, não póde criar phantasias que disvirtuem a verdade; deve revelar factos que auxiliem a história, razão por que sou obrigado, embora isto me toque de perto o coração e me entristeça o espírito, a dizer alguma cousa do que a princípio me fez desanimar quanto ás órfãs a que alludo; declarando entretanto, anteriormente, que, se as condições atuaes não fossem completamente diferentes das de então e portanto abonadoras, nada refiriria, preferindo obter a minha exoneração e retirar-me do estabelecimento.

Desde o inicio do ensino, procurei accuradamente encaminhar o espírito e o coração das recolhidas que me tinham confiado: o trabalho foi grande e por vezes, como já disse, desanimador em seus resultados práticos, porque, enquanto nos primeiros dous a trez meses, não podia por meio algum obter a atenção para o estudo e nem uma só resposta, nem mesmo a de – não sei ou não compreendo a pergunta, levando muito tempo para fazer chamada, porque cada uma respondia só um minuto depois, tão baixo e com tal moleza que, não podendo ser ouvida, era preciso repetir o nome ou o número, não podia da mesma forma e por princípio algum, evitar entre ellas conversas, risos e remoques contra minhas advertências e admoestações, e isto era seguidamente, sem cessar.³⁵⁹

A enorme sequência desta narrativa concentra-se no esforço que o professor diz ter feito para controlar a situação de indisciplina e desinteresse das alunas, tentando adverti-las do futuro promissor que o Instituto lhes tinha a oferecer. É certo que apenas um relato não pode invalidar uma sequência que mostra o contrário, porém, como estamos avaliando documentos oficiais que reforçam a idéia de que o Instituto era um sucesso, este relato causa, no mínimo, um estranhamento e no mais uma suspeita: a de

359 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, de 10 de julho de 1901, anexo da Diretoria do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, doc. Nº 71, p. 118.

que as meninas resistiam a esta dura disciplina e às “conversas moles” de professores que as tentavam convencer do bem que o instituto lhes fazia. Considerando o meio termo para a interpretação da fonte, as meninas se comportavam, sempre que possível, como crianças e jovens normais, que acham brechas na sala de aula para fazer pequenas bagunças e opor-se a autoridade do professor. Da mesma forma, supomos que algumas se recusavam aos trabalhos e à idéia de que eram agraciadas por ter o instituto lhes acolhido, pois os relatores de vários documentos reportam-se a adjetivos depreciativos, como “ingratas”, em vários momentos. Sobre este aspecto, exemplificamos abaixo o relato indignado do diretor de 1904, Tenente Antonio Nogueira, reproduzido na Mensagem do governador Silvério Nery:

Procurando estudar as causas do pouco aproveitamento de algumas alumnas, assim se expressa o diretor :.. não há perfeita compreensão do que o Estado faz, pelo lado do ensino. Não é culpado o director, não merecem censuras as irmãs que administram o estabelecimento, não incidem em falta os professores, dedicados todos; são as alumnas, algumas eivadas de vícios, que nem os próprios parentes, poderão conter em limites de uma educação rudimentar, que por exemplos de uma má conducta, fomentam a indisciplina e chamam a seu genio as que trazem um comportamento regular.³⁶⁰

Não contente com todo o trabalho já catalogado como tarefas às meninas, em 1899 o governador, ao ser questionado sobre o destino das meninas ao terminar seu tempo no instituto, a título de crítica à idéia de transformá-las em empregadas domésticas ou providenciar-lhe dote para o casamento, exprimiu o pensamento que delineou os novos objetivos traçados para a Instituição:

Julgo, por conseguinte, impraticáveis e inconvenientes estes dois primeiros alvites, parecendo-me preferível crear um estabellecimento, uma officina de trabalho, para mulheres, para educandas que concluírem os estudos. Vários objectos de immediata utilidade para o Estado ahí podem ser manufacturados, habilitando-se ao mesmo tempo a educanda, convertida em operária, a viver do seu trabalho, condição imprescindível da sua condicção moral, que nada existe de mais moralizador que o trabalho.³⁶¹

Se os trabalhos domésticos haviam sido instituídos e justificados pela finalidade de que as meninas representassem o ideal de mulher e mãe que a sociedade havia criado, consistindo ainda na composição de uma oferta de serviços domésticas para a elite, o governador de então começava a esboçar uma nova tendência: a formação de

360 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, acompanhada de anexos, de 10 de julho de 1904, p. 90.

361 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, José Cardoso Ramalho Junior, de 10 de julho de 1899, 1899, p. 17.

uma classe operária feminina disciplinada. Lembramos que toda ação benemerita do estado está associada a um conceito prático de utilidade assumido com a modificação do discurso de caridade para a filantropia. Mas esta idéia não foi adiante até os anos 20, quando já estavam em voga as Escolas de Artes e Ofícios de administração federal criadas em todo o país.

Silvério José Nery era contrário ao regulamento aprovado para o instituto nos governos anteriores, acusando-os ter transformado o Benjamin Constant num “Estado no Estado”³⁶². A crítica refere-se à autoridade das Irmãs de Sant’anna, que dirigiam o programa de ensino e a disciplina aplicada ao comportamento segundo os votos cristãos, exigindo apenas conteúdos elementares na formação das asiladas. Subordinou então o estabelecimento à Diretoria de Instrução Pública e autorizou que as asiladas, cujo curso fosse concluído, fossem admitidas no curso normal³⁶³.

Como forma de por em prática a idéia de transformar as meninas em professoras da rede pública, em 1901, submete algumas meninas ao exame de admissão da Diretoria de Instrução Pública. Os professores das escolas públicas deveriam prestar concurso para ser nomeados ao cargo, conforme determinação do governador que tentava conter as nomeações interinas que expressavam práticas de apadrinhamento na Diretoria de Instrução Pública. Oito meninas do Instituto foram submetidas às provas. Destas, uma adoeceu e não prosseguiu no exame. Das sete que o realizaram, apenas uma foi aprovada, mesmo após terem tomado aulas especiais para realizar as provas. O diretor de então, julgou que o péssimo resultado devia-se à influência dos princípios religiosos adotados como princípios educacionais:

Pondo de parte a pouca habilitação que revelaram, não estou longe de pensar que o acanhamento em extremo dessas alumnas contribuiu como fator importante para o resultado.

Com effeito, logo que assumi a direção do Instituto Benjamin Constant, fui desagradavelmente impressionado pela falta de sociabilidade, que á simples vista se notava nas educandas que se internavam no estabelecimento, só por excepção, uma ou outra, ia em visita ás casas paternas ou de tutores e parentes, ficando desta arte segregadas da sociedade, onde mais tarde teriam que viver.³⁶⁴

362 Relatório de Instrução Pública, p. 86, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, acompanhada de anexos, de 15 de janeiro de 1901.

363 Idem, p. 16.

364 Documento nº 101, do Diretor do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, Nemésio Quadros, p. 108-109, anexo a Mensagem do Governador do Amazonas, Silvério José Nery, de 10 de julho de 1901

O diretor encerra sua fala elogiando a adoção do novo regulamento. Lina Barbosa da Silva foi a única educanda aprovada para o cargo de professora em concurso público. Louvada como aluna dedicada e exemplar, foi referenciada como um exemplo a ser seguido. Mas o mau desempenho das outras meninas levou a mais punições: a suspensão do direito às férias caso seus rendimentos e disciplina não correspondessem às expectativas.

Mais uma vez as disposições individuais e aspectos morais foram relacionadas com o sucesso ou fracasso das instituições. Não houveram respostas para a reclamação de professores que acumulavam a função de inspetoria e cadeiras de ensino, ministradas em salas de aulas lotadas. Algumas classes chegaram a ter frequência de 50 alunas por sessão. Por outro lado, os laboratórios para ensino de ciências e utensílios para aulas de desenho e matemática, dentre outras matérias, estavam deteriorados. Mas nada disso interferia no processo de aprendizado na opinião dos governantes, pois os digníssimos representantes públicos estavam preocupados com os traços de caráter das meninas que resistiam ao modelo disciplinar de uma educação moderna.

Em 1905³⁶⁵, ensaiou-se a implantação do ensino técnico, que na verdade nada mais era do que aquilo que já estava previsto no primeiro regulamento: desenvolver nas meninas a habilidade da costura e do artesanato. Entretanto, o escopo era o de assimilar o modelo de educação feminina francês, através do qual se desenvolvia a escola de moda. Longe do que acontecia em Paris, onde se estimulava a criatividade no desenvolvimento da arte da moda, no Amazonas, o Instituto passou a aceitar encomendas externas para trabalhos de costura e bordado, para atender a sociedade manauense. Já no primeiro trimestre, as encomendas renderam 434\$000. Mais uma vez as meninas eram pensadas em função de uma utilidade a terceiros. As vendas davam a seus administradores a sensação de que o estabelecimento era um sucesso. Ao mesmo tempo, a procura por matrículas aumentava, o que era interpretado como um sinal de aceitação da população. Não obstante, neste período, a cidade estava inchada de migrantes pobres, experimentando uma crise de moradia e alimentação, causadoras de uma alta de preços em ambos os setores, o que aumentava as estatísticas da indigência e a mendicância. Mas o otimismo dos representantes públicos que procuravam enfatizar o sucesso de seu empreendimento omitiu ou negligenciou a interferência desses fatores

364 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery, de 10 de julho de 1905, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições, anexo Instrução Pública, p. 46-47.

no aumento da procura de vagas no instituto.

Neste mesmo ano em que se colhiam os louros do trabalho executado e vendido, o diretor aumentou o regime de vigilância e punição, alegando ser necessário restituir a indisciplina do estabelecimento. Para nós ficou o questionamento se haveria alguma relação entre o aumento de trabalho e a indisciplina, já que foram proibidas as saídas aos feriados e domingos e suspensas as premiações³⁶⁶. Os relatos dos diretores conflitam falas de sucesso com medidas coercitivas, o que foi por nós lido como indício de grandes contradições, entre aquilo que se queria defender em relação ao Instituto e aquilo que ele realmente era. Vejamos que, se as meninas eram realmente tão louváveis na disciplina e rendimento, que motivos poderiam levar ao aumento da vigilância e punição, senão o fato de elas resistirem às imposições da administração do instituto. Uma leitura às avessas, coadunada com o relatório do professor de desenho acima citado, demonstra que o Instituto não era a maravilha de que o Governo se orgulhava em suas notícias... Outros fatos já mencionados como o fracasso das meninas no concurso de admissão de professores para a rede pública, a fuga de Rita Mesquita, as mortes e doenças sem causa conhecida, os relatos médicos que indicam a fadiga como um dos fatores associados às doenças, registros de desligamentos por indisciplina etc., são fatores que corroboram com a idéia de que a fala dos governantes pinta um quadro muito mais bonito do que a realidade vivida pelas meninas.

Nos anos que se seguiram, a falta de água no instituto permaneceu uma reclamação reticente. As doenças, além das febres “más”, se multiplicaram, chegando a temida beribéri a instalar-se entre as asiladas. Estética e necessidades prementes mais uma vez se antagonizam: não havia erário para reformas, contratação de funcionários e professores e, se levarmos em consideração que o beribéri é causado por deficiência alimentar, não havia sequer uma dieta adequada para a alimentação das meninas. Para os governantes, bastava a imponência do prédio, os trabalhos oferecidos as senhoras de sociedade e as roupas francesas encomendadas para forrar os móveis do Instituto. Tal discrepância por nós ressaltada não tem nenhuma finalidade outra que por em questão a validade dos valores civilizados que o projeto modernista tanto se esforçou em implantar neste país. O que é a racionalidade defendida pela ideologia burguesa, senão uma série de valores hierárquicos que sobrepõem o consumo de bens estéticos ao de bens necessários. Que submete a produção de subsistência a uma política de

366 Idem, p. 107.

megaprodução em função do mercado internacional. É preciso lembrar sempre e sempre que esta razão defendida corresponde à lógica do sistema de capitais e só a esta lógica, não importando o que ou quem deva ser sacrificado para salvaguardar as relações de produção e consumo que fundamentam o processo de acumulação retida por uma pequena classe, que é o fim primeiro e último de qualquer ação burguesa.

Com a crise da borracha a partir de 1910, o número de solicitação de vagas cresceu ainda mais e em 1912, o instituto abrigava 122 alunas, recusando-se a receber novatas por conta da ausência de espaço físico. O estatuto de 1914 reformou o quesito matrículas e concedeu admissão de alunas contribuintes, além de aumentar a idade de admissão para cinco anos, restringindo a educação infantil criada em 1907, para a idade de cinco a seis anos. Quanto aos trabalhos, as manufaturas das educandas deveriam incluir serviços delicados, ampliando-se para todo o tipo de rouparia doméstica, militar, religiosa e até uniformes escolares. Ficavam previstas 4 exposições anuais, de oito dias cada, para o público em geral, compreendendo as datas de 1º de janeiro, 21 de abril, 14 de julho e 5 de setembro. Elas deveriam ser organizadas pelas educandas *maiores de 5 anos*, sob a supervisão da regente. Os trabalhos realizados pela educanda em proveito próprio, caso fossem arrematados, teriam metade do valor recolhido para o Estado, como meio de indenização pelo uso da matéria-prima e a segunda metade iria para o pecúlio da educanda. Enfatizamos a idade de cinco anos na participação de trabalhos por considerarmos aviltante esta exigência para meninas desta idade. Entretanto, apesar de nossa indignação, devemos lembrar que a noção de infância no início do século XX ainda era muito controversa. Assimilar as crianças no rol de rotinas diárias e até mesmo nas relações comerciais era considerado mais que uma normalidade, era um princípio educacional que aliava questões econômicas e morais, como afirma Alba Barbosa:

Bastante utilizado na cidade de Manaus, o trabalho infantil esteve presente praticamente em todos os serviços realizados por adultos. Não havia distinção entre sexo e idade nos trabalhos realizados. Meninos e meninas realizando tarefas em bares, casas comerciais, serviços domésticos, vendas ambulantes, mercados, oficinas, fábricas de cigarros e outras mais, era freqüente. As meninas não estavam presentes apenas nos serviços domésticos, como afirmam alguns trabalhos. Exerciam outras funções como empacotadoras em fábricas de cigarros e de atendimento ao caixa em lojas comerciais. Função esta que exigia que soubessem ler e escrever. As condições de trabalho impostas aos pequenos trabalhadores eram as piores possíveis. Exerciam longas jornadas de trabalhos, ambientes de trabalho insalubres, tarefas acima de suas compleições físicas, risco de acidentes permanentes, além de constantes maus tratos. O trabalho infantil era percebido pela população como algo necessário econômica e moralmente. Além de garantir uma ajuda financeira à família, ele

era percebido como benéfico para a formação do caráter em construção da criança. O valor trabalho era percebido como meio de inculcar bons valores e responsabilidade à criança, preparando-a para um futuro melhor. Assim, famílias pobres questionavam a forma que o trabalho era imposto aos seus filhos, bem como as condições de trabalho a que estavam submetidas e não ao trabalho em si. Essa percepção sobre o trabalho infantil ainda hoje se faz presente no imaginário de grande parte da população³⁶⁷.

O estudo realizado pela autora citada constitui-se como uma referência para que possamos compreender a forma como as crianças eram incorporadas às dinâmicas de tarefas domésticas das instituições filantrópicas de Manaus e como elas estavam destinadas a se transformarem em mão-de-obra para a sociedade de época. Não só as casas de abrigo transformavam as crianças em mão-de-obra, os jornais estampavam solicitações de menores para realização dos mais diversos serviços domésticos, assim como o comércio em geral e até os seringais contratavam menores para compor seus quadros de trabalho³⁶⁸. A autora também demonstra que crianças pobres eram tuteladas por famílias abastadas, retiradas de seus pais a revelia de suas vontades, para trabalhar nas casas como domésticas ou em estabelecimentos comerciais que lhes pertenciam. O Juiz de Órfãos concedia a tutela em troca da promessa de que a família se responsabilizaria pelos cuidados com saúde, alimentação e educação da criança, o que na verdade resultava em trabalhos forçados e denúncias de maltrato.

Posto isto, não devemos estranhar o uso das meninas nos trabalhos organizados pela administração do asilo, embora tenhamos que nos posicionar criticamente a esta concepção aviltante de educação que apresentamos aqui.

A diretriz de transformar o instituto numa escola técnica para moças retoma seu lugar e as cadeiras de datilografia e sapataria foram implantadas ainda em 1914, mas só efetivamente funcionaram nos anos vinte, correspondendo aos modelos das escolas técnicas criadas pela união. Em 1923, outra reforma foi feita pelo decreto nº 1460 de 31 de julho, conforme o previsto na lei 1180 de 20/09/22, art.9, nº XVIII, letra a, que previa a adoção do ensino técnico-profissional. Mas é em 1937 que o projeto tomou um direcionamento, quando foi criada a biblioteca de caráter técnico profissional e fundados os cursos técnico-profissionais nos seguintes termos: 1) ocupações domésticas (obrigatório); 2) auxiliares de comércio (alunas selecionadas por aptidão, dispendo o

367 BARBOSA, op. cit., p. 171.

368 Na imagem 15 do anexo a este trabalho disponibilizamos uma foto de um seringueiro, que foi incluída no Álbum da exposição Columbiana de Chicago, na qual podemos observar que o indivíduo é um menor.

curso de 50 vagas) e 3) correspondente steno-datilografas (obrigatório, exceto para as alunas matriculadas no curso de auxiliares do comércio)

A produção manufatureira e o fornecimento para as empresas públicas e particulares continuavam sendo empregados. Mas apenas uma exposição de trabalhos seria prevista, com a finalidade de avaliar os progressos das educandas, podendo o instituto providenciar exposições a serem marcadas para divulgação dos trabalhos realizados.

O número de educandas e de procura pela internação tendia sempre a crescer, excedendo a sua capacidade de alojamento. Entre crises e momentos menos traumáticos da história da educação do Amazonas, o Instituto Benjamin Constant sobreviveu ao longo do século, sendo reestruturado de acordo com as reformas do ensino público. Tornou-se um referencial do ensino técnico no estado, atualmente CETAM (Centro de Ensino Técnico do Amazonas) procurado por muitos jovens que pensam no futuro e buscam referências no passado “glorioso” do Instituto... ainda que poucos conheçam a história de suas meninas. Muito se fala da arquitetura do prédio, do audacioso Eduardo Ribeiro, da notável qualidade do ensino... Mas o que sabem de Rita Mesquita ou Lina Barbosa da Silva?...

4.4 O INSTITUTO AFONSO PENNA

Logo ao nascimento da Província, a preocupação com encaminhar a questão dos desvalidos se fez valer com a criação da Casa dos Educandos em 1858, já comentada no capítulo 3. Sua decadência, em função das dificuldades financeiras da província levou a extinção do estabelecimento em 1877, mas a idéia motriz permaneceu acesa e logo em seguida foi erguido o Instituto Amazonense de Educandos Artífices, que cumpriria a mesma função, sendo conhecido como Instituto Amazonense até a sua extinção no governo Eduardo Ribeiro.

Através do decreto 48 de 15 de fevereiro de 1893, o Instituto Amazonense foi transformado em Instituto de Artes e Ofícios, instalando-se novo regime disciplinar inspirado nas escolas militares.

N'esse estabelecimento estabeleci o regimen disciplinar dos internatos militares de ensino, por conhecer os brilhantes resultados que tem se produzido em todos os logares em que é observado.

Procurei quanto possível alargar e methodisar o ensino tendo em vista os princípios da sciencia moderna.

Na ampliação do ensino tive necessidade de aumentar o número de cadeiras afim de fazer desaparecer os embaraços e dificuldades notados no antigo regimen do antigo regulamento.”³⁶⁹

O antigo instituto atendia 93 alunos no momento em que foi extinto, e o efetivo seria reduzido a 50, com a finalidade de aguardar a construção do novo prédio. Mas as obras foram interrompidas logo em 1895, por conta da falta de verbas. Em 1898 todos os alunos foram desligados por causa das condições precárias do prédio em que estavam alojados e em função da demora de construção de um novo. Uma chácara, antes alugada para variolosos, cujos galpões não foram utilizados, serviria de improvisado ao novo Instituto de Artes e Ofícios, até que o novo edifício ficasse pronto, o que não aconteceria, pois as obras iniciadas por Eduardo Ribeiro foram embargadas por Fileto Pires, que alegava “erros terríveis” na fundação³⁷⁰. Enquanto a obra não era concluída, a verba destinada à sua manutenção foi redirecionada para o Instituto Orphanológico de Teffé.

Em 1905, a Lei 487 de 6 de outubro criava um Instituto Agrícola e Industrial, no prédio destinado à hospedaria de imigrantes em Paricatuba. Foram contratados 4 professores europeus da Ordem do Espírito Santo para dirigir o instituto. Inaugurado a 27 de junho de 1906, com a finalidade de atender a 50 meninos, passou a se chamar Instituto Afonso Penna, em virtude da visita do Presidente da República que, estando no Amazonas, participou da inauguração. Instalado em Paricatuba, localizado na margem oposta do rio, o estado disponibilizou uma lancha para fazer a entrega de víveres e utensílios diariamente, sendo possível o transporte de professores e outros profissionais que necessitassem vir a capital ou ir ao Instituto. Assim como o Benjamin Constant, o investimento foi caro e a sua administração dada a representantes eclesiásticos.

Preocupado com a questão da produção da borracha no Ceilão, Constantino Nery via neste estabelecimento o futuro da questão agrícola no estado e a possibilidade de reverter a crise que se aproximava. O Instituto nascia com um fito maior do que abrigar meninos órfãos e dar-lhes educação técnica, pois pretendia-se que fosse um campo de experimentação para a reprodução de espécies botânicas e animais da região e introdução de pecuária com a finalidade de abastecer o estado de “carne verde”. O

369 Mensagem lida pelo Sr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas em 10 de julho de 1894, p. 16.

370 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Fileto Pires Ferreira, de 4 de março de 1897, p. 21.

impacto da notícia de que o preço da borracha foi depreciado em função do primeiro carregamento produzido no Ceilão ter chegado à Inglaterra, levou o Congresso ao debate sobre o destino da economia gomífera. O ensino técnico tomou a forma de técnicas agrícolas e zootecnia³⁷¹, além de proporcionar o ensino das artes de sapateiro, correiro, marceneiro, torneiro, entalhador e alfaiate. Em 1907, a procura por matrículas era grande e abriram-se mais 30 vagas. Para Alba Barbosa, o Instituto atendia a finalidades bastante específicas:

... ao direcionar o Instituto para as crianças órfãs indígenas ou crianças pobres, esperava-se resolver dois problemas cruciais pelo que a cidade estava a vivenciar. Primeiro, a questão do elevado número de menores que perambulavam pelas ruas, sem ocupação. Tais crianças preocupavam as autoridades, pois eram vistas como ociosas e vadias. Elas “destoavam” da cidade que estava sendo construída. O segundo problema a ser resolvido, seria a falta de mão-de-obra. Sendo assim, ao se construir educandários para esses menores, ao mesmo tempo em que se garantia assistência a esses meninos, preparava-se mão-de-obra qualificada.³⁷²

Da mesma opinião, Irma Rizzini³⁷³ afirma que os educandários tinham finalidade de atender a carência de mão de obra na Província e que a sucessão de casas destinadas aos órfãos do sexo masculino procurara sucessivamente criar cursos que atendessem às demandas que vinham a surgir. O artigo sexto do Regulamento de 1908 deixava isto bem claro: “*pelo governo do estado, serão creadas e installadas outras officinas quando se fizerem necessárias ao desenvolvimento do Instituto.*”³⁷⁴. O regulamento previa o curso técnico ao lado do curso primário, de modo que ambas as formações terminariam concomitantemente.

Já em 1908 o quadro torna-se totalmente adverso ao do relatório anterior: estado de abandono, péssima administração, oficinas não produzem, meninos desligados. O Governo corta parte da verba e do fornecimento de materiais de trabalho, mantendo apenas fornecimento de alimentação. O diretor de instrução pública sugere o fechamento da instituição. No ano seguinte, os padres se demitem. O decreto 880 de 26/09/1908, deu nova regulamentação ao Instituto, transformando o ensino técnico em artes, ofícios e literário. As oficinas continuavam sendo as mesmas, assim como a concomitância entre o ensino primário e técnico. Dentre os critérios empregados para a

371 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Constantino Nery, de 10 de julho de 1906, pp. 41-42.

372 BARBOSA, op. cit, p. 91.

373 RIZZINI, op. cit.

374 Regulamento para o Instituto Afonso Penna, a que se refere o Decreto n. 880 de 26 de setembro de 1908, p. 6.

admissão, além da orfandade e da preferência a indígenas, destacava-se a exigência de “robustez e boa disposição sanitária”, descrita na letra “b” do artigo oitavo. A reavaliação dos gastos e cortes na despesa, contabilizando-se a demissão dos padres, reduziu o custo da instituição pela metade.

A exemplo do que foi previsto no Instituto Benjamin Constant, deveria ser criado um pecúlio, com recolhimento pela Caixa Econômica, resultado das obras realizadas pelos alunos e apresentação da banda de música. Do valor das vendas, seriam descontados o valor referente à matéria prima, 10% para comissão do professor, ficando 20% para o corpo de alunos e 5% para o aluno que confeccionou o artefato. Em caso do aluno ser excluído por indisciplina, o pecúlio seria repartido entre os restantes.

Em 1911, Antonio Clemente Bittencourt se vangloriava de ter retomado os investimentos no estabelecimento e relatou³⁷⁵ que os meninos estavam fornecendo materiais e utensílios para diversos estabelecimentos públicos e realizavam a confecção de calçados e fardamentos para o próprio Instituto. As matrículas foram ampliadas e 145 alunos eram orientados por apenas **dois** professores, fato que levou à decadência do ensino. Em 1913 o governador Jonathas Pedrosa condenou o instituto e procurou meios de adequá-lo ao modelo das escolas agrícolas federais, sendo fechado em 1914, quando o governo federal passou a custear a Escola de Aprendizes Artífices.

4.5 O ASILO DE MENDICIDADE

A primeira referência a criação de um asilo de mendicidade no Amazonas foi feita na mensagem do Governador Gregório Thaumaturgo, pronunciada em 15 de setembro de 1891, dirigida ao Congresso do Amazonas. Sem um prólogo que justifique, este título aparece numa previsão orçamentária de gastos para justificar um pedido de empréstimo que o recém eleito representante demandava para tocar os projetos de governo.

Supomos que a intenção de criar um asilo de mendicidade está ligada ao trecho do discurso em que ele estabelece que o Departamento de Polícia deveria atuar com “*o serviço de vigilância e prevenção dos delictos e dos crimes, inspecção das prisões, azylos e hospitaes,*

375 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, de 10 de julho de 1911, p. 133-34.

distribuição de socorros, assistência aos enfermos e saneamento das cidades.”³⁷⁶ Todos esses assuntos são arrebanhados numa única expressão “salubridade pública”. Destacamos nesta fala os termos “vigilância e prevenção de delitos e crimes”, uma vez que reforça nossa tese de que as classes empobrecidas consistiam numa ameaça à sociedade idealizada, assim como afirmou Sidney Challoub e Gizlene Neder, citados em momentos anteriores.

No governo de Silvério José Nery, em relatório anexo à Mensagem lida diante da Assembléia Legislativa, encontramos o seguinte tópico redigido pelo chefe de segurança Raul Augusto da Matta, em 6 de junho de 1904:

MENDICIDADE

Outro mal que se está desenvolvendo com grande incremento é o da mendicidade. Assolados pela secca os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, famintas as populações, fugindo á crueldade da estação, os que viram seus lares invadidos pela miséria tiveram de abandonar o torrão natal, procurando abrigo em logares onde a lucta pela vida fosse menos cruel. Aproveitando-se da concessão do governo federal, milhares de pessoas tomam passagem nos diversos vapores com destino a esta cidade; os fortes, aptos ao trabalho, seguem ao interior a exthair a borracha, mas os inválidos e os doentes de miseria organica ficam n'esta cidade a esmolar, apresentando o triste espectáculo de exhibição de chagas e outros de sorte a excitarem a compaixão e a caridade publica.

A mendicidade, como bem diz Vieira de Araujo, “e uma contravenção contra a ordem publica, punida pelo Codigo Penal, art. 391 e 395”; é bem verdade que as providencias a dar pela policia são de pouca monta; a sua acção para ser efficaz deve ter o auxílio dos particulares com a creação de azylos e casas de beneficência, a semelhança do que se faz em outros paizes e mesmo no nosso, em alguns Estados, e sujeitos a fiscalisação. Infelizmente neste Estado não existem casas de tal ordem onde possam se agrigar os desprotegidos da sorte.

É de desejar que isto não continúe, devendo o Estado dar as providências que forem convenientes, auxiliando efficazmente e ao mesmo tempo fiscalizando as instituições de beneficência que se crearem.³⁷⁷

As palavras do chefe de segurança indicam o que já expressamos no capítulo 2 sobre o incentivo à migração, cuja política resultou no contrário do que se pretendia, a saber, enquanto projeto de incremento a agricultura, tornou-se contraditoriamente num problema a ser incorporado pelo governo, uma vez que o contingente migrante abandonava as colônias para entregar-se à extração da borracha ou engrossava a população da cidade, excedendo à oferta de postos de trabalho. O que deveria ser a solução para o projeto agrícola tornou-se um problema social e, para as elites, um incômodo “espetáculo” de exposição de feridas e tristeza. Aos poucos, o discurso da

376 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, de 5 de setembro de 1891, p. 8.

377 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Silvério José Nery, 1905, anexo Segurança Pública, pp. 208-209.

sociedade civil, integrantes da representação pública e a anônimas denúncias e comentários feitos em jornais populares, articula idéias que correspondem ao interesse de controlar este contingente mendicante, o que resultará numa ação conjugada entre Estado e entidades privadas. A urbanização vertiginosa tinha gerado uma crise no setor de moradia e alimentação, que em proporção diminuta em relação à crescente população, gerara grande inflação naqueles setores. Migrantes e população local, sem profissões urbanas, dignando-se a prestar serviços temporários em troca de miúdos, não conseguiriam acompanhar a progressão dos preços e acabaram nas ruas, relegados à mendicância.

As autoridades procuravam meios de intervir no crescimento dessa população: se não podiam impedi-la de se expandir, ao menos identificá-la e dar-lhes destino certo. Entre tantos que viviam as ruas, vários eram alvos da ação policial, mas por motivos diferentes. Os desordeiros, jogadores e beberrões em geral, recebiam trocados por serviços prestados ou exerciam trabalhos temporários, como era o caso dos estivadores³⁷⁸. Sobre estes, pesava a insígnia da imoralidade, já que jogo e bebida eram considerados vícios que deformavam o caráter e incitavam ao crime. Ademais, o jogo de azar criava a expectativa de ganho sem trabalho, o que contrariava as intenções civilizatórias. A própria comunidade moradora de cortiços dos centros e bairros periféricos reclamava da falta de compostura. Os jornais de época noticiavam o recolhimento ao xadrez ou as solicitações de recolhimento feitas em seções especiais como a já mencionada “Queixas do Povo”, trabalhada por Leno Barata Souza³⁷⁹. Contra estes indivíduos, a repressão se dava em vários níveis da sociedade, desde as elites, instrumentos públicos e segmentos menos favorecidos.

Ao discutir o conceito de trabalho, Sidney Challoub, analisando o discurso de Ferreira Vianna e os debates estabelecidos no Congresso Nacional sobre o destino que seria dado aos libertos pela Lei de 1888, ressalta que os representantes públicos empreenderam um esforço por redimensionar os valores associados ao trabalho. Sendo o Brasil herdeiro de uma mentalidade escravocrata, impregnada de sentimentos depreciativos em relação ao trabalho, era preciso que a sociedade aceitasse a idéia de que este deveria se tornar o pilar de uma sociedade organizada e disciplinada. O Estado era o provedor da segurança e das condições de vida e credor de uma dedicação do

378 Cf. PINHEIRO, op. cit.

379 SOUZA, L. J. Barata, op. cit.

cidadão aos ritmos da produção. O indivíduo deveria se sacrificar em prol da ordem do todo. É neste íterim que o conceito de vadiagem é construído como uma ameaça ao novo mundo que se configura. Para os parlamentares do Segundo Reinado, “o ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade por meio do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum.”³⁸⁰

A preocupação com a ociosidade é também indicada como uma das causas da pobreza. Ainda segundo Sidney Challoub,

... duas eram as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito da vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última. Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir a sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais ...³⁸¹

Esta análise conduz o autor a inferir que nossos deputados de outrora associaram o conceito de “classes pobres” ao de “classes perigosas”, tendo sido este último importado das discussões européias sobre a criminalidade. Embora na Europa o termo “classes perigosas” fosse restrito aos indivíduos que comprovadamente preferiam se sustentar através do furto, no Brasil, o uso desta expressão estende-se a toda a população pobre, classificando-a como uma ameaça³⁸². Os princípios morais gerenciam o raciocínio que fundamenta a equivalência, produzindo uma linha de idéias que, associadas, transfiguram os pobres num perigoso segmento: pobreza, ociosidade e propensão ao vício eram concebidos como fatores que levavam os marginalizados pelo sistema à vadiagem e à criminalidade, o que tornava os indivíduos pertencentes a esta classe alvos constantes da ação policial.

A moralidade burguesa assentada na sobriedade, disciplina e austeridade deveria se impor sobre os costumes e práticas locais a qualquer preço. Embora Sidney Challoub estabeleça toda a sua análise sobre a questão do problema que se tornaram os libertos para a região centro-sul do país, suas considerações podem ser validadas para o Amazonas na medida em que esta região receberá um contingente migrante mestiço, oriundo das localidades de tradição agro-exportadoras escravocratas (o nordeste),

380 CHALLOUB, op. cit, pp. 73-74.

381 Idem, p. 75.

382 Ibidem, p. 76.

essencialmente mestiço, a quem os governantes locais aplicavam o mesmo discurso, como podemos ler nos argumentos da chefatura de polícia, de Raul Augusto da Matta, em cujos relatórios não se cansa de citar os Códigos de Ferreira Vianna. No tópico referente a jogos e embriaguez, que se segue ao de mendicidade, alerta ao governador:

Com efeito o jogo é um dos meios mais deprimentes da moral e do caracter do indivíduo pela ação de um ganho sem trabalho, mercê do azar e da sorte. São inúmeras suas péssimas consequências, tanto moraes quanto economicas, desacostumando o indivíduo ao trabalho árduo, mas decente. ...

Outro fato degradante da personalidade e para o qual cumpre lançar as vistas é a embriaguez. Sua acção, pelo abuso de bebidas alcoólicas, é bastante conhecida, estraga o organismo, obscurece a intelligencia e faz desaparecer os sentimentos bons.

Além da repugnância que inspira um alcoolizado, é um indivíduo que pode ser compellido à perpetração dos maiores crimes; está hoje demonstrado que a embriaguez é uma causa de augmento de criminalidade³⁸³.

As “classes perigosas” não eram porém um todo homogêneo, mesmo na fala dos dirigentes. Aos poucos surgia a necessidade de separar aqueles que realmente eram necessitados daqueles que pretendiam aproveitar-se da caridade pública. A crença que se configurava sobre a população de rua era a de que vadios, viciados em jogo e bebida, misturavam-se aos verdadeiros necessitados para esmolar. Desse modo, havia um segmento dessa população que inspirava a piedade: os mendigos, os quais deveriam ser identificados para ser incorporados às práticas assistencialistas, enquanto aos demais restaria a repressão policial.

A primeira tentativa de controle já tinha ocorrido antes pela prefeitura, em 1902, sob a administração de Miranda Leão, conforme relatava o “*Quo Vadis?*”. Embora fosse o jornal crítico à República, parabenizava a ação do governo que “distribuiu hontem 27 cadernetas aos pobres que, pelas ruas, desejam esmolar á caridade pública. Ótima idéia!”³⁸⁴

As cadernetas pretendiam criar a ilusão de controle, a fim de identificar os realmente necessitados daqueles que tinham por finalidade aproveitar-se da fé alheia. Materializava-se no imaginário da cidade uma desconfiança sobre a figura do desvalido e do indigente que, deixado a sua própria sorte, poderia desenvolver a má índole.

Para José do Amaral Lapa, a idéia de controlar a mendicância estava para além da simples moralização e normatização da pobreza. O aumento de entidades

383 Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, Exm. Sr. Dr. Silvério José Nery, de 10 de Julho de 1904, Acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições do Estado, 1905, anexo Segurança Pública, pp. 209-210.

384 Jornal Quo Vadis?, n° 9, de 28 de novembro de 1902, p. 1.

filantrópicas teria levado a uma espécie de concorrência entre as instituições, as quais não só tinham dificuldades de conseguir novos sócios como a de conseguir doações para encaminhar suas obras. A extinção da mendicância, enquanto um fenômeno compreendido no seio da metamorfose urbanística das cidades reformadas no início do século XX, teria resultado de uma pressão para eliminar o concorrente pedinte de rua, que mirava os bolsos de possíveis beneméritos das casas de abrigo³⁸⁵.

Consoante a esta idéia de competitividade entre as associações beneficentes, encontramos o desabafo de Izaura Christália de Menezes Costa, diretora da Liga Protetora da Pobreza nos anos de 1913 e 1914, que, após lamentar a situação da crise econômica que afetava o volume de doações à instituição e levava ao pedido de desligamento do rol de sócios, alegava, ao final de seu relatório, o seguinte: *Só colhi flores por ver a Liga sempre prosperar ao lado das suas illustres competidoras, cumprindo assim, o seu nobilitante programma, colhi tambem espinhos, e bem agudos, pelos dissabores que experimentei, próprios mesmos dos árduos encargos.*³⁸⁶”

Afora as considerações sobre a competitividade pelos bolsos dos “caridosos” cidadãos de Manaus, os indivíduos que se espalhavam pelas ruas eram considerados promíscuos, sujeitos a vícios e vadiagem, sob a desconfiança da falsa necessidade e alvos das autoridades públicas, e precisavam ser dispersos. Na visão dos dirigentes, não era possível que esses indivíduos tivessem família, amigos, diversões ou qualquer sentimento humano e suas manifestações ou simples presença acabavam por inspirar o temor da desordem. Manifestações de solidariedade e descontração entre os moradores de rua eram vistas com desconfiança e classificadas como baderna, além do medo de um confronto ou ataque às famílias.

Em 1910, com o patrocínio da Maçonaria e a criação da Associação Beneficente do Asilo de Mendicidade, o abrigo para mendicantes deixou de ser uma idéia e se materializou. No artigo 2º do estatuto da Associação foi prevista a sua finalidade: “o fim da associação é criar e manter um estabelecimento destinado a recolher indigentes, nas condições que serão estabelecidas no respectivo regulamento interno”, e no artigo 3º: “O estabelecimento se denominará *Asylo de Mendicidade*”³⁸⁷. Embora de iniciativa privada, a entidade contaria com

385 LAPA, op. cit., pp. 48-50.

386 Relatório Semestral da Liga Protetora da Pobreza, no período de outubro de 1913 a março de 1914 apresentado pela presidente da directoria Izaura Christália de Menezes Costa, de 5 de Abril de 1914, p. 13.

387 Estatutos da Associação Beneficente Fundadôra do Azylo de Mendicidade de Manáos, 1910.

o erário do estado do Amazonas para criar e manter o estabelecimento.

Cedido um prédio localizado na estrada de Flores, de propriedade do estado do Amazonas, foi inaugurado a 30 de janeiro de 1910, mereceu duas colunas na primeira página do Jornal do Comércio, que reproduziu na íntegra o discurso de Agnello Bittencourt, Superintendente de Manáos e membro da Associação criadora do Asilo.

Aqui está a obra que a elaboração de um sentimento filantrópico estabeleceu, para expurgar do seio da sociedade manauense o triste e deprimente exercício da mendicância.

Sinto-me feliz em ver realizada uma idéia que, por falta de uma oportunidade triunfante, permanecia aguardando o impulso de corações e nobres almas decididas a prática do bem, para superar e levar ao termino uma serie de obstáculos que se antepunham a sua consecução.³⁸⁸

Espelhando o circuito de idéias que se cristalizava acerca dos excluídos que cercavam as ruas de Manaus, este projeto foi materializado para agir sobre a parcela mais “perigosa” da hoste de pobres que crescia nas ruas. Por iniciativa da Intendência de Manaus, apoiado pelo estado e resultado de uma ação movida pela “boa sociedade”, em 1909 foi decretada a “Extinção da Mendicidade”, pelo decreto estadual de nº 01, em que esmolar ou utilizar as ruas da cidade como moradia constituía contravenção, passível de recolhimento pela polícia.

O Decreto atuaria sobre a classe de “vadios” que a alta sociedade julgava estar invadindo a cidade e atacando a moral pública. Uma das acusações mais gritantes, é a de que estes indivíduos viviam sem trabalho, aproveitando-se da boa vontade alheia:

O triste *espetaculo* da mendicância nas ruas de Manáos, sobretudo *nos momentos de reuniões festivas*, não podia continuar n'uma cidade em que predomina o espírito Christão, que vale pelo mais forte amparo á pobreza desvalida.

Uma romaria de mendigos andava de porta em porta, a implorar o sentimento da piedade em favor de *allegada* miséria. Não havia dias certos para o exercício das *importunas collectas*, pois que estas se faziam sempre, até as noites, ao adro das igrejas.

Em todas as ocasiões o commercio, principalmente *era incomodado* pela chusma de pedintes, que em vozes entrecortadas de *magoa fingida* ou não, estendiam as mãos *impertinentes* e nem sempre necessitados.

Comprehendia-se que no meio dos *verdadeiros mendigos* estivesse a *falsa miséria* a explorar a piedosa condescendência de uma população abonada de recursos materiaes.

Havia provas de que, o pedir, para muitos, era o exercício de uma *profissão lucrativa, mas vantajosa que o trabalho honesto*. Citavam-se nome

388 Jornal do Comércio, 31 de janeiro de 1910, p. 1.

de mendigos que davam dinheiro á premio e mantinham família numerosa.”³⁸⁹

As palavras de Bittencourt enchem as duas páginas iniciais do primeiro relatório apresentado à Assembléia Geral da Associação Protectora do Azylo de Mendicidade. Aqui está representado em linhas gerais o significado da mendicância para as elites locais. Os trechos são grifos nossos que procuram enfatizar a conotação de desconfiança e de insatisfação com a existência da mendicância na cidade. Já no início, o texto lança a desconfiança sobre o tema ao empregar a palavra espetáculo, que pode ser lida também como encenação ou exagero, ambos com sentido desagradável aos olhos, quando restringidos de significado pelo termo “triste”. Segue-se a expressão “reuniões festivas”, como uma insinuação de momento inadequado, ou talvez, na idéia de que esses seres não deveriam estar ali. Na sequência, o discurso envereda para uma parêntese de palavras que aliam a sensação de incomodo e falsidade do ato de pedir, mostrando os diversos segmentos que estão descontentes com a situação: frequentadores de igrejas, comerciantes e pessoas abastadas. Portanto, os falsos mendigos incomodam a parcela elitizada da sociedade, especificamente. Por último, revela ser inadmissível que esses indivíduos possam viver e ter família sem trabalho.

A retórica desenvolvida nos trechos seguintes encaminha as premissas para a defesa da necessidade da existência do estabelecimento e da associação, cuja finalidade seria a de, com a ajuda da força pública, separar o joio do trigo. Alegando o decreto instituído pelo Estado, a população de rua agora passaria por uma triagem: uma vez recolhidos pela polícia, eram levados a uma sala da intendência, submetidos a exames médicos e classificados em desvalidos da sorte, indigentes enfermos ou contraventores. Os primeiros seriam encaminhados para o asilo, os segundos para a Santa Casa e os terceiros para a delegacia (bêbados e pegos em jogatinas). Ao fim, o locutor revela a que realmente se destina o local ou melhor dizendo, quem são os verdadeiros necessitados: os inválidos³⁹⁰.

Instalado num prédio cedido pelo governo do estado (enquanto os loucos morriam de beribéri num prédio condenado), distante do centro da cidade, no ramal do Flores, cumpria também a função de isolamento, como o hospital de variolosos, elefantíacos e alienados. A instituição foi suprida de roupas e utensílios de segunda mão

389 Relatório apresentado a Assembléia Geral da Associação Protectora do Azylo de Mendicidade pelo Presidente do Conselho Administrativo, Agnello Bittencourt, em 6 de Janeiro de 1912, pp. 3-5.

390 Idem, p. 7.

doados pela sociedade manauense. Não possuía luz elétrica, nem água encanada, nem esgoto, mas dispunha de um bom terreno em que se pretendia plantar um pomar e uma horta. A velha idéia de que os custos poderiam ser diminuídos com o trabalho dentro da própria instituição, além de proporcionar o gosto e a disciplina pelo labor.

Inicialmente abrigaria apenas seis indivíduos que, segundo Agnello Bittencourt, espontaneamente teriam procurado o abrigo. Ao longo de um ano, a casa não abrigou mais que uma dúzia de asilados concomitantemente. Ao que parece, estes indivíduos eram movimentados entre a Santa Casa de Misericórdia, quando doentes, e o asilo. Lembremos que em contrapartida ao baixo número de asilados, o número de internações da Santa Casa aumentou neste mesmo período.

A casa funcionava com donativos das Lojas Maçônicas, doações de particulares, subvenção do estado, do município e anuidades dos sócios. A organização tinha a mesma função honorífica já descrita quando tratamos da irmandade da Santa Casa, pois o seu estatuto só prescrevia deveres e como direito, apenas o de, em caso de empobrecimento, tornar-se hóspede do asilo. No rol de sócios-fundadores consta os nomes dos conhecidos representantes da política amazonense. Além do já mencionado Agnello Bittencourt (Superintendente de Manaus), figuram Ramalho Junior (Ex-governador), Virgílio Ramos (Médico da Santa Casa) e Francisco Publio Bittencourt (ex-Provedor da Santa Casa e Secretário da Secretaria dos Negócios do Interior em 1900), dentre os 236 que integram a lista. Ao fim de 1912, 112 deles estavam em atraso com as anuidades.

Os dois primeiros anos de funcionamento registraram um movimento de 64 indivíduos, observando-se que nunca ficaram concomitantemente mais que 15, permanecendo na casa em 1912, apenas 8. Destes, três eram menores deficientes: 2 cegos e 1 paralítico. Dentre os abrigados, os cearenses foram os mais frequentes.

A partir de 1913, passou a receber fundos da Liga Protetora da Pobreza. Neste momento, as mulheres retomavam o ideal da caridade cristã e a atividade filantrópica exercida por particulares perdeu parte de sua finalidade disciplinadora, assim como o estado teve sua capacidade de controle diminuída em função das sucessivas crises do mercado. A decadência da cidade recrudescer os ânimos e os empreendimentos filantrópicos, com suas finalidades utilitaristas, perderam espaço. As entidades passaram a ter sua receita cada vez mais diminuída e dificuldades de arrebanhar sócios, uma vez que os indivíduos já não mais se seduziam com este tipo de bem simbólico. Só

é necessário reconhecimento de méritos num ambiente de ostentação, o que já não era mais possível em Manaus do final da segunda década do século XX.

Em 1923 foi fundada a União Auxiliadora do Asilo de Mendicidade. Neste momento, a situação é muito diferente e embora o Asilo ainda receba os necessitados, a turba de mendicantes na cidade aumentava a cada dia. O efetivo variava em até 39 internos concomitantes, mas fechou o ano de 1922 com 25 internos. Dentre os desligamentos, contam-se seis fugas.

A instituição viveu basicamente de doações, já que o estado não tinha mais condições de manter no seu orçamento as casas de abrigo. O Asilo de mendicidade nos parece ter sido o último dispositivo, característico da ação filantrópica, de controle e disciplinarização da sociedade amazonense, localizado no período estudado.

Em 1932, já com outro aspecto e finalidade, a instituição é convertida em Asylo de Mendicidade Dr. Thomas, destinada ao tratamento e acompanhamento de idosos. Denominado Fundação Dr. Thomas, funciona regularmente até o presente momento.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tanto e de tudo que já foi dito nestas excessivas linhas, que restará a dizer nesta exigência final? Não podemos concluir o que ainda não acabou e quaisquer considerações que façamos, será apenas pedra fundamental para outros empenhos. Dizemos isto porque a exclusão social, a pobreza, as casas de abrigo, moradores de rua, alienados abandonados, bêbados (e hoje também os consumidores de drogas) estão por aí, causando comoção a alguns, ojeriza a outros, motivando novas políticas públicas. Manaus vive uma nova era de esplendor, as obras cortam a cidade de fora a fora, sítios agrícolas se estendem pela estrada que liga a Presidente Figueredo, uma ponte sobre o rio liga Manaus a Manacapuru, o turismo ecológico invade os rios e lota os hotéis de selva... A marcha dos homens continua. Andamos pelas ruas da cidade e vemos o prédio da Santa Casa abandonado e o mau cheiro dos esgotos ainda exala, o Hospício Eduardo Ribeiro finalmente tem um prédio e administração própria e lota de famílias procurando amparo aos seus indesejados loucos; o Instituto Benjamin Constant continua sendo o orgulho da educação do estado, mas agora não é mais abrigo e atende a jovens de ambos os sexos; finalmente a Escola Agrícola se estabeleceu e no Flores, a Fundação Dr. Thomas substitui o abjeto Asilo de Mendicidade.

Hoje, os princípios humanitários regem as ações públicas em lugar de projetos modernistas e discursos civilizatórios. Mas a pobreza se mantém como um cancro do qual a sociedade não consegue se livrar.

A exclusão social e, por conseguinte, a pobreza, são fenômenos sociais engendrados pelas formas como a sociedade organiza a produção. No modelo liberal, estes fenômenos são exponenciados à medida que um *corpus* ideológico que defende a propriedade privada, a acumulação da riqueza e o desempenho do indivíduo. A pobreza é um fato em todas as formas de produção que a sociedade já experimentou depois da invenção da escrita, entretanto, é na sociedade burguesa, que valoriza a vida urbana e o consumo de bens, que ela toma sua forma mais cruel... não só porque a uma grande parcela da população é interdita dos meios de prover suas necessidades primárias como alimentação, saúde e moradia, mas também porque seu universo cultural é aviltado e caracterizado de modo pejorativo por aquela parcela que controla o acesso aos bens sociais.

No Amazonas, implantar novas relações de produção significou interferir na forma como índios e caboclos lidavam com a terra e com o rio, desmerecer a cultura e o seu modo de vida, caracterizá-los como inaptos para a nova ordem e investir em mecanismos de coerção e disciplinarização de seu comportamento, representados principalmente pelos projetos educacionais e sanitaristas. Os projetos de povoamento e colonização visavam aumentar a densidade demográfica como meio de dominar e subverter o ritmo da floresta. A pesquisa que fizemos aponta para o fato de que a pobreza engendrada a partir do emprego da mão-de-obra indígena nas obras públicas foi intensificada pela migração nordestina, na medida em que tanto os remanescentes dos aldeamentos, quanto os indivíduos migrantes que foram seduzidos pela promessa de uma vida melhor, foram aviltadamente explorados não só nos seringais, mas nas obras públicas e de aformoseamento, comprometendo sua saúde com as febres e beribéris, deixando seus filhos órfãos, a mercê da caridade pública. A modernidade planejada pela classe dirigente transformou o “bom e velho sentimento cristão” em um instrumento de segregação.

A intenção civilizatória, inspirada na racionalidade iluminista, pretendia administrar os problemas sociais através de formas de controle que, além de retirar os pobres do campo de visão da cidade, visava tornar uma parcela desta população incômoda em mão-de-obra para os seus empreendimentos. Órfãos e indigentes são então classificados conforme a sua possibilidade de servir aos ditames da produção. Para os primeiros, a educação técnica, para os segundos, o tratamento hospitalar. E para aqueles que nada tinham a oferecer, o confinamento ou uma passagem de volta a sua terra natal. Estes últimos, loucos ou moribundos, eram isolados e esquecidos à sombra da morte. A este pragmatismo servia a Santa Casa de Misericórdia, lugar de triagem porque passavam os pobres recolhidos pela Secretaria de Segurança. Polícia, hospitais e asilos estavam interligados entre si, como formas de exercer o controle sobre a parcela desfavorecida da população.

Não esqueçamos ainda que a sociedade planejada e administrada, almejada por nossos governantes, em nome do futuro, partia de uma concepção que classificava a educação como um instrumento de garantia da perpetuidade do sistema. Desse modo, o programa educacional para os desvalidos visava transformá-los em mão-de-obra, através de cursos de formação para os trabalhos manuais; enquanto proporcionava e até mesmo subvencionava uma educação propedêutica para as classes mais abastadas.

Reiteramos aqui a afirmação que já fizemos de que a forma como a pobreza e a riqueza é concebida gera implicações sobre as práticas sociais. Esta árdua tarefa de levantar as posições dos governantes provinciais e republicanos acerca da questão dos desvalidos demonstra que a pobreza constituiu-se como um fato relevante durante todo o processo de consolidação da sociedade amazonense. Entretanto, em nenhum momento isto se manifestou como uma reflexão acerca das razões que relegaram esta parcela da população à condição de miserabilidade. Todo o discurso e as práticas políticas observados, apoiados em argumentos científicos ou filosóficos, nada mais serviram que para constatar o pauperismo e reforçar a sua existência e a resistência às mudanças como um entrave, produzindo ações paliativas que não atingiam seus objetivos. Em nosso entendimento, suas escolhas teóricas e sua prática política estavam mais comprometidas com a manutenção de seu *status quo*, com a capacidade de reproduzir as relações de trabalho que mantivessem os privilégios dos quais gozavam na sua posição de mando. Todos os estudos, reflexões e justificativas nunca levaram em consideração as condições materiais de produção e a distribuição da riqueza, ou as condições de trabalho e remuneração.

Já é senso comum afirmarmos que o Brasil se constituiu a partir de um paternalismo político que confunde a Política Pública com o assistencialismo, no entanto, a historiografia pode aprofundar-se nas formas como esse assistencialismo se constituiu, identificando as práticas reprodutivistas, apoiadas em teses pré-conceituosas que ratificam a postura liberal, reforçam a divisão da sociedade em classes, cujas distâncias econômicas são absurdas, e que atribuem a responsabilidade pela existência da miséria ao indivíduo que foi marginalizado pelo sistema. É neste sentido que se tornou elucidativo rever a política de demarcação de terras e distribuição de títulos de propriedade. Se por um lado a defesa da propriedade privada garantiu a uma pequena parcela da população assegurar os mecanismos de reprodução de bens, por outro, o assistencialismo minimiza a responsabilidade do Estado e das elites pela situação de empobrecimento da parcela maior. Afinal de contas, pensa o legislador: a “ajuda” foi fornecida, se não houve dividendos, isso se deve à preguiça, aos costumes não civilizados, à má índole e tantos mais predicativos que encontramos nos documentos governamentais e jornais de época. O mesmo ocorre com educação, pois os representantes públicos se colocavam como mártires esforçando-se para prover os estabelecimentos e os recursos para que o desvalido aprimorasse o seu corpo e o seu

espírito, para que adquirisse as habilidades necessárias para os novos empreendimentos... se ele não as adquire, é por que não está empenhado, porque os professores não têm atributos morais para levar sua missão a cabo. Embora os próprios Presidentes de Província e, posteriormente, os governadores reconhecessem a precariedade destes estabelecimentos, não se dispunham a rever sua política, pois traçar novas metas implicaria em abrir mão da sua condição de espoliadores, de algozes e fundadores de mecanismos causadores do pauperismo. Tornaram-se por isso incapazes de redirecionar suas ações e continuaram adiante.

A grande calamidade que se aplacou sobre Manaus com a crise da borracha tem suas raízes na gama de crenças que adotaram como princípios administrativos. Ao buscar reproduzir o discurso científico e as práticas européias, adaptando-as aos valores hierarquizantes herdados do sistema colonial, acabaram por acirrar o distanciamento entre pobres e ricos, submetendo suas ações ao desejo de perpetuar-se na posição de poder.

Além disso, as peculiaridades do liberalismo desenvolvido no Brasil, que permitia a continuidade das formas arcaicas de renda, impediram a modificação sistemática das práticas produtivas, o que levou a reproduzir formas cruéis de expropriação do trabalho e dificultou a criação de um mercado interno de consumo e de oferta de empregos, o que ocasionou a miséria e o paternalismo de um Estado deficitário, que nunca pretendeu reformas estruturais, pois estas afetariam seus próprios interesses.

Retomando as exortações da Escola de Frankfurt, os mitos das sociedades arcaicas foram substituídos pela crença na ciência e, como acontece com toda a crença, ela nos impede de ver outras formas de conceber o mundo e a sociedade. Hoje, experimentamos a crença de que o aparato tecnológico permitirá o desenvolvimento de uma sociedade melhor, onde as condições materiais de existência serão ampliadas com a aplicação da tecnologia e da ciência para aumentar a produção de mercadorias e de alimentos; e que, ao mesmo tempo, reforça a noção de que a livre concorrência e a livre iniciativa privada incrementam essa produção. Mas nós historiadores não podemos esquecer que a revolução tecnológica está no centro da ideologia liberal embora adoremos nossos *iPAD's* e *notebooks*, sem os quais inclusive não poderíamos ter disponíveis o imenso material de pesquisa a que temos acesso nos dias de hoje.

O Brasil está entre os países que mais utilizam o serviço de *internet*, entretanto é

o lugar do analfabetismo funcional e do analfabetismo digital... se um número enorme de acessos é registrado no sistema *net*, é porque numa casa de classe média alta, os três ou quatro indivíduos que compõem o núcleo familiar têm seu *personal computer*, enquanto famílias inteiras da periferia e do interior mal chegaram perto desta realidade. Por outro lado, se o preço dos produtos está mais acessível e alguém que mora numa favela do Rio de Janeiro ou num Igarapé de Manaus tem sua *TV LCD*, não é porque seu salário elevou a sua condição material de existência, mas porque o mercado criou parâmetros de crédito pessoal que permitem a inclusão dos assalariados no mercado de consumo e não podemos confundir aumento no padrão de consumo com melhoria da distribuição de renda.

Não somos loucos de supor um retrocesso cultural e avançar numa luta pela destruição da ciência, da técnica e da tecnologia; a questão é que os bens intelectuais e materiais produzidos devem ser entendidos como resultado da produção social e não como artefatos e conceitos que incrementam o mercado de circulação de mercadorias. Ciência, técnica e tecnologia também são bens culturais, cuja importância está centrada na sua relação com a subsistência dos indivíduos. Esses elementos não são mera mercadoria, bens de consumo, mas resultado do trabalho social, em que a coletividade está envolvida direta ou indiretamente, a qual tem o direito de usufruir de seus benefícios. É preciso entender que os objetos de consumo produzidos por estes recursos culturais modernos não são nem superiores nem melhores que a canoa do caboclo, para o qual pouco importava a propriedade da terra, como descreveu nosso indignado Presidente de Província, citado algumas páginas atrás. O nosso notebook é tão necessário a nossa subsistência enquanto professores, engenheiros, arquitetos, quanto a canoa o é para o pescador. O *notebook* e a canoa são a materialização do conhecimento, o produto final de uma produção histórica, porque acumulou trabalho coletivo no tempo. Concluimos então, que os bens resultantes do uso da técnica e da tecnologia são instrumentos para o trabalho (e para o lazer), mas o conhecimento só pode garantir a melhoria da vida quando ele é pensado como um bem coletivo e não como um meio a ser empregado para reproduzir esquemas econômicos que garantem o domínio de uma classe.

Entendido como bem coletivo, e não como instrumento do poder, o conhecimento tem por finalidade apenas melhorar as condições de existência. Se as condições de existência do caboclo forem satisfeitas com a canoa, então confeccioná-la,

manobrá-la nos caminhos do rio é o conhecimento que lhe importa. Alguém pode se perguntar então: vamos deixar as populações não citadinas sem assistência médica, educacional, já que elas têm o seu direito de permanecer fiéis a sua cultura? Responderemos que esta é uma redução torpe daquilo que apregoamos. A troca cultural é um fenômeno social e o contato leva a adoção de novos referenciais. O que se deve combater não é o desenvolvimento de tecnologias e o conhecimento destas pelas sociedades tradicionais, mas a idéia de propriedade, de classes, de modos de diferenciação social. O que impede o caboclo de, na sua canoa, guiar-se por um *GPS* e falar com sua esposa pelo celular, enquanto tira do rio seu tucurané? Ou só o turista que faz seu “pague e pesque” num hotel de selva tem esse direito?

Sem que estas reflexões sejam levadas a cabo por toda a sociedade, a capacidade reprodutiva da ciência e da técnica estará sempre conduzida por uma minoria que procura defender seus próprios interesses e reproduzir as condições de se manter intacta na posição que ocupa na pirâmide social.

A crença iluminista na ciência incitava os modernos a partir da ilusão de ordem e o progresso, apontando o futuro como um lugar belo, limpo e perfeito. Este ideal levou a processos coercitivos e a discriminação entre os indivíduos que, marginalizados pelo sistema, foram compreendidos como um empecilho para o fito desejado. Este dogmatismo disfarçado de empiria conduziu os homens ao abismo e o século XX adentrou num universo caótico que desmascarou a confiança na razão. O sistema entrou em colapso e a sociedade viveu um ciclo de crises do sistema liberal, guerras, fome, preconceito e doença. A força da barbárie humana que tanto se queria reprimir libertou-se em todos os níveis e segmentos do mundo ocidental civilizado.

No interior das contradições do sistema, as casas de abrigo tiveram sua criação determinada pelo conjunto de crises desferidas pelo projeto modernista e pela ação civilizatória que se impôs no Amazonas. Não é um caso *sui generis*, mas um exemplo do que ocorreu em todo o país e que eclodiu como uma das consequências das fortes modificações materiais e mentais que se processaram do mundo Ocidental entre os séculos XIX e iniciais do XX. As particularidades de que tratamos aqui, apresentaram apenas caminhos para investigações acerca de como a sociedade amazonense reagiu a esse quadro.

Começamos esta tortuosa trajetória narrando a possível rotina de Gabriel Rodrigues, momentos antes de ele arriscar-se a sair da Casa dos Educandos. Sabíamos,

pelo relatório do diretor do Educandário, apenas que ele desapareceu por volta das oito horas da manhã e que fora visto pelos arredores do Puraquequara e que mais tarde tomara o rumo do Pará, e que apesar destas pistas, as autoridades locais não conseguiram resgatá-lo. Nenhuma outra notícia de Gabriel pode nos ajudar a saber o que teria acontecido com ele, nem sabemos de seus pais, nem como ele foi parar no abrigo. E Rita?, fugira para casa de Pimentel. O Diretor do Instituto Benjamin Constant vociferou dizendo que não suportava mais suas doidices e sua incapacidade de cultura. E Jesuína ... desta sabemos menos ainda...

Chegamos ao termo deste trabalho e estas são perguntas que não podemos responder. Estas páginas repletas de idéias e de especulações não pode se colocar no lugar das existências que experimentaram a orfandade e a indigência entre o final do século XIX e início do XX. Também não se coloca adiante das questões que envolvem o menor de hoje e que, entre banhos de chafarizes nas praças e o cheiro da cola nos becos da Av. Constantino Nery, desfruta seus momentos de alegria.

Por que então escrever e perder tanto tempo de vida tentando entender o que aconteceu com Gabriel, Rita, Lina, Jesuína, ... Pedro e Sebastião Arnaud que quase esquecíamos... Manoel, que não sabemos se voltou para o Ceará... Porque eles merecem que suas histórias, ainda que esparsas, sejam contadas, para lembrar que não só os Bittencourt, Nery e poucos outros fizeram parte da construção deste estado.

“Para que os homens e seus feitos não sejam esquecidos.”

(Heródoto).

FONTES

FONTES

Documentos Oficiais:

- MUSEU AMAZÔNICO – UFAM

Relatórios, falas e exposições dos Presidentes da província do Amazonas (1852-1889)

Coleção de Leis do Estado do Amazonas (1893 – 1915)

Coleção de Decretos do Estado do Amazonas (1890-1891)

Mensagens, falas e exposições dos Governadores do Amazonas (1889-1916)

Relatório da Secretaria de Negócios do Interior (1900-1902)

Relatórios da Intendência Municipal de Manaus (1890-1916)

- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS (IGHA)

Relatório da Diretoria da Higiene Pública (1899)

Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Manáos (1880, 1883)

Regimento Interno dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia do Amazonas. (1905, 1909 e 1912)

Relatório Santa Casa de Misericórdia (1906, 1907, 1909, 1910, 1915 e 1916)

Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Manáos. (1891, 1905 e 1922)

Ofícios de julho a dezembro de 1893 (IGHA, manuscritos)

Estatutos da Associação Beneficente Fundadora do Azylo de Mendicidade de Manáos. (1910, 1916)

Relatórios apresentados à Associação Beneficente Fundadora do Azylo de Mendicidade de Manáos (1912, 1923)

Regulamentos do Instituto Benjamin Constant (1892, 1894, 1907, 1914, 1923, 1937)

Regulamentos para o Instituto Afonso Penna (1908, 1910)

Relatórios da Liga Protetora da Pobreza (1914, 1915, 1916)

Periódicos:

Jornal Amazonas (1870, 1871, 1875, 1877)

Jornal do Amazonas ((1876, 1877, 1878, 1880, 1883, 1885, 1889, 1890)

O Globo (1901, 1902)

A Pátria (1898, 1899)

Quo Vadis? (1902)

A Voz do Povo (nº 1, 2 e 3 de junho de 1915)

A Lucta Social (nº 1-6, 1914)

Vida Operária (nº 1-5, 1920)

Revista Médica do Amazonas (nº 1, 1899)

Revista Amazonas Médico (nº 3, 5- 6 1909)

Revista Amazonas Médico (nº 1, 1918, 1919)*

* A Sociedade Médica do Amazonas lançou a Revista Médica do Amazonas em 1899, mas sua publicação não seguiu adiante, sendo retomada sua publicação em 1909, por Alfredo da Matta. Esta segunda tentativa resultou em mais 10 números, dos quais restaram 3 exemplares.

Em 1918, a Revista foi relançada e no seu prólogo encontra-se uma breve história da instituição. Em 1941 Alfredo da Matta tornou-se proprietário da Revista e publicou, com a subvenção do estado do Amazonas, um volume único, com todos os artigos de sua autoria, fato que se repetiu em 1944.

- **Outras Fontes**

CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas Fundo Editorial, 1988

TAPAJOZ, Torquato. **Colonização e Imigração: Povoamento no Amazonas**, Relatório apresentado Exmo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado. Manaus, Imprensa Oficial – Rua Municipal, 1897

- **Dicionários:**

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, vol II, RJ-Guanabara: Editora Artenova Ltda., 1969

HOUAISS, Antonio & VILAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 2001

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. RJ: Zahar Ed. 1985.
- AGRES, Roberta Oliveira das Neves. **Campanha de saneamento e profilaxia rural no Amazonas (1920-1923)**. Dissertação de Mestrado. em História, Manaus:UFAM, 2008.
- ALVES, Márcia Eliane. **Educação, Trabalho e Dominação: Casa dos Educandos Artífices (1858-1877)**. Amazônia em Cadernos, n.º 2/3, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1993-4
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru-SP: Edusc, 2006
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BAPTISTA, Luis Antônio. **A cidade dos sábios**. São Paulo, Summus, 1999.
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. In: BENJAMIN, ADORNO, HORKHEIMER E HABERMAS, **Textos Escolhidos**, Col. Os Pensadores, S.P.: Abril Cultural, 1980.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRANT, Luiz & MINAYO, Carlos. **Educação e estratégias dos trabalhadores de chão de fábrica para ocupação de cargos de chefia**, in: Revista Psicologia, ciência e profissão, 2003, nº21(3).
- CARDOSO, Ciro Flamarion, **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARONE, E. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- CARONE, E. **A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.
- CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 4a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHALLOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas, SP.: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALLOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial**, São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COSTA, Cybele Moraes da. **Socorros Públicos. A base da saúde pública na Saúde do Amazonas(1852-1880)**. Dissertação de mestrado defendida na UFAM em 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. S.P. Fundação Editora da UNESP, 1999.

- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus, 1890/1915**. Dissertação de mestrado, S.P.: PUC, 1997.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **O espelho do mundo: Juquery a história de um asilo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>
- DAOU, Ana M^a Lima. **A Cidade, o teatro e o “Paiz das Seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. R.J.: Museu Nacional- UFRJ, R.J., 1998.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus – 1890-1920**. Manaus: Ed. Valer, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. S.P. : Alameda, 2005.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**, S.P.: Perspectiva, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930)**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001.
- ENGELS, F. Prefácio a “A situação da classe operária na Inglaterra” in: MARX, K & ENGELS, F. **Textos**. S. P. : Ed. Alfa-Omega, 1977.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil – A primeira república**.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FREITAG, B. **A construção da teoria crítica: a troca de cartas entre Adorno e Horkheimer** in: Revista Tempo Brasileiro, out-dez, n^o 155, R.J.: Tempo Brasileiro, 2003.
- FREITAS, Décio. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FURTADO, Celso. **A Formação econômica do Brasil**. S.P.: Cia Editorial Nacional, 1998.
- GOMES, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- GOMES, Leila Margareth Rodrigues. **Movimentos sociais na obra de Arthur Reis**. Dissertação de mestrado. Manaus: UFAM, 2009.
- GORENDER, J. **O Escravismo Colonial S.P.: Ática, 1992**.
- HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

- HOBBS, T. **Leviatã**. Coleção Os Pensadores, SP.: Abril Cultural, 1976.
- HOLANDA, S. Buarque de. **História geral da civilização brasileira. A época colonial.1. Do descobrimento à expansão territorial**. São Paulo: Difel, 1985.
- HOMERO, A **Odisséia**, S.P.: Ed. 34, 2011.
- LAPA, J.R. do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil**. Campinas: Ed.UNICAMP, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis : Vozes, 2007.
- MARSHALL, Berman. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. S.P.: Cia das Letras, 1986.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política, Livro 1: O processo de produção do capital, vol. I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MARX, K. **Observações à margem do programa do partido operário alemão**, in: MARX, K & ENGELS, F. **Obras escolhidas**. R.J: 1961.
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis. Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. RJ: EdUERJ, 1996.
- MOTA, C. Guilherme & NOVAES, Fernando. **A Independência Política do Brasil**. S.P.: HUCITEC, 1996.
- MOURA, Vera Lúcia. **Pequenos aprendizes: assistência a infância desvalida em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2003.
- NEDER, Gizlene, **Cidade, identidade e exclusão social**. In:Tempo, revista do departamento de historia da UFF. Vol.2, nº 3. Junho de 1997. Rio de janeiro: Relume-Damurá, 1997.
- NOZOE, Nelson. **Sesmarias e apossamento das terras no Brasil colônia**, in: Revista EconomiA, vol 7, nº 3, Brasília (DF):, set-dez de 2006.
- NUNES, Erivonaldo. **Imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)**. Dissertação de mestrado, Manaus: UFAM, 2010.
- PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **Relações homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)**. Dissertação de Mestrado. em História, Manaus: UFAM, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra Cidade: O Mundo dos excluídos no Final do Século XIX**. S.P.: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PERROY, Édouard. **A idade média: período da Europa feudal, do Islã Turco e da Ásia Mongólica (século a XI a XIII)**. RJ: Bertrand Brasil, 1994.
- PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2010.
- PINHEIRO, Luís Balkar S. P. **De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX”** in: *Terra das Águas – Núcleo de Estudos Amazônicos – UnB, Brasília: Paralelo 15, 1999, disponível em: <https://sites.google.com/site/luisbalkarpinheiro/Textos/artigos>.*
- PINHEIRO, M^a Luiza Ugarte. **Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1989-1925)**. Manaus: EDUA, 1999.

- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas**. Tese de Doutorado em História, São Paulo: PUC, 2001.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. S.P.: Brasiliense, 26ª ed., 1997.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil – 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS, Arthur Cesar. **O processo de independência no Norte**, in: MOTA, C. Guilherme. **1822: Dimensões**. S.P.: Ed. Perspectiva, 1986.
- RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004.
- ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RONCAYOLO, Marcel. **A Cidade**, in: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 8. Região. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. pp.396-487.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais. Manaus, 1840-1880**. Manaus: EDUA, 1997.
- SAMPAIO, Patrícia Melo, **Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**, publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002 – Semestral, disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme.
- SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**, in: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SILVA, James Roberto. **Doença, fotografia e representação: revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925**. Tese de Doutorado em História, São Paulo: USP, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na imprensa amazonense – Manaus da Borracha (1908-1917)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005.
- TELES, Luciano Everton Costa. **A Vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920)**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008.
- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I, Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TROYES, Chrétien de. **Yvain, o cavaleiro do leão**. RJ.: Francisco Alves, 1989.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. R.J.: Bertrand Brasil, 1993.

ANEXOS

ANEXOS

Primeira sequência de fotografias analisadas no capítulo 2, a qual apresenta a cidade de Manaus, ainda em reforma, mas já dispendo dos elementos essenciais para classificá-la como uma cidade moderna. As fotografias integram o álbum preparado para a Exposição Colombiana de Chicago de 1893. As imagens foram dispostas na sequência em que aparecem no original, porém não reproduzimos o álbum inteiro, já que algumas fotografias apresentam os mesmos lugares e monumentos a partir de ângulos diferentes.

IMAGEM 1

CAPA DO ÁLBUM ENVIADO À EXPOSIÇÃO COLUMBIANA DE CHICAGO EM 1893

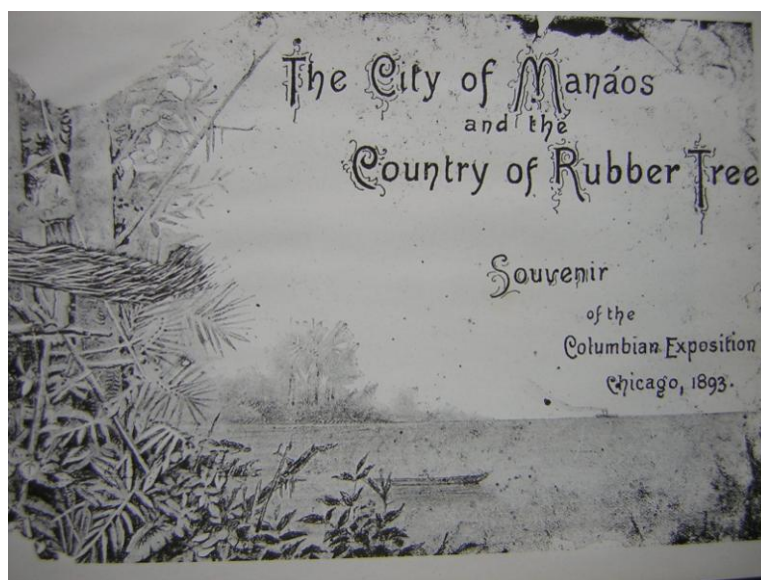


IMAGEM 2

PANORAMA DE MANAUS – ABRE A SEQUÊNCIA



IMAGEM 3
PALÁCIO DOS GOVERNADORES



IMAGEM 4
ESTAÇÃO DE BOMBEAMENTO E REPRESA

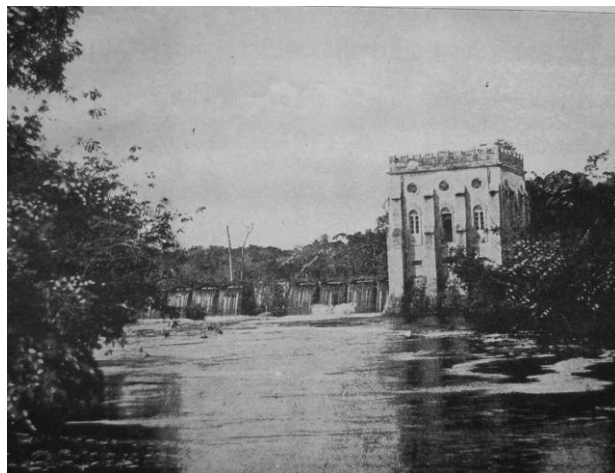


IMAGEM 5
LICEU AMAZONENSE



IMAGEM 6
PRAÇA XV DE NOVEMBRO

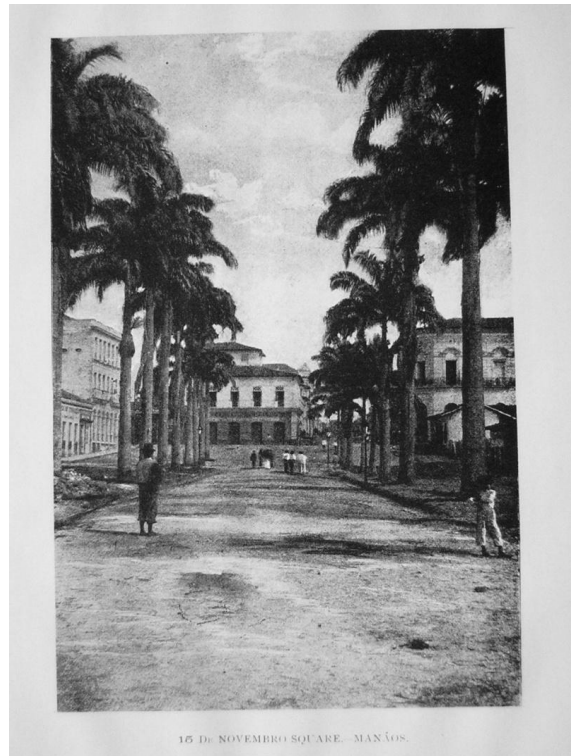


IMAGEM 7
DESENHO DO TEATRO AMAZONAS, AINDA EM CONSTRUÇÃO

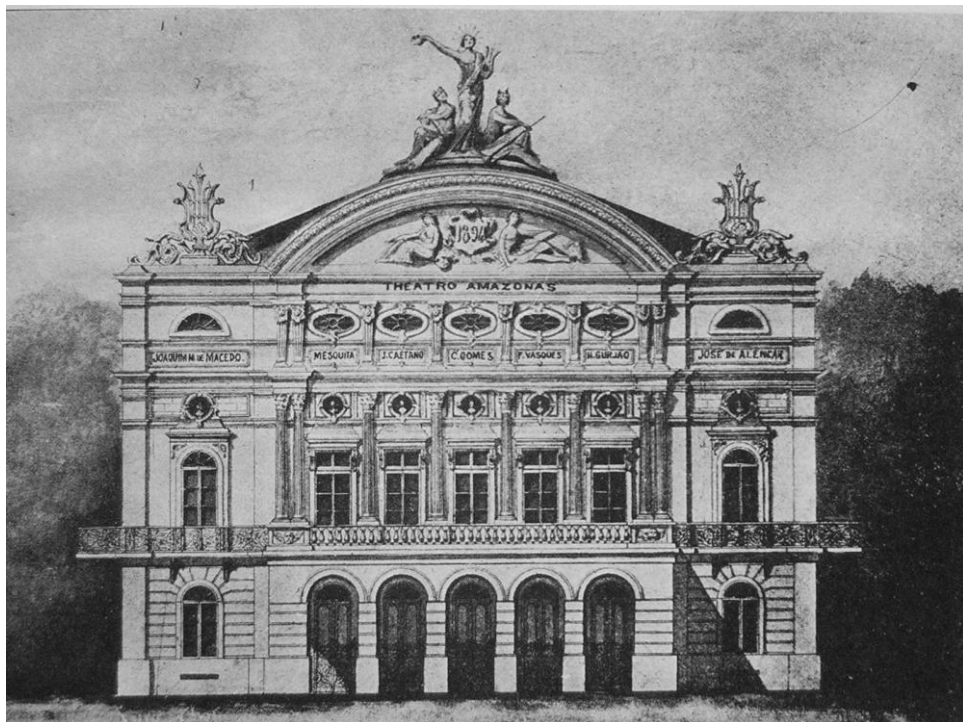


IMAGEM 8
ASILO ORFANOLÓGICO

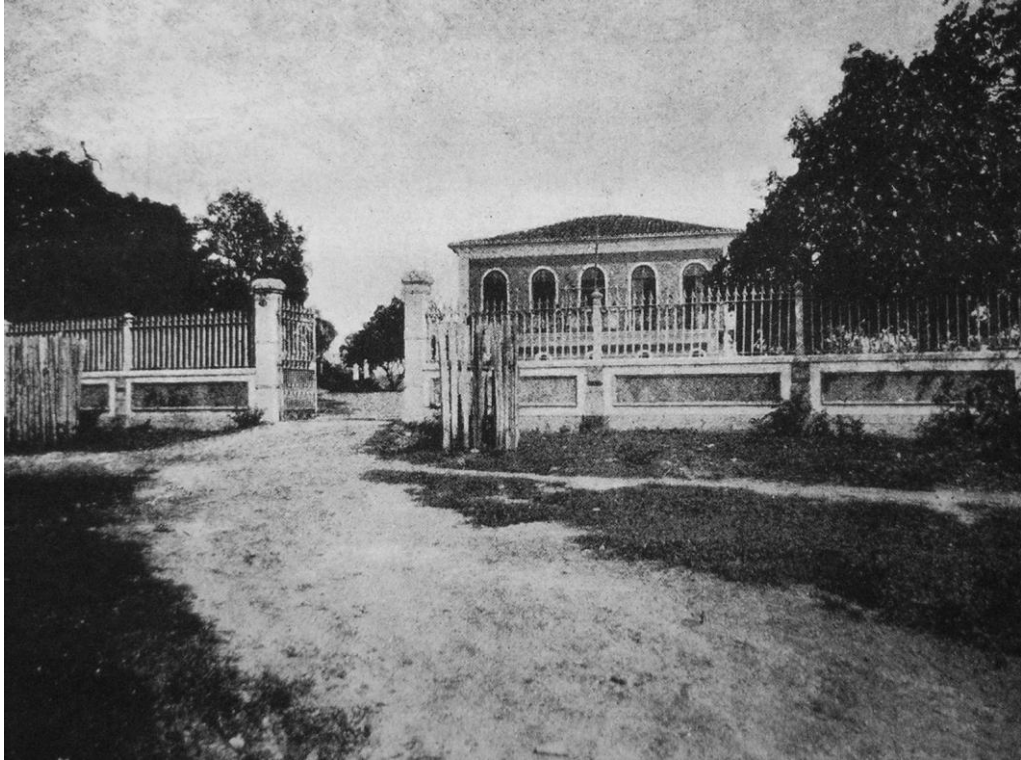


IMAGEM 9
RUA DOS REMÉDIOS, AINDA EM CONSTRUÇÃO, ATUAL MIRANDA LEÃO



IMAGEM 10
IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO

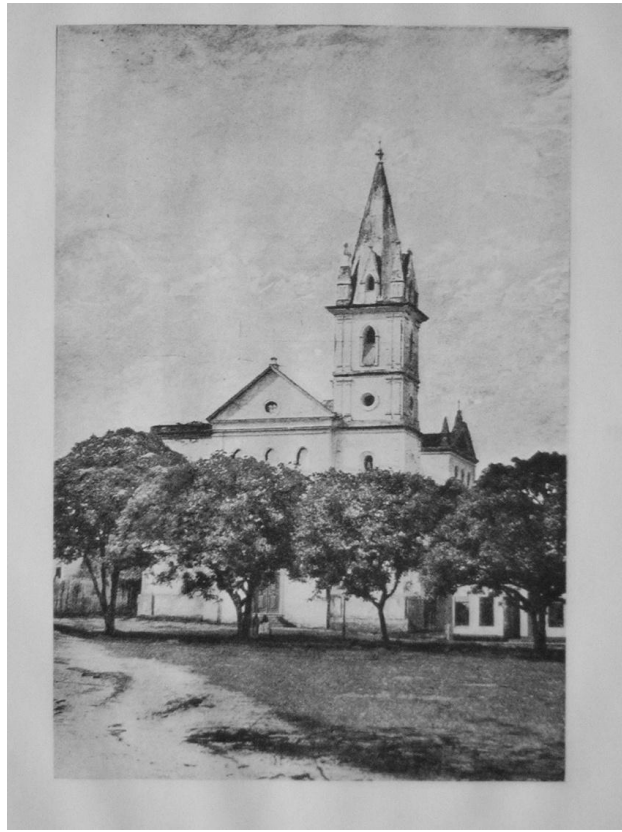


IMAGEM 11
MERCADO PÚBLICO

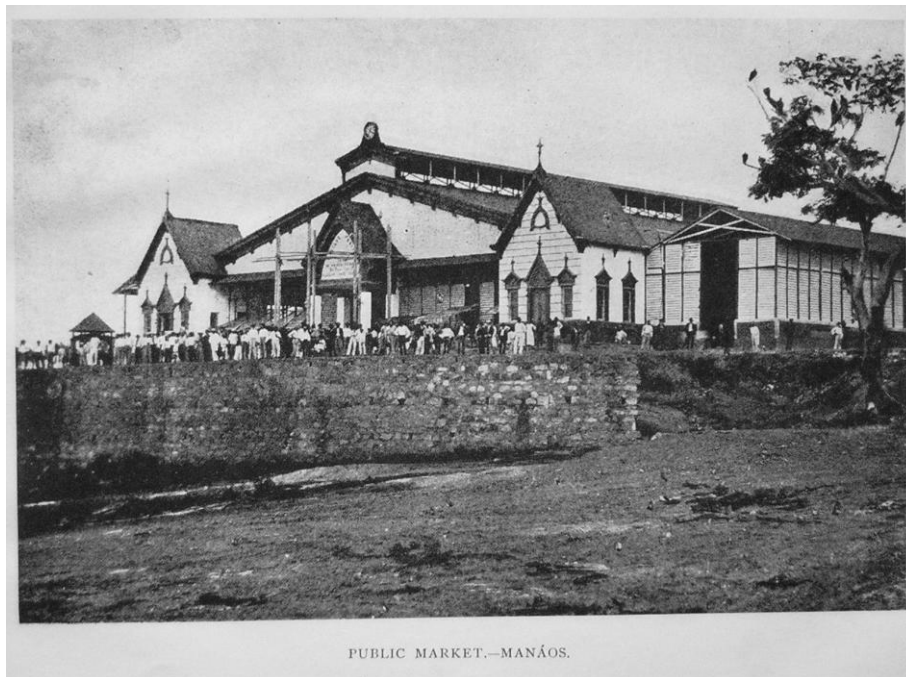


IMAGEM 12
PONTE DOS REMÉDIOS

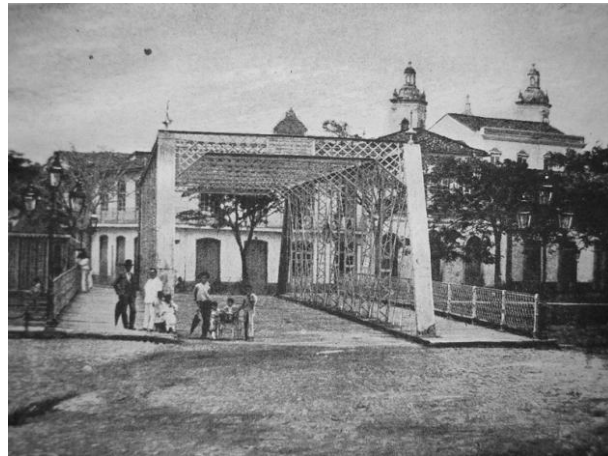


IMAGEM 13
BANCO DE MANAÓS



IMAGEM 14
COLÔNIA OLIVEIRA MACHADO



Segunda sequência de fotografias pertencentes ao Álbum da Exposição Columbiana de Chicago (1893). Nesta série, foram capturadas imagens referentes às atividades de extração da borracha no Rio Purus, lugar eleito por diversos presidentes de Província como ideal para as levadas migratórias de estrangeiros que se pretendia atrair para o Amazonas.

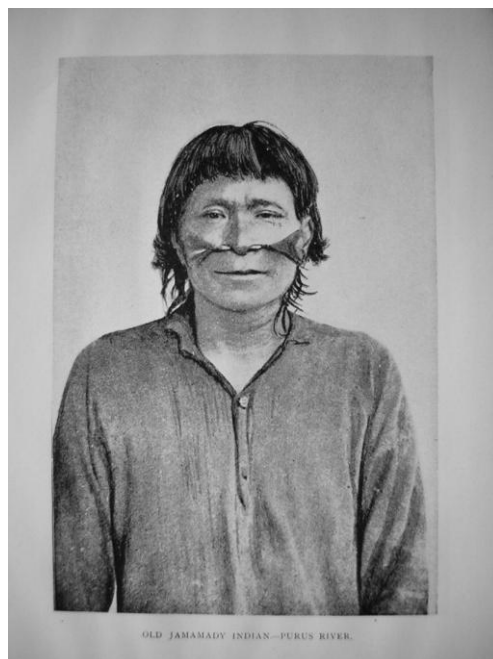
IMAGEM 15
SERINGUEIRO DO RIO PURUS (NOTE-SE QUE É UMA CRIANÇA!!!)



IMAGEM 16
SERINGAL DA CACHOEIRA

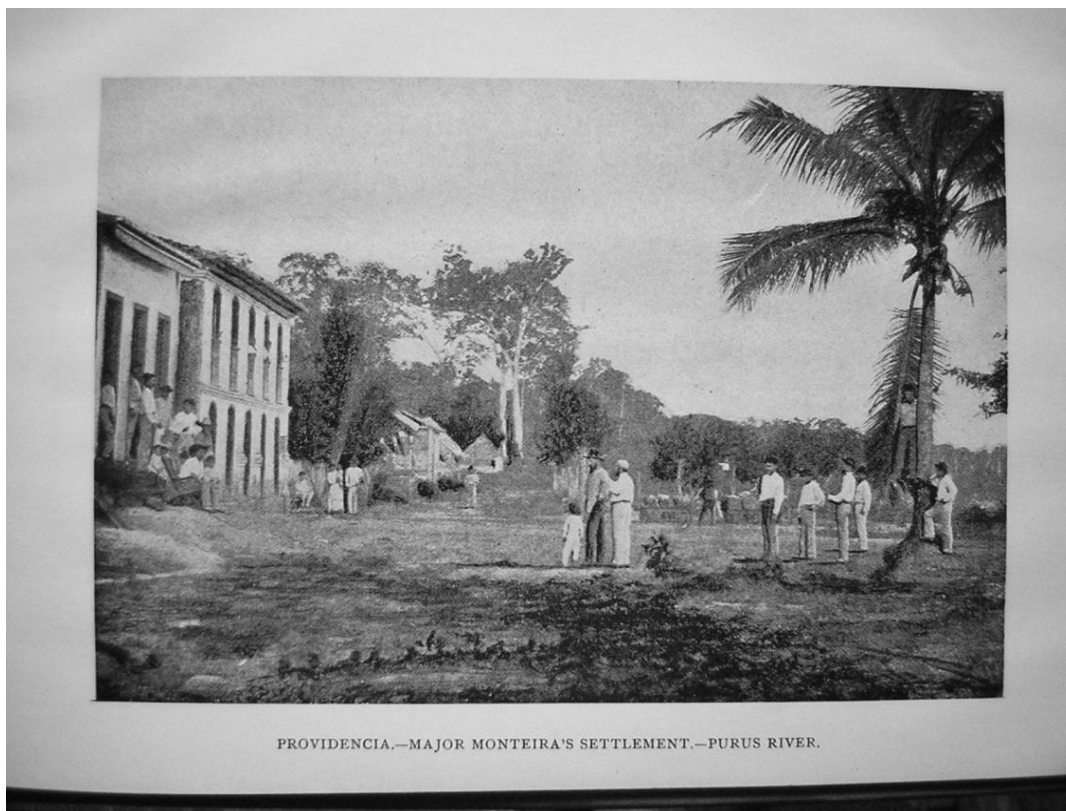


IMAGEM 17
ÍNDIO IAMANDI



OLD JAMAMADY INDIAN.—PURUS RIVER.

IMAGEM 18
PROVIDÊNCIA — ESTABELECIMENTO DO MAJOR MONTEIRA, NO RIO PURUS



PROVIDENCIA.—MAJOR MONTEIRA'S SETTLEMENT.—PURUS RIVER.

IMAGEM 19

EMBARCAÇÃO A VAPOR. TRANSPORTAVA HOMENS E VÍVERES PARA OS SERINGAIS

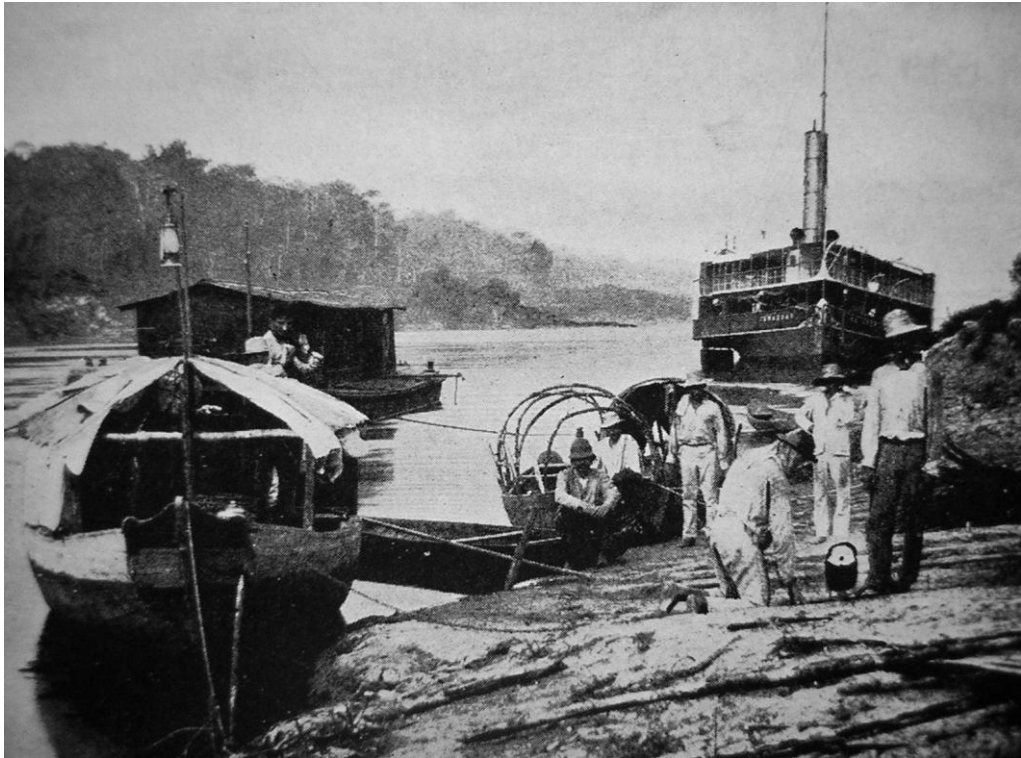


IMAGEM 20

SERINGAL AXIOMA, NO RIO PURUS

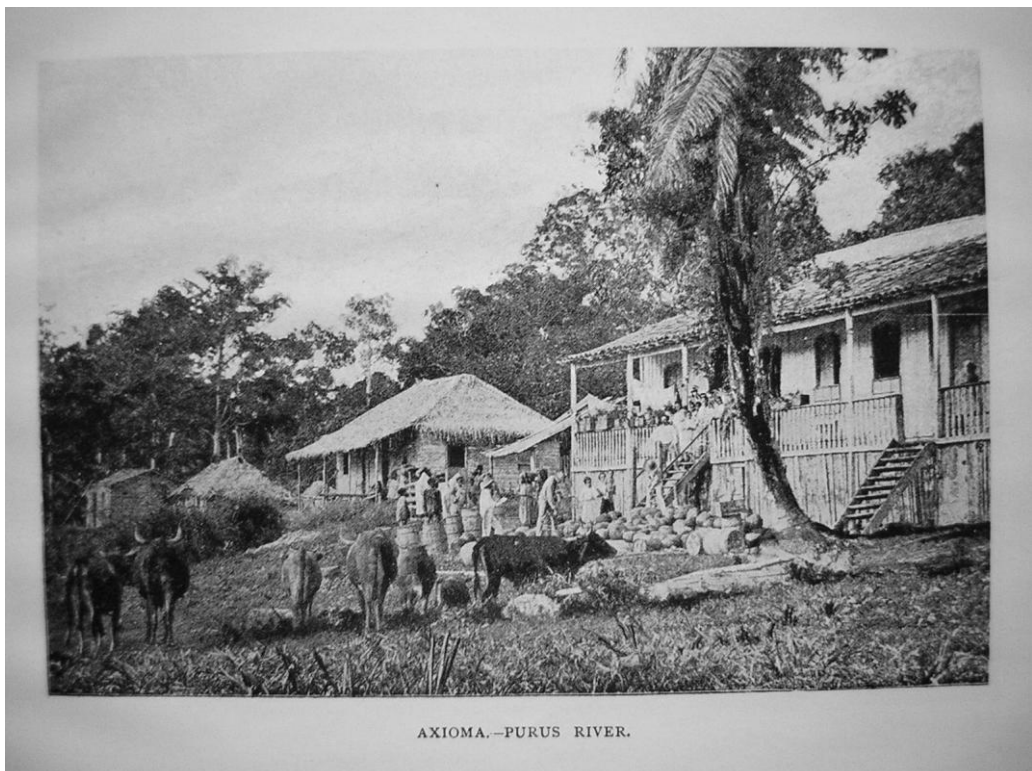
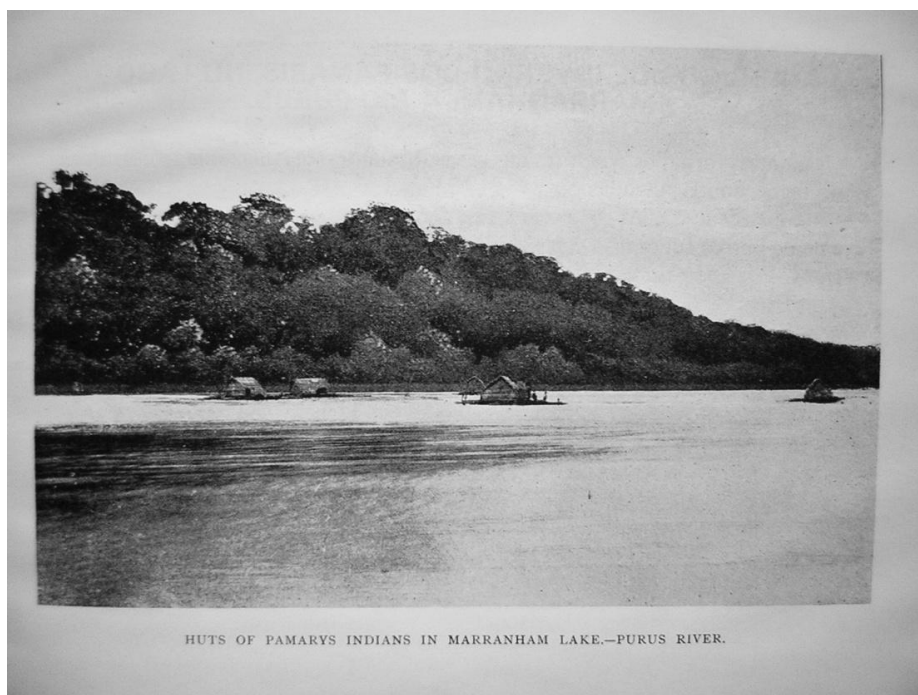


IMAGEM 21
CAPTURA DE TARTARUGAS NO RIO PURUS



IMAGEM 22
MORADIA DE INVERNO DOS ÍNDIOS PAMARI, NO PURUS



HUTS OF PAMARYS INDIANS IN MARRANHAM LAKE.—PURUS RIVER.

IMAGEM 23
BACABA

